

GÊNERO, RELAÇÕES DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE



GT 07

MULHERES EM BUSCA DE SEUS DIREITOS: UMA ANÁLISE DAS PESCADORAS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Adriana Eidt

Resumo

Com o avanço em relação às leis trabalhistas em diversas áreas, procuro ver como esses atingiram algumas mulheres que trabalham com pesca em Governador Celso Ramos, localizado à 50 km de Florianópolis. Pescadoras que, contando suas trajetórias e experiências, procuraram estabelecer seu espaço, em locais onde a predominância do gênero masculino prevalece, e buscam seus direitos por exercerem a profissão, que muitas vezes era somente vista como uma extensão do trabalho doméstico.

Palavras chaves: Gênero – Trabalho – Pesca

1.Introdução

Desde o último século, viemos acompanhando a trajetória das mulheres na inclusão da sociedade, seja ela pelo seu voto ou pelo mercado de trabalho. Porém, ainda encontramos desigualdade quando falamos de acesso a certas categorias e remuneração. No mundo da pesca artesanal, isso não é diferente.

Os direitos trabalhistas femininos na pesca artesanal só foram introduzidos em 1979, o acesso ao registro da pesca,e também o direito a previdência social,aposentadoria,entre outros benefícios.Passados mais de trinta anos,ainda encontramos pescadoras com dificuldades a acessar esses benefícios,logo mais explicaremos o por que.

Para obter o registro no Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA,é necessário que o presidente da Colônia confirme a atividade da pescadora junto ao MPA.Mas o conceito de pescador para muitos,é aquele que trabalha no mar,o que não acontece com muitas trabalhadoras do ramo.

As mulheres na pesca estão relacionadas a atividade coletora e extrativista,como a coleta de mariscos,moluscos e camarões,ou outras atividades realizadas na terra,como concerto e armação de redes,processamento do pescado,etc.(LEITÃO.Maria do Rosário,2012).Isso pode ser um modo pejorativo de ver a pesca,mas a Lei 11.959,de 29 de junho de 2009,diz que “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca,exploração e exploração,cultivo,conservação, processamento,transporte,comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”.Isso significa,que várias atividades desenvolvidas grande parte pelas mulheres,ainda não foi incorporada no modelo de pesca adotado por muitos presidentes de Colônias.

Esse trabalho também é visto “como extensão do trabalho doméstico,sendo “invisível” aos olhos dos homens”.(LIMA,et.al,2010).E percebemos que envolve questões sociais [...] Existe, nas sociedades capitalistas, toda uma ideologia de supervalorização do trabalho remunerado, (masculino) em detrimento do trabalho domestico (feminino).(LAGO,Mara,1986).Nisso,nos questionamos o que consideramos “trabalho”,qual o conceito que temos de trabalho,e como se aplica na divisão das funções.O por que atribuir que mulheres de pescadores simplesmente estão ajudando seus maridos,o que diferencia na hora de dizer que essas são profissionais ou não.Essa é a observação feita também por Sara Moreira Soares,em seu artigo:

"A pergunta que permeia muitas das indagações a respeito da presença feminina na pesca é: a mulher trabalha ou ajuda? Essa é uma questão que engendra discussões, pois as pescadoras da comunidade Cristo Rei, embora tenham consciência da importância de seu trabalho na pesca, por vezes, classificam esse mesmo trabalho como "ajuda", ou seja, nem sempre visualizam seu próprio trabalho como sendo protagonista, visão que acaba reforçando a ideia de "ajuda" nas atividades desenvolvidas pelas pescadoras, ao passo que as mesmas atividades desenvolvidas por homens que pescam juntos, não se enquadram nessa categoria." (SOARES, Sara M; 2011)

Então, por que em alguns casos classificar o trabalho da mulher como ajuda e do homem como trabalho? Muitos destes não exercem as mesmas funções? Aliás, a maioria dessas pescadoras tem uma jornada dupla, cuidam da casa, dos filhos, e exercem as funções da pesca. Então pensamos o que elas poderiam fazer para reivindicar seus direitos, como ter acesso a eles, e como são

informadas de seus direitos e o que fazem para obtê-lo. E também como fazer perceber que essa ajuda equivale a um trabalho que com o passar dos anos pode equivaler a uma aposentadoria como qualquer trabalhador. Por isso é importante verificar a validade da lei, como ela tá sendo implantada e como muitos pescadores vêem essa lei. E também verificar pelo lado jurídico, o que dizem advogados sobre as leis aplicadas aos pescadores.

Apesar disso, existem articulações de mulheres pescadoras, como por exemplo em Pernambuco, onde mulheres já foram presidentes de colônia. Em Governador Celso Ramos encontramos Naca, que também já foi presidente de colônia. É importante ressaltar nesse envolvimento:

"Formar ou vincular-se a organizações é, muitas vezes, uma exigência para se poder atuar em prol de interesses coletivos, na defesa da terra e do ambiente, assim como para alcançar políticas compensatórias e de apoio à renda. De fato, embora as mulheres possam efetivamente participar das decisões relativas à produção familiar, dividir a administração do barco com os companheiros ou assumi-la integralmente, carecem, no geral, de voz nas organizações.

Nesse quadro, importa compreender como as mulheres estão construindo identidades novas e reivindicando reconhecimento, em condições de vulnerabilidade econômica, política e cultural.”(MANESCHY, Maria et.al.,2012)

Outras situações favoráveis são oficinas que aconteceram com as pescadoras. Uma delas foi em Ganchos, em 2010, onde se reuniram cerca de 30 pescadoras para discutir questões de direitos, alimentação, saúde, etc. Nesse encontro elas puderam trocar experiências, contando como chegaram na pesca e como vivem seu dia a dia. Novamente uma outra reunião será realizada pelos meados de março de 2016, novamente em Governador Celso Ramos. A princípio uma das pautas é ver o que aconteceu nesses últimos anos, se essas pescadoras se articularam de alguma forma, como enxergam seus direitos agora, se estão indo atrás deles, etc.

O que não podemos é ignorar o envolvimento dessas mulheres no contexto da pesca, por isso procurarei ver seus papéis desenvolvidos e como estão buscando seu reconhecimento, se conseguiram buscá-lo.

2. A campo



Figura 1: Naca pescando (Foto Rosário Andrade)

Minha interação com o tema iniciou no momento que comecei a participar do NAVI (Núcleo de Antropologia Visual e Estudos de Imagem) da UFSC, onde tem um grupo que trabalha com pesca e gênero. Comecei a participar das reuniões e depois parti para o campo. O local era Governador Celso Ramos, onde conheci Nair, conhecida como Naca, Neuza e Maria.

Como estudo antropologia, pensei primeiramente na observação participante, que é um assunto muito debatido. Sobre o tema, posso referir:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversações com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles tem sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, H. S., 1999)

Fui acompanhada da professora Maria do Rosário Andrade, da UFPE, que já conhecia as pescadoras, e inicialmente me apresentou Naca. Comecei a observar seus modos de vida, como era seu trabalho com a pesca. Em seu rancho Naca trabalhava a rede, tem um barco com seu nome, e ali passava muitas horas ao dia.

Resolvi utilizar imagens fotográficas para registrar esses momentos, pois no NAVI trabalhamos com a imagem como texto, como uma forma de transmitir esse campo. Ou podemos dizer também:

“A imagem não é só objeto, representante legítimo de um apropriar-se, mas ela se converte em *experiência* e é incluída densamente no que estou chamando aqui de *processo*, ou seja, um desdobramento articulado de pensamento e ação que constrói e reconstrói num *continuum* uma experiência específica” (GROISMAN, 2006).

Outro recurso utilizado foram as imagens através do vídeo, onde registramos entrevistas, pois conversando com essas mulheres podemos conhecer a trajetória destas mulheres, situações que passaram em suas vidas inseridas no mundo da pesca, o nascimento de seus filhos nesse contexto, etc.

3. Entrevistas

As entrevistas se desenvolveram entre 2012 e 2013, em diversas visitas realizadas em Governador Celso Ramos. Alguns foram no rancho de Naca, outros em sua casa, nos momentos que apareciam Maria e Neuza para falarem também.

Em várias dessas entrevistas ouvimos a trajetória de Naca, que começou a pescar quando tinha 11 anos, quando saía com ele de canoa. Na década de 80, só ela e mais duas pescadoras conseguiram tirar a carteira de pesca na comunidade. Ela já contribuía com a colônia desde 1975, o que fazia ter alguns benefícios como dentista, etc. Na época o presidente da colônia não tinha noção que atividades como limpar e descamar faziam parte da pesca, e eram inseridas na lei, por isso só essas conseguiram.

Quando tentou pela primeira vez tirar o seguro defeso, que é um benefício pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie, não consegui por que o presidente da colônia alegou que ela recebia pensão do marido morto. Esse faleceu quando tinha 35 anos, mas uma coisa não teria a ver com a outra. Ela procurou uma advogada do INSS em São João Batista, que conhecia

seu sobrinho. Em outubro de 2006 recebeu seu primeiro salário. Teve que pedir uma declaração do presidente dizendo quantos anos que ela tinha de pesca para pedir aposentadoria, levou os documentos e em 17 dias já estava aposentada. Segundo ela o que ajudou no processo da tiragem de carteiras foi quando o presidente Lula disse que a mulher do pescador, filha ou filho, que ajudasse sem ter outra fonte de trabalho poderia ter acesso aos benefícios. Para regularizar sua situação frequentou vários cursos entre eles um para fazer redes na UNIVALI, que é a universidade do Vale do Itajaí, sendo que conhecia mais de redes que seu professor. Outro curso foi o de maricultura na EPAGRI, que é Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, em 2002, de 40 horas. Um Curso de motores marítimos, na Epagri também, em 2001. Em dezembro de 2004 participou do 1º Encontro Nacional das trabalhadoras da pesca e da agricultura, realizado em Brasília. Nesse encontro conheceu muitas trabalhadoras da área, entre elas uma pescadora do sertão da Bahia que era pobre, e deu duas blusas para ela. Muitas foram as situações vividas por essa mulher, que empenhou grande parte da sua vida na pesca, e por qual tem uma grande paixão.

Conclusões

Conhecendo essas mulheres, percebemos que com o tempo estas foram se empoderando, tendo noção de sua força e autonomia. Estas que diariamente acordavam cedo, iam pescar, cuidavam de seus filhos, da casa, etc. O certo não seria chamar de benefícios o que elas ganham, e sim de direitos, pois trabalham por anos nessa função e deveriam sim receber, pois a condição é insalubre, adquirem doenças, dores nas costas, nas mãos. Trabalhar com pesca pode ser perigosos, mas mesmo assim elas encaram diariamente e vão a luta. Com novas associações, estas estão tendo conhecimento das suas condições e conhecem situações de outras pescadoras, praticando a sororidade entre elas, percebendo que uma pode ajudar a outra.

Referencias bibliograficas

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; INÁCIO, Pedro Henrique Dias. "Pesca, Gênero e Políticas Públicas: Uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In "Gênero e trabalho: Diversidade de experiências em educação e comunidade tradicionais" Editora mulheres (2012).

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Gender: a useful category of historical analyses. New York, Columbia University Press. 1989. Artigo

MANESCHY, Maria Cristina; ,Siqueira Deis; ,Álvares Maria Luzia Miranda. "Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento". Rev. Estud. Fem. vol. 20 no. 3 Florianópolis Sept./Dec. 2012

SOARES, Sara Moreira; " AS PESCADORAS E A LUTA POR RECONHECIMENTO "O TRABALHO NÃO VISTO" V Jornada internacional de Políticas Públicas.(2011).

GERBER, Rose Mary. Mulheres e o mar: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese de doutorado, 2013.

LAGO, Mara Coelho de Souza. "Trabalho feminino, trabalho improdutivo?" Revista de Ciências Humanas, nº 8. 1986.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima; AMPUERO, Maria Cecília Godoy. Gobernanza y la invisibilidad de las actividades de la mujer em Chile y Brasil". In Gênero e trabalho: Diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais" Editora mulheres (2012).

BECKER, H.S., 1999. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1999. 17-64. Pesquisa Social e Problemas de inferência e prova na observação participante. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social, Petrópolis, Vozes.

SEEGER, Antony. 1980. Pesquisa de campo, uma criança no mundo. In: Os índios e nós. Rio: Campus.

OLIVEIRA, R.C. De .1998. O trabalho do antropólogo. São Paulo/Brasília: Unesp/Paralelo 15. 17-35.

GEERTZ, Clifford, 1978. Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa. In: Interpretação das culturas, Rio. Zahar 278-321.

MACRAE, Edward (2004). Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: Drogas: tempo, lugares e olhares sobre seu consumo, Tavares L.A., Almeida, A.R B. MaRae e., Ferreira O.S. Et al (orgs). Salvador

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: Bourdieu, P. Razões Práticas sobre a teoria da ação. Campinas. Papirus. 1996. 13-33

GROISMAN, Alberto (2006). Fotografia e fotografar: paradigmas, artefatos e artifícios sociais e relacionais. In: LENZI, Lucia H C ali (org). Imagem: intervenção na pesquisa. Florianópolis, EdUfsc.

LATOUR, Bruno. 1994. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro. Editora 34

RICOUR, Paul. 1977. *A função hermenêutica do distanciamento*. In: Ricour P. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro. F. Alves. pg. 43-66.

OLIVEIRA, L. R. C. De "Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos". In: Antropologia e ética. 2004. ABA e UdUFF, Porto Alegre.

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Anabela Maurício de Santana
ana_santana@oi.com.br

Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: helenacruz@uol.com.br

Resumo: O artigo discute as relações de gênero no trabalho docente, com base em dados de pesquisa de cunho qualitativo realizada com professoras do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual e Aracaju (SE). Os resultados preliminares evidenciam que as respondentes inserem-se na faixa etária entre 38 e 62 anos. Os resultados informam as percepções construídas sobre a definição e os lugares atribuídos a homens e mulheres, a divisão social e sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, bem como os aspectos que influenciam na construção de seus projetos, expectativas pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Trabalho; Gênero; Divisão sexual do trabalho.

Introdução

Inicialmente, consideramos importante informar aqui que as temáticas tratadas nesse artigo, é resultado de dados coletados, entre os meses de outubro de 2012 a dezembro de 2013, na Escola Estadual Professor Valnir Chagas em Aracaju (SE)¹. A amostra de respondentes integra sete professoras do ensino fundamental dos turnos matutino e vespertino, independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de instrução, idade, estado civil e filhos/as. São elas: Afrodite, Artemis, Dakimi, Eva, Gaia, Hera e Oya². As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a preservar as falas das respondentes.

O olhar sobre a diferença e a desigualdade orienta nossas práticas como docentes. Meninos e meninas são educados/as desde a mais tenra idade para que suas ações correspondam a modelos pré-determinados, e mutuamente excludentes, do que é ser homem ou mulher. Tais modelos variam em diferentes contextos históricos e em diferentes culturas, mas, em geral, os processos de formação estão orientados pela ideia de “diferença” – porque ser homem é diferente de ser mulher – e pela ideia de “desigualdade” – na qual ser homem é melhor do que ser mulher.

Ao se pensar no trabalho docente na escola como instituição onde deve ocorrer a formação integral de crianças – homens e mulheres –, sugere-se reconhecê-la como um espaço privilegiado na interiorização das desigualdades, visto que está inserida na sociedade e também a reproduz com suas diferenças, desigualdades e discriminações. No entanto, podemos afirmar que ela é também o lugar onde essas diferenças e desigualdades podem ser contestadas. Desse modo, a escola, configurando-se num contexto social em que as construções sociais são vivenciadas, tende a tornar-se um lugar onde elas poderão ser pensadas e também contestadas.

Para Auad, “a escola, assim como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdades” (AUAD, 2006, p. 77). A educação tem papel importante no reforço, na interiorização e também na transformação das construções sociais, e por sua vez, das diferenças e desigualdades.

1 O texto aborda parte de resultados de dissertação desenvolvida no PPGED/UFS intitulada “Relações de gênero, trabalho e formação docente: experiências de mulheres da Escola Estadual Professor Valnir Chagas”.

2 Os nomes das participantes foram trocados para garantir a privacidade delas.

Quando estudamos o trabalho feminino, devemos considerar que a atividade econômica das mulheres frequentemente é descontínua. Isso ocorre, principalmente, devido aos diferentes momentos de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade. “Desta forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais frequentes entre elas, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional” (YANNOULAS, 2002, p. 16).

Em geral, as mulheres que apresentam restrições de horários e/ou filhos (as) pequenos (as) sofrem preconceito e discriminação, tendo maior dificuldade em conseguir e manter uma colocação no setor ocupacional. Outro ponto extremamente importante é a desvalorização cultural do trabalho feminino. Nossa sociedade perpetua uma desqualificação material e simbólica das “qualidades femininas”, consideradas inerentes à “natureza” das mulheres (HIRATA, 2002; SOUZA-LOBO, 1991).

Na concepção histórico-dialética, não existem características inatas: o psiquismo se constitui na atividade humana, no contexto das relações sociais. Através da atividade, uma pessoa transforma seu entorno e, neste processo, constitui a si mesmo como sujeito. Conceber as “qualidades femininas” inatas desconsidera todo o treinamento informal recebido pelas mulheres desde o nascimento para desenvolver tais qualidades e habilidades e abre caminho para que estas sejam amplamente exploradas sem a devida remuneração. Esta questão tem raízes históricas. Mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas alteraram este panorama, e a mulher foi gradativamente reabilitada à cena pública. Nas últimas décadas do século XX, observou-se expressivo aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Dados de pesquisa do IBGE (2013) informam que as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade (PIA), cerca de 53,7%. Contudo, era minoria 45,4% na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva reflete-se no nível de ocupação, relação que mostra o contingente de ocupados em relação ao total da PIA. Para as mulheres, esse indicador foi de 40,5% em 2003, passando para 45,3%, em 2011. Entre os homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%. A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, vis à vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens.

A segmentação do mercado de trabalho enuncia desigualdades nas relações de gênero e cria “guetos” femininos, ou seja, determinadas profissões como, por exemplo, a profissão docente, tornaram-se eminentemente femininas

e marcadas pela precariedade das condições de trabalho e do crescente desprestígio social.

A feminização do magistério está intrinsecamente relacionada a um processo de trabalho articulado às transformações ocorridas ao longo do tempo na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe.

O professor típico brasileiro é mulher (71%), tem 39 anos de idade e 14 de experiência no magistério, em média. As mulheres também são maioria em cargos de direção de escolas no Brasil (75%)³.

A divisão do trabalho quanto ao gênero separa e articula a produção e a reprodução⁴, integrando os dois níveis do trabalho feminino, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (SOUZA-LOBO, 1991). No setor secundário, a título de exemplo, as ocupações femininas quase sempre obedecem a um mesmo critério: tarefas repetitivas, que exigem atenção, paciência, destreza e minúcia. Apesar das mudanças das últimas décadas, a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, para a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obtenção de recursos que permitam suprir as necessidades básicas de forma autônoma. Para as mulheres, a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena.

O crescimento da escolaridade feminina tem-se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica. Um exemplo disso é o comércio, onde, em 2003, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo, ocupadas nessa atividade, totalizavam 51,5%, enquanto os homens com a mesma característica alcançavam⁵ 38,4% (IBGE, 2012). A superioridade da presença feminina com nível superior também foi verificada nos grupamentos de atividade, com destaque para a construção (atividade majoritariamente desenvolvida do sexo masculino). No entanto, apesar do predomínio de homens,

3 Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) - realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenada no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

4 Reprodução social e cultural diz respeito a atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente por mulheres, relacionadas à reprodução material e simbólica das pessoas, tais como: alimentação, cuidados com a saúde, educação, manutenção da casa (YANNOULAS, 2002).

5 Na construção, esses percentuais se diferenciavam ainda mais: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens. Em 2011, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7%.

a proporção de mulheres que tinham nível superior foi bem mais elevada que a deles: 28,6% das mulheres e 4,7% dos homens ocupados na construção em 2011. A administração pública e os serviços prestados a empresas foram os grupamentos que apresentaram as maiores proporções de mulheres, tanto com 11 anos ou mais de estudo, quanto com nível superior. As estatísticas demonstram que as mulheres estão em maior proporção em funções não-qualificadas, em diversos segmentos ocupacionais e em todas as regiões metropolitanas do Brasil: enquanto os trabalhadores não-qualificados são 8% entre os homens, as mulheres não-qualificadas somam 20% (IBGE, 2012).

Segundo Hirata (2002), não há muitos estudos analisando o trabalho feminino diante da inserção de novas tecnologias, porém os dados disponíveis indicam que os postos automatizados utilizam pouca mão de obra feminina. Novas tecnologias tendem a suprimir com maior frequência justamente a mão de obra não-qualificada, excluindo muitas trabalhadoras do mercado de trabalho. A flexibilização dos mercados incrementada nas últimas décadas aumentou ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego. Polivalência, qualificação, flexibilidade, integração de tarefas e trabalho em equipe não são atributos geralmente reconhecidos nas mulheres. Estas são destinadas a trabalhos mecânicos e repetitivos, com os quais são social e culturalmente identificadas.

Devido à baixa qualificação profissional, as mulheres encontram-se mais sujeitas aos trabalhos vulneráveis, como os realizados por empregados domésticos sem registro, trabalhadores familiares sem remuneração, autônomos e terceirizados, frequentemente à margem da economia formal. A ocupação feminina nestes postos atinge cerca da metade das mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador e situa-se em torno de 40% nas demais regiões. Para os homens, essa proporção gira em torno de 30%, destacando-se a região metropolitana de Recife, com 38,7% (DIEESE, 2010). Assim, percebe-se que “A flexibilidade é sexuada”, lembra Yannoulas (2002, p. 25)⁶.

Ocorre um círculo vicioso implicado na dialética da inclusão/exclusão para aumentar a exploração: a inserção das mulheres no setor produtivo, principalmente daquelas pertencentes às camadas populares, é, muitas vezes, limitada

6 Estudos apontam que estaria havendo modernamente a valorização de atributos considerados “femininos”, tais como sensibilidade, capacidade de comunicação (transmitir e saber escutar), visão de equipe (trabalho solidário). Entretanto, há autores que apontam que esta seria uma nova forma de discriminação, reforçando antigos estereótipos sexuais e fazendo uso deles para justificar o maior uso intensivo da mão de obra feminina (YANNOULAS, 2002).

pelas suas responsabilidades domésticas e familiares; culturalmente o seu trabalho é menos valorizado que o masculino, incluindo aí menores salários; são atribuídos às mulheres trabalhos reprodutores das tarefas domésticas, ou seja, trabalhos não-qualificados, em postos não-automatizados, que utilizam poucos componentes tecnológicos. Estes são os primeiros a desaparecer quando surgem novas tecnologias ou mudanças nas estratégias organizacionais. Estas mudanças geram ampliação da rede de subcontratação, terceirizando vários postos ou estabelecendo contratos flexíveis, mal pagos e provisórios. Estes postos são ocupados maciçamente por mão-de-obra feminina. O fruto de toda essa segmentação ocupacional deixa as mulheres sempre mais vulneráveis aos processos de exclusão social.

Como instituição social, a escola, enquanto espaço ocupacional de docentes, está sujeita a apropriar-se das formas de organização e de representação da sociedade na qual está inserida. Assim, as desigualdades e discriminações de raça, gênero classe e religião, vivenciadas externamente, são reproduzidas, endossadas, produzidas ou transformadas nas relações entre os sujeitos do contexto escolar. A educação formal surgiu num espaço preparado para esse fim especificamente; entretanto, já foi marcada pelo caráter de diferenciação, visto que o acesso à escola começa com a exclusão de mulheres e pobres. Haja vista o exposto, cabe salientar que, mesmo após a inserção de todos e todas na escola, ou seja, terem adquirido o direito à educação, a escola passa e/ou continua a diferenciar por idade, sexo, classe social, conduta ou suposto grau de inteligência.

Ora, faz-se necessário destacar que ao longo de sua história, a escola tem congregado na sua prática docente as construções sociais que se tinham e ainda se têm sobre masculino e feminino, e é através da ação pedagógica que essas construções foram e são empregadas para moldar condutas de meninas e meninos.

A divisão sexual do trabalho

Estudos revelam que ainda se sobressai no contexto escolar a marcação das diferenças que permeiam as identidades de gênero pela desigualdade. Nessa tarefa, em vários estudos são salientadas as desigualdades na escola, presentes em diversas áreas do desenvolvimento dos discentes, como na Linguagem, na História, na Matemática e na Educação Física, como apontam os trabalhos de Moreno (1999), Toscano (2000) e Louro (2003). Nesse ínterim, para Auad (2006),

além das atividades nas aulas de educação física, as brincadeiras nos pátios das escolas e as disposições dos discentes em sala de aula tendem a fornecer indícios de como se dão as relações de gênero na escola e como a interferência de professores e professoras influencia essas relações. Não obstante, as atividades realizadas e os diálogos travados pelos docentes nos momentos de intervalos, especificamente na sala dos professores, também indicam as relações de gênero na escola.

O conceito de divisão sexual do trabalho é bem amplo, possuindo uma longa história. De acordo com Hirata (2002) tal noção foi inicialmente utilizada pelos etnólogos para indicar uma divisão “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. O antropólogo Levi-Strauss, por exemplo, fez dessa noção o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família.

Hirata e Kergoat (2007) ao esquematizarem a gênese do conceito no contexto francês destacam que:

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 597).

O termo “divisão sexual do trabalho” é aplicado na França a partir de duas acepções: de um lado, temos um significado sociográfico que tende a estudar a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as alterações no tempo e também no espaço dessa distribuição. Se analisa como ela se integra à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos⁷. As autoras enfatizam que essa definição do termo não permite avançar mais além do que a simples comprovação da desigualdade entre os sexos e de acúmulo dessas desigualdades (a noção de conciliação, complementaridade, de tarefas entre os sexos). Assim, percebe-se que:

7 Assim, esse tipo de análise é indispensável, por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para aferir a igualdade profissional de homens/ mulheres, observando que é um verdadeiro desafio político na França como assim expressam Hirata e Kergoat (2007, p. 596).

A ideia de uma complementaridade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Remete a uma conceitualização em termos de “vínculo social” pelos conteúdos de suas noções (solidariedade orgânica, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de tarefas). A abordagem em termos de “complementaridade” é coerente com a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais. Ela aparece de formas diversas (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 603).

Entretanto, segundo Hirata (2002), as antropólogas feministas, são as primeiras que assentaram um conteúdo novo para o termo divisão sexual do trabalho, explicando que ela simboliza não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder hierárquica, dos homens sobre as mulheres.

A partir desse ponto Hirata e Kergoat (2007) expõem o segundo significado do conceito, que em termos de divisão sexual do trabalho englobaria: a) mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e b) articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, por conseguinte os sexos, para criar um sistema de gênero. Destarte, as análises reguladas a partir dessa segunda definição consentem o remontar das origens dessas desigualdades e, por fim, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Não obstante, esse tipo de divisão sexual do trabalho expõe, ainda, dois princípios organizadores: o primeiro baseado na separação, ou seja, separa o

que é trabalho de homem e trabalho de mulher. Quanto ao segundo princípio abalizado na hierarquização determina que um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. Essas origens são válidas para todas as sociedades, no tempo e no espaço, podendo ser legitimadas e, portanto, aplicadas, a partir da ideologia naturalista (remete ao destino natural, e por isso imutável, da espécie), que tende a restringir o gênero, as práticas sociais, ao sexo biológico, no caso aos “papéis sociais” sexuados. (HIRATA & KERGOAT, 2007; HIRATA, 2002).

Faz-se necessário salientar que a partir do conceito de gênero, é possível se considerar a divisão sexual do trabalho não como algo natural, determinista, rígido e imutável, mas que parte das relações sociais, que é um constructo dialético, entre invariantes e variações, inserido no processo sócio histórico, e, portanto, que pode ser desconstruído e reconstruído (ALBUQUERQUE, 2007; HIRATA, 2002).

Isso fora comprovado com a pesquisa, visto que a marcação das diferenças e das identidades de gênero estão presentes nos espaços da escola (salas de aula, corredores, sala dos/as professores/as, espaço de recreação, refeitório, entre outros). Professores e professoras, sem perceber, legitimam as diferenças de gênero e formam grupos: feminino e masculino, cada grupo ocupando seu espaço, o que não é diferente entre os alunos, sem contar com a dicotomia feita pelos próprios profissionais: dando também a cada sexo um tratamento diferenciado a partir do momento em que separam meninos e meninas em determinadas atividades, por exemplo.

Podemos esboçar que na atual conjuntura, a tensão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é uma realidade no cotidiano da maioria das mulheres trabalhadoras, os quais têm sido conferidos, sobretudo, a elas que enfrentam os conflitos da vida diária que resultam da contradição entre essas duas esferas de trabalho. A inserção da mulher no mercado de trabalho cada vez mais significativa não tem obedecido a uma maior divisão do trabalho doméstico com os homens e nem a uma maior oferta de serviços públicos direcionados para as necessidades cotidianas da reprodução social.

Alguns resultados

Quando questionadas acerca da jornada de trabalho, divisão do trabalho doméstico, administração da casa e educação dos (as) filhos (as), os relatos das sete respondentes respondentes aqui analisados apontam nessa mesma direção,

visto que, comumente, a mulher que ingressa na atividade remunerada não diminui de modo equivalente o tempo de trabalho no espaço doméstico, assim as sete respondentes salientam que além do trabalho como professoras são responsáveis pelas atividades do espaço doméstico.

Os relatos assinalam que o tempo de trabalho, ou seja, a jornada de trabalho remunerado e não remunerado de uma mulher será sempre maior que a do homem, pois este nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes, não assume sua parte nos trabalhos de casa e de cuidados. Outro ponto importante é a falta de uma rede de serviços públicos que venha a se ocupar de alguns desses afazeres. Nesse sentido, a mulher quando pode pagar, recorre para a contratação desses serviços, delegando a outras mulheres as tarefas domésticas e a responsabilidade dos cuidados com a família.

Os resultados apontam aspectos do trabalho produtivo e reprodutivo, mostrando que no universo das respondentes, todas as docentes ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Este dados ratifica a permanência da lógica que preside a divisão sexual do trabalho no contexto do sistema capitalista/patriarcal.

Logo, percebe-se que a dupla, a tripla ou quadrupla jornada de trabalho, é a denominação que se tem dado ao movimento ocasionado pela sobreposição de tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano. A dupla e/ou tripla/quarta jornada não pode ser discutida de maneira simplificada, ou seja, como um resultado automático da participação das mulheres no mercado de trabalho⁸ e sim como resultado das relações de produção e reprodução nesse sistema.

Nesse aspecto, entre as respondentes apenas uma salienta que o esposo contribui na divisão das tarefas da casa. Outrossim os entre as respondentes, seus relatos ensinaram o questionamento acerca das diferenças, do que é ser mulher na sociedade contemporânea. Assim, todas as respondentes afirmam que são mulheres, e tal afirmação domina as demais mulheres de lugares, idades e opiniões diferentes. Para elas, asseverar que são mulheres afasta qualquer possibilidade de elas se definirem de forma diferente. Ser mulher não é a pura comprovação de um estado de fato, mas a afirmação de uma pretensão de ser, pois a grande empreitada de todas elas é o dever de ser o que elas percebem

8 Observa-se que quando a questão é tratada de forma simplificada estamos tão somente mais uma vez culpabilizando a mulher ao passo que legitimamos o discurso masculino – machista –, pois se apenas em casa ela estivesse, cumprindo suas obrigações de esposa, mãe, dona de casa, tais problemas seriam evitados ou não existiriam.

por mulher. Ora, verifica-se que para elas ser mulher é abraçar todas as responsabilidades para si; é organizar, cuidar; é ser avaliada e avaliar-se, permitir-se ser julgada e condenada quando algo sai errado, por exemplo. Entretanto, esse comportamento deve ser compreendido e respeitado, pois são comportamentos adquiridos culturalmente.

Para a maior parte delas, a situação da mulher vem melhorando com o tempo, principalmente para aquelas com ensino superior, em virtude das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e melhores salários, se comparado com as que apresentam menor nível escolar, bem como se comparado com as gerações mais velhas, suas mães, avós e tias, por exemplo. Muitas se declaram independentes, “determinadas”, “decididas”, “batalhadoras”, “lutadoras” ou “guerreiras”, pois em muitas vezes tiveram que tomar decisões importantes, principalmente no seio familiar, como, por exemplo, decidir por uma separação diante de um casamento que não ia bem. Assim, para elas, ser mulher hoje significa ter mais liberdade e autonomia. Contudo, no que tange à divisão dos afazeres domésticos e ao cuidado com os (as) filhos (as), majoritariamente elas afirmam que são elas as responsáveis pela manutenção e a ordem da casa e da família, contando, em alguns casos, com a presença de diarista e/ou empregada doméstica.

Araújo e Scalon (2005), após ampla pesquisa realizada em 2003, que contou com 2000 domicílios em 24 estados brasileiros, constataram que a maior parte do trabalho doméstico entre nós ainda continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Assim, para essas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos (mas não nas tarefas domésticas).

Logo, embora a contribuição masculina nos afazeres dentro do lar aumentem lentamente, as docentes ainda trabalham pelo menos duas vezes mais do que os homens, desempenhando as tarefas rotineiras do lar (cuidar das crianças, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, limpar a casa, entre outras). Nesse sentido, as implicações dessa injusta divisão são notadas, frequentemente, em sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e de insatisfação com o casamento por parte das mulheres, bem como aumento de conflitos e insatisfação marital. Por outro lado, maior participação masculina nessas tarefas seria um elemento excelente de satisfação marital.

Na comparação com os homens, as mulheres despendem mais que o dobro de horas semanais em afazeres do lar. Cerca de 50% dos homens realizam

afazeres domésticos, ao passo que entre as mulheres esse percentual fica em torno de 90%. O conceito de trabalho normalmente desconsidera o trabalho doméstico não remunerado. Nesse sentido, o estudo evidencia a importância dessa atividade, tanto do tempo que se gasta com ela quanto de sua relevância para a reprodução da vida social e econômica. Devido às convenções de gênero existentes em nossa sociedade, que estabelecem lugares, papéis e identidades femininas e masculinas, cabe às mulheres a realização dos afazeres domésticos. Apesar de todas as transformações em processo em variados campos sociais, como a educação e o mercado de trabalho, esta convenção se mantém praticamente inalterada (IPEA, 2012).

É na sociedade que as características sexuais femininas e masculinas são construídas e representadas. Portanto, ao chegarem à escola, meninos e meninas já percorreram um caminho social de convivência e de incorporação dos valores de sua cultura. Sabem a que gênero pertencem e, na maioria das vezes, o que se espera deles nos papéis masculino e feminino. Isso nos faz dizer que em muitos casos, estão carregados das antigas visões preconceituosas acerca do homem e da mulher, edificadas com base nas diferenças de sexo. Por sua vez, a escola reflete o sexismo que trespassa toda a sociedade, reproduzindo, com frequência, as estruturas sociais, robustecendo os preconceitos e vantagens de um sexo sobre o outro, colaborando para a construção da identidade sexual das meninas e dos meninos.

No que se refere ao sexismo na escola percebe-se que a escola pode ensinar a pensar, a questionar, e com isso apontar para novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo, podendo abraçar e tomar para si a empreitada de resistir e proporcionar mudanças nessas concepções e comportamentos sociais. Por outro lado, a partir do momento em que não explicitar as desigualdades de gênero, a escola pode acomodar-se e continuar (re)produzindo os modelos tradicionais na relação entre os sexos. Entretanto, caso faça a segunda opção, estará evitando a percepção e construção de novas maneiras de estabelecer a relação entre mulheres e homens.

Portanto, a escola colabora para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas, historicamente construídos, que tendem a manter as mulheres marginalizadas e hierarquicamente submetidas a padrões masculinos.

A linguagem, o pensamento científico androcêntrico, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e os padrões de relação entre professores/as e alunos/as contribuem para a manutenção do *status quo* masculino e feminino. Assim, a visão androcêntrica do mundo

é compartilhada por todos, mulheres e homens, e não percebemos, pois, tendo sempre estado nela submersos, encaramos como universal, natural e imutável.

Assim, quando questionadas acerca da jornada de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, a administração da casa, a educação dos (as) filhos (as) e o trabalho produtivo e reprodutivo, as respondentes majoritariamente relataram que são elas que cuidam dos afazeres domésticos e da educação dos (as) filhos (as) e chegam a contar com a presença de diaristas ou empregada doméstica, mesmo tendo a presença masculina (esposo) em casa. Quanto à jornada de trabalho no espaço público e privado, as respondentes salientam que uma não interfere na outra; no entanto, chegam a relatar que seria interessante ter mais tempo para os cuidados com elas mesmas.

Apreciações Conclusivas

Nesse sentido, as respondentes, em seus relatos, salientam a necessidade de vermos a atividade docente como ato político, no qual a reflexividade do/a docente ganha espaço e significado, apontando a atuação docente para uma perspectiva emancipatória. Acreditamos que este trabalho foi interessante, pois possibilitou a todos(as) a consciência de que tanto os(as) docentes como os(as) discentes são sujeitos aprendizes e promotores da aprendizagem.

A pesquisa aponta a necessidade de continuidade destes estudos com o intuito de ampliar a evolução teórica e empírica desse processo. Observa-se que nesse processo de escolhas e decisões, vários são os questionamentos, e assim os procedimentos teórico-metodológico adotados para compreender as relações sociais de gênero construídas no trabalho docente foram significativos para nortear o desenvolvimento do trabalho e responder às questões e hipóteses levantadas.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

ARAÚJO, C., & SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HIRATA, Helena. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 273-289.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– Síntese dos Indicadores Sociais (Disponível no site: www.ibge.gov.br). Acesso em 03/10/2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulher no mercado de Trabalho. Média das estimativas mensais. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado; Acesso: novembro de 2013.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) portal.inep.gov.br/.../pesquisa-internacional; Acesso: agosto de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZZI, Carla. (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos.** Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense. 1991.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação:** um manual para o educador. Petrópolis: Vozes, 2000.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê:** políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA. 2002.

A QUESTÃO DE GÊNERO E O TRÂNSITO NA FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE DIREÇÃO VEÍCULAR NO BRASIL. EM BUSCA DA CIDADANIA EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE.

Carla Rezende Gomes

Universidade Federal de Sergipe – PPGED

rezendecarla@hotmail.com

Resumo: O presente artigo aborda, de uma maneira geral, questões que envolvem noções de cidadania e educação para o trânsito, são temas de interesse nacional no contexto brasileiro e também uma questão de saúde pública, pois envolvem a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate envolve aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação. Diante destas discussões propomos maior empenho no incremento da educação para a cidadania nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. Trata-se de uma investigação de doutoramento em Educação, ainda em andamento, no núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, Brasil e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob a forma de bolsa CAPES de doutorado sanduiche.

Palavras chave: gênero, trabalho, trânsito, educação, cidadania.

Os índices de acidentes de trânsito com mortes no Brasil são assustadores, associados a isto há um fenômeno digno de análise, o número de mortos do sexo masculino, os homens são a grande maioria, um número maior do que a proporção existente entre homens e mulheres condutores, ademais quando nos referimos a morte não nos referimos apenas aos condutores mortos e sim a todos os envolvidos nos acidentes, sejam eles motoristas ou caronas. Os acidentes de trânsito são responsáveis pela morte de boa parte dos homens brasileiros em idade produtiva, principalmente os mais jovens. Por que isso acontece? Este artigo pretende apontar uma possível resposta a esta pergunta, identificamos na forma como os rapazes são criados para serem homens, e na falta de uma educação voltada para os valores da cidadania, fortes fatores contribuintes para este fenômeno. Estas considerações fazem parte minha pesquisa de doutoramento em Educação, em andamento, que discute relações de gênero, trabalho e educação para o trânsito, cujo título (provisório) é “Relações de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular e condutores (as) em Sergipe”, este estudo se debruça sobre a educação para o trânsito que acontece no Brasil nos dias de hoje, por considerar que aqui a educação para o trânsito de uma maneira geral e a formação dos instrutores de direção veicular em particular acontecem de maneira precária, uma vez que, instrutores cometem infrações que deveriam evitar e no caso da formação dos condutores, acredito que apenas algumas horas de aula, poucos dias antes de obter a carteira nacional de habilitação, não sejam suficientes para formar cidadãos com direitos e deveres, capazes de usufruir com segurança do sistema trânsito, seja como condutor ou pedestre. Particularmente os jovens apresentam comportamento diferenciado no trânsito, orientados por ideologia patriarcal que valoriza os estereótipos de masculinidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, esse método é o mais adequado para as pesquisas que abordam o tema gênero, pois, segundo Mies (1983, apud Flick 2009) e Flick (2009), a pesquisa quantitativa geralmente ignora as vozes femininas ao estudar o objeto como neutro. Já a pesquisa qualitativa possibilita que as vozes femininas sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Para Flick (2009) esta postura permite um desafio à maneira como as pesquisas são feitas, visto que as pesquisas de um modo geral concentram-se na ignorância sobre a situação de vida das mulheres e na dominância masculina.

O campo empírico da pesquisa constitui os Centros de Formação de Condutores, (CFC's) do município de Aracaju. A pesquisa acontecerá apenas no município de Aracaju por ser esta a capital de um estado pequeno que traz na

composição de sua população uma amostra representativa de todo o Estado. Ainda segundo as estimativas da Gerência de Serviços de Credenciamentos do DETRAN/SE e do Sindicato dos instrutores de trânsito, a cidade de Aracaju agrupa, aproximadamente, 65% de todos os instrutores do Estado de Sergipe. A população da pesquisa integra os instrutores e os candidatos a habilitação e renovação da CNH.

Serão consultadas várias fontes de informações: Literatura Pertinente - Documentos; estatísticas em sites especializados, legislação específica, noticiários.

Para o acesso aos respondentes serão utilizados dois instrumentos: observação livre direta e entrevista semi-estruturada individual ambas realizadas com candidatos a habilitação e a renovação bem como com os instrutores dos Centros de Formação de Condutores de Aracaju. Estas técnicas são consideradas por André (2005) como as mais eficazes para que o (a) pesquisador (a) se aproxime dos sistemas de representação classificação e organização do universo estudado. Trago a esta discussão ainda dados da realidade Portuguesa, já que, por se tratar de um trabalho que foi agraciado com a bolsa CAPES de doutorado sanduiche, parte da pesquisa bibliográfica foi realizada na cidade do Porto em Portugal, o que tornou possível a discussão em loco da realidade do trânsito Português. Considerou-se interessante trazer esses dados ao texto, pois os números mostram que não se trata de uma questão apenas brasileira, visto que, em Portugal esta questão igualmente afeta mais aos rapazes que as moças.

De acordo com dados do DENATRAN , o trânsito no Brasil é responsável pela ocorrência de 300 mil acidentes por ano, que deixam a expressiva marca de 30 mil mortos e outros 350 mil feridos, representando custo anual de cerca de R\$10 bilhões.

Dados da ABETRAN, Associação Brasileira de Educação para o Trânsito informam que o Brasil atingiu um pico histórico em 2007, com 66.837 mortes segundo os seguros DPVAT , um número extremamente elevado e alarmante, que coloca o Brasil entre os países com mais mortes no trânsito no mundo, em contrapartida no ano de 2008, toda a União Europeia contabilizou 38.000 mortos .

A partir destes dados conclui-se que, em 2007, houve a média de 183 mortes por dia no trânsito brasileiro (7,6 por hora). A ABETRAN diz ainda que estudos mostram que a maioria das vítimas fatais do trânsito no Brasil continua sendo homens jovens de cidades de pequeno e médio porte. Em todos os anos analisados, por volta de 80% das mortes são de pessoas do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 20 a 39 anos. Ainda é muito forte no Brasil uma cultura entre os homens jovens de conduzirem veículos sob o efeito de álcool

e drogas, e sob alta velocidade, donde se conclui que a grande maioria dessas mortes poderia ser evitada.

Há algo muito errado com o trânsito brasileiro e certamente existem várias causas para este fenômeno.

Em Portugal, segundo Martinho (2004) os acidentes de trânsito são a principal causa de morte nos jovens e a diferença de gênero é bem marcada, pois 91,2% das vítimas fatais são do sexo masculino, assim como 86,4% dos feridos graves.

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Segurança Rodoviária ANSR, em 2010, os jovens dos 18 aos 24 anos constituem 08% da população portuguesa e representam 16% do total de vítimas resultante de acidentes de trânsito. A supremacia dos jovens verifica-se também em relação aos acidentes mais graves, uma vez que o risco de morte destes usuários é superior ao dos restantes grupos etários. Registaram-se 88 mortos por um milhão de habitantes entre os jovens, enquanto no caso dos outros usuários este indicador foi igual a 68. A maioria das vítimas pertence ao gênero masculino: 83% do total de jovens mortos, 78% dos feridos graves e 63% dos feridos levemente. (PORTUGAL, 2012)

O documento informa ainda que calculou-se o número de condutores mortos por cada mil vítimas segundo o gênero, e constatou-se que entre os condutores do sexo feminino se verificam 6 mortes, por cada mil vítimas, enquanto para o sexo masculino este indicador é igual a 23 mortos. (PORTUGAL, 2012)

Num estudo etnográfico realizado na Noruega sobre comportamento no trânsito de um grupo de jovens do sexo masculino foram identificados dois fatores relevantes para ato de conduzir: a velocidade e a ostentação. A velocidade implica um desafio às normas de segurança, constituindo também um exercício de controle sobre condições adversas, já a ostentação foi apontada como igualmente interessante para os jovens que se dedicam a melhorar a performance do automóvel e a embelezá-lo através de luzes adicionais, pneus largos, caixas de som potentes, etc... Segundo Garvey, este aparato explícito traduz uma tentativa de criar uma imagem de proprietário de um carro potente, robusto e “com caráter”. (Garvey, 2001, apud Martinho, 2004, p.79/ 80)

Estudos de gênero e masculinidades

Condução perigosa, violação de regras.

Panichi e Wagner (2006), em sua pesquisa sobre a condução perigosa entre motoristas jovens, perceberam a variável gênero como muito significativa. Elas

apontam que os jovens de sexo masculino subestimam os riscos e conduzem de maneira mais perigosa do que motoristas do sexo feminino. Citando pesquisas como as de Simon e Corbett (1996) e Yagil (1998) afirmam que foi comprovado que os acidentes de trânsito entre sujeitos do gênero masculino estão mais freqüentemente relacionados à violação de alguma regra de circulação e evidenciaram que motoristas do gênero masculino, de idades entre 18 e 24 anos, apresentaram uma menor motivação para cumprir as normas da circulação e maiores taxas de violação das regras de trânsito, quando comparados a motoristas jovens do gênero feminino. Esses estudos indicam um maior risco de envolvimento em acidentes e a prática de condutas de risco no trânsito entre adolescentes e adultos jovens do gênero masculino.

Percepção acerca do risco

Ana Rita Laranjeiras (2004) afirma que gênero do adolescente também influencia a sua percepção a cerca do risco que corre. Pesquisas apontam que apesar de serem os rapazes as maiores vítimas dos comportamentos violentos, são as meninas quem acreditam serem mais vulneráveis diante da possibilidade de algum perigo. (Cornnell, 2000; Harris, 2000). Em sua pesquisa Harris conclui que essa suposição de invulnerabilidade dos meninos pode estar associada às definições tradicionais de masculinidade, mais precisamente no que se referem aos estereótipos de que os homens são resistentes e corajosos em contraste com a fragilidade e passividade associadas ao gênero feminino. A autora chama ainda nossa atenção para o fato de que um comportamento de risco possui caráter multiplicador, ou seja, uma situação perigosa acarreta frequentemente outros riscos, tais como o uso de álcool e a atividade sexual precoce e/ou desprotegida, e uso de álcool e acidentes de trânsito, por exemplo.

Homens e comportamentos de risco

Para Martinho (2004) é pertinente e razoável fazer uma relação entre o risco no trânsito e a construção da masculinidade devido a posição predominante assumida pelos homens nas estatísticas e nas pesquisas apresentadas até agora.

Em seu estudo, Travis et al (2001) perceberam que apesar de as colisões entre veículos em movimento apresentarem níveis semelhantes entre homens e mulheres, quando o acidente advinha da perda de controle do veículo o

número de homens envolvidos passava a ser o dobro em relação as mulheres. Os autores justificaram esse resultado afirmando que os homens assumem mais comportamentos de risco, como a condução em excesso de velocidade ou sob influência de álcool.

As estatísticas não deixam dúvidas que a sobremortalidade dos homens durante a adolescência e juventude tem subjacentes padrões comportamentais específicos e são esses padrões que constituem uma ameaça a saúde dos homens. (LARANJEIRAS, 2004)

Outro aspecto importante da formação das masculinidades é o consumo de álcool. Para Almeida (1995) apud Grossi (2006) aprender a beber, a suportar bebida é uma das características marcantes da masculinidade tradicional e Grossi acrescenta que os bares são locais masculinos institucionalizados em nossa cultura, lugares onde se consome álcool. Para a autora, o concurso desses três elementos, veículo automotor, adolescência e álcool é uma combinação explosiva. Grossi salienta que uma das principais definições da masculinidade no ocidente é que o masculino é um gênero ativo. No senso comum, ser ativo significa, sexualmente, penetrar o corpo da/o outra/o.

“No Brasil, homem é aquele que come, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas” [...] Outro aspecto da masculinidade hegemônica em nossa cultura é a atividade percebida positivamente como agressividade. Desde a infância a identidade masculina se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde repetidas vezes com agressividade. Isso é naturalizado, os meninos são vistos como agressivos e esse não é um problema das meninas. Professoras e pais acreditam que aqueles meninos são agressivos por que nasceram assim, que é uma característica inata do sexo masculino e não que se trata de um comportamento estimulado e esperado de meninos, que devem desde muito cedo, se comportar como pequenos homens.” (GROSSI, 2006 p. 6/7)

Estereótipos de gênero

Os estereótipos de gênero estão relacionados a um conjunto de atributos que se acredita que sejam mais característicos de um ou de outro sexo, e compreendem domínios como crenças acerca de características físicas de um ou de outro sexo, traços de personalidade, comportamentos, aptidões e disposições emocionais. No que se refere ao conteúdo desses estereótipos, as características atribuídas ao sexo masculino tem subjacente uma dimensão instrumental,

enquanto que ao sexo feminino está associada uma dimensão emocional ou expressiva. (LARANJEIRA, 2004)

Contrariamente a feminilidade, cuja essência “natural” é reafirmada nas menstruações, gestações e partos, a masculinidade exige empenho. A identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades e requer constantes provas. Essa fragilidade impõe aos homens que continuamente confirmem a si próprios e aos outros a sua masculinidade. Essa necessidade de afirmação na esfera masculina leva a que muitos jovens rapazes corram riscos que podem comprometer a sua saúde. Precisamos reconhecer que alguns comportamentos que os rapazes adotam são valorizados e reforçados pelas expectativas da sociedade face ao que é ser-se masculino. (LARANJEIRA, 2004)

Categoria gênero

A concepção de gênero elucida a construção, reprodução das relações entre os sujeitos, a construção da identidade instituída através do gênero; esclarece, ainda, os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e disparidades nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição - cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado das relações sociais - os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais (CRUZ, 2005).

A categoria gênero compreende as diferenças construídas entre os homens e as mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, ou seja, de poder, estabelecidas entre eles. (SCOTT, 1990). O gênero é compreendido como uma relação que organiza as experiências sociais em função da diferenciação cultural entre os sexos. Conforme Heilborn (1997), as categorias de gênero “revelam sempre uma relação de natureza assimétrica. Trata-se de um imperativo simbólico originado por constrangimentos estruturais de ordenação da cultura.” (p. 298).

Estudos de gênero são estudos que desvelam as relações sociais. Atualmente, esta temática ganha destaque nas Ciências Sociais, pois coloca os estudiosos do assunto diante de um novo paradigma onde são revertidos todos os padrões de dominação e assimetria entre grupos socialmente discriminados.

Os estudos de gênero tiveram origem com o movimento feminista e seus estudos sobre as mulheres, os quais, desde a década de 1960 até os dias atuais, incorporaram variados temas às suas discussões, tais como as questões dos homossexuais, dos negros, dos asiáticos, dos hispânicos, enfim, as ditas

“minorias”, chamadas de “minorias ativas” por Serge Moscovici. Ativas, pois são “desafiadoras do senso comum, capazes de provocar, pela firmeza e visibilidade de suas posições, transformações das normas e relações sociais”. (OLIVEIRA, 1993)

É importante enfatizar que estudos de gênero dizem respeito a homens e mulheres. Na medida em que o estudo de um, necessariamente, implica o estudo do outro, não faz sentido analisá-los separadamente, pois esta seria mais uma forma de perpetuação das diferenças estabelecidas socialmente. A categoria gênero é, portanto, relacional, vez que aponta as construções culturais de idéias que determinam papéis adequados a mulheres e homens, ou seja, seus papéis sexuais. O uso do termo é abrangente e pode, inclusive, tratar de sexo entre uma série de outras relações sociais.

Para Connell (2002) “O gênero refere-se a uma estrutura de relações sociais centradas na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais”. (Connell, 2002:10 apud Amâncio, 2004, p.19)

Grossi (2006) citando WelzerLang (2001) afirma que o modelo de sexualidade predadora masculina é um ponto determinante na constituição do gênero masculino. Sexualidade esta que é formada na visão de que mulheres devem ser consumidas tal como se dá o aprendizado da sexualidade pela mídia pornográfica, posto que o fato de se tratar de imagens femininas, as quais se toca pelo papel ou pela tela do computador, permite que o olhar masculino sobre as mulheres as transforme num objeto que se pode consumir.

Silva (2002) salienta que a maioria das vezes, a aprendizagem da masculinidade faz-se pelo cultivo de uma atitude antagônica em relação às mulheres, de uma cultura anti mulher, em que se rejeita tudo o que for percebido como feminino. Por exemplo, mostrar emoções, cuidar de outras pessoas e do próprio corpo, falar sobre sentimentos e, também, como nos alerta Laura Astúrias, (1997:3) ter sucesso na escola. E, indo mais longe, Silva nos pergunta: “Que margens, que constrangimentos pode experimentar um rapaz no processo de construção da sua identidade em contexto escolar?” (SILVA p.108)

Medo de não atingir o ideal utópico: esportes de força

Para Bourdieu (1998) o medo de não atingir o ideal utópico de virilidade instiga o investimento em comportamentos imprudentes e desafiantes que demonstram uma prova da masculinidade. A recusa da vulnerabilidade

associada ao mundo feminino resulta nesta luta contínua pela afirmação da masculinidade através de manifestações excessivas de violência e força. Os esportes que possibilitam a exibição das qualidades associadas aos valores tradicionalmente masculinos, como coragem ou força, continuam a arregimentar grande número de admiradores. O culto em torno das modalidades voltadas para a competição revela o grau de importância social e simbólica das demonstrações públicas de virilidade. (Martinho, 2004)

Acidentes?

O texto da portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001, que determina a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), diz ainda “ esta política adota o termo acidente em vista de estar consagrado pelo uso, retirando-lhe, contudo, a conotação fortuita e casual que lhe pode ser imputada. Assume-se, aqui, que tais eventos são, em maior ou menor grau, perfeitamente previsíveis e preveníveis”.

Previsíveis e Preveníveis. São essas as palavras utilizadas pelo texto. É previsível, diante dos argumentos que foram expostos acima, que um adolescente cause um acidente de trânsito ao conduzir um veículo. Seria este fato prevenível? Como prevenir? Apresento aqui algumas sugestões: 1º) não permitir que adolescentes menores de 18 anos conduzam veículos automotores; 2º) punir de fato os infratores; 3º) diminuir a sensação de impunidade que assola o Brasil; 4º) ensinar o/a motorista brasileiro/a a dirigir com seriedade; 5º) aumentar o respeito a cidadania por parte da população, 6º) formar melhor os instrutores. Sim, é um projeto ambicioso.

Humanização do trânsito

A humanização no trânsito tem como objetivo prevenir a extinção da vida humana, ou seja, a preservação da vida, onde cada ser humano é único e insubstituível para sua família e seus amigos. A ciência na busca de soluções para o problema desenvolve projetos e alternativas para a melhoria do trânsito (máquina e as vias urbana e rural), sem focar o real problema que é a conscientização de motoristas e pedestres que contribuirá para o avanço da ciência (MATURANA, 2009).

Violência e cidadania

Da Matta, (2010) considera que a violência no trânsito brasileiro não só é tolerada, mas esperada, ela emerge na forma de infinitos gestos grosseiros e numa epidemia de acidentes e está diretamente ligada com o nosso estilo de construir, ocupar e usar o espaço público (lojas, restaurante, filas, estacionamentos, escolas, bancos, calçadas, etc.) seja no papel de pedestre ou no de condutor, consumidor e cidadão. Ou seja, está nas raízes do modo de ser do brasileiro o costume do desrespeito às regras estabelecidas de boa convivência em comunidade. É importante perceber que para a maioria dos motoristas e motociclistas entrevistados por Roberto Da Matta em sua pesquisa, seus carros e motos são sinônimos de liberdade, logo, conclui o autor, diante dessa mentalidade se torna difícil conscientizá-los da necessidade de obediência às regras e códigos, pois regras e códigos servem justamente para frear a desejada liberdade adquirida através dos veículos automotores.

Um dos cinco pilares do plano geral de ação para a década de ações de segurança no trânsito, da ONU, é: “Incentivar os comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários”. No contexto brasileiro percebe-se que a falta de comportamento cidadão, aquele que obedece às mínimas regras de respeito ao outro como não dirigir alcoolizado ou com excesso de velocidade, com as luzes no farol alto, pela contramão, pelo acostamento, pode ser apontado com causador de acidentes e mortes. Não deveria ser preciso aprender isso na educação para o trânsito, pois qualquer cidadão ciente de seus deveres sabe que não é admissível conduzir dessa maneira. Que o farol alto atrapalha a visão de quem vem, por isso não se deve usá-lo quando há outro motorista vindo em sua direção, que dirigir em alta velocidade põe em risco as vidas de outras pessoas, que consumir álcool ou outras drogas antes de dirigir também. Está claro que a ideia de cidadania envolve direitos e deveres e que boa parcela da nossa população pensa ter apenas direitos. Precisamos avançar contra isso de alguma maneira, resolveremos só pela educação? Evidente que não, mas já é um começo. Pablo Gentili (2000) problematiza a discussão sobre a educação cidadã afirmando que:

“A cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem, mas também que tende a torná-los uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos. Educar para a prática cidadã significa, também, contribuir para formar a própria cidadania. Trata-se

de um problema ético e político que resume a razão de ser de toda a educação democrática”. (p. 149\150)

Enfim, se trata de um desafio ético e político que envolve todas as instâncias sociais, logo, todos e todas nós somos responsáveis pelo sucesso dessa empreitada.

Conclusão

Este texto apontou um tema de interesse nacional e de saúde pública no Brasil, que envolve a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate abraça aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação.

Diante destas discussões propomos um empenho no incremento da educação para a cidadania, nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. É importante salientar que a lógica da educação para a cidadania deve considerar a possibilidade de uma outra socialização para o gênero, tanto para a masculinidade como para a feminilidade, visto que, os rapazes são criados para agirem como agem. Isto é possível, posto que segundo Louro (2004) o gênero é um fator em constante construção e que o conceito exige pensar de modo plural, pois as concepções de gênero não diferem tão somente entre sociedades ou contextos históricos, mas mesmo no interior de uma sociedade e dos diferentes grupos que a constituem, quais sejam, étnicos, religiosos, raciais, de classe.

Trata-se de um projeto muito maior, pois necessita influir na educação escolar, na educação familiar, nos meios de comunicação, enfim nos diversos domínios sociais. Não logrará êxito se for conduzido apenas por uma instituição, a escola sozinha não resolverá esse problema, nada acontecerá se ela fizer seu trabalho e em seguida os pais ensinarem seus filhos de 13, 14 anos a dirigir, se os centros de formação de condutores fizerem seu trabalho, mas a escola não levantar este tipo de reflexão em suas aulas, pouco resultará se as igrejas trabalharem o respeito ao próximo com seus fiéis, mas os meios de comunicação de massa permanecerem propagando a ideia de que homem de verdade é o que dirige em alta velocidade e que carro bom é aquele que atinge 300 k/h de velocidade, para que? Se o limite máximo de velocidade no Brasil não passa de 110 k/h?

Neste projeto é importante que todos estejam dispostos a trabalhar em conjunto, em prol de um bem comum, uma vez que se pretende que o trânsito seja tão somente aquilo que é, ou deveria ser, uma forma de nos deslocarmos no espaço, que nos proporcione qualidade de vida e não apresse a nossa morte.

Referências bibliográficas

ABETRAN. Associação Brasileira de educação de trânsito. Mapeamento das mortes por acidentes de trânsito no Brasil. Disponível em http://abetran.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12627&Itemid=2 consultado em 27 de janeiro de 2010.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. In: Revista Conexões UNICAMP, v. 2, n.1, 2004.

ASTÚRIAS, Laura. Constituicion de La masculinidad y relações de gênero. Fórum mujeres em lucha por La igualdad de derechos y La justicia soci, Guatemala. 1997.

BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel. (org.) A dominação masculina revisitada. Campinas. S.P.: Papirus, 1988.

_____. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Ática, 1996.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. Inovações tecnológicas e relações de gênero no setor de serviços financeiros bancários. In Revista do mestrado em educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Editora UFS/ NPGED, 2002.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001

_____ Fé em Deus e pé na tábua, ou, Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução a pesquisa qualitativa. 3ª. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In Azevedo J.C. et al. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 143-156\ CRSS

GROSSI, Miriam Pilar. Masculinidades: Uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão, UFSC, Florianópolis, 2006.

HEILBORN, Maria Luisa O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R., (org.). Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos Sobre Crianças E Adolescentes Pobres No Brasil. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro. 1997 LARANJEIRA, Ana Rita. Não és homem não és nada: Masculinidade e comportamentos de risco. In AMÂNCIO, Lígia.(org.) Aprender a ser homem. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

PORTUGAL, Sinistralidade Rodoviária Envolvendo Jovens. Ficha Técnica: Os Jovens. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. ANSR. Lisboa, 2012

MARTINHO, Teresa. Viver jovem, morrer depressa: Masculinidade e condução de risco. In AMÂNCIO, Lígia.(org.) Aprender a ser homem. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

MATURANA, E. Qual a importância da educação no trânsito no município de Jarú. Jarú. Ed. Webartigos, 2009. In <http://www.webartigos.com/articles/13733/1/Qual-a-Importancia-da-Educacao-no-Transito-para-o-Municipio-de-Jaru/pagina1.html> Consultado em 30 de julho de 2010.

PANICHI, Renata Maria Dota; e WAGNER, Adriana. Comportamento de risco no trânsito: revisando a literatura sobre as variáveis preditoras da condução perigosa na população juvenil In, Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - 2006, Vol. 40, Num. 2 pp. 159-166

SILVA, Sofia Marques Da. Masculinidades inquietas: uma possível reflexão. Ex aequo, n. 7, 2002, p. 107-111

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. 16(2) julho/ dezembro, 1990.

SIMON, F., & CORBETT, C. (1996). Road traffic offending, stress, age and accident history among male and female driving. Ergonomics, 39, 757-780.

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DE CAMARÃO EM UMA COMUNIDADE NO BAIXO AMAZONAS

Christiane Pereira Rodrigues¹

Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas-IFAM,
christianerodrigues82@hotmail.com

Elenise Scherer²

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
elenisefaria@gmail.com

Este artigo tem como proposta identificar o trabalho de pesca artesanal realizado por mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas, porém cotidianamente invisibilizadas. A abordagem é qualitativa, considerando-se seus aspectos, através dos aportes teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica e exploratória. Este estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, iniciada em dezembro de 2015. A realização desse estudo possibilitará a construção do conhecimento histórico, dando visibilidade ao trabalho da mulher pescadora de camarão realizado no baixo Amazonas, sem desconhecer o tempo presente nem as perspectivas futuras, pois faz parte da história social e ambiental da Amazônia brasileira.

Palavras chave: Trabalho, Mulheres, Invisibilidade, Pesca.

-
- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA da *Universidade Federal do Amazonas – UFAM* - Bolsista FAPEAM-RH/interiorização – professora no *Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas-IFAM*.
 - 2 Professora Associada da *Universidade Federal do Amazonas – UFAM*, Pesquisadora da FAPEAM e CNPq, orientadora no PPGCASA/UFAM.

E hoje? Em que pé está a história das mulheres (PERROT, 2015, p.168)

Introdução

Quando Perrot estendeu uma particular importância aos significados do cotidiano da mulher na Europa na década de 70 não imaginou o quanto demoraria para muitas mulheres terem suas histórias reveladas.

A autora destacou a importância da trajetória da mulher como um sujeito ativo e da busca por visibilidade nos espaços públicos e privados. Em sua obra *Minha história das mulheres*, a autora evidencia as representações e os significados mais íntimos da história da mulher, colocando em destaque, o trabalho, os afazeres, as condições de vida, temas até aquele momento, ignorados, deixados à sombra da sociedade.

A invisibilidade destacada no estudo refere-se ao ocultamento, ao desconhecimento da participação da mulher enquanto trabalhadora, ao não reconhecimento do seu trabalho cotidiano, nos dados oficiais e nos trabalhos acadêmicos. A invisibilidade não é uma indiferença, é poder perceber fisicamente o outro e, mesmo sem querer, ignorá-lo (HONNETH, 2009, *apud* SCHERER, 2012, p.20).

Aproximadamente, 45 anos já passaram, mas ainda, muito precisa ser evidenciado, principalmente quando nos referirmos ao trabalho da mulher. As mulheres tiveram que lutar para terem seus direitos reconhecidos, como o acesso à educação, o ingresso na universidade, o direito ao voto, e o próprio direito de ter a sua história contada. Quantas mulheres foram silenciadas ao decorrer de nossa trajetória histórica? O quanto foi perdido?

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem, hoje, no Brasil, há quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo, assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil, que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, porém essas estatísticas tornam invisíveis a participação das mulheres nesse contexto pesqueiro, pois não divulgam suas contribuições na frente de trabalho.

A categoria de pescadoras ainda possui baixa escolaridade, enfrenta condições precárias de trabalho e conta com pouca ou nenhuma infraestrutura para beneficiamento e venda do pescado. Este estudo configura-se em torno da pesca artesanal do camarão *Macrobrachium amazonicum*, realizada por

mulheres em uma localidade de ecossistema de várzea, autodenominada por seus moradores de Salvação, no município de Alenquer, estado do Pará, no baixo Amazonas.

As mulheres pescadoras de camarão encontram, cotidianamente, questões envolvendo as relações e aos papéis de gênero. Primeiro, a pesca do camarão é pertinentemente percebida como um trabalho de mulher. O homem, não é pescador de camarão, estando, assim, inserida em um universo de gênero hierárquico que não reconhece a importância do trabalho da mulher. A pesca do camarão é percebida como um trabalho fácil, próprio da mulher, tornando-se desvalorizado e invisibilizado.

Em nosso estudo a discussão sobre gênero na pesca parte das ideias de Saffioti (2004), o autor reconhece o conceito de gênero como uma construção social entre o masculino e o feminino, sendo uma categoria analítica e histórica, presente nos estudos sobre mulher. Assim, não explicita, necessariamente, a desigualdade entre homens e mulheres, pois compreende também relações igualitárias.

De acordo com Maneschy, Alencar e Nascimento (1995, p. 82) afirmam que é preciso “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”. As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca (MANESCHY et. al., 1995, p. 86).

Nesse contexto, este artigo assume o propósito de verificar a invisibilidade do trabalho de pesca realizado pelas mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas, através de um estudo bibliográfico e exploratório. E assim, surgem os objetivos centrais: Como vivem essas mulheres? Como ocorre o trabalho e a participação dessas mulheres no trabalho da pesca do camarão? Quem são essas mulheres e em que condições trabalham? Até que ponto o trabalho praticado por essas mulheres proporciona uma mudança na condição de vida delas?

Metodologia

Primeira etapa

Foi feito um levantamento bibliográfico por meio de livros, teses e dissertações dos autores como: Castro (1998), Scherer (2000), Simonian (2003), Barthem (2004), Odwyer (2005), Moraes (2005), Fraxe (2007), Brito (2010), Witkoski (2010), Maneschy (2000, 2010, 2012), Alencar (2013), Bocchini (2013), Gerber (2013, 2015), entre outros.

Segunda etapa

A abordagem utilizada foi qualitativa, baseadas em observações em pacientes formas de ouvir e observar. As conversas são essenciais para dar sentido ao que está sendo observado. “É preciso olhar, cheirar, tocar, observar participar viver a experiência como o máximo que o campo nos possibilitar e nos permitir” (GERBER, 2015, p. 39).

Durante a fase exploratória da pesquisa foi realizado um levantamento de dados através de observações e entrevistas realizadas com as pescadoras de camarão na comunidade da Salvação em Alenquer, Pará, baixo Amazonas, no ano de 2015. Foi feito a realização de uma reunião com as pescadoras para exposição da proposta, dos objetivos e das estratégias para execução das atividades de campo. Com isso, pretendeu-se motivar o envolvimento e autorização das mulheres pescadoras para a realização da pesquisa, fator fundamental para sua efetivação, acordado com as normas regimentares do Comitê de Ética.

Esta pesquisa faz parte de uma tese de doutoramento que está em andamento no município de Alenquer, sobre trabalho de mulheres pescadoras.

Localização da pesquisa

Comunidade da Salvação

Seja de bajara, barco, canoa ou voadeira, chegar em Salvação é se deparar com a beleza cênica que rodeia a comunidade, encantando de imediato quem lá chega. Essa comunidade, pertence ao município de Alenquer, Pará - baixo Amazonas, e encontra-se em ecossistema de várzea, dentro de uma área destinada à reforma agrária, projeto intitulado Assentamento Agroextrativista PAE Salvação.

As principais fontes de renda da comunidade são: pesca, agricultura, criação de gado e bolsas do governo. Na comunidade, há mais de 60 anos, é praticada a pesca do camarão, principalmente, a realizada por mulheres.

A comunidade da Salvação tem, aproximadamente, 78 casas e 87 famílias, na comunidade da Salvação, aproximadamente, 60 mulheres pescam camarão.

A invisibilidade do trabalho das mulheres no baixo Amazonas

O baixo Amazonas faz parte do grandioso território amazônico sendo contemplado com dois estados do Norte, o Amazonas e o Pará. O baixo Amazonas do estado do Amazonas é formado por: Barreirinha, Boa Vista do

Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará. Já o baixo Amazonas do estado do Pará é contemplado com os seguintes municípios: Almeirim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Mós, Prainha Santarém e Terra Santa. Porém, o município alvo de nosso estudo desse vasto território será o município de Alenquer pertencente ao baixo Amazonas no estado do Pará.

A Amazônia já passou por vários períodos econômicos, o da borracha, produção de juta, cacau. Mas por traz desse arsenal econômico diversas formas de trabalho ficaram ocultas. São poucas as contribuições referentes a dinâmica histórica das mulheres paralelas aos dos ciclos econômicos mais predominantes.

Harris (2011) esclarece que o século XIX na Amazônia foi marcada pelo trabalho na produção de borracha, porém, em uma pesquisa sobre o processo de constituição e reprodução do Campesinato realizada no baixo Amazonas, no município de Óbidos, mostrou que existia uma produção de borracha muito fraca. Diante disso, as populações buscaram novas formas de trabalho, como a produção de lenha para os navios a vapor, nascendo assim novas estratégias de renda para sobreviver.

Como mostra Harris (2011) os trabalhos das mulheres do baixo Amazonas tendem a ser invisibilizados, em função de estarem paralelos a atividades com maior importância financeira. A hipótese central desse estudo, percebe esses trabalhos paralelos como um conhecimento tradicional aprendido desde cedo, nos ensinamentos dos pais pela prática cotidiana. Trazendo transformações no seu modo de vida, gerando saberes repassados cotidianamente, de geração a geração, importantes para sobrevivência e permanência na comunidade.

Em Parintins, no distrito de Mocambo do Arari, no baixo Amazonas, de acordo com (Borges et. al., 2014), as mulheres que fabricam cerâmicas, são registradas como agricultoras nos sindicatos dos quais a maioria participam, pois, o governo não lhe garante benefícios diante de sua condição de ceramistas, apesar de suas atividades serem fundamentais para manutenção da família e trazerem maior renda.

De acordo com FONA (2015), no baixo Amazonas, em Santarém, o fazer artesanal das cuias pintadas é um importante aspecto cultural da região conhecido desde o século XVIII e somente foi reconhecido recentemente como Patrimônio Cultural do Brasil. Tradicionalmente realizado por mulheres, desde 1762. Esse modo tradicional de fazer das cuias, no dia 11 de junho de 2015, se tornou um bem registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no 79º encontro do seu Conselho Consultivo que ocorreu

em Brasília, o qual aprovou o pedido de registro do modo de fazer cuias do Baixo Amazonas, no Pará, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Um importante reconhecimento, haja vista que a atividade tradicional de pintar cuias iniciadas apenas por mulheres indígenas do baixo Amazonas existe há mais de dois séculos (FONA, 2015). São conquistas como essas que poderão trazer a visibilidade a importância dos trabalhos realizados por mulheres no baixo Amazonas.

De acordo com Thais Helena Medeiros (2013) o trabalho da prática do teçume³ garantiu as mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas aquisição de bens e melhoria de vida através do consumo de mercadorias na substituição de alguns trabalhos manuais diários, os eletrodomésticos como o tanque ou máquina de lavar, liquidificador e fogão a gás; bem como, os mobiliários.

E assim a dinâmica da economia doméstica privilegiou a artesanía substituindo os ganhos que o extrativismo da borracha havia eliminado em meados do século XX. A principal mercadoria de troca ainda é a farinha, outras modalidades sazonais e os objetos de palha de tucumã complementam a renda familiar, projetando essas mulheres para autonomia financeira.

Como é o caso da pesca do camarão no baixo Amazonas, ocorrida no município de Parintins e Alenquer. Esses dois municípios foram grandes produtores de juta, porém com a queda da produção de juta ocorrida no final da década de 70 as mulheres buscaram outras formas para garantir o sustento da família, diante da falta recursos. Foi nesse período que a produção do camarão na comunidade da Salvação passou a ser de fundamental importância para sobrevivência e manutenção familiar, deixando de ser somente para o consumo.

O trabalho da pesca do camarão em uma comunidade amazônica

O trabalho das mulheres pescadoras ainda não aparece nas estáticas econômicas do Estado, por se tratar de atividades ainda consideradas como ajuda, e assim são invisibilidades. Como mostra o trecho, MANESCHY et. al., 1995, p. 89:

3 Tipo de tecelagem realizada com palhas

Nos trabalhos produzidos pelas ciências sociais em e sobre comunidades pesqueiras no Brasil e na Amazônia, em particular, a presença da mulher é pouco marcante. Mesmo quando estes estudos se intensificam, a partir da década de 70, a temática que mais atraiu pesquisadores foi a produção, com ênfase nas relações de trabalho e aspectos tecnológicos, onde a participação feminina aparecia mais no momento do beneficiamento do produto.

O trabalho da pesca do camarão na comunidade da Salvação é realizado por toda família, nuclear ou extensa, mas cabe a mulher algumas tarefas específicas. Como a de preparar a isca, limpeza do camarão, realização do cozimento do mesmo após as pescarias. Em geral, o marido é responsável em fazer os apetrechos de pesca e em algumas vezes acompanham as mulheres nas pescarias, mas principalmente para conduzir as embarcações, pois a pescaria é realizada pelas mulheres. Algumas pescadoras levam seus filhos para as pescarias, em geral, a partir dos 05 anos as crianças já acompanham suas mães.

Segundo as pescadoras entrevistadas, a pescaria ocorre o ano inteiro, não existe um período de defeso do camarão. As famílias podem pescar o camarão em qualquer lugar e horário na comunidade, podendo ir quantas vezes desejarem. Os lagos, rios onde são pescados os camarões não são delimitados entre as famílias, cada qual, pesca onde achar melhor. Eventualmente, pessoas que não fazem parte da comunidade realizam pescaria de camarão para fins de consumo.

Apesar do camarão ser pescado o ano inteiro, as pescadoras realizam outras atividades em sua comunidade para garantir o sustento da família. Plantam roça, fazem canteiros, criam animais, sendo essas atividades também realizadas pelas mulheres. Grande parte das pescadoras da comunidade da Salvação realizam multitarefas, tirando seu sustento da terra e da água.

A pesca sempre foi vista como uma atividade exclusiva dos homens, porém, o papel da mulher, não está mais restrito a criação dos filhos e atividades domésticas. Segundo NODA, 2000, como a unidade de consumo é a família, é ela quem determina a quantidade e a forma – se caseira ou não- do trabalho necessário à manutenção familiar. Observou-se, que a distribuição de força de trabalho está muito centralizada na mulher, o marido, os filhos e outros integrantes da família tem suas tarefas específicas, porém, a mulher bastante atuante em todas as outras.

Qualquer impacto ambiental que resulte em dificuldades adicionais ao produtor familiar, para a produção agrícola ou para obtenção de algum produto extraído do ambiente natural (peixe, caça, madeira, etc.) causa, como consequência, a necessidade do emprego da força de trabalho adicional” (NODA, 2000).

As pescadoras entrevistadas afirmaram, que é através da venda do camarão a garantia de melhores condições de vida. As rendas obtidas com a venda do camarão são direcionadas para compras de móveis, roupas, remédios e despesas alimentares.

As relações de trabalho existentes na pesca do camarão não são formalizadas, cada pescadora é responsável por sua produção. Em algumas ocasiões, levam para pescarias amigas para ajudá-las, e de alguma forma garantem uma pequena gratificação, ou trocas de favores ou uma quantia de camarão.

Na comunidade da Salvação a renda familiar das pescadoras resulta de atividades pesqueiras, agricultura e criação de animal, e extrativismo vegetal. Algumas famílias recebem benefícios de programas sociais do governo federal. As pescadoras levam o camarão para vender em Alenquer e as vezes sua produção já está toda encomendada. Existe grande receptividade do produto no município. Algumas pescadoras realizam somente as pescas, pois não tem disponibilidade para ir até Alenquer vender sua produção, então repassam à outra por um valor acertado entre elas.

Os apetrechos utilizados para a pesca do camarão são denominados camaroeiras. Em geral, as pescadoras são responsáveis pela fabricação da mesma, mas em algumas famílias, os homens, filhos e parentes ajudam também a confeccionar. O material utilizado para fabricação é um arame liso ou vergalhão para fazer a base circular da camaroeira e em seu entorno usa-se um tipo de material que as pescadoras denominam de lona.

Algumas pescadoras entrevistadas relataram que já houve outro tipo de camaroeira, mas foram substituídas. Primeiro, utilizavam uma espécie de saco grande, depois usaram o Matapi (é um tipo de armadilha feito com umas talas finas). As camaroeiras duram em torno de 30 a 40 dias, (caso nesses dias tenham muitas pescarias) e então sua lona tem que ser substituída. O material utilizado é de preço acessível, comprado no município de Alenquer.

As preparações das iscas ocorrem antes das pescadoras ingressarem nas canoas para as pescarias. Utilizam ossos de acari assado, ossos de boi, ambos misturados com um pouco de farinha de mandioca umedecido com água. E

há quem também utilize, algumas vezes, a polpa de um fruto que as pescadoras denominam de *Castanha de Macaco*, este fruto tem um cheiro não muito agradável.

Durante a pesca as pescadoras trocam alegrias e tristezas de suas labutas diárias. Repassam saberes aos seus filhos sobre variados assuntos referentes a natureza e a própria vida. Portanto é neste momento que são consolidadas e repassadas as práticas pesqueiras por meio do vasto conhecimento empírico que as pescadoras possuem do ecossistema, assim transmitindo valores e práticas quotidianas para outras gerações através da oralidade.

A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural. Nesse sentido a relação do caboclo ribeirinho com a água que atravessa seu cotidiano se torna de importância vital para compreensão desse homem e do universo que o habita. (FRAXE, 2010, p. 296).

As pescarias são realizadas pela manhã e tarde. Quando saem pela manhã vão em torno de 04h00min (am) da manhã e somente retornam depois das 12h00min (pm). No horário da tarde, em geral vão às 14h00min e somente retornam ao anoitecer. O transporte utilizado nas pescarias próximas da comunidade são as canoas, e nos lugares mais distantes usa-se a rabeta. Em cada canoa ou rabeta vão, em geral, 2 pessoas, sendo essas os filhos, amigas ou marido. Segundo, as pescadoras, os meses bons para realização da pescaria são de julho a dezembro. Nos meses de janeiro a junho, apesar da escassez do camarão, a pescaria é constante. Não existe um defeso do camarão, a pesca ocorre o ano inteiro.

Em algumas pescarias as pescadoras levam malhadeiras e caniços para captura de peixe para alimentação de sua família, pois o camarão já está comprometido à venda. Levam de 03 a 04 camaroeiras por pescaria.

A limpeza do camarão acontece logo que a pescadora chega na comunidade. O camarão é lavado com limão ou vinagre, e em seguida, colocado em uma panela com água e sal para o cozimento que é realizado no quintal das casas. Quando a quantidade de camarão é pequena, a família consome frito ou cozido.

Em períodos de abundância de camarão, eles são cozidos com sal e depois expostos ao sol por alguns dias, e então, são colocados em sacas grandes e

depois a saca e fechada. Ocorre a “batida” dos camarões na saca. As batidas são tacadas com pedaços de pau nos camarões dentro das sacas para retirar as cascas. Esses camarões sem cascas tem um valor maior no mercado. Apesar, das longas horas nos rios e lagos, as pescadoras quando retornam das pescarias tem que realizar esse preparo, às vezes, sozinhas.

A última etapa desse processo longo da pescaria do camarão é a venda, em geral, realizada no município de Alenquer/PA, e em certas ocasiões, são encomendados para serem revendidos em Manaus/AM e Santarém/PA.

A pescadora não tem um lugar cativo para venda do camarão. Segundo, pescadoras mais antigas, elas nunca tiveram um lugar fixo, pois algumas ficavam no mercado, outras, em ruas e assim por diante. Hoje, elas ficam em uma rua denominada “rua da frente”, fica bem próximo ao porto. Suas bacias cheias de camarão ficam em cima dos bancos da praça a espera de um comprador.

A sombra das árvores ameniza as manhãs de sol escaldantes. Além do camarão, também são vendidos em porções; tomate, castanha de sapucaia, cheiro verde, maxixe, berinjela, feijão verde, e outros, mas tudo em pequenas quantidades. O valor das verduras e do camarão são combinados por elas antes das vendas. O camarão é vendido no prato. Atualmente, um prato cheio de camarão custa R\$ 7,00 (sete reais), um prato equivale a um quilo mais ou menos. Os camarões descascados, passados pela batida, uma sacola de um quilo chega a custar R\$ 18,00 (dezoito reais).

As mulheres pescadoras têm muita dificuldade em incluir nas pautas das reuniões das associações de pescadores e pescadoras de discussão os problemas que mais lhe afetam. Diante de os homens não acharem importantes assuntos relacionados as mulheres.

Em virtude desse ocultamento nesses processos decisórios nas pautas das reuniões de pescadores e pescadoras, elas acabam achando o trabalho dos homens mais importantes. Algumas pescadoras acham que essa atividade não é central, caracterizam como um complemento para ajudar na economia familiar, apesar de dedicarem mais de 10 horas no trabalho da pesca do camarão.

O interessante é que o papel do homem no trabalho da pesca do camarão é de ajudante. Ele pilota a embarcação, constrói apetrechos, ajuda a fazer o fogo para o cozimento do camarão. Em certas ocasiões a única renda familiar é da venda do camarão.

Não podemos afirmar que a divisão de trabalho entre homens e mulheres na comunidade da Salvação é igualitária, pois depois de um dia de pesca, a mulher tem muitos afazeres domésticos para cumprir e ainda sim, seu trabalho é considerado ajuda.

Muito ainda precisa ser feito para trazer melhorias para o trabalho da mulher pescadora de camarão, principalmente quanto a visibilidade e valorização dessas atividades como alternativas para sobrevivência e manutenção das famílias.

Conclusões

Neste contexto, as mulheres pescadoras de camarão estão inseridas em uma realidade onde o seu trabalho não é valorizado, a busca por igualdade de gênero, e melhorias nas condições de vida, parecem estar muito distantes. Mas, apesar das dificuldades elas encontram forças para cada dia se reinventarem no território em que vivem.

Enquanto existir a dominação de um ser sobre outro, essas desigualdades estarão presentes eliminando a diversidade identitária desse território. Para Bourdieu (2010), a dominação masculina está presente no inconsciente do ser humano, impedindo que o homem enxergue a opressão gerada pela dominação ao sexo oposto, este processo tende a se naturalizar e sendo visto com algo impossível de modificação.

Essa dominação masculina, apontada por Bourdieu (2010) apesar de estar presente no contexto das mulheres da Salvação elas não param de trabalhar, trazendo assim, transformações no modo de vida.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade no Amazonas; à orientadora; ao órgão financiador FAPEAM, pela bolsa de estudos concedida; e ao IFAM que concedeu afastamento para o doutoramento.

Referências

BORGES, Kássia V. de Oliveira. Noda, Hiroshi. Noda, Sandra. **A cerâmica do Mocambo e sua importância no Contexto Cultural Amazônico**. III Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. VI encontro de estudos ambientais de Países de Língua Portuguesa. v.3, nº 1. Manaus, 2014.

BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner - 7ª Ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160p.

FONA, Angelsea A. L. Camargo. **Pintando Cuias, Pintando Vidas: Tradição e Arte Pelas Mãos da Família Camargo Fona**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2015.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**, São Paulo: Annablume, 2010. 374p.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o Mar: Pescadoras Embarcadas no litoral de Santa Catarina**, Sul do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

HARRIS, Mark. O processo de Constituição e reprodução social do campesinato do Médio Baixo Amazonas. In: **Um Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão**. Manaus: EDUA, 2011. v. 1, pp. 127-135.

MANESCHY, M. C. A.; ALENCAR, E., NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, M. L. M., D'INCAO, M. A. (Org.). **A Mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, pp. 81-96.

MEDEIROS, Thais Helena. Redes de sociabilidade e comércio na floresta: **Artesanías em palha de tucumã entrelaçam grupos e vidas nas enseadas do Rio Arapiuns em Santarém/PA**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/UFAM, 2013.

NODA, S. N. **Na terra como na água: organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Instituto de Ciências Biológicas Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHERER, Elenise. **Trabalho ocultado: os carregadores e transportadores de bagagens do Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus**. São Paulo: Annablume, Brasília: CNPq, 2012.

O MODO DE “SER PESCADORA”: DESVENDANDO O COTIDIANO DAS MULHERES DA PESCA EM INDIAROBA, SERGIPE, BRASIL

Eline Almeida Santos
elinegeo@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe
rome@ufs.br

Resumo: Na pesca artesanal permeiam representações que a define como atividade exclusivamente masculina e que coloca o trabalho desenvolvido pelas mulheres como não sendo pesca. Assim, torna-se relevante pesquisas que enfatizem o papel das mulheres em espaços configurados como masculinos e que estes tenham como premissa a análise das relações e organização do trabalho sob a ótica de gênero. O estudo em tela tem como objetivo evidenciar os elementos que definem o modo de vida das pescadoras artesanais de Indiaroba/SE, destacando a organização da atividade, os saberes e as relações estabelecidas entre os indivíduos do grupo social. A abordagem sistêmica e complexa entrelaçam a base científica da pesquisa em evidência, sendo traçado o percurso metodológico correspondente as etapas: levantamento bibliográfico, levantamento documental e pesquisa de campo estruturada por meio da observação participante, aplicação de entrevistas semiestruturadas (pescadoras (es), lideranças e gestores públicos), mapeamento participativo dos pontos de pesca e registro fotográfico. Na pesca a hierarquização de gênero tem primado por negar a contribuição feminina no setor, minar conquistas e não reconhecer a sua contribuição na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas de terra, extensão do espaço privado. As pescadoras de Indiaroba carregam em si a trabalhadora da pesca, mostrando/provando que o que desenvolve é pesca e não tem porque separar, negar.

Palavras-chave: Conhecimento tradicional, Identidade, Marisqueiras, Pesca artesanal.

Introdução

Os estudos sobre a mulher na pesca denotam a busca de um caminhar novo que possibilite uma leitura crítica acerca dos papéis que estruturam hierarquicamente as relações nesse espaço (ALENCAR, 1993). Caminhos que levam a discussão de gênero enquanto categoria de análise das desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade; no caso aqui, sobre a condição feminina na pesca.

Na pesca artesanal, esfera a ser salientada no estudo, permeiam representações que a define como atividade exclusivamente masculina e que coloca o trabalho desenvolvido pelas mulheres como não sendo pesca. Tais representações demarcam espaços inerentes a homens e mulheres, contribuindo para o silenciamento e para a negação do papel da mulher no setor. Por isso, torna-se salutar estudos que enfatizem o papel das mulheres em espaços configurados como masculinos e que esses tenham como premissa a análise das relações e organização do trabalho sob a ótica de gênero, por ser um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e como uma forma primeira das relações de poderes, dando respostas acerca da situação em que a mulher se encontra na contemporaneidade (SCOTT, 1989).

Os estudos de gênero surgiram dos estudos da mulher e aparece como uma forma de combater o determinismo biológico que naturaliza a dominação masculina. As diferenças biológicas não podem ser usadas como justificativas para manter a opressão e, por conseguinte, a desigualdade (TELES, 2007). A dominação é fruto de uma construção social que desenha um modelo de sociedade, em que as relações de gênero são hierarquizadas e baseada no privilégio do masculino, fazendo as mulheres sentirem-se inferiores e percebê-la como natural. Apresenta o homem como o ser pensante do ambiente doméstico e social.

A dominação masculina é motor da divisão social do trabalho que define um espaço para a mulher e determina sua posição desigual na sociedade (CRUZ, 2005). Á vista disso, o patriarcado manifesta-se como expressão da estruturação do poder na sociedade capitalista contemporânea, uma vez que tenta aprisionar a mulher no espaço privado e desvirtua o seu trabalho para que permaneça na “invisibilidade”.

No espaço da pesca a mulher enfrenta uma dupla invisibilidade: face ao ambiente (ser tradicional) e face ao gênero (ser mulher). Contudo, se faz rebelde ao se firmar no território, ao construir sua identidade no desenvolvimento da

atividade, ao reivindicar o reconhecimento do seu trabalho perante o seu grupo e o poder público.

Com base no exposto, o presente estudo tem como objetivo evidenciar os elementos que definem o modo de vida das pescadoras artesanais de Indiaroba/SE. Elementos que traduzem a arte de ser e existir dessas mulheres num universo cuja a identidade é masculina.

A discussão dos modos de vida a partir da análise de gênero será interpretada, neste estudo, por meio da conexão das pescadoras com o meio, da organização da atividade, das relações estabelecidas no grupo pesqueiro, e da sua contribuição para a manutenção da atividade.

Assim, o trabalho feminino será evidenciado a partir do cotidiano das pescadoras, delineado pela singularidade dos indivíduos que transformam o espaço por intermédio da sua vivência. O cotidiano conforma-se como “espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação” (COSTA; BRUSCHIN, 1992, p.51).

Metodologia

Por meio da abordagem sistêmica e complexa que está sendo esboçada a pesquisa sobre as relações de gênero no espaço extrativista em Indiaroba, com ênfase no trabalho feminino. Cabe ressaltar, que as mulheres da área investigada praticam o extrativismo animal (pesca) e o extrativismo vegetal (extração de mangaba).

Neste artigo, será salientado o modo de vida das pescadoras artesanais de cinco comunidades extrativistas de Indiaroba: *Terra Caída*, *Convento*, *Pontal*, *Preguiça de Cima* e *Preguiça de Baixo* (Figura 1). A escolha dessa comunidades estar relacionado ao fato do extrativismo constituir-se principal fonte de renda para a população local.

O percurso metodológico contempla as etapas: levantamento bibliográfico; levantamento documental (dados referentes a registro de pescadores e produção); e pesquisa de campo estruturada por meio da observação participante, aplicação de entrevistas semiestruturadas (pescadoras (es), lideranças e gestores públicos), mapeamento participativo dos pontos de pesca e registro fotográfico.

Indiaroba, localiza-se na microrregião de Estância, extremo sul sergipano (11°31'10" S e 37°30'37" W). Dista da capital Aracaju 100 Km, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318. É um município com características rurais que abriga uma população total de 15. 831 habitantes (IBGE, 2010), distribuída numa área de, aproximadamente, 314 Km.

A seleção da amostragem ocorreu a partir da técnica “bola de neve” (snowball) que consiste, na primeira etapa, na seleção de indivíduos que atendem aos pré-requisitos estabelecidos.

Com o propósito de aprofundar a discussão alguns trechos das entrevistas serão apresentados. Para isso, será utilizado a simbologia com letras (M-marisqueira). Essa virá seguido de uma numeração referente a ordem da entrevista. Logo, o primeiro entrevistado será representado como (M1) e assim ocorrerá com os demais, sucessivamente.

Resultados e Discussão

A pesca artesanal é uma atividade caracterizada pela intrínseca relação dos indivíduos com o meio. Relação assinalada por práticas culturais e simbólicas, saberes construídos na experiência cotidiana e pelos códigos que delineiam os usos do espaço e o comportamento do grupo pesqueiro. De base familiar, é desenvolvida, de forma autônoma, a partir da utilização de pequenas embarcações e instrumentos elaborados pelos comunitários.

Nas comunidades que desenvolvem a pesca artesanal o ritmo da atividade é definido pela dinâmica do ambiente. Homens e mulheres têm a jornada de trabalho alicerçada no ritmo da maré.

No Brasil, a pesca artesanal é mais representativa no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desempenhando relevante papel no cenário nacional, posto que é responsável por mais de 60% de toda a produção extrativa nacional e até 80% do pescado consumido no país, segundo boletins estatísticos do Ministério da Pesca e Aquicultura¹ (MPA). Além disso, contribui na soberania alimentar e na geração de renda de 1.041.967² pescadores. No entanto, não tem sido área de interesse dos gestores e da comunidade científica.

Outrossim, os estudos acerca da pesca são poucos difundidos e os seus dados, geralmente, encontram-se disponíveis em fontes secundárias como teses e relatórios não publicados (MELO; LIMA; STADTLER, 2009; ROCHA, 2010). Quanto a produção da mulher no setor pesqueiro, pouco ainda se sabe sobre a sua realidade e muito menos a dinâmica da sua atividade. Essa realidade ainda

1 Extinto em 2015. A produção e consumo de pescado ficou a cargo da Secretaria da Pesca e Aquicultura que integra o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

2 Total de pescadores artesanais, segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP, 2012).

não é traduzida em números, uma vez que as mulheres não aparecem nas estatísticas oficiais (ROCHA, 2010). Trazer para o campo do debate o espaço social da pesca e evidenciar, nesse, a contribuição feminina significa romper com iniquidades que perpassaram épocas.

Por apresentar-se como área de beleza cênica, de apelo turístico, o espaço da pesca artesanal tem sofrido transformações que acarretam mudanças na dinâmica pesqueira das comunidades. Prova disso, são os deslocamentos de pescadores, devido à presença de empreendimentos turísticos e plataformas de exploração de petróleo, que acabam dificultando a vida dos pescadores. Aliado a questão, tem-se o desmatamento do manguezal em decorrência da carcinicultura, da plantação de eucalipto e do crescimento populacional que atinge diretamente a pescadora, pois desenvolve atividades, exclusivamente, nesse território.

Conflitos são desencadeados na pesca por conta dos interesses diversos dos agentes de transformação desse espaço. As mulheres são as mais prejudicadas em razão da sua realidade não aparecer nos dados oficiais e assim, não terem acesso a políticas públicas voltadas a pesca. Quadro que aprofunda as desigualdades no setor.

Destarte, o panorama atual da pesca é crítico e por conta dessas questões o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) tem articulado ações para o fortalecimento da sua identidade, para a manutenção da atividade e, de modo consequente, para a permanência e regularização do território pesqueiro.

Em 2012, o MPP lançou a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras com o objetivo de construir um instrumento legal de iniciativa popular que garanta a manutenção e o modo de vida de pescadoras (es).

A defesa da regularização do território pesqueiro traduz a busca pela garantia da vida, da cultura, do abastecimento do mercado interno e da conservação da biodiversidade brasileira. As mulheres têm papel de destaque nesse processo, por possuir um histórico de luta em torno do bem estar da família e da reprodução social do grupo. Logo, torna-se necessário a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão, no espaço público, para que a pesca não esteja fadada a extinção.

Gênero e pesca

Com base nos dados do RGP (2012; 2016), as mulheres representam 41,37% dos trabalhadores da pesca registrados no país. Quando partimos para

uma análise regional, o Nordeste é a região que apresenta maior número de mulheres com 259.677 (29,92%) contra 230.262 (22, 10%) homens registrados. Indiaroba segue a configuração regional e estadual, visto que o percentual de mulher no RGP é superior aos de homens com 941 registros que corresponde a 61,99% do total (Tabela 1).

Localidades	Mulheres	%	Homens	%
Brasil*	437.012	41,34	604.955	58,06
Nordeste*	259.637	24,92	230.262	22,10
Sergipe**	20.465	63,70	11.471	35,70
Indiaroba**	941	61,99	574	37,81

Os dados são reveladores do número significativo de mulheres que compõem o universo da pesca artesanal, que contribuem para o sustento da família e para a conservação ambiental. Porém, ainda hoje, muitas são as lutas e demandas dessas trabalhadoras que têm na atividade o sentido da sua existência, o fortalecimento da sua identidade. São trabalhadoras que lutam contra um modelo de sociedade que acirra as desigualdades e a dominação do homem sobre a natureza e, assim sobre a mulher, posto que a subordinação feminina está embasada nos princípios que fundamentam a exploração da natureza.

Em decorrência do exposto, as mulheres apresentam demandas em torno da efetivação dos seus direitos como: reconhecimento do seu trabalho, acesso a colônias, a linha de crédito, direitos previdenciários, saúde, educação e moradia.

Analisar a condição feminina na pesca nos conduz a adentrar um universo marcado por desigualdades construídas histórica e socialmente; desvela a tessituras de gênero num espaço marcado pela divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres possuem papéis diferenciados e desiguais.

O gênero enquanto construção histórica e relacional nos leva a compreender como a “diferenciação sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres” (SCOTT, 1989, p.26).

Na pesca a hierarquização de gênero tem primado por negar a contribuição feminina no setor, minar conquistas e não reconhecer a sua contribuição na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas de terra (em regiões estuarinas, às margens de rios e no mangue extraindo moluscos, crustáceos), menos valorizadas por serem consideradas extensão do trabalho doméstico.

Com base nas colocações de Melo, Lima, Stadler (2009), o trabalho das pescadoras visto como prolongamento das funções domésticas contribui para a dominação masculina do espaço público e da área de poder: o mar, as colônias e associações da categoria.

Quando afunila-se a discussão para a escala do local, do cotidiano, percebe-se o quão impactantes são as construções de gênero na vida das trabalhadoras da pesca. Em Indiaroba, existem mulheres que não possuem o registro de pescadoras profissionais, apesar de viver, exclusivamente, da pesca. Questão que traz sérios impasses para essas trabalhadoras, já que as impedem de ter acesso a aposentadoria, seguro por acidente, auxílio-doença, seguro-defeso, entre outros direitos. As questões das mulheres não são levadas em consideração nas pautas das colônias e associações. Além do distanciamento que existe entre os filiados e as entidades de classe, pois não sentem-se representados.

Em consequência da sua situação no quadro geral da pesca, as pescadoras de Sergipe, autodefinidas como marisqueiras, iniciaram um processo de articulação para formar um movimento estadual. Proposta discutida no II Encontro Inter-Regional das Marisqueiras, realizado no ano de 2015 em Aracaju. O evento reuniu 85 mulheres da área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-Bacia Sergipe e Alagoas (PEAC)³ que debateram sobre sua luta e a estruturação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (Figura 2).

A organização das pescadoras quanto a formação de um movimento que evidencie as suas demandas, torna-se urgente e salutar para que as desigualdades presentes do setor sejam minimizadas e para o fortalecimento da pesca artesanal em Sergipe.

Ser pescadora: cotidiano e modo de vida

A inserção da mulher na pesca tem início nos primeiros anos de vida quando essa passa acompanhar a mãe na labuta diária. O exercício diário permite a construção de um rico conhecimento sobre os ciclos da natureza e o comportamento das espécies.

3 Em Sergipe o PEAC abrange hoje 10 municípios litorâneos: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Aracaju, Itaporanga D' Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Disponível em: <<http://programapeac.com.br/sobre-o-peacabrangencia-do-peac/>>. Acesso em: em: marc. 2016.

Ramalho (2006) ressalta o papel das mulheres na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal ao explicar que são fundamentais na socialização de seus filhos na atividade de pescaria, ou seja, a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria. Situação expressa no cotidiano das pescadoras de Indiaroba, conforme relato de M1 e M2.

M1 *“Quando elas era pequena, eu tinha que levar, né! Porque 11 filhos pra dar comida. Vamos trabalhar, né!”*

M2 *“A minha mãe [...] uma marisqueira também. Depois que eu cresci[...]que eu via ela indo [...] aí eu tinha curiosidade [...] comecei a ir mais ela, aí [...] aí até hoje.”*

Além de apresentar a notoriedade da mulher na socialização da atividade, os trechos selecionados retratam a vivência, o cotidiano de indivíduos que constroem saberes acerca da pesca no encontro com os demais e com o ambiente.

O cotidiano refere-se à vida de todo dia (BARCELLOS, 1995), o “palco” onde algumas tramas se desenrolam. É a dimensão na qual o grupo vive experiências comuns, onde se manifestam os saberes tradicionais e onde, por meio da interação ambiente-grupo pesqueiro, o “ser pescador” é construído.

As pescadoras inquiridas estão registradas nas Colônias Z-3 (Santa Luzia Itanhi), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba). O registro nas colônias Z-3 e Z-4 é por conta de serem colônias mais antigas, atendendo pescadores de outras localidades. É válido sublinhar que a pescadora possui a “liberdade” de transferir o seu registro para a colônia que considerar conveniente para a sua situação, mais próxima à sua área de atuação.

Nas comunidades investigadas a maré define o ritmo de trabalho, os apetrechos, as estratégias a serem utilizadas nos pontos de pesca e as espécies extraídas. É o que pode ser visto nos trechos selecionados e que Maldonado (1986) enfatiza, ao afirmar que o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies.

M3 *“Depende da maré [...]! Tem maré que tá boa [...] a gente vai três, quatro dias e quando a maré não tá boa a gente vai um dia, dois.”*

M4 *“Quando eu vejo que tá a maré tá boa, eu vou uns quatro dias [...] porque quando tá dando siri [...] aí eu vou logo. Mas, também quando não tá dando nada[...]!”*

Com base nas entrevistas, as pescadoras trabalham no complexo estuário-manguezal de três a cinco dias. Desenvolvem uma dupla jornada diária, em razão do trabalho na pesca (extração, beneficiamento e comercialização) e no espaço privado, com a realização dos afazeres domésticos e educação dos filhos. A carga horária de trabalho é longa e exaustiva, chegando a mais de 11 horas/dia. Obtêm com o seu trabalho uma renda mensal entre R\$ 150,00 e R\$600,00, aproximadamente.

Os relatos demonstram a desvalorização do trabalho feminino nas comunidades investigadas. Desvalorização que cristaliza a exploração das pescadoras e que é refletida nos valores que são destinados a comercialização dos seus produtos, uma vez que a renda do seu trabalho é inferior a um salário mínimo. Valor que não supre as necessidades básicas de suas famílias.

As políticas públicas voltadas para as especificidades das pescadoras precisam ser pensadas e efetivadas, para que assim, possam viver com mais dignidade e não sejam refém das intempéries do mercado, nem de atravessadores. É preciso, ainda, promover a sua participação para que se organizem e haja o surgimento de lideranças e a formação de sujeitos políticos que lutem em benefício das suas demandas.

As pescadoras saem em grupo, geralmente, com familiares e/ou vizinhos. Nos últimos anos têm se deslocado para pontos mais distantes, por causa das ações antrópicas negativas que têm provocado mudanças no espaço pesqueiro, entre elas, a diminuição das espécies. Em virtude disso, realizam a pesca em vários trechos do complexo estuário-manguezal do Rio Real em Sergipe e na Bahia.

As ações antrópicas negativas que aparecem com frequência nos relatos das inquiridas são: carcinicultura que tem proporcionado o desmatamento do mangue, diminuição de espécies, a exemplo do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*); crescimento populacional e, portanto, de pescadores, provocando a exploração intensiva dos recursos; e poluição provocada pelo derramamento de óleo por parte da Petrobrás.

Dentre as pescadoras indagadas, a maioria caminha até as áreas de extração e o percurso pode durar até mais de uma hora. Outras utilizam canoas a motor e/ou a remo, pertencentes a parentes ou vizinhos.

Quanto as espécies extraídas pelas pescadoras, destacam-se: aratu (*Goniopsis cruentata*), maçunim (*Anomalocardia brasiliiana*), siri (*Callinectes exasperatus*), ostra (*Crassostrea rhizophorae*) e sururu (*Mytella guyanensis*). Para a captura das espécies manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais. Como pode ser identificado na narrativa de M3.

M3 “[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lururururu [...] aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vem tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...] Quando ele garra na isca a gente joga no balde.”

O beneficiamento dos recursos pesqueiros é realizado de forma individual e coletiva (com ajuda da família e/ou vizinhos). Ocorre logo após a extração, entre as atividades domésticas (Figura 3).

Em referência a comercialização da produção, é realizada com frequência na comunidade e/ ou com atravessadores. O pagamento ocorre no ato da entrega. Em alguns casos, o pagamento é a prazo, sendo efetuado em até dois dias após a negociação. Segundo Petersen (1995), a análise do cotidiano das mulheres da pesca possibilita a partir do patrimônio cultural (elemento da memória social de um povo) a reconstituição das suas práticas no espaço pesqueiro, o nível em que a reprodução social se realiza na produção dos indivíduos.

Dessa maneira, o cotidiano apresenta-se como a escala da reprodução, da especificidades, da afirmação da sua existência, da resistência de mulheres que têm na relação ambiente-atividade pesqueira-grupo os elementos que constroem sua identidade, dão sentido a arte de ser pescadora.

A identidade está relacionada aos significados construídos a partir dos atributos culturais nos quais o grupo está inserido, e os quais o grupo considera importante.

Haesbaert (2007) afirma que identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional e dialógico. Assim, o reconhecimento da pescadora como tal ocorre dentro do grupo, por aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar essas classificações.

A análise da participação feminina na pesca com ênfase na sua identidade de pescadora, envolve um processo de localização, classificação e hierarquização social, ou seja, em todo processo identitários há uma relação de poder.

A identidade da pesca é “masculina” e isso reflete na condição feminina no setor, marcada pela ideia de complementariedade e de não pesca o que desenvolve. Mas, as mulheres têm se organizado e subvertido tal destino, mostrando que é trabalhadora da pesca sim e que é devido a seu trabalho que o homem tem condições de desenvolver a sua pescaria, a pescadria no mar de fora, mais respeitada pelo grupo.

O modo de ser das pescadoras de Indiaroba está imbricado de elementos que dão sentido ao grupo pesqueiro. É determinado pela autonomia, liberdade, saberes, imprevisibilidade, crenças, amizade, resistência e luta que marcam a sua existência enquanto indivíduos pertencente a uma cultura que transcender gerações. Elementos que podem ser identificados na fala de M5 ao expor o que é ser pescadora e que traduz toda uma experiência nas marés da vida.

M5 “É honestidade, [...] é ter liberdade. Eu gosto da pesca, eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de tá dependendo de ninguém, sabe?! E me sinto, me sinto feliz quando tô pelo mundo. Tá entendendo? É assim! [...] Eu gosto! [...] Eu tô ali, sabe! Um problema se eu tiver, alguma coisa assim, ali naquela hora sai tudo. Eu esqueço de tudo. Pra mim ali é só a minha pescaria. Só tô ali só mesmo envolvida nela.”

Conclusões

O modo de ser das pescadoras é delineado nas tramas que tecem o seu cotidiano, marcado pelas desigualdades de gênero.

Em Indiaroba, as pescadoras apresentam-se de várias formas, constituindo diferentes modos de ser, de existir. Há aquelas que desenvolvem o seu trabalho no manguezal; outras que vão além dos limites estabelecidos e adentram o estuário, espaço de domínio masculino. Claro que, geralmente, ocorre em companhia masculina (esposo, filhos e amigos). Mas, isso não pode impugnar a presença feminina no setor. Pelo contrário, aparece como um indicador da sua resistência, mostrando que o seu espaço de trabalho é onde a necessidade conduzir. Vencem barreiras, subvertem os estereótipos que tentam imobilizá-la no espaço privado.

As pescadoras investigadas carregam em si a trabalhadora da pesca, mostrando/provando que o que desenvolve é pesca e não tem porque separar, negar. Elas são as guardiãs dos saberes, da história, da identidade do grupo, pois são responsáveis pelas primeiras lições sobre a atividade. São as protagonistas da reprodução social do grupo pesqueiro.

Agradecimentos:

À FAPITEC/SE pela concessão de bolsa de pesquisa.

À professora Dr^a Rosemeri (Rose), líder do GEOPLAN, por me incentivar a adentrar o universo das mulheres extrativistas sergipanas.

Referências

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. **Povos das águas**: Realidade e perspectivas na Amazônia. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi-Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993. p. 64-81.

BARCELLOS, Jorge A. S. Território do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 40-48.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população**: trabalho e rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho_e_rendimento/>. Acesso em: out. 2015.

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carols Chagas, 1992.

CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania**: tradição e modernidade. - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MELO, M. de F. M. de; LIMA, D. E. da S. STADTLER, H. H. C. O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher”. **XX CBED. Anais... Fortaleza: UFC, 2009. p.1-11.**

MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP.** Brasília, 2012.

PETERSEN, S. R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 49-66.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.

ROCHA, M. da S. P. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba.** 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SCOTT, J. – **Gender:** a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

TELES, M. A. de A. **O que são os direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos).

MULHER E TRABALHO: O PERFIL DA MULHER EMPREENDEDORA

Fernanda Gama Serafim¹

Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre o perfil da mulher empreendedora. Para tanto, analisa a condição da mulher que possui negócio próprio, o seu perfil e o modo como ela está inserida no ambiente público de trabalho. Analisa os movimentos feministas e os papéis exercidos pela mulher ao longo da sua história, afim de conhecer a condição feminina. Utilizando como método a pesquisa bibliográfica, o estudo chega aos seguintes resultados: que as mulheres hoje são a grande força empreendedora, já superando uma estimativa de 40% do mercado ativo, elas enfrentam preconceitos de gênero quando a área é predominantemente masculina, tendo que provar a sua qualidade profissional; de onde conclui-se que as mulheres conseguiram construir o seu espaço de atuação na economia, sendo ela um definidor de mercado, apesar das dificuldades de gênero que encontra.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Mulher e Trabalho; Empreendedorismo;

¹ Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu; Bacharel em direito pela Universidade Católica do Salvador; Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Advogada e empreendedora. fernanda.serafim@outlook.com

Introdução

O papel de mãe, a maternidade, sempre foi a principal, e por muitas vezes única função da mulher em uma sociedade. Aprender a cuidar da casa, casar-se, educar os filhos e cuidar do marido: o papel feminino no decorrer dos séculos resumia-se a isto.

Em uma época em que aumenta a quantidade de mulheres na vida pública estão sendo desenvolvidos novos papéis públicos para elas. Anteriormente todas as imagens das mulheres provinham de seus papéis familiares (a mãe, a prometedora filha jovem, a esposa solidária). Alguns desses papéis se transferem às mulheres na política, mas estão sendo criados novos, dos quais temos muito pouco a dizer (DAHLERUP, 1999, p. 161).

Os fatos históricos demonstram que pouco houve a participação feminina em fatos importantes. Isto porque a história principal foi escrita por homens, e a mulher foi a coadjuvante, em um sistema patriarcal que não permitia sua inserção no espaço público.

Deste modo, os cargos de alta patente, e de liderança, em quase sua totalidade, foram sempre ocupados por homens. A exemplo, temos a pouca representatividade feminina em cargos de públicos, em que apesar de serem 51% da população, segundo o censo demográfico de 2010, do IBGE, existem apenas 9% de representantes femininas no congresso. Sendo assim, não é de causar estranheza que cargos de gerência em empresas ainda sejam majoritariamente ocupados por homens.

Porém, o perfil da mulher mudou ao longo dos séculos. Nas últimas décadas, principalmente após a I e II Guerras Mundiais, onde pela falta da força de trabalho masculina, já que estes estavam em campo de batalha, foi necessária a inserção rápida da mulher no trabalho.

Diante do atual quadro econômico brasileiro, vê-se que a mulher está se arriscando a empreender, o que as levam pode ser uma necessidade ou uma oportunidade. Estas questões são importantes, mas o presente artigo tem como questão básica conhecer e analisar o perfil da mulher empreendedora.

Mulher e Trabalho

Entre 1880 e 1930, iniciou-se mais expressivamente o trabalho feminino, sobretudo no Brasil. A partir do século XIX, após a abolição da escravidão, o governo brasileiro buscou trazer estrangeiros para o país tendo como um

dos incentivos a Lei do Ventre Livre. Com promessas de um desenvolvimento promissor, imigrantes europeus foram atraídos ao país para então trabalhar nas indústrias e na lavoura (RAGO, 2012).

Não era raro, portanto, encontrar mulheres e crianças brancas nas indústrias e lavouras brasileiras. Pesquisas mostram que eram elas a maioria da força de trabalho na zona industrial, visto que eram a mão de obra mais barata em uma atividade não qualificada.

Desta forma, boa parte do proletariado feminino estava no processo industrial de fiação e tecelagem², e não por coincidência, era também o processo ainda pouco mecanizado. Em contrapartida, elas estavam praticamente ausentes na metalúrgica, no setor de calçados e mobiliário, setores por sua vez mais mecanizados, e de predominância masculina (RAGO, 2012).

A desqualificação do trabalho feminino não se dava apenas quanto a reserva da área de trabalho, e a sua não mecanização. E se agravou, não surpreendentemente, com a modernização da indústria. A proporção em que o processo ia sendo modernizado, as mulheres acabavam sendo demitidas. Além disso, ainda havia a exploração do trabalho fora do ambiente industrial. Costureiras eram pagas pelas peças de roupa elaboradas em suas residências, submetendo-as a uma jornada dupla de trabalho. Sua rotina poderia chegar até 18 horas de trabalho, atividade esta continuação da qual exercia na indústria. Sendo assim, meio altamente lucrativo aos empregadores, visto que cortavam custos de confecção dessas peças (RAGO, 2012).

Em consequência, entende-se que o trabalho da mulher era sempre o mais mal remunerado, o mais explorado e o mais extensivo, visto que eram tidas como proletariado de baixa resistência. Nesse entendimento, Rago (2012, p. 581), traz que independente da classe social da mulher, ela era enfrentava barreiras para ingressar no mercado de trabalho, onde “da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual, ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino”.

Desta forma, a mulher foi cada vez mais substituída pela mecanização industrial, e pelo aumento da parcela masculino na força de trabalho operária. A situação só começou a se modificar a partir da década de 1970, onde tem o início à feminilização da atividade.

2 Rago traz os seguintes dados: Zona Industrial de São Paulo possuía cerca de 30,89% de mulheres; já o operariado têxtil era composto por 72,74% de mulheres.

As mulheres são hoje um número expressivo de trabalhadoras ativas, o aumento foi expressivo sobretudo, a partir da década de 70, com os movimentos sindicais latentes, e os movimentos feministas de empoderamento das mulheres (AMORIM e BATISTA, 2011).

Ainda assim, as décadas de 70 e 80, os ramos que mais absorviam a produção feminina ainda era o da indústria têxtil, com cerca de 52% da sua representação, e a indústria de vestuários com aproximadamente 57% do seu proletariado. As atividades ainda eram as não qualificadas, como a linha de produção industrial, ou atividades administrativas como secretarias ou assistentes sociais (BLAY, apud GUIMARÃES, 2010).

Em contrapartida, no fim da década de 1980, e no decorrer da década de 1990, novos paradigmas foram incorporados em relação as atividades industriais e de serviços. Novos modelos organizacionais, onde priorizavam a formação do profissional para que este se adequasse a competitividade do mercado, como mudanças na relação qualificação-competência, trouxe a necessidade de um mercado empresarial mais competitivo, enxuto, e com vistas a uma gestão voltada a qualidades (GUIMARÃES, 2010).

Deste modo, o mercado voltou as portas as mulheres, criando mais espaço para mulheres com formação em engenharia, programação e técnica especializada. Porém, a medida em que essas novas oportunidades foram abertas, outras frentes não qualificadas também surgiram com a modernização do processo industrial, e com a nova gestão de qualidade, onde mulheres foram colocadas em atividades como operadoras de maquinário, locais antes de atividade qualificada, e predominantemente masculina (GUIMARÃES, 2010).

Porém, tal modificação não teve o intuito nobre de abrir maiores frentes de trabalho feminina, mas sim reduzir custos da atividade. Uma vez que o trabalho era exercido por uma mulher, a sua remuneração era reduzida quando comparada a masculina.

Características de um Empreendedor

O ato de empreender existe desde o início da civilização humana, modificando apenas o modo como isso é feito. Todavia, o empreendedor nem sempre foi alguém bem visto na sociedade, pois não era uma atividade intelectualizada ou de nobreza (camada burguesa), e por ser um meio especulativo, não era bem visto. Apenas a partir do século XVIII é que passou a ser considerada como uma atividade mais respeitada, virando sinônimo de ocupação pessoa com alta

atividade produtiva, capaz de realizar inúmeras atividades ao mesmo tempo (MENDES E ZAIDEN FILHO, 2012).

Para Schumpeter (apud, DORNELAS, 2005, p.39) “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou exploração de novos recursos e materiais”.

Deste modo, de acordo com Mendes e Zaiden Filho (2012), é imprescindível que, para empreender, o indivíduo precise desenvolver certas características tais como a autoconfiança, disciplina, otimismo, persistência e responsabilidade. Dentre outros fatores, é aquele que empreende, que busca fontes de gerar riquezas, e que tem o intuito de inovação como traço de personalidade. Uma pessoa não nasce empreendedor, ele torna-se.

Por conseguinte, um empreendedor de sucesso, deve ser, antes, um bom administrador, bem como possuir características extras como bom relacionamento interpessoal, ser visionário, dedicado, intenção de fazer a diferença no mercado ou socialmente, também ter dinamismo e necessidade de ser independente, construindo assim o próprio destino, visualizando uma oportunidade criando uma necessidade de negócio sabendo capitalizar sobre ela (DORNELAS, 2005).

Empreendedor é aquele que por necessidade ou satisfação pessoal, abre negócio próprio ou associa-se a um empreendimento com a finalidade de investir seu capital, inovar e angariar lucros decorrentes de tal atividade, podendo esta ser a sua principal fonte de renda ou auxiliar (DORNELAS, 2005).

Para ter um negócio, independentemente do setor, é necessário ter a capacidade de reinventar os meios de atender às crescentes necessidades da sociedade em que vive, assim como proporcionar grandes transformações de âmbito econômico, social e ambiental, sendo ele o responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. Para isto foi-se necessário a inovação tecnológica, que dinamizando a economia (AMORIM, BATISTA, 2011).

Em síntese, imprescindível, que o empreendedor tenha características múltiplas, e que possa se reinventar, e ao seu negócio, de acordo com o desenvolvimento social e tecnológico. Aquele que não consegue ter uma visão visionária ou ampla de mercado, não conseguirá moldar-se a ele; e, por conseguinte, não obterá êxito prolongado no seu empreendimento.

Perfil Da Mulher Empreendedora

Ao longo da historiografia feminina, observamos que a mulher, mesmo quando ocupou os espaços públicos, não era protagonista. Pertencia a ela o espaço privado como o de sua vivência. Aquelas em que por condição de necessidade, ou interesse pessoal resolvessem adentrar no meio do trabalho, além de sofrer abusos por parte do empregador, também sofria no eixo familiar. Rago (2012, p. 583), coloca que:

Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção: começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Deste modo, a mulher antes era dependente do marido, até mesmo para assumir os papéis considerados femininos. Hoje, a mulher busca desenvolver-se por si mesma, ter a sua independência financeira, e sua própria identidade pessoal. Esse novo entendimento está muito além de casar e constituir família, mas também de compreensão, estilo de vida, e não aceitação ao que lhe é imposto. Resumindo-se em independência e capacidade de gerir o próprio caminho (MACHADO, apud, ANDREOLI e BORGES, 2007).

Para Probst (2015), “o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres”.

Andreoli e Borges (2007), trazem que a mulher é atualmente um eixo importante na economia. Visto que elas estão abrindo cada vez mais empresas do que os homens, espaço este antes dominado por eles, sendo elas uma representação de 40% dos trabalhadores ativos nacionalmente³.

3 Segundo dados do IBGE de 2001, o número de mulheres economicamente ativas já estava acima de 32,8 milhões de trabalhadoras, sendo esta uma forma econômica representativa em 40% do total do mercado.

Com efeito, empreendedoras são mulheres que ousaram quebrar o paradigma historicamente machista, abandonando o papel de dona-de-casa ou mãe-de-família que lhes foi delegado durante décadas, rejeitando o estereótipo de “mulher-Amélia”, enfrentando preconceitos e discriminações, assumindo uma atitude própria e lutando por seus sonhos e ideais (ANDREOLI E BORGES, 2007, p.02).

O desenvolvimento da economia de mercado está diretamente ligado a envolvimento da mulher. A partir do momento em que ela se tornou economicamente ativa, passou a ser uma “renovação consumerista”, visto que é um outro tipo de consumidor e com maior poder de compra, como também uma nova força de trabalho e de sustento familiar.

As razões das mulheres empreenderem são diversas, mas esbarram sempre em dois pontos principais: necessidade e satisfação pessoal. Chiavenato (apud AMORIM e BATISTA, 2011, p. 5) coloca que “a motivação está intimamente relacionada com as necessidades pessoais. Assim, as necessidades direcionam o comportamento daqueles que procuram satisfazer carências pessoais.”. Deste modo, quando ela resolve empreender, em geral, passa pela iminente necessidade de contribuir ou sustentar a sua família, ou pela satisfação pessoal (que também pode ser considerada como uma necessidade intrínseca), de seu próprio desenvolvimento e independência.

A evolução e modificação do perfil feminino, proporcionou o surgimento de mulheres acarretou mais independentes e seguras de si. O empreendedorismo tem sido importante e o grande propulsor do empreendedorismo feminino, que chega a 63% das empreendedoras, o faz por necessidade econômica (AMORIM e BATISTA, 2011).

Não raro, vemos mulheres com pequenas confecções, lojas, fazendo artesanato e quitutes para a complementação de renda.

Características Da Mulher Empreendedora

Com o intuito de exemplificar o que a teoria afirma, passaremos a apresentar dados referentes a entrevistas realizadas.

Em primeiro momento, será apresentado um quadro com o resumo das entrevistas e dados das entrevistadas, para que, desse modo, posso haver uma melhor identificação. Em sequência, haverá uma apresentação e ambientação quanto aos dados e decorrências das informações levantadas.

QUADRO I – Perfil dos Sujeitos

Entrevistadas	Síntese dos dados coletados relativos ao perfil dos sujeitos	Identificação
Primeira Entrevistada	Tem 54 anos, é corretora de imóveis e aposentada. Casada, mãe de dois filhos de 31 e 15 anos. Não possui curso de graduação em nível superior, apenas cursos de formação. Trabalhou 30 anos no ramo de ótica como funcionária exercendo cargos iniciais como vendedora, chegando ao cargo de gerente de compras da rede em trabalho. No decorrer do exercício profissional, chegou a ter concomitantemente ao emprego formal, alguns negócios próprios chegando ao número de cinco. Investimentos em fabricação própria de biquínis, loja de material para animais, ótica e loja de roupas. Atualmente, após ter se aposentado, estabeleceu-se como corretora de imóveis. Vem de uma família com empreendedores.	P1
Segunda Entrevistada	Tem 42 anos, casada, sem filhos, possui graduação em comunicação social, e é estilista por formação. É sócia de uma confecção de roupas em Salvador, com espaço próprio de vendas em atacado e varejo, como também loja virtual. Atuante desde 2006, estabeleceu no mercado durante os últimos 10 anos com a confecção exclusiva de roupas de gênero feminino. Vem de uma família de empreendedores.	P2

Foram entrevistadas duas mulheres microempreendedoras, mulheres estas com perspectivas, idades, atuação e formações diferentes. As entrevistas foram breves, com tempo médio de 40 minutos cada. Ambas foram muito receptivas, tendo empecilho apenas as agendas atribuladas, típicas de uma mulher de negócios, onde a sua atividade é sempre multifuncional, frenética e sem horário determinado para início e fim do expediente.

As entrevistas ocorrem em espaços diferentes, e adequados a realizada de cada depoente. O encontro com P1 ocorreu em sua residência, enquanto que com P2 ocorreu em seu local de trabalho. Foram conversas abertas, honestas, em que ambas demonstraram está sentindo satisfação em fazê-lo, em poder contar um pouco da sua história profissional.

A primeira entrevistada (P1), 54 anos, casada, mãe de 2 filhos (31 e 15 anos), aposentada, e exerce atualmente a função de corretora de imóveis em serviço próprio. A segunda entrevistada (P2), 42 anos, graduada, casada e sem filhos. É sócia de uma marca de roupas femininas que leva o seu nome, e sua autoria. Tem 11 anos como dona desse negócio.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado quanto ao perfil das entrevistadas, é que ambas possuem boa parte dos familiares com negócios próprios, em setores variados. O empreendedorismo sempre lhes foi comum, visto os presentes casos em suas respectivas famílias.

Motivos Que Levaram A Empreender

As razões e motivos que levam a uma mulher empreender vai além das razões econômicas a qual um empreendedor de gênero masculino costuma ter. Ela possui razões econômicas, mas tem relações mais profundas como questões sociais e fatores psicológicos (AMORIM e BATISTA, 2011, p. 7).

As entrevistadas demonstraram que o seu maior interesse em ter o seu negócio era o ter sua renda independente, mas que também agregava um caráter de satisfação pessoal, visto que lhe dava orgulho ter algo criado e administrado por ela mesma.

As entrevistas mencionaram que a sua maior motivação para empreender veio da necessidade de gerir renda própria além da familiar (marido), necessidade iminente de ter uma fonte de renda maior por ter se aposentado ou por perda de trabalho anterior, assim como satisfação pessoal em virtude de ser um ramo que aprecia.

A mulher costuma ter um perfil profissional mais flexível, sensível e cooperativo, em virtude de valores decorres da criação matriarcal que tiveram. Elas costumam executar suas funções e gerir os seus negócios sem grandes níveis hierárquicos, ouvindo os seus colaboradores, buscando dar qualidade de trabalho ao grupo (ANDREOLI E BORGES, 2007).

Tal provimento de qualidade também é espelhado em seu dia-a-dia, onde as mesmas buscam ter uma maior qualidade de vida, procurando investir em uma vida social mais ativa, e com tempo para a família.

As entrevistas mostraram em seu discurso que o empreender dava prazer, era importante a boa relação com os funcionários, e que a vida social era de grande valia, desde para ter os momentos de lazer e descanso, como também para ampliar o próprio *networking*.

Ao passo que a renda complementar dava prazer, ela também se sobrecarregava. Para uma das entrevistadas, foi considerado muito exaustivo para a empreendedora levar o trabalho formal, e o negócio próprio ao mesmo tempo, e chegou a ter que optar pela continuação do trabalho de funcionária, em detrimento do seu rendimento próprio. Em suas palavras,

O comércio era bom, porém era muito ariscado, e eu não tinha mais vida social. Foi muito difícil equilibrar os dois trabalhos, e a vida pessoal. [...] cheguei a não ter mais fim de semana e feriados,

e as minhas férias era apenas para trabalhar na minha loja. Não tinha vida!

Em uma pesquisa realizada pelo Rede Mulher Empreendedora⁴, mostrou que 82,5% das mulheres empreendedoras possuem negócio próprio, e que estão no ramo por conhecimento próprio ligado ao segmento escolhido. Como motivação, 28% decidiram pelo ramo por já ter sido funcionária em uma empresa do mesmo seguimento, enquanto que 20% observaram o ramo e as oportunidades do mercado antes de adentrar-se.

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE, divulgada pelo Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, mostrou que no período de 2001 a 2012 cresceu cerca de 21,4%, crescimento este acompanhado nas cinco regiões do país, chegando a uma participação de comando em 3 em cada 10 empresas.

Dificuldades E Facilidades Da Mulher Empreendedora

A necessidade financeira é, por vezes, o fator propulsor do empreendedorismo feminino, o que leva a ser em certo ponto um grau de dificuldade. Algumas não levam créditos quando ingressam em setores que em uma sociedade patriarcal, não a entendem como sendo uma aérea de mulher. É, de fato, a maioria dos negócios femininos na área têxtil e de serviços, porém elas conseguem adentrar em outros ramos tidos como masculinos (AMORIM E BATISTA, 2011)

As entrevistadas, quando questionadas sobre o que entediam como sendo o seu diferencial na atuação das suas empresas, declaram que possuem visão ampla de mercado, determinação e persistência, disciplina, competência e criatividade.

Interessante ressaltar que, apesar de algumas pesquisas mostrarem que a escassez de apoio família seja um fator de dificuldade para a mulher, no

4 Fundada em 2010, a Rede Mulher Empreendedora surgiu com o objetivo de servir como uma plataforma de serviços para unir e auxiliar empresárias brasileiras a desenvolver seus negócios. A rede possui um espaço virtual onde promove o contato das empreendedoras cadastradas e os seus negócios, promovendo também encontros mensais de forma presencial. <http://www.portalmulher-rexecutiva.com.br/pesquisa-inedita-revela-o-perfil-da-mulher-empreendedora-15596>, acessado em 04 de janeiro de 2016.

caso das entrevistas isso foi oposto. Para ambas, o apoio familiar, sobretudo do marido, foi importante em vários momentos, ajudando até a gerir o negócio.

Quanto a dificuldades foi relatado que ingressar no mercado é uma tarefa árdua, assim como a divulgação do seu negócio. Também foi apresentado que saber gerir o próprio negócio requer paciência e entendimento da baixa rentabilidade a curto prazo. Porém, como são ramos de atuação feminina e trato com o público, ambas puderam fazer uso da sua boa relação pessoal, construindo um a carteira de clientes interessante para o início de empresarial.

Como um outro ponto de dificuldade relatado, e muito peculiar as mulheres, está quanto a dificuldade em separar a vida pessoal da profissional. O tempo de empresária acaba tomando o tempo de mãe, esposa, filha e amiga. Ela passa a exercer um papel de empresária em tempo integral, sendo o seu tempo uno, ou seja, a sua vida pessoal acaba não sendo apartada da vida de empresária. O tempo de ser mãe, acaba sendo substituído pelo tendo de ser mãe-ouvinte do cliente em potencial, e de dias de folga foram muitas vezes substituídos por visitas e atendimento a clientes e fornecedores.

Por fim, é possível visualizar que estão satisfeitas com os seus empreendimentos atuais. Como também a demonstração de orgulho pela sua total trajetória de trabalho. Entendem que apesar da árdua rotina, é gratificante perceber o seu crescimento pessoal a partir dos negócios.

Considerações Finais

Em uma busca iminente pela satisfação pessoal e independência financeira, cada vez mais as pessoas, sobretudo as mulheres têm buscado o empreendedorismo como o meio de trabalho e negócio, seja ele principal ou de incremento auxiliar de renda.

Com a economia instável, sobretudo no mercado brasileiro onde os índices de desemprego já chegam a 8,3%⁵, é esperado que muitos trabalhadores apostem no empreendedorismo como sua nova forma de trabalho⁶.

Todavia, quando analisamos utilizando com viés de gênero, é perceptível que a mulher apenas não enfrenta as mesmas dificuldades quanto tem a

5 Dados do IBGE mostram que o segundo trimestre de 2015, o desemprego chegou a 8,3%, o que equivale a 8,4 milhões de pessoas, tendo assim um aumento de 23,5% se comparado com o mesmo período em 2014. E para o mesmo período de 2016 é esperado uma taxa de 10,6%.

6 Pesquisa realizada pelo Instituto Data popular de 23 de junho de 2015.

intenção de empreender. A ela lhe cabe vencer barreiras de preconceitos em um meio historicamente explorado pelo homem, sobretudo se em um ramo predominantemente masculino.

E elas só lhe são facilmente creditados os esforços quando feitos em área de serviço, ou subjacentes a indústria. Tendo ainda que suplantar tal atividade com a sua convivência familiar. Lhe cabe uma jornada dupla de trabalho, o trato doméstico e criação dos filhos.

É possível perceber, a partir das mulheres entrevistadas e dos dados colhidos, que a mulher está apta a cada vez mais empreender, sobretudo no que lhes condiz com suas características pessoais, sendo elas quanto a visão ampla de mercado, multifuncionalidade, determinação, perseverança e disciplina. Características essas tão importantes para o empoderamento feminino ao longo das últimas décadas.

Deste modo, o empreendedorismo feminino se faz necessário para o desenvolvimento pessoal de cada empresária, como para o desenvolvimento social. Criando mais exemplos de mulheres empoderadas, autossuficientes, e agregadoras das qualidades para um empreendedor de sucesso nos novos moldes da economia mundial.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel**. Rio de Janeiro. ROCCO, 1996.

AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. **EMPREENDEDORISMO FEMININO: RAZÃO DO EMPREENDIMENTO**. 2011. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/finan/pitagoras/downloads/numero3/empreendedorismo-feminino.pdf>. Acessado em 14 de agosto de 2016.

ANDREOLI, Taís Pasquotto; BORGES, William Antônio. **Empreendedorismo Feminino: Uma Análise Do Perfil Empreendedor E Das Dificuldades Enfrentadas Por Mulheres Detentoras De Um Pequeno Negócio**. 2007. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/empreendedorismo-feminino-uma-analise-do-perfil-empreendedor-e-das-dificuldades-enfrentadas-por-mulheres-detentoras-de-um-pequeno-negocio/410/> . Acessado em 14 de agosto de 2016.

DAHLERUP, Drude. **De uma pequena a uma grande minoria**: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. In: LAMAS, M. (Org.). Debate feminista: cidadania e feminismo. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 142-183

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro. CAMPUS, 2005.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Gênero e Trabalho: desafio da intervenção nas atividades informais**. Travessias de Gênero da Perspectiva Feminista. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 102 – 127.

MENDES, Jerônimo; ZAIDEN FILHO, Iúsef. **Empreendedorismo para Jovens**. São Paulo. ATLAS, 2012.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**. 2015. Disponível em: http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=xg7w7vuh9. Acessado em 02 de outubro de 2016.

RAGO, Margareth. O trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

VASQUEZ, Petilda Serva. **Mulher e Trabalho: um sujeito da experiência de realização**. Travessias de Gênero da Perspectiva Feminista. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 128-148.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Trad. Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, vol. 16 nº 2. Florianópolis: Scielo Brasil, 2008.

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS RECO(R/N)TADAS NO CONTEXTO DA QUEBRA DE COCO BABAÇU: FAMÍLIA, GÊNERO, RAÇA E TRABALHO

Hairam Machado
hairam.machado@gmail.com

Orientadora: Cecília Maria Bacellar Sardenberg¹
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Resumo:

Esta apresentação, referente à pesquisa de doutorado em antropologia em andamento, esboça um panorama descritivo/analítico atinente às relações entre arranjos familiares e ocupação remunerada, utilizando um recorte específico da realidade social no Brasil, que vem a ser o cotidiano das quebradeiras de babaçu no Maranhão. Consequentemente, há de se considerar o entrecruzamento de gênero e raça, pois segundo revelam os dados oficiais, naquele estado cuja população é de 6.574.789 habitantes, a parcela de negros/as representa aproximadamente 76% desse universo e cerca de 300.000 mulheres quebram coco. O referencial teórico utilizado tem fornecido o aporte necessário para uma abordagem que destaque as influências mútuas decorrentes de *ser mulher* e *ser negra* na composição do trabalho de quebradeira de coco bem como no papel de chefe de família desempenhado por elas. Relações de Gênero, Matriarcalidade, Trabalho, Família, Desenvolvimento Sustentável.

1 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/ Doutorado em Antropologia Social/ Linha de Pesquisa: Corpo, Sexualidade, Saúde e Saberes Terapêuticos

Introdução

O objetivo da pesquisa em curso consiste em descrever e analisar as relações entre arranjos familiares e atividades remuneradas desempenhadas por mulheres camponesas, as trabalhadoras agoextrativistas quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão. Antes e ao fim de tudo, produzir conhecimento referente a um coletivo ainda pouco visível no campo político, bem como de produção teórica antropológica, é a principal força motriz deste estudo.

No desenvolvimento da investigação, têm-se destacado as influências mútuas decorrentes de ser mulher e ser negra na composição do trabalho de quebradeira de coco bem como no papel assumido por elas no âmbito familiar. A questão norteadora é como a produção econômica (o trabalho) interfere na organização familiar tradicionalmente patriarcal, modificando (ou não) suas bases.

A despeito da significativa geração de renda advinda da quebra do babaçu, a cargo das mulheres, os gêneros seguem hierarquizados, prevalecendo a autoridade e o prestígio masculinos. Tal raciocínio, fundamentado nas pesquisas de caráter geográfico, historiográfico e no campo dos estudos sobre desenvolvimento sustentável realizados por Figueiredo, 2005; Ayres Junior, 2007; Cordeiro, 2008; Swerts, 2009; Barbosa, 2007; Barbosa, 2013, me conduz à hipótese de que prestígio/autoridade é um construto resultante da sobreposição da dimensão simbólica do gênero (masculino/dominante e feminino/subordinado) à dimensão material do trabalho.

Encontro-me atualmente na posição de antropóloga de gabinete, isto é, de estudiosa revisora de teoria, de maneira que a análise tem sido conduzida a partir do quadro teórico-metodológico em que se insere a noção de matriarcalidade proposto por Hita (2014).

O estudo, iniciado em março de 2014, está organizado da seguinte forma:

- a) Referencial teórico composto por abordagens sobre família, acentuando-se os marcadores de gênero e raça nas as experiências observadas no Brasil (HERSKOVITS, 1943; CORRÊA, 1982; WOORTMANN, 1987; GUEDES, 1998; SLENES, 1999; MACHADO, 2001; SAMARA, 2002; SCOTT, 2004; SARTI, 2005; HITA, 2014);
- b) Corpus empírico em que as experiências das quebradeiras são narradas a partir da memória de duas quebradeiras maranhenses (Rita e Raimunda), bem como de outras fontes: audiovisuais em suma.

Metodologia

Estabelecer diálogos com a literatura relacionada com o objeto de estudo consiste em etapa imprescindível da pesquisa. A revisão de literatura realizada até o presente momento assinala algumas tensões e convergências no campo de produção de conhecimento sobre família, no que concerne ao marcador racial - à raça negra - e à condição de chefia das mulheres sob certas circunstâncias. Trata-se, por ora, de uma constituição complexa atinente às relações familiares: um emaranhado de princípios oriundos da natureza (sangue) e valores culturais. Sobretudo, este o quadro teórico tem colocado-se à finalidade de delimitar o ponto de vista e o lugar de fala que tento explicar a seguir.

Memórias dialogadas

Deste ponto em diante, serão trazidos à tona trechos de conversas travadas entre Rita e eu, no desenrolar de nossa convivência, ao longo de vinte anos, no Maranhão e no entorno de Brasília. Ressalto que a narrativa se sustenta na recuperação de lembranças, isto é, elementos da trajetória pessoal de uma mulher selecionada, por mim, como representante do segmento social constituído pelas trabalhadoras camponesas que quebram coco babaçu.

A minha interlocutora foi quebradeira de babaçu desde a infância até a adolescência, momento em que abandonou o meio rural e migrou para a cidade, onde ocupou-se, ainda mocinha, como empregada doméstica. A partir desse caso particular, pretendo ressaltar componentes comuns à realidade daquele grupo de trabalhadoras.

Rita cresceu em um vilarejo nas imediações do rio Pindaré, situado na região centro-norte do Maranhão. Sua família era composta pela mãe, o pai, seis irmãs e dois irmãos. Conforme mencionado há pouco, começou a trabalhar cedo e, embora não tenha informado com qual idade precisamente, lembrava-se de ser pequena o suficiente para brincar com bonequinhas de sabugo de milho que confeccionava, nos intervalos de sua labuta nas *soltas*². Enquanto relatava suas lembranças, ria de si mesma e emocionava-se, de modo que uma

2 *Terras soltas* são os cocais. Os governos estaduais (MA, PI, TO) vêm tentando garantir o acesso livre às palmeiras de babaçu, mesmo quando essas encontram-se dentro de propriedades privadas. A realidade, contudo, não acompanha essas iniciativas e, nas últimas quatro décadas, são frequentes os conflitos entre fazendeiros/as, que cercam as propriedades, e quebradeiras que contestam as cercas.

gaitada podia ser facilmente interrompida pela voz embargada e substituída pelo choro que exigia pausas: houve, por exemplo, o caso em que, enquanto atravessava o cocal, sozinha, encontrou uma preguiça. Munida dos instrumentos de trabalho típicos de quebradeira de coco, isto é, machado, porrete e *cof*³, a menina decidiu abater o animal que cruzou o seu caminho.

“A preguiça se ajoelhou e cobriu o rosto com as mãos [...] Aí eu vi que ela tinha uma estrela branca no meio da cabeça. Mirei a estrela e acertei uma paulada”.

Perguntei-lhe se sentiu algum desconforto ocasionado pela morte da preguiça, ao que ela negou, pois tendo em vista a escassez da carne bovina como item na alimentação da família, era preciso, segundo afirmou, saber aproveitar oportunidades de dispor de uma *“carninha de caça”* como aquela. *“Comer preguiça era melhor do que comer gongo, oxe”*. Ouvi, em seguida, a sua explicação sobre o bicho encontrado dentro dos cocos: era larva de mosca que, desovada dentro do babaçu, crescia nutrindo-se da polpa das castanhas. Os gongos, ou bichos-de-coco, eram guardados, ao longo do dia, dentro de latas de óleo de cozinha reutilizadas, e consumidos fritos com pimenta, acompanhados com *farinha de puba*. Algumas mulheres extraíam o óleo dos gongos e o utilizavam pra amaciar os cabelos. Não no seu caso, que sempre preferiu o azeite de mamona, produzido por sua mãe e avós.

Acima, tentei esboçar uma paisagem local que ganhou formas mediante a conexão de fragmentos da memória da narradora com quem dialoguei. Na imaginação de quem a ouvia, mas ainda não havia estado lá, uma percepção sinestésica era instigada: nesse cenário imaginado, cuja existência subverte o tempo – fez parte do passado da narradora, pode vir a fazer parte do futuro da ouvinte e, no momento da conversa, é uma elaboração imagética no presente, um *presente etnográfico imaginado* - a cor verde predomina, o cheiro é agridoce e faz calor. São áreas extensas ocupadas por palmeiras longilíneas enfileiradas. Junto ao cocal, ou babaçual, ou fileiras de palmeiras, existem as *vazantes*⁴ que são utilizadas para o cultivo de arroz, feijão, milho e melancia.

Também há criações, isto é, uma atividade pecuária desenvolvida em microescala: algumas vacas, bois, cabras, bodes, jumentos, mulas, aves e, mais

3 Cesto feito com a palha trançada da palmeira de babaçu (regionalismo).

4 Em suma, são terras úmidas, áreas de várzea (regionalismo).

raramente, animais silvestres como capivaras e pacas. As casas são de adobe, mas os termos empregados por Rita são: *casa de barro*. A cobertura do teto é feita com a palha da palmeira, as paredes são sustentadas com troncos de árvores, galhos e cipós.

Quanto à organização do trabalho, aos homens cabe o cultivo na roça, o cuidado com os animais maiores, os reparos de que a residência necessite e, eventualmente, atividades remuneradas desempenhadas longe de casa (trabalho formal ou informal – os *bicos*, *biscates*). As mulheres são responsáveis pela manutenção do espaço interno da casa (limpeza, arrumação, preparo dos alimentos) e pelo quintal que inclui a criação dos animais menores como as aves. Com elas, durante o dia, ficam as crianças pequenas (meninas e meninos) e as filhas mesmo quando maiores. Após as providências domésticas diárias, essas mulheres e suas crianças saem de casa para a quebra dos cocos.

Depois de juntar os cocos, ocorre a quebra: sentadas no chão, apoiam o cabo do machado com uma perna, deixando a lâmina pra cima e seguram o coco sobre o fio da lâmina. Com a outra mão que empunha o porrete, elas batem no coco. Em seguida, separam as castanhas (ou bagos) das cascas e repetem os movimentos até acabar com os montes de babaçu que conseguiram coletar. A decisão sobre o que fazer com o babaçu quebrado varia conforme as circunstâncias: elas podem vender as castanhas in natura ou beneficiá-las, extraindo azeite, produzindo leite ou sabão. A primeira opção é menos vantajosa financeiramente, no entanto é mais rápida, de modo que o encaminhamento dado ao babaçu depende das necessidades cotidianas da família. Se faltar algum item na alimentação, naquele dia, por exemplo, opta-se pela venda das castanhas.

À medida que ouvia a história de Rita, naquele momento, sem qualquer formação em ciências sociais, a divisão de responsabilidades familiares me parecia mais igualitária no contexto vivido por aquelas mulheres do que na sociedade em geral. Entretanto, a função do marido/pai era classificada pela narradora como a de chefe da família, a maior autoridade dentro da casa: o pai era o principal responsável pela definição de condutas, pela disciplina dos membros da família.

Atualmente, dispondo de condições de analisar aquelas informações a partir de pressupostos científicos, percebo que a produção econômica (o trabalho), por si, não interferia na organização familiar tradicionalmente patriarcal, pelo menos, não a ponto de modificar suas bases. Mesmo diante da significativa geração de renda advinda da quebra do babaçu, os gêneros seguiam hierarquizados, prevalecendo a autoridade e o prestígio masculinos.

Machado (2001) afirma a vigência de uma antinomia de duas ideologias entremeada nas condutas: o familismo e o individualismo. Nessa perspectiva, afasta-se a ideia de autonomia individual, no caso de cada quebradeira, como consequência direta da autossuficiência econômica oriunda da quebra de babaçu. Isso porque o “mundo da casa” segue regulado por “código relacional hierárquico”, uma matriz cultural que constitui o imaginário. E não se trata de um regresso ao estruturalismo, posto que se reconhece, também, a vigência o “código individualista” assentado em valores tais como igualdade, liberdade e cidadania ou, ainda, aos valores colados às especificidades de cada pessoa. É uma interpretação que aposta na contradição expressa em valores e práticas, portanto, trata-se de um desafio que Machado (*id.*) admitiu não tê-lo solucionado naquele momento e do qual partilho.

Também sobre a antinomia família/indivíduo, Fonseca (2000) apontou o *desencaixe* entre renda e autoridade no espaço doméstico ocasionado pela subjetividade do sentimento de honra em detrimento da objetividade da autonomia econômica. Assim como nas comunidades acompanhadas pela pesquisadora no Rio Grande do Sul, no Maranhão, entre as famílias das quebradeiras, “o emprego remunerado não aumenta o status da mulher dentro de casa”. Ainda aproximando o ponto de vista de Fonseca e a narrativa de Rita, o constrangimento resultante da situação em que a renda da mulher é a principal (ou única) fonte de sustento da família pode causar o encobrimento desse fato desde que se preserve o reconhecimento social do homem como o provedor da casa. Outro indício de que a geração de renda não garante o mesmo status para mulheres e homens, no interior da família, é o exercício da sexualidade. Quanto à forma como autoridade e prestígio estão distribuídos nos arranjos familiares experimentados pelas quebradeiras, esboço a seguinte hipótese (talvez seja mais apropriado falar em desconfiança, se considerarmos tratar-se de um único relato): prestígio/autoridade seria um construto resultante, não de justaposição, mas sim da confrontação entre a dimensão simbólica hierárquica dos gêneros e a dimensão material do trabalho. Essa dinâmica que aspectos se contrapõem se refletiria em setores da vida em família de maneira tensa.

Memórias obtidas em outras mídias

Um salto no tempo: estamos em 2007, ano de lançamento do documentário “*Raimunda, a quebradeira*” dirigido por Marcelo Silva. No filme, Raimunda dos Cocos, maranhense e notória representante das causas das/os trabalhadoras/es

rurais e sem terras no estado de Tocantins⁵, relembra o caminho que percorreu desde a época em que desconhecia o seu direito à indignação e à fala. “*Eu tinha vivido trinta e seis anos, mas eu estava era morta*”, afirma.

A sua voz ativa, ela argumenta, poderia ter sido empregada para denunciar desmandos e para a negociação de interesses nos episódios de expulsão das quebradeiras dos cocais cercados e de agressão praticada por “*jagunços*”. Além disso, falar, exercer autoridade poderia ter mudado, segundo diz acreditar, o comportamento do marido testemunhado, por ela, em silêncio.

Na sua história, ela declara que coincidiram a necessidade de assumir plenamente a responsabilidade pela família, após o abandono do primeiro marido, com o ativismo social que começou como teimosia e insubordinação diante dos sermões que ouvia na igreja (e a divergência quanto àquela orientação religiosa de que o estado das coisas fosse aceito com resignação). Há um forte apelo dramático na imagem de Raimunda, ainda nesse documentário, equilibrando uma lamparina sobre a cabeça enquanto relembra as antigas sessões de leitura da Bíblia após o dia de trabalho nos anos 1980. Seu objetivo, ela diz, era dominar a linguagem utilizada pelo padre de sua paróquia a fim de contra-argumentar as pregações que lhe soavam injustas (“*As ovelha de Deus não são criada no ar, são na terra. Como é que eu vou falar de Deus sem falar da terra?*”).

Segundo matéria de O Estado de São Paulo⁶, o desfecho da desavença foi que Raimunda tornou-se a catequista de sua comunidade e, a partir desse espaço de comunicação, sobressaiu no cenário dos movimentos sociais, participando da formação de várias entidades como “a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) e a Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)”. É de sua autoria o projeto de substituição das casas de adobe e palha das trabalhadoras quebradeiras, que passaram a ser depósitos de seus produtos, por outras de alvenaria. Em 2007, esse projeto foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Evidentemente, há de se manter prudência diante desses novos discursos de valorização, sob um viés ambientalista, das práticas das comunidades tradicionais, pois não se pode desconsiderar que o reaproveitamento de material

5 Ela morou no Maranhão até seus trinta e seis anos de idade, mudando-se, em seguida, para o Bico do Papagaio em Tocantins.

6 Entrevista publicada em 07 de março de 2009. <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,ela-quebra-tudo,335232,0.htm>

também ocorra em função da pobreza que impede o consumo de outros objetos. O papel de agentes operadoras de sustentabilidade, delegado às quebradeiras, e assumido por elas, requer um acompanhamento mais demorado e com maior rigor, quanto ao manejo dos dados, do que o que foi possível alcançar até este momento que precede o início do trabalho de campo previsto para o segundo semestre de 2016.

Resultados e Discussão

Tanto na história de Rita como nos relatos de Raimunda, a demarcação das experiências dessas mulheres no espaço doméstico sobressaem de imediato. O espaço do trabalho e a atividade de quebra do babaçu mantém íntima vinculação com as dinâmicas da casa, mesmo quando as quebradeiras são clamadas a atuar como agentes políticas do desenvolvimento sustentável.

A diferença principal na trajetória de ambas as quebradeiras apresentadas é que Rita interrompeu as suas atividades nos cocais, ainda na juventude, já Raimunda dos Cocos prosseguiu com esse trabalho. Com isso, penso ser possível identificar um aspecto fundamental para compreender a transformação no papel social desse segmento entre os anos 1970 e 2000: a valorização da quebra do coco como fator político e não apenas como atividade rentável. Dito de outra forma, se, na década de 1970, quebrar coco consistia num meio de subsistência atribuído às mulheres que o viam como extensão do ambiente doméstico, mais recentemente, essa percepção é modificada: quebrar coco babaçu é atividade que exige (e ao mesmo contribui para) o protagonismo daquelas trabalhadoras.

Nas quatro décadas recentes (essa não foi a experiência de Rita, mas tem sido o caso das relações familiares vivenciadas por Raimunda e suas contemporâneas), as quebradeiras têm se organizado para discutir e oficializar seus agrupamentos, na forma de associações, cooperativas e sindicatos. Essas mobilizações as aproximaram de outros segmentos de trabalhadores/as rurais, de modo que a sua participação é frequente em eventos promovidos pelo Estado em diferentes instâncias, onde falam em alto e bom tom sobre suas necessidades e interesses.

Barbosa (2013a; 2013b) problematiza a questão do prestígio conquistado pelas quebradeiras, no espaço público, mas que não necessariamente corresponde às relações com seus companheiros. Os conflitos, dentro do espaço doméstico, são motivados por temas atinentes à própria esfera da intimidade e ao espaço público também, isto é, uma desavença pode ser iniciada tanto pela

discordância acerca da maneira de criação dos/as filhos/as como pela derrubada de palmeiras. A autora esclarece que, com frequência, quebradeiras e seus companheiros disputam o uso da terra, acontecendo de eles serem favoráveis à derrubada das palmeiras para ceder lugar à agricultura. Nesses casos, eventualmente, os companheiros chegam a aliar-se a posseiros e latifundiários, rivais históricos das trabalhadoras que lidam com o babaçu. Como consequência, os companheiros, eles mesmos, cortam palmeiras e tentam dissuadi-las de entrar nas propriedades, não descartando o uso de violência pra isso.

Andrade (2007) e Barbosa (2013a; 2013b) descrevem o “tempo do coco preso” como aquele período, entre 1970 e 1980, quando houve desmedida expansão dos latifúndios nas áreas de cocais. Os babaçuais, até então terras *soltas*, foram cercados e as quebradeiras impedidas de entrar ou obrigadas a realizar o seu trabalho em barracões controlados pelos proprietários, algo discrepante com o seu modo de produção. Diante da proibição de acesso, elas insurgiram-se contra a situação e lutaram (continuam lutando) pela liberdade do coco. Nesse momento, evidenciou-se o característico vínculo entre mãe e filhos/as.

A análise de Andrade (*id.*) tenta consubstanciar uma teoria da complementaridade entre as quebradeiras e seus companheiros, como típico naquele contexto, e critica a noção de relações de gênero como categoria elucidativa da distribuição desigual de poder entre mulheres e homens. No seu entendimento, a aplicação do enfoque sobre as desigualdades entre homens e mulheres, naquela conjuntura particular, seria uma imposição ideológica, “do ponto de vista da mulher branca, ocidental, e impostas às mulheres do chamado terceiro mundo via instituições financeiras e ONGs internacionais” (ANDRADE, 2007; p. 449). Enfatizo, com alguma ironia, que esse artigo tenha sido publicado na Revista Estudos Feministas.

Barbosa (2013a; 2013b) classifica o “tempo do coco preso” como o início do processo de afirmação da identidade de quebradeira de coco de forma contundente. Desde então, o protagonismo desempenhado por elas, no enfrentamento do sistema latifundiário, desdobra-se na busca por relações familiares equitativas. Os resultados alcançados por Barbosa sinalizam que, pelo menos por ora, a autoridade que as quebradeiras exercem, no âmbito do mercado de trabalho e da esfera política, tende à incompatibilidade com a manutenção dos relacionamentos conjugais por longos períodos.

Quando uma quebradeira opta pela dissolução do relacionamento conjugal, conforme registro de Barbosa (2013a), ela torna-se “sendeira”, termo que

significa “separada do marido, divorciada por escolha própria ou mesmo pelas contingências do abandono”. Após a separação, na casa de uma sendeira, residem ela e seus/suas filhos/as, contudo essa organização não chega a ser aprofundada na pesquisa de Barbosa (*id.*).

Quanto à raça, embora os dados oficiais bem como os traços fenotípicos ressaltem a proeminência negra no Maranhão, esse fator ainda não foi problematizado no contexto das relações familiares das quebradeiras.

O trabalho de Cálipo (2012) analisa o terecô (culto de matriz africana) praticado entre as quebradeiras, todavia, trata-se de uma abordagem sob o viés da performance. O foco da investigação mantém-se sobre a dança e a sua correlação com os movimentos corporais executados durante a quebra do coco. Ainda assim, duas *pistas* acerca do terecô como *loco* onde africanismos podem vir a ser identificados são o riso e o caráter velado do culto. Sem estabelecer qualquer correspondência direta com as relações familiares, Cálipo (*id.*), em dado momento, menciona o riso dos/as participantes, nos rituais de incorporação, como um traço que faz parte do “caráter informal do terecô”. Em outra passagem, quando as mulheres estão reunidas no quintal da mestra *dona do salão* (papel similar ao de mãe-de-santo), a autora frisa a dinâmica de galhofa estabelecida entre elas:

Cumprir explorar se há paralelo e efeitos desse modo de experimentar o sagrado na configuração das relações domésticas. Diferentemente do candomblé, observado na Bahia, cujas práticas (boa parte delas) são manifestadas publicamente por estarem, em alguma medida, assimiladas na cultura local (HERSKOVITS, 1943; HITA, 2014), o terecô, de acordo com Cálipo (*id.*), é praticado pelas quebradeiras com forte discrição. Não se admite ser terecozeira a qualquer pessoa, trata-se de um segredo preservado nas relações sociais do cotidiano. Esse caráter de sigilo do terecô, bem como o silêncio ou a brevidade discursiva em torno da identidade de raça – raça negra –, em um estado predominantemente negro, merecem um exame minucioso.

Conclusões

Nesta apresentação, Rita e Raimunda surgem como as duas interlocutoras em um campo a que tive acesso, até então, apenas virtualmente. As experiências relatadas por ambas dizem respeito a uma realidade em que cultura e economia se entrecruzam, mantêm-se em tensão e implicam em transformações mútuas. Isto é, a quebra de babaçu, quando passa a compor a agenda

política, influencia na mudança de conduta das trabalhadoras, que assumem o trabalho como parte de sua identidade: ser quebradeira de coco babaçu é ser agente. Conscientes de sua agência, o protagonismo experimentado no trabalho se reflete em outros domínios, como o ambiente doméstico. Neste ponto, evoco a matriarcalidade (HITA, 2014) no que concerne à posição central da figura feminina como “eixo estruturador e estruturante de um modo de ser, habitar e de reproduzir o modo de organização familiar”.

O conceito de matriarcalidade elaborado por Hita (*id.*) mantém-se em consonância com o de *habitus* definido, por Bourdieu (2003; 2010), como disposições duráveis (estruturadas) que são introjetadas pelas subjetividades (estruturantes). A noção de *habitus* evidencia, por um lado, a capacidade criadora, ativa e inventiva dos agentes dispostos em um campo de ação. Por outro lado, o *habitus* também indica o caráter condicionante das regras de funcionamento do campo, das crenças que o sustentam sobre as capacidades desses agentes (2010).

Esta narrativa abarca um contexto estranho, pra mim, quando ocupo a posição de etnógrafa, porém, devo ser honesta e esclarecer que há um vínculo importante entre a minha história de vida (anterior a minha existência) e a realidade das quebradeiras de babaçu: em algum momento, no meio do cocal, fui idealizada (ou pelo menos uma representação de filha o foi) por uma pequena trabalhadora camponesa, nas formas da sua boneca de sabugo de milho. Rita Alves Machado foi minha mãe. Lamentavelmente, o mundo foi privado do seu talento para contar histórias, com impecável autodeboche, em 1999.

Assim, grande parte deste texto é decorrente do duplo esforço de recordação/ interpretação: quando Rita relembrava e me contava sobre o seu passado, entre meados de 1980 e 1990, e quando sou eu quem tenta recuperar e recontar aquilo que ouvi agora em 2015. Para dar conta da elaboração desta breve narrativa, também busquei o auxílio de familiares e demais conhecidos/as, de maneira a garantir, tanto quanto possível, a veracidade dos acontecimentos aqui mencionados. Enfatizo, todavia, não tratar-se de uma reflexão autocentrada/ autorreferente (pra não usar o sinônimo egocêntrica) na figura da pesquisadora. A história familiar, aqui, é uma força propulsora, é a experiência de onde advém a primeira inquietação. A justificativa deste trabalho é, antes e ao fim de tudo, produzir conhecimento referente a um coletivo ainda pouco visível no campo político, bem como de produção teórica das ciências sociais.

Referências

ANDRADE, Maristela de Paula. **Conflitos agrários e memórias de mulheres camponesas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 445-451, maio-agosto/2007.

AYRES JUNIOR, José Costa. **A Organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2013a.

_____. **Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX**. Em: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. – Niterói: Alternativa, 2013b.

BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e Projetos; O Campo Científico; A Economia das trocas linguísticas. Em: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **O Poder Simbólico** (13ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. São Luís. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2008.

CÁLIPO, Nara de Moraes. **Coabitares no corpo da bailarina-pesquisadora -intérprete: as mulheres quebradeiras de coco babaçu e seu terecô**. Dissertação (mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2012.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal brasileira**. Em Arantes et al (orgs). Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1982. p. 13-38.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social** (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado (fragmentos)**. Em: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN. Sobre a Mulher. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1981.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Belém. Universidade Federal do Pará – UFPA. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, 2005.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GUEDES, Simoni Lahud. **Redes de Parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais**. Em Cadernos CRH, no 29, jul-dez 1998. Pp. 189-208.

HERSKOVITS, Melville. **O negro na Bahia, Brasil: um problema de método**. Em American Sociological Review 1943, 8, VII: 394-404. [traduzido pelo CEAO-UFBa]

HITA, Maria Gabriela. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia**. Salvador, Edufba, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A família** in Shapiro, Harry L. Homem Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1972.

MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e Individualismos**. Em Interface, Com. Saúde Educ, no 8, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na Família Brasileira? (Da Colônia à atualidade)**. São Paulo. Psicologia USP, Vol 13, no 2, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. **Deixarás pai e mãe: notas sobre Claude Lévi-Strauss e a família**. Em: Revista Antropológicas, vol. 16, nº 9. Recife: PPGA-UFPE, 2005.

SCOTT, Parry. **Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX** Em BIB -Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. EDUSC, São Paulo, 2004, no. 58, pp. 29-78.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, séc. XIX**. Editora Nova Fronteira. 1999. p.27-68.

SWERTS, Leila A. **Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação: As quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins**. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Geografia, 2009.

Universidade estadual do Maranhão – UEMA; Ministério da ciência e tecnologia – MCT; Rede Maranhense de Biocombustível – REMABIO; Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (realizadores). **I Congresso Brasileiro de Palmeira de Babaçu: babaçu, alimento e energia para o mundo**. Anais. São Luís, 2010.

WOORTMANN, Klass. **Introdução e Conclusão**. Em A família das mulheres. Rio de Janeiro, Tempo Universitário. 1987, p.11 a 58 e 285 a 306

A REABILITAÇÃO DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DA AMAZONIA

Iraildes Caldas Torres¹
iraildes.caldas@gmail.com

Rooney Augusto Vasconcelos Barros²
Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
r.vasconcelosbarros@gmail.com

Resumo: O estudo sobre a formação do pensamento social da Amazônia constitui-se num domínio novo de pesquisas que se abre atualmente com um grande potencial de análise, para a compreensão da região em suas relações com a sua gente, com o Brasil e com o mundo exterior. Neste domínio situa-se os novos estudos etnográficos e antropológicos realizados sobre os povos tradicionais indígenas e não indígenas, com os quais vimos trabalhando há algum tempo. Esses estudos deflagram uma diversidade de questionamentos sobre as ausências detectadas na história da formação do pensamento social da Amazônia, dentre as quais as mulheres desta região. Isto exigiu, peremptoriamente, que a ciência é androcêntrica reavalie seus fundamentos e as representações que historicamente fez da Amazônia e das mulheres como “peças” invisíveis. Esta pesquisa assentada num cotejamento de dados extraídos de crônicas e diários de viajantes, mostra de um lado, que as mulheres são invisibilizadas nas crônicas e diários de viajantes e, de outro, aponta essas mulheres como sujeitos importantes no processo sociocultural de formação do pensamento social da Amazônia. Deve-se reconhecer, por fim, que as mulheres da Amazônia vivem a sua condição humana nesta região em meio às suas práticas sociais de trabalho e conservação da natureza, como sujeitos centrais do desenvolvimento social.

Palavras-Chave: Formação do Pensamento, Amazônia, Mulheres.

1 Pós- doutora em Antropologia Social pela Université Lumière Lyon 2, França. Professora da

2 Doutorado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Introdução

A exploração científica da Amazônia, de forma institucional e profissional, está estritamente associada à imagem da região como uma territorialidade rica e opulenta em sua biodiversidade, seu potencial de água doce, enfim, seus recursos naturais, sem dar devida importância à sua gente. Na historiografia produzida pelos viajantes dos séculos XVII ao XIX, aparecem os homens como sujeitos centrais, habitantes da região, como se inexistissem as mulheres, as quais são lembradas somente por João Daniel (2004) e Elizabeth Agassiz (1975).

As mulheres da Amazônia deparam-se com o vilipêndio étnico cujo olhar eurocêntrico deixaram marcas indelévels na imagem delas na região, as quais são vistas como lascivas e libertinas sexuais pelo imaginário além-mar. A deserção destas mulheres nos relatos de viajantes é flagrante na medida em que elas existem, porque entraram na somagem estatística de Alexandre Rodrigues Ferreira (2007), mas não são retratadas como sujeitos históricos.

Estudos mais recentes como os de Torres (2005) e Costa (2005), reconstituem a história das mulheres na Amazônia apresentando-as como sujeitos centrais de suas práticas sociais de trabalho e organização social.

Este estudo recoloca o debate sobre a construção identitária na Amazônia, reabrindo a grande questão que sempre se colocou para as sociedades que é a de como lidar com as relações de gênero na história da formação do pensamento social na Amazônia.

O nosso propósito consiste em mostrar que as mulheres assumem significação no pensamento social da Amazônia, travando uma discussão crítica e argumentativa com o pensamento clássico sobre a região de cariz eurocêntrico e androcêntrico.

Silenciamento e exclusão das mulheres indígenas na historiografia

Tecer olhares recursivos sobre os silêncios e a exclusão das mulheres indígenas no campo das ciências supõe olharmos pelo retrovisor da história para percebemos que o campo da produção do saber esteve sob o domínio dos homens desde os primórdios. O primordialismo aqui não tem conexão direta com os processos cronológicos alhures, cabe-nos compreendê-lo tão somente no reino do conhecimento de cariz androcêntrico.

Os homens que tomaram para si a pena da escrita para retratar o universo e explicar todas as coisas nele existentes, de forma a dar ordenança ao mundo, a partir de conceituações, o fizeram com base nas ideias patriarcais que informavam suas visões e compreensões sobre as coisas. Tem-se aqui uma urdidura que marca, inevitavelmente, o olhar dos viajantes com relação ao Novo Mundo principalmente sobre as mulheres.

Esse olhar androcêntrico e de verniz patriarcal não se voltou só para o Novo Mundo, embora aqui seja mais alargado e exacerbado. Recaiu também sobre o Velho Mundo, haja vista a grande produção de escritos de homens diabolizando as mulheres ou descrevendo processos históricos que ocultam as ações e a vida delas. Maciel (2012, p. 2) sinaliza para o fato de que “foram eles, os homens, que tanto no Mundo Antigo como nas Américas, quem descrevem o ‘encontro etnográfico’ com os povos ou sociedades do Novo Mundo, a partir obviamente dos princípios da sociedade patriarcal à qual pertenciam”. E prossegue o autor advertindo que: É necessário reconhecer também que do outro lado deste “encontro” estavam sociedades também dominadas, pelo menos militar e politicamente, pelos homens.

Eram eles que tinham a incumbência de receber em seus espaços, conversar e informar os visitantes. Foram a eles que se dirigiam os viajantes, cientistas e etnólogos, foram eles seus informantes privilegiados. Foram nos espaços sociais dos homens e a partir das informações nele recolhidas, que foram produzidos os primeiros relatórios, crônicas e etnografias sobre os indígenas (MACIEL, 2012, p. 2).

Essa análise poder-se-ia acrescentar, exige que compreendamos o problema ou o assunto que nos ocupa a mente neste momento, numa via de mão dupla. Isso evita os binarismos e as visões unilaterais ainda tão usuais. Segue-se, dessa perspectiva, que os relatos sobre as mulheres do Novo Mundo foram elaborados a partir do olhar masculino, tanto dos homens viajantes quanto dos homens locais que receberam e informaram os naturalistas.

A exclusão do sujeito mulher nas anotações de cronistas e naturalistas não parece desnuda de propósitos claros; pode-se perceber a evidente motivação preconceituosa sobre os habitantes do Novo Mundo, especialmente para com as mulheres que são retratadas com os piores predicados tais como lascivas sexuais, parideiras e depravadas (TORRES, 2005).

Esses homens de ciência, tal como Hans Staden, descreveram as mulheres pelo lado da fantasia, do exótico, incrementando o aspecto de imoralidade a partir da visão judaico-cristã que desaprova o canibalismo cultural dos

tupinambá como se os indígenas fossem regidos por uma moral cristã. Não é só essa censura que incomoda-me. O que a meu ver deve ser contestado é o fato de os ardis da colonização ter “jogado” o fardo das práticas canibais nas costas das mulheres, “apimentando” o suposto prazer sexual que elas sentiam ao degustar a carne do homem inimigo.

As gravuras produzidas sobre o ritual canibal dos tupinambá no século XVII, a partir do relato de Hans Staden, expõem a prática cultural do canibalismo como um deleite das mulheres que se regozijavam na suposta festa, quase que manipulando seus órgãos sexuais para simular masturbação. As velhas foram retratadas com os piores estereótipos sendo, pois, vistas como as promotoras da lascívia. Ornar a verdade com fábula ou com fatos inverídicos significa, realmente, desfigurá-la. De cepa fortemente patriarcal esses cientistas exacerbaram as relações de gênero no novo continente. Essa ideologização é, pois, responsável por vezos hiper-discriminatórios para com indígenas que passam a ser vistos também, sob o preconceito étnico. É, pois, nos aspectos do exotismo e da lascívia sexual que sangra o preconceito étnico na Amazônia.

A partir do século XVIII as mulheres passam a ser vistas pelos viajantes com olhares diferenciados, embora sob o cariz da moral cristã embalada pelo patriarcado. Padre João Daniel em seu *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* deixa claro o fato de que “era brutal a lascívia e monstruosa a desenvoltura, com que sem temor de Deus nem pejo dos homens usaram, ou abusavam do sexo feminino, com tanta lassidão, que parece enforcaram ou alijaram ao mar as consciências” (DANIEL, 2004, p. 263/264). Aqui o autor está se referindo aos homens brancos que abusavam sexualmente das índias; na verdade o religioso reconhece que os indígenas não têm consciência ou “não conhecem a verdadeira vileza deste vício” (IBIDEM, p. 282). Surge, assim, uma voz razoável em favor dos índios e das mulheres indígenas. João Daniel, ainda que religioso da Companhia de Jesus, compreende que os indígenas possuem outro sistema moral que não tem arcabouço fincado no cristianismo.

Os edifícios de sua teogonia e cosmogonia têm outras bases constitutivas fundadas nos seus acervos mitológicos. A racionalidade indígena assenta-se no substrato de seus mitos e ritos passados de geração a geração. Toda a sua cultura dos costumes e normas assume a forma consuetudinária. Os Sateré-Mawé eram povos ágrafos, utilizavam mais os grafismos e os sinais semióticos para registrar sua história, cujas regras gerais estão contidas no Puratin.

O Puratin, símbolo sagrado dos Sateré-Mawé assume o aspecto físico de um remo cuja simbologia remete para o caminhar da vida sempre para frente,

rumo à terra sem males, onde os membros da etnia Sateré-Mawé encontrarão conforto e fartura em suas vidas. Para chegar à terra sem males é necessário que todos contribuam fazendo a sua parte, tanto no trabalho do guaraná e da roça, quanto o de ser bom caçador e pescador, a partir de uma sociabilidade coletivizada. E, a propósito disso, atentemos para o fato de que o Puratin só está, hoje, na memória dos Sateré-Mawé; eles não conseguem mais ler os sinais contidos no remo.

Com o tempo, conforme Yamã (2007, p. 91), “o Puratin foi perdendo seus poderes até que sumiram de uma vez por todas. Mas, ainda hoje existem duas cópias dele no território Sateré-Mawé nas mãos dos tuxauas gerais. São eles os guardiões do sagrado Puratin, símbolo maior da cultura Mawé e arma de defesa da causa indígena”. De acordo com o pajé da comunidade Molongotuba, um dos locais de nossa pesquisa, “o Puratin não pode desaparecer, é o nosso livro sagrado. Para se ter uma ideia ninguém pode tocar nele, só o tuxaua geral” (Antenor Meneses, 59 anos, entrevista/2012).

Retornando, pois, ao que há pouco dissemos sobre os escritos do padre João Daniel, deve-se reconhecer que as mulheres indígenas não foram depreciadas em seu modo de ser pelo escritor. Há trechos de elogios à beleza física como este que diz serem as mulheres indígenas bonitas “que podem competir ainda com as mais formosas senhoras da Europa. E algumas fêmeas há que, além das suas feições finíssimas, tem os olhos verdes, e outras azuis, com uma esperteza e viveza tão engraçada, que pode ombrear as mais escolhidas brancas” (DANIEL, 2004, p. 265).

Importa nesta análise apanhar mais os fenômenos e fatos que envolvem a visibilização das mulheres nos escritos dos viajantes, do que as nuances da feminilidade, o que não descarta enfatizarmos essas sutilezas que ocuparam a atenção de João Daniel. Outro aspecto de visibilização da presença das mulheres indígenas na Amazônia também são apresentados pelo religioso, como o fato de os pais “oferecerem as mesmas filhas em sinal de amizade e paz, não só uns aos outros, mas também aos brancos, que os vão visitar às suas aldeias e povoações pela razão de algum negócio” (DANIEL, 2004, p. 282).

O autor expõe também outros temas como a norma de as mulheres casarem virgens senão seriam repudiadas pelos maridos. Em outro trecho o religioso narra um fato curioso relacionado ao sujeito feminino. De acordo com o autor:

Um certo dia uma índia Moçatona que foi um dia muito devota pedir com instância a um missionário que já batizasse, porque se

envergonhava de estar ainda gentia [...]. Admirado o missionário da súplica da índia [...] e instruindo-a com brevidade a batizou [...]. Passado algum tempo veio o missionário a perguntar-lhe que causa a tinha estimulado [...] a pedir o batismo. Ao que repôs a índia que, aportando àquela missão tantos brancos, tinham com eles boa entrada as mais suas parentas e que ela era repudiada e mal vista deles por saberem que ainda estava gentia [...]. Bem merecia a índia que logo a crismasse com bons aços. Porém a sua muita rudeza não lhe deixa apreender a gravidade e malícia deste vício (DANIEL, 2004, p. 285).

A história mutilada das mulheres indígenas é, de alguma forma, reconstituída por João Daniel e Elizabeth Agassiz como veremos mais à frente. Uma das maiores contribuições do missionário jesuíta foi justamente ter reconhecido que os indígenas possuem outra lógica de pensamento e de vivência da vida. O argumento principal dos viajantes dos séculos XVI e XVII é a acusação sumária de que os índios eram canibais e, por isso não possuíam humildade, recaindo sobre as mulheres os mais abomináveis pecados ligados ao gozo carnal. João Daniel mete o dedo nessa ferida colocando em xeque-mate a suposta não humanidade dos índios.

Outra grande contribuição do jesuíta é que a lascívia sexual não é atribuída às mulheres, mas aos homens que “abusam do sexo feminino” (DANIEL, 2004, p. 282, 283, 284). Neves (2011, p. 77) considera que “o perfil do índio que a literatura de viagem registrou no século XVI e XVII desfigurou-se no tempo e na história”. Não obstante a isto, é preciso ter mais cautela em relação às mulheres. A imagem turva das indígenas construídas nesses períodos ainda trepida no espelho do branco. A imagem da índia lasciva que “solta a franga” está incrustada no imaginário ocidental, sendo, pois, difícil de depurar (TORRES, 2005). Sem dúvida, os primeiros raios de desconstrução dessa imagem ecoam com João Daniel em todo o século XVIII, haja vista não percebermos tal atitude em Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815).

No período de 1783 a 1792 Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista financiado pela Coroa Portuguesa para dirigir uma expedição científica ao Brasil, percorreu o Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá organizando um inventário de grande envergadura científica. As mulheres não aparecem como sujeitos de ação na região. Elas aparecem somente no quesito de contagem numérica das pessoas que residem nas localidades visitadas pela expedição. (Ex: tantos

homens e tantas mulheres existem em tal localidade). Raras são as vezes em que o naturalista se refere às mulheres; identifiquei só dois trechos, um que fala do dote e outro que expõe de forma aligeirada a função das velhas na feitura do caxiri, a saber: “tem boas casas e mais um cafezal, que o sobredito morador deu em dote a uma filha sua, a qual enviuvou, há pouco, na fortaleza da Barra deste rico (FERREIRA, 2007, p. 67). Em outro trecho o autor diz que “para acelerarem a fermentação, costumam alguns índios misturar-lhe algumas porções de beiju mastigado pelas velhas, cuja saliva promove a fermentação aos termos do seu apetite” (FERREIRA, 2007, p. 417).

Ao inventariar uma região em suas potencialidades de recursos naturais e humanas daquilo que viram e ouviram dizer, incluindo relatos e histórias de vida e de lugares, como fonte, a expedição lusitana poderia ter identificado de que forma ocorriam as relações sociais e a sociabilidade entre os indígenas. Depreender-se-ia, com efeito, fissuras e defectividade entre os gêneros homens e mulheres, especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho. E, observe-se, que o inventário de Alexandre Rodrigues Ferreira foi construído também em torno de pessoas, não só no que diz respeito a fauna e flora. O certo é que os modos de vida e as relações sociais não eram o foco da expedição, mais sim, o sistema vivo estudado pelas ciências naturais.

Recompor a vida humana na Amazônia sob o nexos da sociabilidade e das relações sociais constituiu-se em tarefa de Louis Agassiz (1807-1873) e de sua esposa Elizabeth Cary Agassiz que, juntamente com sua equipe realizaram a *Viagem ao Brasil*, no período de 1865 a 1866. Ao adotar o gênero diário que, por si só, é fluente e altamente subjetivo, adicionado ao fato de que ele foi escrito por uma mulher, dá ao documento um largo espectro de abrangência das informações disseminadas em variados temas, dentre os quais os modos de vida e as relações sociais.

De acordo com Ferri (1975, p. 5), “dessa expedição composta de 15 pessoas e financiada por Nathaniel Thayer, participou também, Elizabeth Cary Agassiz, que registrou, dia a dia, o ocorrido com todos. O elemento para a confecção de seus registros era fornecido, diariamente, pelo grande naturalista”. As visões dos viajantes sobre a Amazônia nos séculos XVI e XVII marcam a soberania da natureza e a ausência do sujeito. Vimos anteriormente que João Daniel reabilita o sujeito no século XVIII e, no século XIX, Elizabeth Agassiz traz o sujeito homem e mulher para a cena pública com sutilezas e riqueza de detalhes, especialmente sobre a vida das mulheres. Aos poucos os primeiros raios do sol começavam a dissipar as gotas de orvalho da invisibilidade e do

silêncio das mulheres nos escritos dos viajantes, mas isto não exime o fato de considerarmos ser os registros sobre elas muito escassos. Em visita da excursão à lagoa Januário, no retorno a Manaus, Elizabeth Agassiz relata a realização de um baile nos seguintes termos:

Terminado o jantar, tiraram-se as mesas e varreu-se o alpendre; a orquestra composta duma viola, uma flauta e um violino se instalou, e abriu-se o baile. As “belas da floresta” experimentaram a princípio certo embaraço sentindo-se alvo dos olhares dos estranhos mas não tardaram em se animar e as danças se acaloraram. Todos estavam vestidos de branco, saia de chitão e musselina, corpete folgado de algodão, guarnecido em volta do colo com uma espécie de renda, que elas próprias fabricam puxando os fios de cambraia ou da musselina de maneira a formar uma espécie de rede na qual os restantes são tomados pela agulha e preso uns aos outros (AGASSIZ, 1975, p. 163).

É preciso decifrar a esfinge amazônica como diz Djalma Batista (2007). No coração da floresta, no meio da mata, acontecem bailes com elevado requinte e refinamento. Essas sutilezas e seus ricos detalhes são apreendidos pelo o olhar de uma mulher que não é dura como o aço, mas “é fina como a asa de uma borboleta”, lembrando aqui Diego Rivera que usou esta frase para falar sobre sua companheira Frida Kallo. Além das roupas a autora descreve também os penteados das índias que continham “galho de jasmim ou rosas presas ao cabelo, e algumas traziam colar e brincos de ouro” (AGASSIZ, 1975, p. 163).

Lembre-se que esse é um período de abundância econômica no Amazonas, em função de o Estado encontrar-se no início de uma era gloriosa de ouro negro consignado nas atividades da borracha. Um dado primoroso trazido por Elizabeth Agassiz e muito caro à compreensão de gênero na Amazônia, de forma mais adequada e verossímil, diz respeito à desconstrução da ideia de mulher fácil e lasciva sexual em relação às índias. Agassiz (1975, p. 163) chama a atenção para o fato de que “nunca vi a mulher, nesses divertimentos dos índios, demonstrar faceirice provocante; é o homem que solicita; ele se atira aos pés da dama sem lhe arrancar um gesto ou um sorriso”.

Situar o sujeito mulher nas práticas reais de sua existência com seu modo de ser diferente daquele propalado no além-mar, por vozes eurocêntricas é, a meu ver, a maior contribuição de Elizabeth Agassiz, cujo faro científico não é o

da perspectiva de gênero, mas nem por isso deixou de condescender com ela. Sua marca de pesquisadora é aquela do afeto, do ouvir e de dar atenção à fala das mulheres. Sempre é uma mulher, velha ou nova que lhe conta as histórias e os relatos. Para Thompson (1992), a história ganha nova dimensão quando se utiliza a experiência de vida das pessoas como matéria prima.

O fato de Agassiz usar de simplicidade e afetividade para conversar com as mulheres, imiscuindo-se com elas como ocorreu em Maués, quando ela e as índias Sateré-Mawé assentaram-se no chão, deu a ela o passaporte para inquiri-las e extrair delas o que queria. O trecho a seguir é emblemático disso, a saber:

Uma única coisa foi capaz de provocar o riso: fatigada de estar de pé e exposta ao sol, sentei-me entre as mulheres, e, como a distribuição dos presentes se fizesse com muita pressa, fui tratada como uma delas e recebi por minha parte um vestido de cores berrantes. Houve entre as índias uma risada geral e o incidente pareceu diverti-las muito (AGASSIZ, 1975, p. 192).

Esse tipo de atitude abre caminho para a pesquisa na medida em que a pesquisadora ganha a confiança dos sujeitos pesquisados. É assim que “o cotidiano desvela-se fenomenologicamente, desocultando aquilo que estava velado, encoberto diante de nós, como um exercício de transcendência” (PINHEIRO, 2008, p. 46). Nesse mesmo encontro com as índias Sateré-Mawé Agassiz revela que os membros da expedição haviam pensado nas mulheres quando compraram os presentes. Esses presentes “eram para as mulheres, adorno de europeu pelas quais se mostram doidas, vestidos de algodãozinho, colares, tesouras, agulhas, espelhos” (AGASSIZ, 1975, p. 192).

Esse registro poderia ter sido ocultado já que as mulheres não costumam ser lembradas nos relatos dos viajantes, posto que elas foram silenciadas quer seja porque ficaram escondidas na linguagem do masculino de forma linear e universal ou porque ficaram ausentes das preocupações mais abrangentes de uma antropologia do contato (MACIEL, 2012). E o autor conclui dizendo que talvez elas tenham sido “preteridas e até desautorizadas como informantes etnológicos legítimos e confiáveis, mas também porque elas ocupavam espaços sociais quase impenetráveis por ‘gente de fora’: viajantes, cientistas, missionários, antropólogos” (MACIEL, 2012, p. 5). Enfim, é possível que essa atitude de Elizabeth Agassiz em fazer registro dos presentes trazidos para as mulheres, seja deliberada, para mostrar ao mundo que é preciso incluí-las nos relatos científicos.

Considerações Finais

O silenciamento e a invisibilidade produzida sobre as mulheres da Amazônia é uma violência de gênero. A Amazônia deve ser enxergada por meio de uma visão multidimensional, esgarçando os aspectos das relações de poder que engendram as relações sociais, expondo as flutuações dos seus processos históricos e reconstruindo o estatuto antológico de sua gente. É preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica. As relações de gênero são elementos estruturantes da vida em sociedade.

São relações que tecem os fios das sociabilidades e que engendram os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho. Torna-se premente dar voz às mulheres índias da Amazônia, uma voz autoral, que possa desautorizar todos os clichês, estereótipos e imagem destorcida que construíram sobre elas no passado. Assim qual o branco é a figura que representa a civilização ocidental, o indígena é o sujeito que representa o Novo Mundo. Os indígenas, homens e mulheres, são as fontes confiáveis e as suas falas são falas autorais.

Referências

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer; Edua e Inpa, 2007.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. 2 ed. Organizada, atualizada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FERRI, Mário Guimarães. **Apresentação de a Viagem ao Brasil: 1865-1866.** In: AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MACIEL, Bendito do Espírito Santo Pena. **Entre fios de tucum e traçados de arumã:** silêncios, trabalho e cotidiano das mulheres indígenas tikuna artesãs da fronteira do Alto Solimões. Manaus: texto acadêmico, 2012 (mimeo).

NEVES, Auriclêa Oliveira das. **A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII:** percurso e discurso. Manaus: Valer, 2011.

PINHEIRO, Harald São Peixoto. **Para uma crítica da mito poética amazônica:** do desencantamento do mundo à erotização da natureza. Dissertação de mestrado. Manaus: Ufam, 2008.

THOMPSON, Paul. 1992. **A voz do passado:** história oral. 2. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas Torres. **As novas amazônidas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

YAMÃ, Yaguarê. Sehaypóri: o livro sagrado do povo Saterê-Mawé. São Paulo: Peirópolis, 2007.

ENFRENTAMENTO DE ENFERMEIRAS NO CUIDADO A MULHERES ENVOLVIDAS COM DROGAS

Lara Barreto Caldas
bclara_@hotmail.com

Jeane Freitas de Oliveira

Andreia Silva Rodrigues

Patrícia Keirelly de Oliveira Araujo

Celestina Carvalho da Silva
Universidade Federal da Bahia

Resumo: A presença de mulheres usuárias de drogas e suas demandas nos diversos níveis de atenção à saúde geram situações de vulnerabilidade com diferentes formas de enfrentamentos para profissionais, sobretudo enfermeiras. O objetivo dessa pesquisa foi caracterizar formas de enfrentamentos adotadas por enfermeiras em situações de vulnerabilidades relacionadas às práticas de cuidados à saúde de mulheres usuárias de drogas. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com 33 enfermeiras de uma maternidade pública de Salvador-Ba. Para este trabalho foi analisado o conteúdo do diário de campo resultante da observação realizada no período de fevereiro a junho de 2015 e, de 06 entrevistas semiestruturadas. A organização e análise dos dados foram feitas a partir do agrupamento de informações buscando contemplar o objetivo previamente definido. As participantes revelaram que é frequente a presença de mulheres usuárias de maconha, cocaína, crack, de um modo geral, acompanhadas e/ou visitadas por seus parceiros também usuários dessas substâncias e participantes do narcotráfico. Não houve registro para usuárias de tabaco e álcool. De acordo com relato das participantes, comportamentos agressivos das mulheres e seus acompanhantes causam situações de ameaça e insegurança, interferindo na rotina das atividades e na

prática de cuidados para com essas mulheres. Na tentativa de superar essa situação, buscam articulação com outros profissionais da unidade e tentam se afastar dessas pacientes. Conclui-se que no cotidiano da prática profissional em maternidade, as enfermeiras vivenciam diversas situações de vulnerabilidades no cuidado às mulheres usuárias de drogas, para as quais adotam formas de enfrentamento não sistematizada e/ou institucionalizada.

Palavras-Chave: Drogas, Cuidados de Enfermagem, Saúde da Mulher.

Introdução

O consumo de drogas, nos dias atuais, tem se tornado um problema de saúde pública de ordem mundial que vem ganhando grande destaque por sua complexidade e expansão. O relatório produzido pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC, 2014) indica que cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade usaram drogas ilícitas em 2012 e estes valores indicam também o aumento do número de mulheres em relação ao de homens para alguns tipos de drogas, especialmente as consideradas ilícitas.

Até recentemente, estudos sobre o uso de substâncias psicoativas por mulheres eram limitados, visto que este era um problema mais comum no universo masculino. As mulheres usuárias de drogas encontram-se em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas aos homens, sendo mais estigmatizadas socialmente e enfrentando situações de discriminação, preconceitos e estereótipos, gerando desafios para si próprias, familiares e para a sociedade. (CASTRO, 2012)

O envolvimento das mulheres com as drogas não se limita ao consumo ou ao tráfico, mas também ao meio onde estão inseridas, como a convivência com pessoas que consomem e/ou traficam drogas. Muitas que são internadas devido ao uso de substâncias psicoativas encontram-se em idade fértil. Quando não estão grávidas, engravidam durante o período de internação, aumentando assim os riscos sociais e de saúde. Esse problema vem exigindo a atuação de profissionais de diversas áreas, principalmente da saúde, uma vez que as substâncias psicoativas podem causar diversos efeitos no organismo. (SOUZA, 2013)

As (os) enfermeiras (os), de um modo geral, pelas características de sua prática profissional, mantêm maior contato com a clientela e seus familiares, portanto, possuem mais possibilidades de reconhecer os problemas relacionados ao uso de drogas e prestar ações assistenciais adequadas.

O envolvimento das mulheres com as drogas traz situações de vulnerabilidade não só para a usuária, mas também para os familiares e para os profissionais de saúde, principalmente para as (os) enfermeiras (os) que se encontram mais próximos nos cuidados às mulheres usuárias. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007) A vulnerabilidade é um indicador da iniquidade e da desigualdade social. Seu conceito tem caráter multidisciplinar e inclui a detecção das fragilidades, mas também a capacidade de enfrentamento dos problemas/agravs de saúde de grupos ou indivíduos. (BERTOLOZZI et al. 2009) A análise da vulnerabilidade tem como

propósito particularizar as diferentes situações de indivíduos e/ou grupos para um determinado agravo, baseando-se em três planos analíticos: individual, social e programático.

Os cuidados de saúde direcionados para pessoas usuárias de drogas exigem contato direto com estas, seus familiares e comunidade, além de um conhecimento sobre a problemática. Considera-se como grande desafio para as enfermeiras aliar conhecimentos, habilidades e atitudes para intervir junto à pessoa usuária de álcool e outras drogas, lidar com situações cotidianas com segurança, conhecimento e liderança para encaminhamento das questões e tomada de decisões. Dessa forma, o enfrentamento das enfermeiras diante dos problemas e agravos de saúde trazidos pelas usuárias de drogas tem uma grande importância para a caracterização da assistência que essas profissionais têm no cuidado a essas usuárias. Nesse contexto, foi elaborada a seguinte questão de investigação: quais as estratégias de enfrentamentos adotadas por enfermeira (o) s na prática de cuidados às mulheres envolvidas com drogas? Na tentativa de responder a esse questionamento, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de: caracterizar formas de enfrentamentos adotadas por enfermeira (o)s em situações de vulnerabilidades relacionadas às práticas de cuidados à saúde para mulheres usuárias de drogas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, visando compreensão do fenômeno estudado e alcance dos objetivos propostos. Esta abordagem realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO, 2010).

O lócus da pesquisa foi uma maternidade pública de Salvador-Ba, que faz parte do programa nacional de saúde materna e neonatal do Ministério da Saúde e mantém convênio com a Universidade Federal da Bahia, sendo utilizada como campo de prática para diversos componentes curriculares. A referida unidade oferece à população feminina em idade reprodutiva, atendimento ambulatorial e hospitalar nos programas de pré-natal, planejamento familiar, parto e aborto previsto em lei.

A pesquisa foi realizada com 33 enfermeiras que atuavam na referida maternidade, no período de fevereiro a junho, as quais foram selecionadas mediante

os seguintes critérios: estar lotada na unidade há pelo menos seis meses, prestar cuidados às mulheres na assistência ambulatorial e hospitalar e ter, pelo menos, seis meses de experiência neste tipo de assistência. Em atendimento às normas estabelecidas pela Resolução 466/12 (BRASIL, 2013), o sigilo e o anonimato das participantes foram mantidos mediante o uso de pseudônimos escolhidos pelas próprias participantes. Os demais princípios que norteiam a referida resolução foram atendidos em todas as fases da pesquisa.

Para produção dos dados foram utilizadas duas técnicas: observação de campo e entrevista semiestruturada. Essas técnicas possibilitaram conhecer/acompanhar situações vivenciadas por enfermeiras no cuidados a mulheres usuárias de drogas e o contexto no qual as situações são vivenciadas. Para apreensão das informações foi organizado roteiros específicos que permitiram o registro para posterior análise.

Para Minayo (2010) a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos. Na observação de campo buscou-se registrar as condições do contexto de estudo. Essa abordagem permitiu a observação e registro de elementos do cotidiano da unidade, visando identificar situações de vulnerabilidade relacionada ao atendimento às mulheres usuárias de drogas.

Todas as participantes foram observadas e 16 responderam integralmente ao roteiro de entrevista. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e, devido uma série de fatores que interferiram no andamento da pesquisa, para este relatório foram analisadas 06 entrevistas e o conteúdo total do diário de campo.

De acordo com informações sobre a identificação das entrevistadas, todas eram do sexo feminino, com idades entre 32 e 40 anos, quatro eram naturais da cidade de Salvador e duas naturais de cidades do interior da Bahia. Quanto ao estado civil, três se declararam casadas, duas solteiras e uma em união estável. Cinco das entrevistadas tinham filhos, entre 3 e 6 anos de idade. Referente à religião, duas se declararam católicas, duas como protestantes, uma como espírita, e uma sem religião. Em relação à cor, quatro se classificaram como parda, uma como branca e uma como amarela. Entre as entrevistadas, apenas uma fez o curso em instituição federal e, também, somente uma, declarou não ter pós-graduação. A atuação das enfermeiras na maternidade variou entre 2 e 15 anos. Do total de participantes, três declararam ter outro vínculo empregatício e, uma referiu ter participado de um curso sobre a temática das drogas.

A análise das entrevistas foi feita mediante leitura do conteúdo, com agrupamento de informações que contemplasse formas de enfrentamento das enfermeiras na prática de cuidados às mulheres usuárias de drogas, diante de elementos de vulnerabilidade identificados. No processo de análise, buscou-se articular registros de campo com informações reveladas pelas participantes nas entrevistas reforçando os dados selecionados. A aplicação das técnicas e a análise dos dados, devido à complexidade da temática e da questão norteadora, exigiram conhecimento sobre os multi aspectos que envolvem a temática de investigação. Nesse sentido, tornou-se necessário a realização de revisão bibliográfica sobre problemática das drogas e sobre vulnerabilidade.

Resultados

Diante do objetivo apontado, foram identificados como elementos de vulnerabilidades para enfermeiras no cuidado prestado às mulheres usuárias de drogas: a concepção das enfermeiras acerca da mulher usuária de drogas e suas demandas de saúde, comportamento agressivo das pacientes e a presença ameaçadora de seus acompanhantes, deficiência estrutural física e das demandas de profissionais na maternidade, formação e atualização profissional das enfermeiras no tocante à temática das drogas. Esses foram elementos determinantes para a caracterização das formas de enfrentamentos adotadas pelas enfermeiras na atenção às mulheres usuárias de drogas. Ao serem questionadas sobre a assistência às mulheres usuárias de drogas, as profissionais entrevistadas relataram que tentam prestar os cuidados sem distinção, procurando sempre o bem-estar das pacientes. Algumas enfermeiras demonstraram-se mais sensibilizadas com a situação das mulheres e afirmaram que sempre tentam uma aproximação no período de internação. Outras trouxeram a importância de um olhar diferenciado para as necessidades das usuárias, relatando a importância de um cuidado mais ampliado ao lidar com essas mulheres:

“Quando eu estou com uma mulher, que é identificada como usuária, é como eu te falei, tem sempre um cuidado dobrado...” (Entrevistada 3)

“Eu procuro tá atendendo aquela paciente prestando os cuidados como se fosse paciente qualquer outra, sem diferenciação, agora tendo aquele cuidado de tá com o olhar diferenciado para ela né?!” (entrevistada 5) “Às vezes meu sentimento de inicial é compaixão, é pena, é querer tirar aquela pessoa daquela situação, eu mesmo me envolvo nesse sentido, converso, eu falo” (entrevistada 6).

As enfermeiras trouxeram em seus discursos a importância de uma assistência diferenciada ao lidar com essas mulheres, e esse olhar se intensifica diante do comportamento agressivo das pacientes usuárias de drogas. Esse comportamento pode ser considerado uma forma de defesa antecipada pelo medo de discriminação por parte das profissionais do serviço e/ou das demais pacientes. Logo, o comportamento agressivo das pacientes tornou-se um importante elemento de vulnerabilidade.

Foi notado através da observação de campo que muitas enfermeiras se sentem ameaçadas e retraídas diante dos comportamentos vindos das pacientes e que esse fato, muitas vezes, interfere na maneira como trabalham diariamente. Muitas declararam que essas situações deixam o ambiente de trabalho mais desconfortável, e que muitas vezes precisam da ajuda de outros profissionais de saúde no momento da assistência e dispõem também da equipe de segurança para esses casos de agressividade:

“Se a paciente estiver com agressividade, se eu puder, eu dou uma isolada, são pacientes que eu evito” (entrevistada 3).

“Eu me sinto apreensiva, assim de início, quando você tem que atender um paciente assim você fica apreensiva” (entrevistada 5).

“Quando é muito agressiva, aí tem que chamar vigilante, chamar policial, chama quando não tem jeito de conter” (entrevistada 6).

Este tipo de comportamento é característico também dos acompanhantes, vistos pelas enfermeiras como os maiores causadores de apreensão no ambiente de trabalho. Muitas não sabem como lidar quando o acompanhante interfere no trabalho e na assistência prestada. Diante dessas situações, as enfermeiras afirmam recorrer a outros profissionais, como uma forma de apoio e para solução de desentendimentos

A articulação com outros profissionais da unidade diante de agressões do acompanhante e/ou paciente é uma forma de enfrentamento mais comum entre as enfermeiras. Essa questão é um tema muito discutido em reuniões realizadas na maternidade, como um meio de identificar as maiores dificuldades vivenciadas pelas profissionais:

“Tem aquela quantidade de homem dentro do quarto. São homens que não gostam quando a gente pede pra sair” (Entrevistada 3)

“A equipe de enfermagem também fica temerosa, por que já teve até um caso de uma enfermeira de também ser ameaçada, e aí foi terrível” (entrevistada 4)

“Já teve situação de saber aqui que tinha acompanhante andando aqui com arma escondida” (Entrevistada 5)

As enfermeiras entendem a dificuldade que as usuárias de drogas têm ao permanecer na maternidade por muitos dias, e compreendem as necessidades que as mulheres têm no período de internação, assim, procuram ao máximo manter um ambiente confortável e tranquilo para as pacientes diante das limitações que a estrutura da maternidade apresenta.

Foi notado através da observação que a deficiência estrutural física é um fator que implica diretamente nas formas de enfrentamento das enfermeiras. A maternidade, por ser referência em diversos atendimentos, atende mulheres além do que se é permitido, causando assim, uma superlotação nas enfermarias. Além da falta de recursos e materiais necessários, a demanda de profissionais de enfermagem, onde uma única enfermeira é responsável por muitas pacientes, acaba limitando as profissionais nos cuidados prestados. Muitas passam por cargas horárias enormes de trabalho, o que dificulta uma assistência diferenciada às pacientes que necessitam de uma atenção maior. Além das horas de trabalho estressantes para as enfermeiras, elas não recebem nenhum tipo de preparação ao prestar cuidados às usuárias de drogas.

A falta de capacitação na temática das drogas e o despreparo para lidar com diversas situações acarretadas na jornada de trabalho trazem uma série de dúvidas às enfermeiras que não sabem como prestar a assistência adequada. A falta de informação quanto aos aspectos relacionados às usuárias de drogas, muitas vezes, inibiu a ação das profissionais. As enfermeiras afirmam que para suprir esse despreparo, recorrem a profissionais como psicólogos e assistentes sociais. A maioria relatou nunca ter participado de uma capacitação sobre a temática das drogas e muitas demonstraram não saber dar uma assistência adequada e como atuar junto a essas mulheres:

“Não tem nenhum tipo de curso e capacitação para o que o funcionário ele tenha o momento de saber, de lidar com essa situação” (entrevistada 1).

“A gente tem um pouco do sentimento de impotência mesmo, acho que essa é a palavra, impotência. Primeiro que você não tem na

sua formação acadêmica um preparo pra você, é..., fazer esse tipo de abordagem, esse preparo você ganha na prática, você ganha com o problema na sua frente e você tentando de alguma forma resolver” (entrevistada 2). “A gente tem certas limitações, então a gente se sente um pouco impotente, com drogas lícitas muito mais” (entrevistada 2).

A partir dos dados coletados foi possível identificar que, no contexto de unidade hospitalar de maternidade, as enfermeiras adotam diversas formas de enfrentamentos diante de situações de vulnerabilidade geradas pela presença de mulheres usuárias de drogas. As diversas situações de vulnerabilidades vivenciadas no ambiente de trabalho por essas profissionais foram o fator determinante para as diversas caracterizações do cuidado.

Discussão: O contexto histórico social, cultural, político e econômico que envolve a problemática das drogas é complexo, configurando assim um problema que ameaça a qualidade de vida de muitas pessoas. Embora o problema das drogas esteja mais presente entre homens, as mulheres constituem um grupo crescente e vulnerável a agravos e que exige atenção (GALERA et al, 2005).

A mulher usuária de drogas é vista pelas enfermeiras desta pesquisa como uma pessoa frágil que precisa de um cuidado diferenciado. Os enfrentamentos das enfermeiras ao prestar cuidados às mulheres usuárias trazem à importância de um olhar ampliado diante das suas necessidades. As profissionais compreendem o contexto no qual essas mulheres usuárias estão inseridas e tentam, da melhor forma, prestar os cuidados sem qualquer distinção, procurando o bem estar das pacientes.

Segundo Carraro (2005), a utilização de estratégias de abordagem ao paciente no processo de cuidado, buscando oferecer “conselhos diretos que promovam reflexões e mudanças de comportamento”, são fundamentais para a atuação do enfermeiro frente ao fenômeno das drogas. O diálogo com estes pacientes se constitui numa forma de oferecer-lhes ajuda, talvez no instrumento mais valioso nesse relacionamento.

Ao estabelecer o diálogo os enfermeiros criam a possibilidade de cuidar destas pessoas, revertendo, ou mesmo reorientando suas condutas frente ao fenômeno das drogas.

Entende-se que as mulheres, ao fazerem uso de substâncias psicoativas, enfrentam uma série de desafios que vão desde o ponto de vista biológico, no qual as mulheres são consideradas metabolicamente menos tolerantes do que

os homens, ao estigma social que ainda é bastante expressivo, onde as usuárias são julgadas como promíscuas e incapazes de cuidar da família e dos filhos (NOBREGA; OLIVEIRA, 2005).

O medo de um julgamento diante do uso de drogas pelas mulheres gera, muitas vezes, um comportamento agressivo das mesmas aos cuidados das enfermeiras. Esse modo de agir pode ser considerado uma forma de defesa antecipada pelo medo de discriminação por parte das profissionais do serviço e/ou das demais pacientes. As enfermeiras enfrentam essas situações de maneira apreensiva, sentindo-se ameaçadas e retraídas, interferindo na maneira como trabalham diariamente. A situação não muda na presença dos acompanhantes, vistos pelas profissionais como os maiores causadores de apreensão no ambiente de trabalho. O comportamento agressivo das pacientes e de seus acompanhantes foi evidenciado com um importante elemento de vulnerabilidade.

Segundo Girondi (2010), a vulnerabilidade e a capacidade de enfrentamento ao que é vulnerável estão relacionadas entre si, sendo que a capacidade está relacionada, quase sempre, à superação que leva o indivíduo à recuperação, potencializando ou reduzindo a sua vulnerabilidade. Contudo, deve-se levar em conta que a capacidade de cada um viver a sua vida é singular, da mesma forma como não há um único modo de enfrentamento a uma determinada situação.

Diante dessas situações, as enfermeiras afirmam recorrer a outros profissionais, como uma forma de apoio e para solução de desentendimentos. A articulação com outros profissionais da unidade diante de agressões do acompanhante e/ou paciente é uma forma de enfrentamento mais comum entre as enfermeiras. O trabalho da equipe multiprofissional junto aos usuários de drogas torna-se uma prática de importância no cuidado. Profissional disposto a escutar, a respeitar e a compartilhar a responsabilidade do vínculo realizado, traz com certeza uma maior eficácia e eficiência no atendimento (CARRARO, 2005).

A articulação da equipe de saúde no cuidado às usuárias de drogas torna-se restrita vista às demandas de profissionais que a maternidade apresenta. Diante de uma instituição superlotada, carência de recursos e materiais necessários, as poucas profissionais de enfermagem disponíveis na prestação do cuidado e as cargas horárias enormes de trabalho dificultam uma assistência diferenciada às pacientes que necessitam de uma atenção maior. Torna-se um desafio ainda maior para as enfermeiras manter um ambiente confortável e tranquilo para as pacientes diante das limitações quanto ao conhecimento que possuem quanto à temática das drogas.

Segundo Mauro (2013), é fundamental a inserção da enfermeira na equipe de saúde colaborando no enfrentamento do problema, mas há necessidade de uma ampla estrutura de conhecimento sobre promoção e prevenção para a saúde de toda a sociedade e as medidas de prevenção do uso e abuso de todas as drogas lícitas e ilícitas. O despreparo das enfermeiras no cuidado às pessoas usuárias de substâncias psicoativas se dá seja pela falta de treinamento no ambiente de trabalho para lidar com essa problemática, ou pela falta da temática em muitos cursos de graduação de enfermagem, onde muitos alunos aprendem as abordagens diagnósticas e/ou farmacológicas, mas não adotam uma assistência adequada para a prestação do cuidado. (GONÇALVES, 2007)

A falta de formação é evidenciada com frequência nos relatos das enfermeiras atuantes na maternidade, e é um elemento determinante para vulnerabilidade que atinge diretamente a forma como essas mulheres atuam na prestação do cuidado. A partir dessa carência, torna-se necessário, mais uma vez, a articulação com outros profissionais de saúde, como psicólogos e assistentes sociais. Para Spricigo e outros (2004), a perspectiva de que o tema drogas passe a fazer parte das preocupações da enfermagem, requer que a capacitação de seus profissionais agregue conhecimentos para além do paradigma clínico biomédico, da visão de distúrbio – somático/psicológico – ou transgressão social e inclua saberes dos campos das ciências sociais, antropologia, política, dentre outros, além do domínio de métodos de pesquisa que possibilitem uma aproximação ao tema nos seus vários aspectos.

A assistência de enfermagem às usuárias de drogas exige um contato direto e para intervir junto à usuária, é fundamental que as profissionais estejam preparadas para prestar os cuidados necessários. As condutas adotadas pelos enfermeiros diante do usuário de álcool e outras drogas envolvem ações preventivas e promocionais da saúde, curativas e reabilitadoras que são determinantes no processo de cuidar. **Conclusões:** A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa é possível concluir que as enfermeiras entrevistadas vivenciam diversos tipos de enfrentamento diante das vulnerabilidades no cuidado às mulheres usuárias de drogas. Os problemas e agravos de saúde trazidos por essas mulheres são determinantes para a caracterização do cuidado prestado pelas enfermeiras. Sendo assim a experiência com a atenção a usuários de álcool e drogas coloca as enfermeiras face a face com inúmeros desafios e enfrentamentos na sua prática de cuidado, sobretudo no que se refere a trabalhar numa perspectiva diferente daquela aprendida na formação acadêmica, altamente prescritiva e centrada na doença e também enfrentar o medo, insegurança, e

até incapacidade para lidar com a mulher envolvida com álcool e outras drogas. É notável o quão importante é a formação dessas profissionais acerca da temática das drogas e um suporte maior vindo da instituição e de políticas públicas, para assim, poder oferecer a essas mulheres um cuidado diferenciado, suprimindo as demandas necessárias. A sensibilização de enfermeiras quanto ao cuidado da pessoa usuária de drogas deve privilegiar uma abordagem transversal e interdisciplinar dos problemas vivenciados em cada local de trabalho, pois, quando ocorre uma aprendizagem significativa, a enfermeira atua de forma mais criativa e engajada.

Referências:

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. et al. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde.** Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo, 2006.

BERTOLOZZI, Maria Rita ET AL. **Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva.** Revista Escola de Enfermagem USP, 2009.

CARRARO, Telma Elisa; RASSOOLGH, Goolan Hussein; LUIS, Margarita Antonia Villar. **A formação do enfermeiro e o fenômeno das drogas no sul do Brasil: atitudes e crenças dos estudantes de enfermagem sobre o cuidado.** Rev Latino-am Enfermagem, 2005.

DOS SANTOS, Érick Igor; TOSOLI, Antonio Marcos Gomes. **Vulnerabilidade, empoderamento e conhecimento: memórias e representações de enfermeiros acerca do cuidado.** Acta Paulista de Enfermagem, 2013. p 492-498.

GALERA, Sueli Aparecida Frari; ROLDAN, Maria Carmen Bernal; O'Brien Beverley. **Mulheres vivendo no contexto das drogas (e violência) - papel maternal.** Rev Latino-am Enfermagem, 2005.

GIRONDI, Juliana Balbino Reis. et al. **Risco, vulnerabilidade e incapacidade: reflexões com um grupo de enfermeiras.** Revista eletrônica de enfermagem, 2010.

GONÇALVES, Sonia Silva Paiva Mota; TAVARES, Claudia Mara de Melo. **Atuação do enfermeiro na atenção ao usuário de álcool e outras drogas nos serviços extrahospitais.** Escola Anna Nery Revista Enfermagem, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOBREGA, Maria do Perpétuo S S; Oliveira Eleonora Menicucci de. **Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa**. Rev Saúde Pública, 2005.

OLIVEIRA, Jeane Freitas; PAIVA, Mirian Santos, VALENTE, Camila Mota Leal. **A interferência do contexto assistencial na visibilidade do consumo de drogas por mulheres**. Rev Latino-am Enfermagem, 2007.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero**. Escola Ana Nery Revista Enfermagem, 2007.

SOUZA, Lilian Regina da Silva; ROCHA, Maria Francisca Ribeiro; BRASILEIRO, Marislei Espíndula. **Assistência de enfermagem a usuários de cocaína e crack**. Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição vol 4, 2013.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSad de Salvador - BA**. [Dissertação de mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. 123f. Salvador, 2013.

TOLEDO, Melina Mafra. **Vulnerabilidade de adolescentes ao HIV/AIDS: Revisão integrativa**. 2008. 153 p. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) Universidade de São Paulo.

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DE GESTORES E PROFISSIONAIS NO TRABALHO COM A REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS COM FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Lucivania Oliveira Lisboa¹

Fundação Beneficente do Hospital Cirurgia em Aracaju/SE.

lucivanialisboa@gmail.com

Maria Helena Santana Cruz²

Universidade Federal de Sergipe

helenacruz@uol.com.br

Resumo: Este trabalho aborda resultados de pesquisa, sobre as representações sociais de gestores e profissionais inseridos na Rede de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual em Sergipe entre 2013 a 2014. A construção da metodologia é inspirada no materialismo dialético, busca relações intercausais historicamente constituídas para conhecer a essência e a explicação do fenômeno. A metodologia qualitativa mostrou-se relevante, para abordar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações sociais, dos processos estudados. A realidade concreta constitui o ponto de partida para a compreensão das multifacetadas do Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual. Foram consultadas diferentes fontes a) *fontes bibliográficas e fontes documentais priorizando-as fontes orais* por meio de entrevista semi-estruturada realizada com gestoras e profissionais gestores@s

1 *Assistente Social e Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente atua como Assistente Social Residente em Unidade de Terapia Intensiva na Fundação Beneficente do Hospital Cirurgia em Aracaju/SE.*

2 *Professora dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Educação da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFSE).*

e profissionais que integram as instituições vinculadas a Política para o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual nos três Eixos de atuação principais: 1) Prevenção ao tráfico; 2) repressão e responsabilização de autores e; 3) atenção às vítimas. Além da fragilidade de seus processos de capacitação/formação profissional, os@s gestores e profissionais que trabalham no combate ao Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual, enfrentam desafios, entre eles, escassa familiaridade com a questão de gênero na efetivação destas ações, devido à recente implantação da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas, Exploração Sexual, Gênero.

Introdução

Embora tenha surgido há séculos, o tráfico de seres humanos vem, nas últimas décadas, e particularmente nos últimos anos, tornando-se um problema de dimensões cada vez maiores, a ponto de ser chamado por muitos de a forma moderna de escravidão. Nesta linha de reflexão, sob o alhar de gênero, este texto aborda resultados de pesquisa, sobre as representações sociais de gestores e profissionais inseridos na Rede de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual em Sergipe entre 2013 a 2014. A *hipótese* que a reflexão deste trabalho se move parte da seguinte consideração: “o estado neoliberal potencializa a precarização das relações de trabalho, amplia o estado mínimo, fragiliza os direitos sociais, favorece a feminização da pobreza especialmente na classe social desfavorecida, considerada vítima em potencial para o Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual no cenário sergipano”. Em nível estadual os@s gestores e profissionais inseridos no trabalho de combate ao Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual, além da fragilidade de seus processos de capacitação/formação profissional, enfrentam desafios para a efetivação destas ações, devido à recente implantação da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Metodologia

A fundamentação teórica e metodológica que embasa a pesquisa está ancorada na perspectiva *dialética* de inspiração marxista que implica em considerar o movimento entre o todo e as partes, no qual não é possível pensar o primeiro (todo) sem as últimas (partes) e vice-versa. A contradição é essencial e

um princípio básico do conhecimento: deve-se considerar tanto o que une as partes entre si e com o todo, como as contradições entre eles. Nesta perspectiva o ponto de partida da investigação é a realidade que nos é dada a conhecer, aquela que é aparente – o concreto aparente. É objetivo do pesquisador, ir além da aparência imediata e empírica e apreender a essência do objeto em foco, evitando visões reducionistas e moralistas sobre a temática. O concreto adquire significação por ser síntese de múltiplas determinações, é unidade do diverso (NETTO, 2011).

Foram consultadas diferentes fontes **a) fontes bibliográficas:** revisão de literatura, livros, artigos, constituindo o primeiro passo do estudo; **fontes b) fontes documentais:** diretrizes e princípios norteadores contidos no I e II Planos Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual e Legislações sobre a Temática: o Código Civil, Código Penal, ECA, entre outros, além de estatísticas estaduais sobre programas e ações de enfrentamento ao fenômeno em foco em âmbito estadual; c) **fontes orais** foram obtidas por meio de semi-estruturada com gestoras da Secretaria de Política para Mulheres, Secretaria de Turismo, duas profissionais da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério Público Federal. Os dois homens foram gestores da Polícia Federal. Os@s respondentes gestores@s e profissionais integram as instituições vinculadas a Política para o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual nos três Eixos de atuação principais: 1) Prevenção ao tráfico; 2) repressão e responsabilização de autores e; 3) atenção às vítimas. Esses princípios também norteiam o [Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas](#) (PNETP-SNJ, 2008). O da *Prevenção ao tráfico* (relacionados com a geração e utilização das habilidades de indivíduos e grupos sociais, com vista à implantação de políticas públicas de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) e do eixo da *Repressão/Defesa e Responsabilização* (relacionado com a garantia, proteção jurídico-social às vítimas e responsabilização dos agressores).

O estudo das representações sociais foi mediatizado por situações complexas (instituições, comunidades e eventos), focalizando os respondentes sujeitos socialmente definidos, como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento, de elaboração psicológica e social dessa realidade. As representações sociais são compreendidas como fenômenos essencialmente sociais que, mesmo acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, devem ser entendidos em seu contexto de produção, ou seja, com base nas funções simbólicas e ideológicas a que servem e nas formas de comunicação em que circulam Jodelet (2001). A *análise de conteúdo* conforme

Bardin (1977) possibilitou a tarefa interpretativa, dos temas abordados, por meio de procedimentos sistemáticos com a intenção de análise dos conhecimentos sobre as representações sociais dos respondentes.

Discursões

Foram problematizadas questões tais como: a conjugação entre as dimensões macro-micro-societárias, a relação indivíduo e sociedade, a articulação entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade. Com base nas entrevistas, são apresentadas análises preliminares, sugestões de ação, posteriormente apresentadas neste trabalho. As representações construídas sobre o objeto deste estudo foram obtidas com oito entrevistas realizadas com gestores@s e profissionais (5 mulheres e 3 homens), na faixa etária entre 35 e 50 anos e tempo de serviço entre 5 a 12 anos em média, na área, todos com escolaridade superior.

Aos esquemas de representações se atribui uma historicidade concreta, no sentido de que a narração põe em cena a formação dos trabalhadores e de suas vidas como figuras cuja articulação tem raízes históricas na própria sociedade que se quer conhecer. A representação constitui uma forma de conhecimento prático e sistemas de *diferenciação* que orienta a comunicação e o comportamento entre as pessoas. Entre as várias concepções de *representação*, a de Jodelet (2001, p. 36) detém amplo consenso, por incluir a dimensão ideológica e permitir identificar os elementos da cognição, os investimentos afetivos, os elementos axiológicos, ressaltando-se os elementos históricos identificados: “A representação³ social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativados e em ação na vida social, constituídos de

3 No seu trabalho *A representação social da Psicanálise*, MOSCOVICI (1978, p.29), ao contestar DURKHEIM, parte da concepção de ‘representação coletiva’ para efetuar e desenvolver o seu estudo sobre representação social. Nesse aspecto, sem dúvida, sua contribuição ao entendimento quanto à possibilidade da aplicação do conceito de representação social, é considerada equivalente à criação de um novo paradigma para a produção de trabalhos científicos. O seu conceito de representação social é “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação”. Para o autor, os conceitos de opinião e de imagem são muito semelhantes ao de representação social, se considerarmos os conceitos interpretados em “sentido estrito”.

elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativo, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros (JODELET, 2001, p. 21). Indagados@s sobre a concepção do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual, as representações de gestores e profissionais, mostram-se distantes do conceito contido no Protocolo de Palermo, nas orientações de documentos e ações de enfrentamento ao tráfico no Brasil:

É se apropriar de crianças e adolescentes, vítimas de uma sociedade injusta, provenientes de famílias desestruturadas. Os traficantes de apropriam dessas crianças indefesas, vulneráveis, às vezes, em troca de uma bala, um pirulito, um celular, uma calça, uma refeição. Elas consideram a perspectiva de crescimento nos convites sedutores dos traficantes, entre estes, circular de um lado para o outro, usar seu corpo como mercadoria. Com certeza, muitas meninas, não tem informações sobre a prevenção das DSTs, da AIDS e da gravidez indesejada. Quando engravidam são tratadas como animais, sem o acompanhamento pré-natal. O tráfico é pouco percebido pela sociedade, combatido pelos órgãos governamentais e serviços oficiais de segurança pública. (GESTORA TURISMO).

Em nenhuma dessas circunstâncias, o chamado “consentimento”, descaracteriza o crime, ao contrário, reforça a necessidade de campanhas informativas permanentes e enfrentamento ostensivo das forças de segurança pública nos diversos níveis de intervenção. (GESTORA DA SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES).

As representações sobre o tráfico em geral, centram-se no trabalho escravo como um crime hediondo contra a dignidade da pessoa humana, uma afronta ao direito de liberdade. Segundo a jurisprudência seria um crime insuscetível de graça e anistia. Entretanto, o tráfico de pessoas ainda não engloba o rol de crimes com essas punições. **Para além da** exploração do tráfico para as atividades sexuais, os@s respondentes, enfatizaram o recrutamento de pessoas para o trabalho forçado na agricultura, serviços domésticos, indústria, extração de órgãos e adoção. Na comunidade que não oferecem estrutura econômica para gerar renda, ocorre a migração de pessoas para lugares mais distantes, na tentativa obter meios de sobrevivência. Neste caso, existe o risco de envolvimento com os agenciadores do tráfico de pessoas. As pessoas atingidas geralmente vivenciam situação de pobreza, abandono do estado, morosidade da justiça,

mecanismos deficientes de notificação de informações entre outros aspectos. “Em muitos municípios existe a prática criminosa do rodizio e migração de meninas de um município para outro para a exploração e tráfico sexual. É frequente observar a omissão da família, a não colaboração da comunidade com a denúncia”. (GESTORA TURISMO). A vítima do tráfico é vista em geral pela sociedade como fruto indesejado do meio seu pelo comportamento social inadequadamente aceito (prostituição), ela passa novamente por condenação, por uma nova forma de escravidão baseada na obrigação à venda do corpo para pagamento de dívidas (DORNELAS, 2010, p. 01).

A Lei da oferta e da procura é associada ao papel da família de renda baixa e excluída. Muitos pais vendem ou dão as crianças, muitas vezes, colocam o menino para trabalhar na roça ou para pegar carrego na feira livre. As relações de gênero expressam elementos patriarcais de poder/ opressão modulada histórica e socialmente, reafirmadas na divisão sexual ⁴do trabalho inicialmente na família. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Para o menino, as atividades braçais, mais vinculadas ao espaço público, enquanto para as mulheres/meninas o favorecimento dos serviços privados sexuais.

Destarte, a categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. As relações desiguais e hierárquicas entre os sexos presentes na ordem patriarcal, na dominação de base patriarcal, centram-se na valorização da figura masculina, enfatiza a posição de inferioridade da mulher nos diversos espaços ocupacionais. Tais aspectos são enraizados na cultura, valores, normas institucionalizadas, sancionadas pela coletividade, regras de comportamentos, estilos de comunicação, sistema informal de relacionamentos, relações hierárquicas de poder desfavoráveis ao gênero feminino (CRUZ, 2014).

A divisão sexual do trabalho é entendida como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso,

4 A **divisão sexual do trabalho** foi e continua sendo indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político.

é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Há uma supremacia do gênero masculino sobre o feminino (SAFIOTTI, 1995; 1987). Assim a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação. A distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, as variações no tempo e no espaço dessa distribuição pode ser analisada como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Falar em termos de divisão sexual do trabalho implica ir bem além da simples constatação de desigualdades: mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA, 2002). A lógica excludente mostra-se, inerente à produção capitalista, ganha novos contornos, se torna uma questão social, cultural e ética instalando uma nova rigidez no processo de ultrapassagem da exclusão para a inclusão social. Conforme denuncia Carmelita Yasbeck (1993), citando José de Souza Martins –, viver como excluído, é a forma de inclusão possível em um mundo desigual.

A questão do consentimento para descaracterizar o tráfico de pessoas foi concebida de maneira distinta entre os@s entrevistaos@s. As mulheres (predominantemente assistentes sociais) não reconhecem que consentimento descaracteriza o crime, enquanto os homens todos policiais do eixo Defesa e Responsabilização, consideram que o consentimento da mulher adulta tornaria o crime inválido. Tais aspectos ideológicos são inerentes a submissão da mulher na sociedade patriarcal, ao tabu, e a tentativa de culpabilização, vinculação a prostituição, vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais, é percebida como inerentemente vítima de violência (PISTELLI, 2006, p. 13). Sobre o tema da capacitação para o tipo de trabalho, as representações mostram distanciamento teórico, especialmente sobre a transversalidade de gênero relacionada com o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual. Esta lacuna fragiliza o enfrentamento de ações e o atendimento às vítimas. Apenas os profissionais da Polícia Federal participaram de cursos sobre a atuação no enfrentamento ao tráfico promovido pela instituição do qual integram. Existe reconhecimento de que a questão de gênero tem influência no tráfico, visto que a maioria das pessoas vítimas do tráfico são mulheres, que por sua fragilidade se submete ao homem na situação de tráfico. (GESTORA SECRETARIA DO TURISMO). As representações incidem sobre o dualismo masculino/feminino e as diferenças biológicas que se transformam em desigualdade social tomando a aparência de naturalidade.

Gênero para mim, em tese, é uma concepção da diferença biológica entre homem e mulher; isso não implica em funções e papéis pré-definidos na sociedade. Isso não implica em funções sociais pré-definidas para nenhum dos lados. Inclusive, não implica em opção sexual, como o próprio nome já diz é opção e não predefinição...! Vem outras questões que não são gênero especificamente, como orientação de gênero, orientação sexual, pois você pode ser do gênero feminino, mas ter orientação sexual masculina, por exemplo. (PROFISSIONAL HOMEM DA PRF)

Nas legislações existentes e nos documentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o gênero constitui um tema transversal para as políticas públicas e sociais, portanto, um aspecto relevante para a compreensão do fenômeno, assim como para o suporte das ações de enfrentamento. Observou-se distanciamento, ambiguidade e divergência nas concepções. Sabe-se que ao conceito de gênero cabe a tarefa de problematizar os significados do que é ser mulher e ser homem nos distintos contextos históricos; de problematizar a divisão sexual do trabalho, possibilitando examinar como essa divisão cria uma força de trabalho feminina, vista como mão de obra barata para certos tipos de afazeres, produzindo relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de exploração e opressão.

Particularmente, refletindo do lugar de onde falamos, o campo do conhecimento no **Serviço Social**, observa-se que gênero é um tema transversal e constitutivo de natureza profissional, uma vez que este campo se estrutura majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a história das mulheres. Constituem-se em temas pertinentes à formação profissional do@ assistente sócia: a análise histórico-crítica das relações de gênero, em interface com outras formas de dominação-exploração; a particularidade de gênero na origem das profissões; o trabalho feminino; a violência de gênero nas políticas sociais e as metodologias de pesquisa com mulheres (como as biografias e as histórias de vida), bem como o uso da escuta qualificada e outros instrumentos e técnicas como processo de intervenção teórico-metodológica. No trabalho profissional o@ assistente social sempre terá como demanda uma série de particularidades advindas de uma sociabilidade marcada por fortes expressões da desigualdade de gênero, que poderá se manifestar de inúmeras formas. (MOREIRA, 2000).

Sobre a existência/funcionamento da Rede do Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual, desafios e limitações no enfrentados, as representações apresentaram homogeneidade. Sabem que a rede existe, contudo, desconhecem seus integrantes. Afirma-se muito timidamente, que os órgãos de defesa começam a se preocupar com essa temática, muito mais movida pela necessidade de enfrentamento a outros tipos de crime como o tráfico de drogas, contrabandos em geral e outros crimes relacionados, cujo foco principal é a defesa econômica dos setores interessados. Existe uma articulação próxima com a Interpol e Ministério Público, por meio de ofícios enviados por outros órgãos, a exemplo do conselho tutelar e MP. As ações de enfrentamento priorizadas incidem para outras formas de violência e crime, deixando a temática da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, como secundária ou invisível: “Eu vou ser sincera, não tenho conhecimento da legislação; tenho com relação a exploração sexual, do ECA, do Código Penal que fala da questão da penalização, mas do tráfico de pessoas eu não tenho” (GESTORA DA SECRETARIA DO TURISMO). Por exemplo, na Secretaria de Direitos Humanos de Sergipe, não são conhecidos casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Existem apenas ações do Ministério do Trabalho referente ao recrutamento de pessoas no interior do estado para trabalho escravo em fazendas e canaviais. Entre 2007-2014 registrou-se apenas um inquérito de caso de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, ainda em andamento, não sendo este disponibilizado para a pesquisadora.

A Extraterritorialidade e a ausência de campanhas informativas em todo o território nacional e não apenas nas áreas de fronteiras, historicamente conhecidas foram mencionadas entre as limitações indicadas no funcionamento da rede. As instituições em sua grande maioria estão regidas pelo Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Existe desconhecimento dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual, do Protocolo de Palermo, dos projetos de lei existentes na área, das legislações complementares e dos estudos e campanhas de enfrentamento ao Tráfico. O tráfico de seres humanos é um problema global que requer respostas de igual dimensão, para prevenir e controlar tanto a oferta quanto à demanda dos serviços prestados às vítimas. Em Sergipe as entidades governamentais não expressam uma resposta prioritária para o fortalecimento de um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas como política pública. A fragmentação das políticas públicas, tendência presente no interior do Estado capitalista atual, volta-se cada vez mais ao fortalecimento de uma política

privatista, sob uma ótica de segmentação dos sujeitos sociais e de redução do papel do Estado. Ademais, entre os@s componentes da Rede de Atendimento, não há capacitação, informação, para este tipo de trabalho, que por força de ofício, já estão operando. Conforme advertem Leal & Leal (2004), uma das estratégias de enfrentamento ao Tráfico de pessoas é formação e a capacitação continuada, permanente dos profissionais que atuam no enfrentamento a este fenômeno na esfera pública e privada.

Conclusões

Observa-se que o tráfico de pessoas constitui um elemento em uma ampla estrutura de exploração que senta raízes na estruturação do mercado de trabalho, na segmentação, nas desigualdades de poder baseadas no gênero, no ao emprego, nas condições de trabalho, na discriminação e na estigmatização de algumas ocupações. Os desafios para o enfrentamento ao tráfico de pessoas são inúmeros, mas sabemos que uma variante desta situação é a própria complexidade do fenômeno e a invisibilidade do problema. O *Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* efetivamente não foi colocado em prática em todo território nacional e não é diferente em Sergipe. Além disso, o país possui uma legislação falha no que concerne a responsabilização dos criminosos e a defesa da vítima. As imagens e divulgações na mídia relacionadas ao Tráfico Internacional de Pessoas, ao mesmo tempo em que dão a maior visibilidade a esse tipo de tráfico, geram polêmicas e contribuem com a construção de estereótipos e ambiguidades (raciais, do trabalho sexual, de ser estrangeiro entre outras) e contribuem para a construção do chamado ‘pânico moral’.

Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas com a introdução da perspectiva gênero. Há que se reconhecer que, em larga escala, as experiências ainda são incipientes. Este aspecto torna ainda mais necessário o debate e a avaliação crítica das experiências existentes no sentido de reforçar a construção de tais políticas. As ações da gestão intersetorial da rede do tráfico de pessoas no cenário sergipano, mostram-se m desarticulados dentro da própria instância das instituições trabalhadas, observando-se distanciamento nas relações entre diferentes políticas, falta de comunicação, hierarquização dos serviços e vaidade institucional, além de desconhecimento sobre a legislação e estudos sobre o fenômeno. Neste ponto, gestores e profissionais, ressentem-se de um aprimoramento teórico constante para uma percepção crítica da complexidade, que é o tráfico de pessoas para

fins de exploração sexual, particularmente com o enfoque de gênero. Esta constitui uma prioridade de fato para a implementação do Plano Nacional. A ampliação da cidadania das mulheres resultou, dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.

A inexistência de estatísticas que sejam capazes ampliar a compreensão do fenômeno, suas formas de enfrentamento no Brasil têm sido fundamentadas a partir de estudos e pesquisas desenvolvidos pela sociedade civil e universidades, em parceria com o governo. A construção da igualdade de gênero e a perspectiva inclusiva de gênero pressupõe a existência de estatísticas. Assim, poderemos ter informações mais precisas sobre as vítimas e sobre o crime na região, considerando que a falta de dados é um dos grandes impedimentos para enfrentar o tráfico. São poucos aqueles países que produzem estatísticas sobre temas emergentes como violência contra as mulheres.

Contudo, a constatação desta lacuna particularmente em Sergipe não pode ser tomada como sinônimo da inexistência do fenômeno. A política para a promoção da equidade de gênero e a efetivação dos direitos das mulheres e das pessoas, representa um caminho profícuo, só pode ser bem-sucedida por meio da transversalização de gênero nas políticas públicas, atravessando todos os campos de prática e de conhecimento. É preciso, sobretudo, ousadia para enfrentar esta questão, não apenas para demonstrar a crise da modernidade, da ética e da democracia, mas indicar que existe uma sociedade indignada com as respostas dos sistemas de produção e de valores e que acredita que outro mundo é possível.

Referências:

BRASIL. Ministério da Justiça. **Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (CONVENÇÃO DE PALERMO) e leis nacionais**. Brasília, Disponível em: WWW.mj.gov.br, acesso em: 02 de dezembro de 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Departamento da Criança e do Adolescente, 2001. Disponível em:

www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/p. Acesso em dezembro de 2014.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA [SNJ]. **Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp? Acesso em: 02 de dezembro de 2011>.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp? Acesso em setembro 2014>.

DORNELAS. L. F. O tráfico de pessoas e o panoptismo. **Revista Segurança pública e cidadania**. Brasília, v 3, jul/dez.2010.

CRUZ. Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania, Tradição e Modernidade**. São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2005.

_____. Gênero e Diversidade na Escola. (Aula Inaugural: **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**. (CESAD/NUPAT/UFS), 2014.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

YASBECK, M. Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

JODELET, Denise. (org.). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. Tradução, ULUP, L. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima p. (Orgs). **Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF**: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2002. 284 p. Disponível em: http://www.cecria.org.br/pub/livro_pestraf_portugues.pdf. Acesso em: 05 fev. 2013.

LEAL. M. L; PINHEIRO. P. A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista In: LEAL. M. L. P; LEAL. F. P; LIBÓRIO. R. M.C; **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Violes. Brasília, 2007.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, Maria Regina et al. (Org). O lugar de gênero na formação da/o assistente social. **Temporalis**. ABEPSS, 2000.

NETTO, J P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão? Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista História e Perspectivas**, nº 35, Entre as “máfias” e a “ajuda” Universidade Federal de Uberlândia, agosto-dezembro de 2006 [2007] <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>; acesso em dezembro de 2014.

----- Re-criando a categoria mulher? **Textos Didáticos**, nº 48, IFCH/ UNICAMP, novembro de 2002.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo**, mimeo. Tradução: SOS-Corpo, Recife, 1993.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Classe, Raça**. São Paulo: Cortez, 1995.

----- **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE RISCO PARA PROFISSIONAIS DE SEXO

Luiz Augusto Santos Costa

Sâmara Batista Militão

Tainara Ferreira Inocêncio

Tatiane Alves Rodrigues Rocha

Zenith Nara Costa Delabrida.
Universidade Federal de Sergipe
augusto-costa@live.com

Resumo:

Este trabalho trata do processo de investigação sobre os riscos relacionados as atividades laborais das profissionais do sexo que atuam nas ruas de uma capital nordestina. Historicamente, essas profissionais são marginalizadas e sofrem com o preconceito e a violência. Considera-se, portanto, importante medir os riscos inerentes à execução do programa, assim como, as estratégias para prevenção e gestão da violência. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se dois instrumentos: Entrevista semiestruturada e Planilha de registro da qualidade ambiental, as coletas foram mediadas pelo Programa de Redução de Danos da Prefeitura de Aracaju – Sergipe, com início em 09/11/2015 e término em 20/01/2016. A amostra foi composta por 36 mulheres, dessas, 19 se identificaram como transgêneros (52,6%) e 17 como cisgêneros (47,2%), a média de idade foi de aproximadamente 29 anos para as cisgênero ($dp = 9,18$) e de 29 para as transgêneros ($dp = 8,75$). Os resultados apontaram que das 36 entrevistadas, 68,4% (19) sentem-se “nada seguras”, no seu local de trabalho; sobre seus agressores, 40,6% (26) apontaram que os clientes são os principais alvos, seguidos dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). As principais agressões são estupros, socos, pontapés, pauladas e ameaças de

morte, além do não pagamento do programa. As estratégias apontadas circundam a conversa e a tentativa de pacificar o comportamento do cliente e evitar a agressão. Os estigmas nomeiam essas profissionais como mulheres da “vida fácil”, mas a realidade é bem distinta, elas têm que lidar com os mais diversos riscos inerentes a profissão, conhecê-los se faz estritamente necessário.

Palavra-chave: Risco; Prostituição; Travesti; Violência; Psicologia

Introdução

A prostituição é considerada como a troca dos mais diversos tipos de favores sexuais, independentemente do número de parceiros ou do gênero, por dinheiro, ou outros benefícios. No Brasil, a prostituição não é criminalizada, mas pelo artigo 228-231 do nosso código (lei 2848/40), o favorecimento da prostituição, a manutenção de casas de prostituição, o aliciamento de menores e o tráfico de pessoas para fim da exploração sexual é proibido por lei e as penas vão até oito anos, em regime fechado. Isso faz com que majoritariamente, as profissionais se prostituam nas ruas. Onde são expostas a uma infinidade de riscos, tanto provenientes do programa, quanto da exposição à criminalidade das ruas. Uma percepção aguçada sobre esses riscos eminentes parece ser importante fator de proteção.

Entende-se que a percepção de um risco está relacionada diretamente com o caráter subjetivo de cada indivíduo, sua história, seu presente, medos e preconceitos. A avaliação de risco é o procedimento técnico especializado de medição do risco derivado de uma tecnologia, de uma atividade ou situação. No contexto profissional é o procedimento de estimativa para a saúde e segurança em função dos perigos no seu ambiente/local de trabalho, a análise sistemática de todos os aspectos do trabalho. Segundo o Manual de avaliação de risco: “Risco profissional: é a possibilidade de um trabalhador sofrer um dano provocado pelo trabalho que desenvolve. Para quantificar um risco valorizam-se conjunturalmente a probabilidade de ocorrência do dano e a sua gravidade.”. (FESETE, p. 15).

Diariamente temos que tomar decisões e as baseamos em nossas experiências. Lima (2005) refere que não baseamos nossas decisões em informação credível e isenta (mesmo que seja possível termos acesso a ela), nem são feitas ponderando friamente as vantagens e os inconvenientes de cada opção. Por outro lado, quando somos chamados a tomar decisões, elas podem interferir decisivamente no nosso bem-estar, refletindo a nossa avaliação subjetiva do

grau de ameaça de determinado evento. Dessa forma, os relatos de profissionais do sexo nos mostraram quais riscos são inerentes à profissão, quem são os principais agressores e quais são as estratégias para lidar com os riscos.

Profissionais do sexo

O Código Brasileiro de Ocupações regulamenta a prostituição como profissão, definida pela troca de favores sexuais por benefícios que podem ser financeiros, políticos e até profissionais (519805). A prostituição há muito tempo é vista como inferior, desqualificada, chamada até de “vida fácil” e, as suas profissionais, marginalizadas. Mas, nem sempre foi assim, no passado, a prostituição que não possuía nenhum nome específico, fazia parte da vida cotidiana, em algumas sociedades era vista como um ritual de passagem praticado pelas meninas ao atingirem a puberdade; em outras, os homens iniciavam sexualmente as jovens em troca de presentes. Algumas formas de prostituição já foram vinculadas às divindades; como nas primeiras civilizações da Mesopotâmia e do Egito, onde sacerdotisas e prostitutas, consideradas sagradas, recebiam presentes em troca de favores sexuais (ROBERTS, 1998).

Na Grécia antiga, havia as *hierodule*, mulheres sagradas que ofereciam serviços sexuais em ocasiões especiais. Eram vistas como a encarnação da deusa Afrodite, respeitadas pela população e pelos governantes por evocarem o amor, o êxtase e a fertilidade. Na antiga civilização grega, a prostituição fazia parte da paisagem cotidiana, era um meio de obtenção de lucro tão rentável que algumas mães incentivavam as filhas a fazerem carreira. Aspásia, por exemplo, tornou-se uma prostituta famosa e admirada pelas qualidades intelectuais, até o filósofo Sócrates a respeitava, inclusive, levou os seus discípulos para ouvi-la, ao contrário do que ocorria com as jovens destinadas ao casamento, que se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico. (CECCARELLI, 2008).

No Brasil, a prostituição não é criminalizada, porém, o seu favorecimento é tratado no artigo 228 da lei 2848/40, onde define como crime a indução, facilitação ou atração de alguém à prostituição ou ainda, o impedimento para que a abandone. As condutas previstas neste artigo incluem, tanto promover o impedimento de alguém abandonar a prostituição como a indução, a atração e a facilitação para que nela ingresse, no sentido de remoção de dificuldades ou obstáculos. As penas variam de um a dois anos em regime fechado.

Não obstante, o artigo 229 da mesma lei, refere-se à manutenção de casa de prostituição ou lugar destinado a encontros. A ocorrência do crime

independe da existência ou não de finalidade de lucro ou da mediação direta do proprietário ou do gerente. O artigo 230 criminaliza também a obtenção de qualquer lucro da prostituição alheia. Além disso, o 231 penaliza o tráfico de pessoas com intuito da exploração sexual. Todas as penalidades sofrem acréscimos se forem cometidas contra menores de idade. A prostituta que mantém um local para explorar o seu próprio comércio sexual não se enquadra como crime. (BRASIL, 2015). Dessa forma, o código reduz os locais de atuação das profissionais do sexo, quase exclusivamente às ruas.

A prostituição e a percepção de risco

No dia-a-dia, quando enfrentamos os mais diversos perigos, somos obrigados a fazer uma avaliação dos riscos a que estamos correndo. Essa avaliação reflete a nossa interação com o evento, o nosso passado e presente, bem como o nosso contexto social, medos e preconceitos. A esse processo podemos chamar de percepção do risco. No lado oposto, encontramos a avaliação objetiva do risco, que não é mais que o procedimento técnico especializado de medição do risco derivado de uma tecnologia, de uma atividade ou situação (LIMA, 2005). O risco pode ser entendido como uma elaboração teórica, que é construída, sócio-historicamente, com o objetivo de mediar a relação do indivíduo com os perigos, visando minimizar os prejuízos e maximizar os benefícios. Assim, não é uma grandeza que está na natureza para ser medida, não é independente do observador e de seus interesses (NAVARRO, 2009).

A literatura apresenta alguns estudos sobre a prostituição relacionada com o conceito de percepção de risco e, buscando caracterizar suas profissionais e suas condições de trabalho. Um dos principais estudos entrevistou profissionais do sexo de bordéis legalizados no Canadá e os donos dos estabelecimentos (BRENTS e HAUSBECK, 2005). Foram visitados 13 estabelecimentos, dos 26 bordéis legalizados no país, 40 profissionais do sexo foram entrevistadas, 11 donos, 10 fiscais governamentais e 5 clientes. O objetivo foi identificar a violência interpessoal contra as profissionais do sexo, a violência contra a ordem social e a transmissão de doenças como violência. Um primeiro aspecto levantado pelas autoras se refere a segurança e risco, estes, devem ser avaliados por diferentes perspectivas para que se extrapole o nível do risco percebido e assim chegar ao risco real. O tema prostituição é muito suscetível a avaliações parciais, com base em informações indiretas. Sendo assim, as autoras questionam se a prostituição é inerentemente violenta.

Os resultados mostraram que as entrevistadas percebem a prostituição como perigosa, há um medo persistente associado à violência e à doença, as interações são percebidas como arriscadas. Essa visão das profissionais é o que os autores definem como percepção de risco, ou seja, a capacidade do indivíduo de perceber uma ameaça (SJÖBERG, 1998; 2000). Segundo Lima (2005, pg. 203) a percepção de risco inclui três aspectos avaliativos: a fonte de risco, uma dimensão de incerteza e uma avaliação das perdas e ganhos potenciais. Uma forma de prever a percepção de risco é compará-la com o risco real, comparando a ameaça real com a ameaça percebida. Riscos pequenos podem ser superestimados, grandes riscos podem ser subestimados. O fato de ter a experiência direta com a ameaça ou uma experiência indireta modula sua percepção de risco, além disso, há diferença entre a percepção de risco “para mim” e “para os outros” (SJÖBERG, 1998; 2000).

Para as profissionais do sexo o risco é o oposto de segurança, o que os bordéis podem oferecer em detrimento das ruas. Já os donos de bordéis e clientes, justificam a existência dos estabelecimentos como uma forma de segurança ao contratar o programa. É uma visão mais associada ao aspecto econômico. As autoras concluem que o risco da prostituição deve ser entendido levando em consideração variáveis sociais – o sistema social ainda é regido por uma concepção patriarcal na qual a mulher tem menor valor – variáveis econômicas e variáveis legais para fugir do lugar-comum de que a prostituição está necessariamente associada com a violência.

Em outro estudo com profissionais do sexo. Neto *et al.* (2007) caracterizaram a forma como as profissionais do sexo reagiam à violência. Os resultados mostraram que 33% (n=7) das entrevistadas relataram que, ao serem violentadas, revidam com violência física, 19% (n=4) fogem e 48% (n=10) não reagem. O que também oferece indícios de uma caracterização desse grupo social.

Penha *et al.* (2012), realizou um levantamento com uma amostra composta por exclusivamente por mulheres, que revelou um perfil de profissionais solteiras, pertencentes a um grupo socioeconômico desfavorável e baixo nível de escolaridade, o que dificultava a inserção das mesmas em outras atividades comerciais. Além disso, seus dados apontam que a situação de exposição nas ruas favorece a violência.

“(...) As prostitutas estão mais sujeitas a sofrerem violência por estarem expostas em lugares determinantes de atos violentos, onde podem ser vítimas de agressões verbais e físicas, tanto por parte de cidadãos comuns como de agentes policiais” (PENHA *et al.*, 2012, p.987).

Os autores caracterizaram a profissão como de risco, corroborando com os achados de Brents e Hausbeck (2005), “notou-se também que essas mulheres estão sujeitas à violência, seja por seus clientes, que entendem que o pagamento lhes confere poderes, até mesmo para agredi-las, bem como pela sociedade, que as marginalizam como sendo pessoas não dignas de direitos” (PENHA *et al.*, 2012, p.989).

Essas situações trazem alguns efeitos na percepção de risco, pois variáveis externas também podem influenciar na percepção de ameaça. Segundo Sjöberg (1998), sob o efeito de uma grande ameaça externa, a percepção de risco se uniformiza. A percepção de risco pode estar associada ao estresse e à preocupação, mas este seria um componente mais emocional (SJÖBERG, 1998). Damásio (1994) afirma que ao contrário do que se pensa, conhece-se o mundo por meio das emoções e não da cognição. A experiência sensorial com o mundo é que fornece informações para que, a partir daí a cognição possa fazer suas inferências.

Segundo Wildavsky e Dake (1990) a percepção de perigo é seletiva, varia de acordo com o objeto de atenção e depende do significado que é dado aos objetos de potencial preocupação. Esse significado está associado a aspectos emocionais, não apenas aos cognitivos. A principal conclusão do estudo desses autores é que a percepção de risco é mais bem predita por aspectos culturais. Parece normalmente haver uma discrepância entre a avaliação de risco e a percepção de risco (LIMA, 2005). A profissional do sexo pode possuir informações do risco da profissão muito diferentes dos riscos que os outros grupos sociais atribuem a elas.

Não foi identificado nenhum estudo no contexto brasileiro que investigue a percepção de risco de profissionais do sexo que trabalham na rua. Dada a importância de se investigar os riscos que esse grupo social é exposto, parece de grande importância aplicar os conhecimentos da psicologia ambiental na investigação da condição socioambiental das profissionais do sexo, na compreensão da relação: Risco = Pessoa X Ambiente. Portanto, considera-se relevante compreender o risco, em relação a esse grupo em seu contexto laboral para promover intervenções que de fato atendam às necessidades dessa população.

A prostituição e os danos

Analisando os resultados apresentados na literatura fica evidente que existem poucos dados sobre os perfis socioeconômicos das profissionais do sexo.

No entanto, deve-se ressaltar que em Ximenes (2007), descobriu-se que o tempo de atuação das profissionais é de que 35 (43,2%) atuavam de um a cinco anos, enquanto as demais entre seis até mais de 30 anos.

Quando indagadas em relação ao último episódio de agressão sofrida, as entrevistadas do interior do Piauí, a violência psicológica, isoladamente, foi a mais predominante, com 19 (61,3%) relatos, seguida de violência física, com 7 (22,6%). Cabe ressaltar que 4 (12,9%) das mulheres relataram que no último episódio foram vítimas de duas ou três agressões diferentes, totalizando 36 agressões sofridas nas 31 mulheres vítimas de violência.

O estudo de Penha ainda revelou que nos ambientes domésticos e laborais, as prostitutas foram violentadas, respectivamente, por antigos companheiros, 12 (60%), e por clientes, 6 (35,3%). E no que concerne à violência conjugal, esta reflete uma concepção social de gênero, na qual o homem prevalece em posição superior à ocupada pela mulher, esperando sua subserviência e subordinação. Isso acontece, provavelmente, motivado pelos estigmas que a prostitua sofre por ser uma mulher que transcende as normas sexuais de nossa sociedade.

Quanto ao ambiente onde ocorrem as agressões pode-se observar que em quase metade das mulheres entrevistadas, 31 (40,8%), afirmou ter sido vítima de algum tipo de agressão nos mais diversos ambientes. (PENHA *et al.*, 2012). Estes resultados são compatíveis com os encontrados na pesquisa realizada por Ximenes, na qual 20 (47,6%) prostitutas foram vítimas de algum tipo de violência no domicílio, enquanto 17 (40,5%) delas vivenciaram tal situação em ambiente de trabalho. O preconceito e as agressões partem de todos os lados e as profissionais sempre buscam manter-se em estado de alerta. Principalmente, as travestis que são vítimas de violência em maior frequência e com maior intensidade, motivados pelo preconceito.

É importante salientar alguns conceitos de gêneros para facilitar a compreensão, principalmente, quando se avalia os números de travestis e transexuais na prostituição, 90% de toda a população, segundo exposto pela ANTRA (Articulação Nacional das Transgêneros) para a revista “Brasil de fato”. Esses dados são coerentes com os encontrados na presente pesquisa, onde 19, (56,2%) das entrevistadas eram transgêneros.

Primeiro, transexual é um indivíduo que nasceu com uma genitália masculina ou feminina, mas no seu desenvolvimento social, em relação aos papéis de gênero impostos pela sociedade, se identificou mais com os papéis do gênero oposto ao seu. Enquanto, travestis são “as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres,

mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. (JESUS, 2010, pg. 22).

Essas transexuais, nas periferias, são alvos de violência da população, dos seus clientes e também da polícia. São vítimas de assédios, estupros, agressões e assassinatos (MILARÉ, 2015). A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH, 2012) apresentou o segundo Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil dados de 2012. Em um ano, o Poder Público Federal registrou aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações contra o público LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos (SDH, 2012).

As transgêneros não conseguem permanecer na escola, por causa da discriminação e tantas outras são expulsas de casas por serem transgêneros e, acabam vendo na prostituição a única forma de subsistência. “A decepção e a violência interpessoal vivida na busca por emprego formal marcam os¹ travestis... Como não conseguem trabalho formal, a primeira alternativa de trabalho para os travestis é a prostituição: “Eles não ti dão nem a chance e aí a opção que tem é a prostituição, não tem outra porque ou você prostitui ou você morre literalmente de fome, de miséria e de tudo” (E33).” (CARRIERI *et. al.* 2014, p.12). Esses são alguns dos principais motivos para existirem tantas travestis e transexuais na prostituição e a relação entre prostituição, danos e gênero.

Método

Instrumentos

- Entrevista semiestruturada
- Planilha de registro da qualidade ambiental

Material

Papel, Caneta, Prancheta, Escala do tipo Likert: “nesse local: eu me sinto...”, Escala tipo Likert: “com que frequência”.

¹ No texto original refere-se a travesti como palavra no masculino, o que é inadequado.

Procedimento de coleta de dados

As coletas foram mediadas pelo Programa de Redução de Danos da Prefeitura de Aracaju no Estado de Sergipe.

- Os dias de coleta aconteceram às terças e quintas a noite, a partir das 19 horas.
- As visitas eram nas mesmas zonas: às terças-feiras na Atalaia e Coroa do Meio; às quintas-feiras Coroa do Meio e Centro.
- O tempo de coleta durou dois meses (09/11/2015 - 20/01/2016), respeitando o calendário do PRD.

A coleta funcionava sobre a estrutura discriminada abaixo:

1. O grupo era apresentado pelas redutoras de danos à profissional do sexo, explicávamos como funcionaria a entrevista: que faríamos perguntas sobre as violências sofridas por elas, motivadas pelo fato de serem profissionais do sexo; mencionávamos que o tempo médio de duração da entrevista era sete minutos (tempo baseado nas entrevistas iniciais);
2. Se a profissional aceitasse participar da pesquisa, começávamos imediatamente, tendo em vista que elas estavam em horário de trabalho. Perguntávamos todos os itens do roteiro e refazíamos reelaborações do enunciado, caso não houvesse clara compreensão.
3. Quando a entrevista era finalizada, explicávamos a importância de assinar o Termo de Consentimento e que ao assinar estaria garantindo o anonimato dos seus dados e a autonomia de participar da pesquisa.
4. Posteriormente íamos nessas ruas que tínhamos feito a entrevista, para avaliar a qualidade do ambiente de trabalho.

Com relação à planilha ambiental, ela foi preenchida pelos pesquisadores durante algumas visitas ao ponto de trabalho das profissionais do sexo, onde são marcadas as opções que fazem de um ambiente possivelmente seguro.

Participantes

A amostra foi composta por 36 mulheres, desse total, 19 se identificavam como transgêneros (52,6%) e 17 como cisgêneros (47,2%). A média de idade foi de aproximadamente 29 anos para as cisgênero (desvio padrão de 9,18) e de 29 para as transgêneros (desvio padrão de 8,75).

Análises

Os dados coletados das entrevistas foram armazenados na planilha do programa estatístico SPSS© (Statistical Package for the Social Sciences).

Resultados e discussão

Os resultados foram analisados visando a identificação dos principais agressores, da frequência de violência sofrida pelas profissionais, do grau de risco percebido no local de trabalho e no caráter qualitativo dessas agressões; como acontecem, suas motivações e seus resultados.

Em relação à percepção de risco, no local de trabalho, das 36 entrevistadas, 68,4% (19) se sentem “nada seguras”, se compararmos as diferenças entre cisgêneros e transgêneros, perceberemos que não foi significativa, 52,9% (9) das cisgênero marcaram essa opção, para 52,6% (10) das transgêneros. Os resultados da qualidade do ambiente de trabalho ainda está em andamento, mas nota-se que as ruas não proporcionam segurança ou conforto para usuários e trabalhadores daquelas ruas. Em outras palavras, ambos os grupos se sentem vulneráveis em seu principal local de trabalho, é onde ocorrem muitas das agressões, principalmente as verbais e os assaltos. Esses dados são semelhantes aos encontrados por Penha *et al.* (2012), na cidade de Picos, no Piauí, 54,5% das entrevistadas afirmaram que as agressões aconteceram em ambientes laborais, explicitando assim, o nível de insegurança e vulnerabilidade dessas profissionais em seu ambiente de trabalho.

Sobre a recorrência de agressões, as transgêneros apresentaram um maior número; 84,2% (16) já sofreram algum tipo de agressão física, todas alegaram serem xingadas frequentemente. Enquanto, das cisgêneros entrevistadas 52,9% (9) alegaram terem sido vítimas de algum tipo de agressão.

O fato das mulheres transgêneros terem maior ocorrência de agressões pode ser justificado pelo estigma que sofrem, o preconceito, a discriminação. Muitas entrevistadas afirmaram que não é só no ponto (local onde fazem programa) que são xingadas, são xingadas em qualquer lugar, principalmente as que são consideradas mais “masculinas”, por chamarem mais atenção – como foi explicado posteriormente. Durante o transcorrer de algumas entrevistas, motoristas, motoqueiros, pedestres ou os passageiros de ônibus xingavam as profissionais, indiscriminadamente. Chamavam-nas de “viado” (no caso das transgêneros, principalmente), “puta”, ou falavam coisas sexuais, “gostosa”, por exemplo. Esse

tipo de comportamento pode ser considerado como uma agressão verbal e, segundo o relatado, uma agressão muito danosa ao psicológico.

Além disso, das entrevistadas, 40,6% (26) apontaram que os clientes são seus principais agressores, seguidos dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). Nos três casos, a agressão é realizada ligada diretamente à profissão, acontecendo, geralmente nas ruas, próximo aos seus pontos de atuação. Esses achados diferem dos encontrados pelos de Penha et al que identificou que nos ambientes domésticos e laborais, as prostitutas foram violentadas, respectivamente, por ex-companheiros, 12 (60%), e por clientes, 6 (35,3%), e o de Ximenes que o ambiente mais recorrente das agressões é o doméstico em 47,6% das entrevistadas.

Os clientes, geralmente, são os mais conflitantes, as profissionais referem-se às dificuldades de não terem certeza para onde estão indo, bem como uma apreensão constante com relação à volta ao seu local de trabalho, não há garantias de que o programa se realizará sem sustos ou danos, já que a clientela varia. As agressões quando ocorrem passam de verbais e psicológicas, para físicas (sendo estupros, socos, pontapés, pauladas), ameaças de morte com arma branca e armas de fogo.

Este fato corrobora com os estudos de Moreira e Monteiro (2012, p.3) que afirmam “as mulheres prostitutas continuam sendo alvo da violência pelos clientes, por esses entenderem que o pagamento lhes confere poder para o abuso físico, sexual e psicológico...” Pode haver também o não pagamento do que foi combinado antes do ato sexual acontecer, o que se configura como uma violência já que as profissionais do sexo trabalharam, é uma depreciação para com a profissional. Essa decisão de não pagar, não ocorre de forma pacífica, vem seguida de agressões verbais e físicas. Isso ocorre dentro do quarto em que vão para realizarem os programas, em via pública e nos carros (maior incidência de medo) em comparação aos outros locais, as profissionais alegam sentirem-se vulneráveis e sem uma perspectiva de fuga ou de como pedir ajuda, estão presas ao seu possível agressor.

As estratégias mais recorrentes para evitar uma possível agressão é conversar com outras profissionais que alertam sobre “clientes problemas”, aqueles que são mais agressivos, os que evitam pagar o programa, ou os que tentam fazê-lo sem preservativos. Para lidar com a agressão em potencial, as profissionais tentam, através da conversação, lidar com o agressor, acalmá-lo e evitar conclusões mais drásticas, como a agressão, por exemplo, considerando o não pagamento do programa o menos danoso.

Conclusões

As profissionais do sexo são mulheres que driblam as adversidades, o preconceito e os riscos de sua profissão para conseguirem manter sua dignidade e independência financeira. Os estigmas sociais as nomeiam como profissionais da “vida fácil”, mas a realidade é bem diferente. Elas têm que lidar com o pior dos seres humanos, seus desejos, medos e fobias, nas ruas e nos mais diversos ambientes são agredidas de todas as maneiras.

Os dados encontrados são coerentes com os achados em outras pesquisas realizadas em cidades do Nordeste. As entrevistadas, em sua maioria, 68,4% (19), não se sentem “nada seguras” no local onde costumam trabalhar.

Os seus agressores, diferindo dos achados de Penha, são, principalmente seus clientes, 40,6% (26), acompanhados dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). Sendo assim, a violência que esse grupo sofre, acontece diretamente relacionada ao local de trabalho. Dessa forma, o ambiente em que passam grande parte do seu tempo é extremamente perigoso.

As principais agressões são estupros, socos, pontapés, pauladas, ameaças de morte com arma branca e armas de fogo, além do não pagamento do programa. As estratégias apontadas circundam à conversa e a tentativa de pacificar o comportamento do cliente e evitar a possível agressão.

Além disso, através da conversa, alertam-se sobre os clientes que foram agressivos, ou inadimplentes, evitando que outras profissionais sejam também agredidas. Dessa forma, tornar a profissional ciente dos riscos e das possíveis agressões pode ser fundamental para a sobrevivência do grupo.

Não obstante, é necessário que em pesquisas futuras sejam levantado dados sobre a violência contra às profissionais, segundo os órgãos públicos, ou ONGs (Organizações Não Governamentais). Oferecendo assim, subsídios estatísticos para uma comparação entre a percepção (risco percebido) e a avaliação (risco real) do risco para esse grupo. Esses dados poderão servir de subsídio para a criação de políticas públicas que visem a melhoria nas condições laborais do grupo.

Referências

BRASIL. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, [online]. Acessado em 02 de julho de 2015, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

BRASIL DE FATO. Revista online. Link: <http://brasildefato.com.br/node/32210>.
Acessado em 31 de Janeiro de 2016.

BRENTS, B.; HAUSBECK, K. Violence and legalized brothel prostitution in Nevada: examining safety, risk, and prostitution policy. *Journal of interpersonal violence*, v. 20, n. 3, p. 275, Mar 2005. ISSN 0886-2605.

CARRIERI, A.P., SOUZA, E. M., AGUIAR, A.R.C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, pp. 78-95, Jan./Fev. 2014.

CECCARELLI, P. R. Prostituição - o corpo como mercadoria. In: *Mente & Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial), dez. 2008. (pag. 2)

JESUS, Jaqueline G. (2010). Transexualidade: breve introdução. *Correio Braziliense*, caderno Opinião, p. 13, 13 de setembro [online]. Acessado em 30 de Julho de 20105, disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>.

LIMA, M. L. P. Percepção de riscos ambientais. In: SOCZKA, L. (Ed.). *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MILARÉ, J. *Movimento Mulheres em Luta: Travestis e Transexuais contra o Machismo* [online]. Acessado 23 de Março de 2015, disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/03/movimento-mulheres-em-luta-travestis-e.html>>.

NAVARRO, M. V. T. Risco, radiodiagnóstico e vigilância sanitária. Salvador: EDUFBA, 2009, 166 p. ISBN 978-85-232-0620-8.

NETO, F. R. G. X.; OLIVEIRA, J. D. S.; ROCHA, J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 248-253, 2007.

PENHA et al., 2012, J. C. D. et al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEN*, v. 65, n. 6, p. 984-990, 2012.

ROBERTS, N. *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro, editora Rosas dos Tempos, 1998.

SJÖBERG, L. Worry and Risk perception. *Risk Analysis*, v. 18, n. 1, p. 85-93, 1998.

____. Factors in Risk Perception. *Risk Analysis*, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2000. ISSN 0272-4332/1539-6924 [online]. Acessado em 05 de Julho de 2015, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/0272-4332.00001>>..

WILDAVSKY, A.; DAKE, K. Theories of Risk Perception: Who Fears What and Why? *Daedalus*, v. 119, n. 4, p. 41-60, 1990.

XIMENES NETO F. R. G, Oliveira JS, Rocha J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *REME Rev. Min. Enferm*, 2007;11(3):248-53, p. 250-252.

O “JEITINHO FEMININO”: A CHAVE PARA O SUCESSO DO COMÉRCIO DE PORTA EM PORTA

Autora: Maria da Conceição Silva Felix
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
conceicofelix@oi.com.br

Orientadora: Dr^a. Estefânia Knotz Cangaçu Fraga
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ekfraga@uol.com.br

Resumo: O presente artigo, parte da pesquisa de doutoramento em História, em curso, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem por objetivo conhecer o trabalho desenvolvido por mulheres, como revendedoras de produtos de beleza para uma indústria de cosméticos instalada no Brasil na década de 1950, utilizado pelos empresários, para o aumento/manutenção de sua taxa de lucros. Concebemos que o sucesso da venda direta se deve a alguns fatores, dentre eles: permitir aos empresários o acesso a um grande número de trabalhadores sem custos trabalhistas (trabalho informal) e para os trabalhadores, a maioria mulheres, permite a oportunidade de conciliar o trabalho doméstico e obtenção de uma renda. Nesse contexto, a informalidade encontra solo fértil para crescer e são as mulheres que carregam o carro chefe desse mercado e aí encontramos o trabalho quase invisível da comercialização de cosméticos das revendedoras. O setor de venda direta torna-se, em um período de recessão e de desemprego, um dos maiores empregadores do país. Destarte, o crescimento desta atividade pode estar relacionado com a histórica precariedade da inserção da mulher na sociedade do trabalho, do desemprego estrutural, com a perda salarial dos membros da família. A venda direta associa-se diretamente ao trabalho feminino, reflexo também da existência e permanência da divisão sexual do trabalho, compreendendo algumas atividades como a venda de cosméticos como “coisa de mulher”. Então as habilidades de comunicação, habilidades afetivas e subjetivas, aprendidas tradicionalmente na esfera reprodutiva pelas mulheres e consideradas

habilidades femininas, tornam-se valorizadas pelos novos métodos de gerenciamento da produção e dos serviços.

Palavras-chave: Desemprego, trabalho informal, venda direta, trabalho feminino, precarização.

Introdução

As empresas de venda direta, como Avon, dependem de suas revendedoras para o sucesso de seus negócios, por isso procuram mantê-las sempre motivadas através de formas de premiação, viagens, reconhecimento e prêmios de forma peculiar, que reforçam e estimulam as trabalhadoras a serem especialmente empreendedoras, apoiando, em dois atributos da mulher, que vem sendo de grande importância no mundo do trabalho, quais sejam: flexibilidade e atenção intuitiva para fenômenos sociais e pessoas e; versatilidade, capacidade de “agarrar” oportunidades, refazer e repetir tarefas.

A venda Direta, é um tipo de comércio de bens e serviços diretamente aos consumidores em suas residências, em seus locais de trabalho e outros locais fora de lojas, geralmente através de explicações ou demonstrações por um (a) revendedor (a).

A escolha da empresa Avon se deu pela representatividade e popularidade do grupo no Brasil e no mundo e por ser uma empresa que vem utilizando a venda direta como praticamente a única forma de vender seus produtos há muitos anos, mesmo diante das mudanças ocorridas na economia no âmbito mundial.

Venda pessoal, venda porta a porta e venda domiciliar são nomenclaturas que também definem o sistema de venda direta. Porém, venda direta é a forma mais adequada de expressar esse tipo de comércio, porque se baseia no contato pessoal entre o vendedor e o consumidor.

As primeiras notícias sobre venda direta no mundo datam do final do século XVIII, e no Brasil teve início em 1959 com a Avon, uma das maiores empresas de venda direta da atualidade, embora nessa época a Hermes já havia iniciado, em 1942, a comercialização de seus produtos utilizando catálogos cujas vendas se realizavam por reembolso postal. Só nos anos de 1980, a Hermes começa a vender pelo sistema de venda direta. Cabe frisar que na venda por reembolso postal o consumidor faz seu próprio pedido pelo correio.

A importância em analisar o universo da revenda das empresas de venda direta é que se constata que este setor vem despontando, nos últimos vinte anos, como um grande mercado de trabalho e de consumo. Só na última década o setor quadruplicou de tamanho no Brasil e já ocupa o terceiro lugar de maior mercado mundial (ABEVD, 2011).

Nosso interesse é o desvendar o universo das mulheres revendedoras de produtos cosméticos da empresa Avon. A tese consistirá num estudo de caso realizado em campo, focado essencialmente no trabalho das revendedoras.

Apesar dessa atividade não ser exclusivamente feminina, é exercida predominantemente por mulheres, especialmente na venda de cosméticos, que são responsáveis por 90% desse mercado, e por isso, se constitui no objeto principal de nossa pesquisa.

Pretendemos analisar a tensão existente entre a inserção da mulher no mercado e a autonomia econômica e desigualdade e como as empresas que trabalham com o sistema de venda direta se apropriam do trabalho feminino para alcançarem sua lucratividade e mostrar os impactos das mudanças no mundo do trabalho para o trabalho das mulheres. Pretendemos também realizar uma discussão acerca da atividade de venda direta como modalidade do trabalho informal; a divisão sexual do trabalho como elemento na formação social do capitalista. Em nossa tese, analisaremos como se deu o processo de inserção das mulheres na atividade de venda direta e como as empresas de venda direta se apropriam do mito da beleza onde o indivíduo é transformado em produto altamente interessante para o capital.

Discussão

As mudanças tecnológicas e organizacionais na década de 1990, que desenvolveram a flexibilidade do trabalho, tiveram como consequência um desenvolvimento do emprego e do trabalho feminino, mas trouxe um paradoxo que foi o de que os empregos criados trouxeram a marca da precariedade e vulnerabilidade ao mesmo tempo.

Em pesquisa realizada por Abramo (1998) considera que uma série de estudos empíricos realizados na América Latina parece indicar que o novo modelo de flexibilização, para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, trabalho informal, empregos em tempo parcial e/ou trabalho em domicílio. A autora chama a atenção para uma das formas como se manifesta esse fenômeno, que é a concentração da presença feminina no que ela chama empresas “mãe” dos novos encadeamentos produtivos, ou seja, aquelas onde predomina o trabalho instável, pouco qualificado e mal pago, em oposição às empresas “cabeça”, na qual se concentraria o trabalho mais bem qualificado, mais estável e melhor remunerado.

Também o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e a subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em

massa, e ali explorar a força de trabalho feminino, extremamente vulnerável em condições de remuneração baixa e pouca segurança no emprego.

Para Abramo (1998) o trabalho em domicílio, ou aquele realizado nas pequenas oficinas informais, não como esfera separada da economia e do mercado de trabalho, como força de trabalho secundária, atípica, marginal e eventual, mas sim como parte de uma cadeia produtiva que têm na outra ponta empresas formais, modernas, inseridas no mercado internacional.

Quando o trabalho é realizado no espaço doméstico, o capital, ao explorar a mulher como força de trabalho, apropria-se com maior intensidade de seus “atributos” desenvolvidos nas atividades reprodutivas, vinculados às tarefas oriundas de seu trabalho reprodutivo. Dessa forma, além de o capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua exploração (NOGUEIRA, 2004).

O capital tem tirado proveito do acirramento da polivalência e das características próprias do trabalho feminino; das experiências que as mulheres adquirem tanto no trabalho produtivo como no doméstico (reprodutivo), e do sentido empreendedor a elas atribuído, o que está relacionado à divisão sexual no âmbito da própria família.

A forma como o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, como a polivalência e a multiatividade, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as torna mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo (NOGUEIRA, 2004, p. 88).

Em grande medida, as atividades consideradas como do “universo feminino”, correspondem a, e aproveitam a própria experiência de trabalho que as mulheres trazem do espaço doméstico onde predominam, o que constitui como uma outra peculiaridade da venda direta que é a de construir um ambiente propício para as mulheres, pois “as mulheres têm um modo diferente dos homens de fazer as coisas acontecerem” (MACHADO, 2008, p. 21).

Para Caldas et. all. (1997) as características femininas favorecem sua entrada nessa estrutura de venda na qual a autoridade reside no coletivo, não há hierarquia entre as revendedoras autônomas (a divisão do trabalho é mínima), e os relacionamentos são considerados valiosos. As características femininas, outrora vistas como deficientes para participação em organizações burocráticas, são vistas e percebidas como vantagem competitiva, na medida em que se verifica um crescente apelo dos consumidores pelo atendimento personalizado, um

relacionamento individualizado e empatia, características identificadas como genuinamente femininas.

A Avon reivindica para si o papel de Empresa da Mulher – *The Company for Women* – pela composição de gênero, considerando que aproximadamente 90% de seus revendedores autônomos são mulheres, confirmando-se como um espaço de trabalho predominantemente feminino. Em seu *site* a Avon divulga sua visão empresarial como “ser a companhia que melhor entende e satisfaz as necessidades de produtos, serviços e auto-realização das mulheres no mundo todo”, e “[...], além disso, a venda direta ajuda a diminuir o problema do desemprego, pois oferece oportunidade de trabalho e complementação de renda”. Dito de outra forma, para Biggart (1990, p.11): “A saúde econômica das organizações de venda direta depende, em grande medida, da exclusão, da discriminação e da característica de racionalidade que as modernas organizações de trabalho seguem”.

As mensagens sempre enfatizam a condição da mulher e promoção de sua beleza, bem como temas ligados à diversidade feminina, de forma a criar uma imagem e uma condição diferenciada para as revendedoras.

Quanto a sua marca, a Avon costuma dizer que duas de cada cinco mulheres no mundo experimentaram um produto da empresa em 2005 e 86% de todas as mulheres nos Estados Unidos compraram um produto da Avon em algum momento de suas vidas (KLEPACKI, 2005, p. 188).

Somos uma empresa que tem a ver com a realização dos sonhos das mulheres por meio da essência de uma das maiores marcas consumida nos últimos tempos. A Avon é uma marca emocional e da comunidade. Nós de fato temos um relacionamento e nosso próprio conjunto de valores. Queremos ser parte da comunidade e realmente criamos orgulho na comunidade Avon (KLEPACKI, 2005, p. 181).

Harvey (2003) analisa a situação das mulheres mostrando que, as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago.

A partir dos estudos teóricos e empíricos realizados em nossa pesquisa, demonstraram por um lado que tanto homens como mulheres estão submetidos as mais diversas formas de exploração e controle da força de trabalho, mas

por outro lado, evidenciou que o trabalho feminino sofre uma dupla exploração devido a sua condição de mulher.

A esse respeito, Mészáros *apud* Nogueira (2004) observa que esta realidade possui diversas contradições e antagonismos, como ocorre sempre que os interesses do capital impõem sua lógica. Segundo este autor, a carga de responsabilidade imposta às mulheres para que se mantenha a família nuclear é enorme tornando sua situação no mundo produtivo extremamente injusta. Ao invés de se verem aliviadas como pretendia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciam de fato é uma acentuada precarização da sua força de trabalho.

Historicamente, a vivência do trabalho passa, necessariamente, para as mulheres, pela articulação entre as tarefas produtivas e reprodutivas, na busca de um equilíbrio que dê conta dos dois espaços, obrigando-as ao exercício de atividades irregulares, intermitentes e informais, visando conciliarem as duas esferas (BRUSCHINI, 1990, p. 21-24).

As mulheres se submetem a estas atividades, dentre elas a venda direta, por ser uma atividade que é de fácil inserção, principalmente para as mulheres que são donas de casa e nunca trabalharam fora. A venda direta não exige um alto nível de qualificação; pode ser iniciada com um ciclo de amizades; e proporciona uma renda pessoal ou complementação da renda familiar. A realização desta atividade eleva a autoestima de muitas delas que tendem a se sentirem úteis.

A inserção das mulheres nesta atividade se deve a fatores como: a obtenção de uma renda familiar complementar; integrar as atividades domésticas com a venda, possibilitando conciliar horário e assistência à família; tornar visível e valorizada com um trabalho fora do âmbito doméstico e a possibilidade de “ganhar brindes” que compensam os poucos recebimentos.

O aumento do número de revendedoras autônomas pode estar relacionado também com as mudanças na composição familiar, analisa Machado (2008, p.45), que busca uma correlação do aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 22,3%, em 1993, para 33%, em 2007, de acordo com os dados do IPEA (2008). “Os técnicos desse instituto destacam que uma mudança desse tipo, num período tão restrito, é significativa e impactante, o que pode apontar para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino e revela também um processo de empoderamento das mulheres na sociedade” (MIYATA, 2010, p. 202).

Os dados da pesquisa apontaram que o aumento da chefia do domicílio por mulheres deve-se especialmente ao fim do casamento, viuvez, entre outras

circunstâncias. No caso de nossa pesquisa teve um caso de desemprego do marido.

Outro ponto da referida pesquisa, que está atrelado ao aumento da chefia da família por mulheres foi o crescimento da renda da venda direta como renda principal para manutenção da família. Foi verificado que em 42% dos 28 casos estudados a renda proveniente da venda direta é a única renda da família, 34% entram como renda compartilhada com o marido, filhos e parentes. Somente em 24% dos casos, a renda obtida com a venda direta foi considerada uma renda complementar. Portanto, em sua grande maioria, os revendedores autônomos se utilizam da renda da venda direta para a manutenção diária ou sobrevivência familiar.

Uma das consequências diretas da participação da mulher na renda familiar demonstra que presenciamos uma intensificação do trabalho para as mulheres, visto que a venda direta incentiva e se baseia principalmente na administração do tempo dedicado: quanto maior forem as horas trabalhadas maiores as chances de realizar as vendas e maiores serão os lucros, fato que foi reconhecido pelas entrevistadas como possibilidade de alcançar a autonomia financeira com o desenvolvimento desta atividade.

A venda direta tem progredido porque as empresas oferecem um ambiente alternativo e atraente de trabalho, que permite a inserção de grande número de pessoas, majoritariamente mulheres que para elas, é uma maneira de adentrar no mercado de trabalho sem as regras que o trabalho formal impõe, com horário de trabalho flexível, podendo ser realizado no âmbito doméstico e com possibilidades de ganhar de acordo com a dedicação.

Quando essas empresas de venda direta oferecem a oportunidade de o trabalhador administrar seus próprios horários, sem dar qualquer satisfação à empresa (aparentemente), na verdade dão a entender que o revendedor terá como organizar sua vida profissional de acordo com sua vida pessoal. Mas de fato, elas visam com o passar do tempo induzi-lo a envolver seus familiares e amigos em sua rede. Neste caso, o ideal para a empresa é que todos estejam integrados nas tarefas relativas à execução dos negócios. *Assim, público e privado são aproximados com o propósito de maximizar os lucros* (ALMEIDA, 2007).

Uma revendedora que conhecemos numa das reuniões de negócios da Avon, nos informou que em sua casa os dois filhos a ajuda no momento de separar os produtos e o marido no momento da entrega dos produtos, já que como não sabe dirigir, para ela tem facilitado e muito seu trabalho, pois de carro pode transportar os produtos que possui para pronta entrega, ao contrário do

uso do transporte coletivo, onde teria que carregar muito peso e os clientes ao verem os produtos já disponíveis, não tendo que esperar o período do ciclo do pedido (campanha), compram e assim sua produtividade e lucro aumentam.

As empresas que trabalham com a venda direta, ao utilizar-se das revendedoras autônomas, realiza a terceirização do seu processo de vendas, embora a comercialização não possa ser considerada um campo secundário dentro de sua cadeia produtiva de valor, mas pode-se considerar que se trata de uma estratégia que envolve as revendedoras autônomas como parte totalmente integrada à produção.

Miyata (2010) chama a atenção que aqui cabe uma diferenciação importante sobre considerar a venda direta como um processo de terceirização, fenômeno crescente desde a década de 1990 no Brasil. A terceirização, conforme conceituação aceita pela maioria dos estudiosos refere-se ao processo administrativo e organizacional de definir o foco de negócio da empresa e repassar para terceiros os setores de produção e de apoio, que sejam secundários aos objetivos da empresa, permitindo assim a redução do número de empregados e gerando uma redução de custos.

Segundo a autora, no caso venda direta, a sua comercialização, que ocorre no formato de terceirização por meio de contratos comerciais de distribuição firmados com seus revendedores autônomos, não pode ser considerada como um setor secundário aos objetivos da empresa e sim como uma estratégia singular de distribuição de produtos, que enseja valor à sua cadeia produtiva (2010, p. 151).

Neste sentido, o trabalho informal deixaria de ser intersticial ou suplementar para cada vez mais, tender a tornar-se parte do núcleo hegemônico (TAVARES, 2004, p.131).

Outro aspecto que nos chama atenção nesta “teia” que a empresa de venda direta vai tecendo para atrair mais trabalhadores para sua rede de revendedoras, é que divulgam algumas vantagens para ser uma revendedora, como a inexistência de riscos no negócio, já que os investimento inicial é muito pequeno ou desnecessário e dedicação às vendas fica a critério da revendedora¹.

Só que ao se inserir na rede, percebe que só obterá lucros satisfatórios se dedicar um tempo máximo às vendas, o que leva a muitas mulheres a trabalharem mais de oito horas diárias e onde quer que esteja, assuma o papel de

1 No site da empresa existe um local para se cadastrar para ser uma revendedora onde divulga estes aspectos para a candidata – futura revendedora.

vendedora e perceba todas as pessoas em possíveis clientes. Por isso muitas delas andam com sua revista na bolsa para não perderem a oportunidade de vender. Além disso, propagam que não há necessidade de se manter um capital de giro, já que os produtos revendidos são, na maior parte das vezes, pagos com o dinheiro recebido na venda, mas na prática as empresas estimulam para que suas revendedoras adquiram produtos mesmo não tendo recebido qualquer pedido de seus clientes para compra-los. É que elas chamam de produtos para pronta entrega.

Francisco Teixeira no prefácio do livro “Os fios invisíveis da produção capitalista” de Tavares (2004, p.13), situa o trabalho das revendedoras de produtos Avon e outras empresas do ramo como forma de trabalho em que se potencializa o processo de exploração, e que deve ser entendido como parte de uma nova lógica do capital, enquanto terceirização do processo de vendas, como forma de reduzir os custos da produção e como parte da nova estratégia de organização produtiva, repondo, sob novas bases, as leis da igualdade, liberdade e propriedade.

Os trabalhadores em venda direta na atualidade vivenciam uma incerteza de sua condição – não sabem quanto vão ganhar e nem quando e nem se vão continuar trabalhando. E a certeza que tem é a de que precisam obter uma renda para sobreviver. Ou seja, a falta de perspectiva de um emprego formal, “empurra” mulheres e homens para a informalidade como única forma de sobreviver. Algumas de nossas entrevistadas ao serem perguntadas sobre o valor da renda que recebem como revendedoras, responderam não saber quanto ganham por campanha. Fizemos uma estimativa considerando o valor do salário mínimo para ajuda-las.

Machado (2008, p. 57) considera que a atividade de venda direta relaciona-se com a situação da mulher na qual porque por um lado, devido “ao desalento, o cansaço, a insegurança e a redução da autoestima, e por outro lado, devido a necessidade de ganhar dinheiro rápido para sobreviver impele a pessoa a tentar formas alternativas, procurando desta maneira empregos temporários e autônomos em suas mais diferentes formas, como a venda direta, por exemplo.

Outro aspecto que concorre para o sucesso das vendas diretas de produtos de beleza é a construção cultural do mito da beleza, que influencia diretamente a população feminina.

O culto à beleza têm ocupado cada vez mais espaço na sociedade mediante a obsessão com a aparência do corpo e o medo de envelhecer, o que Naomi Wolf chamou de “o mito da beleza”.

A relação estabelecida entre a identidade feminina e o que chamamos de mito da beleza é intrínseca, ou seja, há uma identificação dos padrões de beleza, apoiados na ordem simbólica da cultura patriarcal, capitalista, globalizante que criam representações visíveis e invisíveis perseguidas por milhares de mulheres, que por sua vez buscam obcecadamente o corpo perfeito (WOLF, 1992).

Na publicidade, a mulher é constantemente representada como um objeto de consumo, que para ter valor, tem que seguir um padrão. Para atingir esse padrão, ela deve aceitar as condições do mercado e consumir uma enorme quantidade de produtos (para o cabelo, para a pele, para as unhas, etc.) e serviços.

Segundo essa autora, quando as mulheres abriram brechas na estrutura do poder na década de 1980, dois aspectos afinal se fundiram: a beleza deixou de ser apenas uma forma simbólica de moeda e passou a ser o próprio dinheiro. Isso porque quando finalmente as mulheres começavam a se libertar da no matrimônio, sua nova busca de independência econômica se defrontou com um sistema de permutas quase idêntico. E quanto mais as mulheres galgaram neste período os degraus das hierarquias profissionais, tanto mais o mito da beleza se encarregou de atrapalhar cada passo.

A premissa do discurso passa a ser o da felicidade, prazer, sucesso, realização profissional e pessoal. Firma-se a exploração do corpo como mercadoria.

Figura 1 Propaganda da Avon na década de 1980



Fonte: www.avon.com.br

O corpo vai se tornando, dessa forma, excelente instrumento de consumo de mercadorias para o capital, permitindo uma promessa de tornar a presença do indivíduo no mundo mais importante, caso queira e possa pagar a conta. Os dados reforçam esse momento (MACHADO, 2008, p. 82).

Nesse contexto, o capital, aqui representado pelas indústrias de cosméticos, apoiado pelos meios de comunicação de massa, age sobre a autoestima, o que pode ser percebido pelas estratégias de marketing utilizadas constantemente, divulgando os novos padrões de beleza, contribuindo para a propagação da estética que esmera-se em novos desenvolvimentos para que sejam comprados, fechando o ciclo contínuo da busca da beleza e do corpo ideal, pois o corpo é um elemento imprescindível do marketing contemporâneo.

Conclusão

Os resultados parciais da pesquisa até o momento elucidam algumas considerações. Dentre elas:

Que o processo de reestruturação produtiva iniciado nas últimas décadas do século XX culminou com várias transformações no mundo do trabalho, que trouxeram entre outras consequências, “o desemprego em dimensão estrutural em escala globalizada”, como denominou Antunes (2003), onde a palavra de ordem nestes tempos de mudança é incerteza: “de fato, quando se pensa no novo modo de acumulação, o grande problema que a realidade nos coloca é a incerteza” (CASTEL, 1998).

Com este processo tivemos o desmonte do Estado com a redução de sua intervenção social e desregulamentação; a privatização das empresas estatais com o intuito de reduzir os gastos públicos, especialmente na área social. Como consequências imediatas tiveram o desmantelamento das políticas sociais públicas e dos direitos sociais conquistados pela ação política dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora.

Outra consequência dessas transformações na organização da produção e do mercado de trabalho é o aumento da inserção da força de trabalho feminino no mercado de trabalho, tanto nos países centrais como nos periféricos. Particularmente no Brasil, o aumento da inserção das mulheres se inicia na década de 1970, quando se consolida o crescimento da indústria nacional.

Em função da crise, mulheres e homens são cada vez mais atingidos pela deteriorização dos salários e pela flexibilização do trabalho, com suas diferentes formas de assalariamento, o que resultou em maior informalização das relações de trabalho e proteção social.

Este processo atinge, sobretudo as mulheres através de várias formas de terceirização, subcontratação e formas de trabalho flexibilizadas. Essas formas terceirizadas, empregam predominantemente a força de trabalho feminina provocando por um lado, o aumento da taxa de atividade feminina, mas por outro lado, veio acompanhada, simultaneamente pela precarização. “No Brasil, o aumento significativo da atividade feminina coincide com o aumento da importância da precariedade do emprego, vale dizer, do aumento de empregos informais” (HIRATA, 2002).

O público feminino é o maior alvo das empresas enquanto consumidoras e futuras vendedoras. Para a empresa abre-se uma perspectiva mercantil de venda de produtos cosméticos, através do uso de uma mão de obra que não gera custo algum para si, em consequência agrega maior lucratividade.

Outro aspecto, é que a natureza de atividade que requer qualidades socialmente reconhecidas como femininas, como a venda direta, não constitui barreira nesta atividade para o sexo masculino, tendo em vista que o setor informal é um setor heterogêneo onde fazem parte tanto homens como mulheres.

Referências

ABRAMO, Laís. A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano. In: **Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut-** nº 11-São Paulo, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2003.

AVON BRASIL. **Quem somos?**. Disponível em www.br.avon.com. Acesso em 22.05.2012.

ALMEIDA, Juliana. **Pode entrar, a casa é sua:** a história da venda direta por seus protagonistas. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

BIGGART, Nicole Woolsey. **Charismatic capitalism:** direct selling organizations in America. 1 ed. Tradução Kerley Chaves Munis. Londres, Inglaterra: University of Chicago Press, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil:** novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CALDAS, M. **Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Retratos das desigualdades de gênero e raça**: 1993-2007. 3.ed. Brasília, 2008. Disponível: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/livro_retratodesigual.pdf. Acesso em: 15/06/2014.

KLEPACKI, Laura. **Avon**: a história da primeira empresa do mundo voltada para a mulher. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

MACHADO, Ricardo. **Venda direta**: a vitória do autônomo empreendedor. São Paulo: Alaúde, 2008.

MIYATA, Hideko. Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana: uma análise da venda direta em Jundiaí e região metropolitana de São Paulo. (**Tese de Doutorado**). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AS PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL.

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
Universidade Federal Rural de Pernambuco
mrfaleitao@gmail.com

Resumo: A pesquisa realizada em Portugal durante a primavera e o verão de 2014, se propôs a conhecer e resgatar a partir do discurso de pescadores e pescadoras a cultura Avieira. Pesquisa qualitativa, exploratória, desenvolvida a partir da perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, na qual se faz a leitura das práticas sexistas, a partir do acompanhamento da procissão, da realização de entrevistas semiestruturadas e da observação realizada pelo olhar de uma mulher estrangeira. O aporte teórico contribuiu na compreensão do modo de vida destas comunidades e de sua vida cotidiana. Recentemente, em maio de 2016 obtiveram o reconhecimento de patrimônio nacional, da bateira de madeira, em Anúncio n.º 121/2016 - Diário da República n.º 86/2016. Palavras-chave: identidade de gênero, patrimônio cultural, pescadoras, rio Tejo, religiosidade.

Introdução

Nossa incursão em pesquisas com foco temático em pesca artesanal inicia em 2002 com a criação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE.

Essa pesquisa, desenvolvida a partir da perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, aborda questões relacionadas à cultura Avieira¹ e dialoga com a temática relacionada a violência de gênero.

A cultura Avieira se constitui em um legado construído a partir do cotidiano vivenciado nos deslocamentos realizados por pescadores e pescadoras no rio Tejo. Trabalhadores que migraram de Vieira de Leiria devido ao inverno rigoroso, fugindo do mar violento, do norte de Portugal, para pescar no rio Tejo. Os Avieiros, assim denominados por serem originários de Vieira, também, são conhecidos por Nômadias do Rio, a partir do romance escrito por Alves Redol².

Iniciaram esta cultura itinerante a partir dos deslocamentos em finais do século XIX, realizados em barcos denominados de bateiras. Estes se transformavam em local de vida e trabalho, espaço no qual as famílias dormiam, cozinhavam, lavavam roupa desenvolviam as atividades cotidianas durante o inverno e no início da primavera retornavam a Vieira de Leiria, a viver e sobreviver em terra firme.

Essa migração se intensificou no século XX, especialmente no período de crise, oriunda da primeira e segunda guerra mundial, nos anos entre 1919 e 1939³.

Durante as primeiras décadas do século XX, os Avieiros deslocaram-se de um lado para o outro, às margens do rio Tejo, como nômades. Posteriormente construíram palafitas⁴ as margens do rio Tejo. Este tipo de habitação foi a forma encontrada para enfrentar o movimento das águas, sobretudo no período de enchente do rio Tejo, famoso por suas inundações. Ali se estabeleceram e fixaram residências, em povoados denominados de aldeias Avieiras, localizadas

1 Um projeto realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no estágio de investigadora visitante, em 2014, Portugal.

2 Escritos português publica em 1942 o romance Avieiros, onde narra o cotidiano desses atores sociais, também denominado por ele de ciganos do rio Tejo.

3 Francisco Oneto Nunes (1993), descreve a situação de crise que incentivou a migração, inicialmente sazonal

4 As palafitas são tipos de habitações construídas para se adaptarem a situações onde há variação no volume da água. No Tejo, até a atualidade, existem inundações.

nas margens do rio. O Instituto Politécnico de Santarém, lidera um Projeto de Reconhecimento da Cultura Avieira⁵.

Mulheres na cultura Avieira

Nossa trajetória de pesquisadora nos estudos de gênero na pesca artesanal, nos conduziu ao questionamento: quem são as mulheres Avieiras? Onde estão? O que poderia nos contar sobre o cotidiano desta cultura em processo de extinção? O que pensam sobre a candidatura a Patrimônio Imaterial da Cultura Avieira?

Na intenção de visibilizar a voz destas mulheres entrevistamos pescadores e pescadoras, pesquisadores e pesquisadoras e gestores e gestoras.

Especialmente os pescadores e as pescadoras, com quem mantivemos contato durante a pesquisa, afirmaram que era muito duro o dia a dia da mulher Avieira. Elas pescavam com os camaradas, realizam as atividades domésticas e comercializavam o pescado.

As narrativas de homens e mulheres entrevistados/as expressam a violência doméstica a qual estavam submetidas essas mulheres. A violência doméstica, umas das expressões da violência de gênero, é praticamente, consequência da assimetria de poder vivenciada na sociedade patriarcal. O poder dos homens sobre mulheres, crianças e idosos/as naturalizado nas relações familiares⁶ e cristalizadas por meio das relações institucionais.

Outra fonte de informação sobre a violência doméstica, vivenciada pelas mulheres Avieiras, é narrada por Nunes (1993,p.191-201) ao descrever um longo depoimento de uma pescadora chamada de Luzia Tocha, nascida na Espanha, país para onde seus pais migraram em busca de trabalho. Sua mãe, retornou, sozinha a Portugal onde criou os filhos om muita dificuldade vendendo sardinha. Ela relata o cotidiano de sua família abandonada pelo pai muito cedo. Aos 8 (oito) anos de idade, tornou-se, também vendedora de sardinha. Casou-se, muito jovem e teve 6 filhos. Dividiu as atividades da pesca com o marido, sofreu violência doméstica e ficou viúva. Nesta etapa da vida, ela narra que “acabou a vida; acabou-se a vida toda, ele enterrou-se e minha vida então

5 Ver Actas I 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira publicada em 2010.

6 Para aprofundar o tema ler Saffioti (2004).

acabou. Nunca mais trabalhei⁷...; mas olhe, senhor: Deus tem sempre mais para dar do que o diabo tem para levar”.

Na tradição da pesca Avieira os casais trabalham juntos, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada e deixa, em definitivo de pescar.

Frequentemente ouvimos relatos de mulheres que sofreram violência física, em um caso até a morte. A convivência diária com expressões públicas de atos de violência, as quais a sociedade passava ao largo, atuando a partir do ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. É recente a consciência de que esse tipo de violência cometida contra a mulher não é um problema privado, mas que se constitui em um problema social.

A pesquisa de campo.

Nos meses anteriores a nossa estadia em Lisboa, iniciamos a leitura sobre os Avieiros, com objetivo de nos prepararmos para nossa inserção na pesquisa de campo que foi realizada de maio a agosto, de 2014. Nossas incursões foram realizadas em Valada, Escaroupim, Porto da Palha e Vila Franca de Xira quando nos aproximamos das famílias Avieiras.

O contato inicial, se concretizou em 09 de junho de 2014, com a nossa participação no II Cruzeiro Religioso, quando nos deslocamos em trem até Reguengo, e por meio da Ollem, uma empresa de turismo nos levou até Valada. Desta cidade seguimos em barco até Porto da Palha quando deixamos a excursão e, a partir daí, nos incluímos num barco de pescadores Avieiros. Conhecemos os sujeitos de pesquisa na igreja de Escaroupim e no decorrer da procissão, no trecho, entre Valada e Vila Franca de Xira⁸.

Posteriormente, retornamos ao Porto da Palha e Vila Franca de Xira⁹, para dar prosseguimento as entrevistas. Neste encontro de culturas, rico e complexo,

7 Trabalhar na pesca, porque trabalham juntos os casais, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada.

8 A pesquisa foi possível especialmente por causa das mulheres e homens Avieiros que nos receberam e relataram sobre a vida deles e dos antepassados.

9 Além dos entrevistados e entrevistadas, outras pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, nesta pesquisa, dentre elas João Monteiro Serrano, Maria de Lourdes Véstia e Teresa Serrano, os quais os conhecemos no Instituto Politécnico de Santarém por ser uma das instituições envolvidas na Candidatura da Cultura Avieira a Patrimônio Nacional. Também foi importante o contato com Maria de Fátima Nunes e o diálogo com o grupo de pesquisa da Universidade Évora e suas indicações de publicações sobre patrimônio cultural.

interagimos, estabelecemos contatos e construímos um acervo fotográfico, iniciado deste o momento da procissão.

Apoiamo-nos na literatura¹⁰ sobre relações de gênero, patrimônio cultural e pesca artesanal realizada no rio Tejo. Conteúdos teóricos que nos abriu caminho para dialogarmos com as comunidades Porto da Palha e Vila Franca de Xira.

Na elaboração desta narrativa que ora apresentamos, priorizamos a entrevista realizada, com o casal Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente (alcunha VARINO), em 20 de junho de 2014 na comunidade Avieira do Porto da Palha, Concelho de Azambuja, as margens do rio Tejo.

O Porto da Palha: o lugar da pesquisa

Este povoado está situado no município de Azambuja, faz parte da área metropolitana de Lisboa, com acesso de trem aproximadamente de hora em hora, ao sairmos da estação em Azambuja, Guilhermina nos esperava de carro e nos levou a aldeia avieira do Porto da Palha. Localidade que se situa na direção Norte do país.

A família composta por Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente nos recebeu em uma área coberta às margens do rio Tejo.

O casal pesca muitas vezes durante a madrugada, nos meses de janeiro a junho no rio Tejo. Outra atividade econômica que realizam, consiste no plantio de milho, em terras que se estendem desde as margens do rio Tejo na direção da sede do município de Azambuja.

Nossa conversa durou aproximadamente duas horas, abordou os temas: sobre a cultura Avieira, as vestes (trajes ou vestimentas usadas), as redes, os barcos de pesca e o movimento das águas da cheia e da vazante do rio Tejo, e, também, sobre educação.

Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente pertence a uma família de pescadores. Seus dois irmãos trabalham na pesca e seus pais Luís Gregório Cristino

10 A obra da Dra. Maria Micaela Soares é citada por Oneto (1993, p.182), mas só tivemos acesso a ela no Rancho Folclórico de Vila Franca de Xira, folheamos, fotografamos e reconhecemos o seu valor para os Avieiros que se reconhecem em seu trabalho.

e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, ainda vivem na comunidade, onde possuem uma pequena cafeteria ou lanchonete.



Fonte: Fotografia 1. A pescadora Guilhermina chegando a Igreja de Escaroupim. Em 09/06/2014. Arquivo: Rosário Andrade

José Eduardo Domingos Vicente, marido de Guilhermina, pertence a uma família de agricultores e foi criado pelo avô na localidade de Valada. As filhas do casal Lina Isabel Cristino Vicente¹¹ e Carina Alexandre Cristino Vicente¹² contribuem no trabalho da pesca se necessário for, mas não fazem da pesca seu meio de sustento. Sabem pescar porque viveram desde sempre nesta cultura pesqueira, cujos filhos muitas vezes nascem, se criam e constituem novas famílias que habitam nos barcos.

As narrativas do casal de pescadores dialogam com os dados explicitados por Nunes (1993, p. 184), “os Avieiros [...] erravam pelo rio, acompanhando nas praias isoladas onde depois nasciam pequenas aldeias de barracas de caniços e, mais tarde, de madeira [...] assim surgiram as aldeias da Palhota¹³, Conchoso, Escaroupim, Casa Branca, Vau, Caneiras”, localizadas às margens do rio Tejo.

11 É casada e tem duas filhas uma de 12 anos e outra de 2 anos.

12 Isabel é solteira e não tem filhos/as.

13 Palhota, junto à Azambuja, aldeia imortalizada pelo escritor Alves Redol que aí viveu e se inspirou quando escreveu o seu romance “Os Avieiros”.

A luta para se fixarem nestas aldeias, nos foi relatada pelo Sr. Vau, um pescador avieiro que vive em Vila Franca de Xira¹⁴. Em sua narrativa ele nos explicou que as palafitas eram constantemente destruídas por funcionários do governo de Salazar¹⁵, necessitavam ergue-las a noite, para lograr algum êxito.

O tema da violência doméstica está presente na narrativa de Guilhermina ao afirmar que a vida das mulheres Avieiras sempre foi dura¹⁶. A dupla jornada de trabalho das mulheres sempre foi constante e muitas vezes sofriam violência doméstica¹⁷.

A rotina de trabalho incluía a pesca, a comercialização e todas as outras atividades no âmbito de reprodução do grupo doméstico. Hoje, a vida cotidiana ainda inclui uma jornada de trabalho intensa, elas acompanham o marido na pesca, companheiro de trabalho denominado de camarada, e, ainda, realizam as atividades domésticas, de beneficiamento e de comercialização¹⁸ do pescado.

A violência doméstica, sempre presente nos relatos, nos impactou, especialmente, a narrativa realizada por dois irmãos de uma pescadora, que esta estava grávida e recebeu um forte chute do marido, vindo a falecer¹⁹. Outra pescadora nos contou que ela foi obrigada a remar para o marido, no dia em que saiu da maternidade, quando teve sua primeira filha. Na ocasião, ela temia que se a criança chorasse, as duas, a pescadora e a recém-nascida sofressem violência física por parte do seu companheiro, porque violência psicológica ela já estava vivenciando.

Por outro lado, segundo Guilhermina: a convivência constante ajuda a desenvolverem uma vida plena a dois, afinal ao passar todo o tempo juntos, ao

14 Além da narrativa de Sr. Vau, sobre a destruição das palafitas pelo governo de Salazar, esta informação é citada por Nunes (1993, p.190).

15 Período de ditadura, conhecido por Estado Novo vigorou em Portugal durante quatro décadas, sem interrupção, desde 1933 até ser derrubado pela Revolução de 25 de abril de 1974.

16 Vide Véstia (2014b).

17 Escutamos outros relatos de mulheres e homens sobre a violência doméstica. Nunes (1993, p. 199) relata a vida escrava (uma leitura trágica do contexto Avieiro), um Avieiro bateu tanto na mulher que o amigo comentou “Oh Joaquim, isso não se faz! Eu tenho ouvido dizer que tua mulher é boa para ti, não te merece uma coisa destas; nem a um animal se faz o que tu fizeste agora à tua mulher!...”.

18 Há a tradição das mulheres venderem pescado na rua e as vezes nos mercados.

19 Eles afirmaram que diversas vezes foram buscar a irmã e ela regressava ao convívio com o marido. Sobre o tema ler Grossi (1998).

compartilhar muitas tarefas. Há os momentos difíceis, ela reconhece, os quais são superados na convivência familiar.

Do Barco à Aldeia

Os pais de Guilhermina, Luís Gregório Cristino e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, há 53 anos²⁰ atrás migraram para esta localidade, quando ela nasceu. Como de costume, ela foi criada dentro do barco. Assim, fazia parte da tradição, também, quando as crianças ficavam maiores eram entregues aos tios que viviam em terra, para que pudessem também estudar. A vida das famílias, era ora no barco de pesca as margens do Tejo e, ora em terra, nas aldeias localizadas próximas ao rio. Assim foi a vida de Guilhermina que estudou até a 4ª série²¹. Em sua vida de adulta, dividia seu dia a dia: ora estava no barco o lugar de trabalho, mas não de dormida. A noite ficava na casa em terra no Porte de Palha.

Vale ressaltar a nossa aproximação com o casal de entrevistados, aconteceu por meio de. Lina Isabel, filha de Guilhermina e José, que estava semelhantemente aos demais jovens presentes na procissão, vestiam camisetas verde, nas quais haviam dizeres sobre o rio Tejo, o que nos aguçou a curiosidade e lhe indagamos sobre o tema. Foi nos explicado que as cores das camisetas, indicava a comunidade de origem, Verde (Porto da Palha), Branca (Vila de Franca de Xira), Laranja (Póvoa de Santa Iria). Cada aldeia escolhe a cor e os dizeres que divulgarão o evento, neste caso a procissão. Ela nos levou até a pescadora Guilhermina, sua mãe, que se prontificou a nos receber em outro dia.

Vale ressaltar que II Cruzeiro Religioso do Tejo, incluiu os municípios ribeirinhos de Abrantes, Constância, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Golegã, Almeirim, Santarém, Cartaxo, Salvaterra Magos, Azambuja e Vila Franca de Xira, Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Lisboa e Trafaria.

Conforme o cartaz de divulgação, o roteiro do II Cruzeiro Religioso do Tejo, iniciou sua primeira etapa em 17/05 e concluiu em 14/06 em Paço do Arcos.

20 Desde 1961, a indicação de datas conforme eventos na família, por exemplo nascimento, é indicado na literatura, como sendo um marcador no discurso dos/as Avieiros/as.

21 Sobre as dificuldades na escolarização dos Avieiros, Nunes (1993) escreve sobre a falta de escolas próximas as comunidade Avieiras.



Fonte: Figura 1. Cartaz publicitário da Procissão.

Acesso em <http://www.cm-salvaterademagos.pt/informacoes/eventos/item/1064-ii-cruzeiro-religioso-do-tejo-escaroupim-8>

As associações dos Avieiros se reúnem especialmente na época do Cruzeiro Religioso. Na aldeia do Porto da Palha são 07 casais de Avieiros, os quais compõem a Associação, são pescadores e pescadoras que sobrevivem do rio Tejo.

Além destes casais, outras pessoas na comunidade de Porto da Palha, que trabalham na agricultura, não vivem da pesca, são moradores de fins de semana.

Na comunidade de Porto da Palha, fotografamos uma casa de pescadores que mantém todo o formato original das construções dos Avieiros e que deveria ser transformada em museu.

Explicou-nos que só recebiam o subsídio para adquirirem outro barco se destruíssem os barcos/embarcações de 9 metros de comprimento, norma definida no N.º1, artigo 24 do Regimento 4028/86. Ela e José Eduardo nos responderam que isso aconteceu da localidade de Vila de Franca de Xira para baixo, em direção de Lisboa. Informou-nos inclusive que em Palhota e Escaroupim, ainda existem barcos de madeira, de 9 metros. Atualmente, a matéria prima da maioria dos barcos é fibra.

A manutenção de barcos e redes de pesca

A pesca é feita nos meses de janeiro a junho, especialmente as espécies: o Sável, a Lampreia, a Enguia, o Peixe Gato (não comestível, dizem que tem veneno nas vísceras), o Barbo, a Fatasa (Tainha), o Robalo, o Pimpão e o Lucipercio. Os instrumentos de trabalho são redes e também pode-se realizar a pesca de linha. As redes são diferentes, conforme o tipo e a espécie a ser pescada. As redes são adquiridas prontas, mas, ainda, persiste a fabricação artesanal. A recuperação deste apetrecho de pesca quando danificada é feita por eles mesmos: os pescadores. As redes de pesca de Guilhermina e José Eduardo são recuperadas pelos pais da pescadora. Em Salvaterra os barcos são construídos pelos pescadores e são eles que realizam a manutenção e o recuperação das redes com a intenção de contribuir no processo de preservação da cultura Avieira.

Religiosidade e Cultura Avieira

Guilhermina e José nos explicaram que os Avieiros procuram manter a tradição religiosa a partir da Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo, uma tradição recente, quanto a outras expressões de religiosidade, por exemplo as procissões de Nossa Senhora da Boa Viagem, Jesus dos Navegantes, São Pedro, São Gonçalo, são vivências religiosas que diferem entre pescadores do rio e do mar²², especialmente porque a pesca no mar é diferente do rio.

No Cruzeiro Religioso de 2014, todos da família de Guilhermina participam desta festa da cultura e religiosa Avieira. O planejamento do evento religioso, iniciou com o diálogo com o Instituto Politécnico de Santarém. Em seguida a reunião dos 07 (sete) associados da Associação de Porto da Palha junto com o primo que mora na aldeia Avieira de Palhota. O terceiro passo, para a concretização da profissão, foi o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara de Azambuja.

O resgate e preservação da cultura Avieira, é importante para o casal de pescadores. Eles são conscientes da necessidade de preservar este Patrimônio Cultural que, possivelmente, pode acabar na geração a qual ela pertence. Pois, “já não se vê muita juventude a viver do rio Tejo”. Existe um jovem na faixa dos vinte anos que é pescador Avieiro, mas segundo Guilhermina, é algo excepcional.

22 Para aprofundar o tema consultar Lopes e Serrano (2008).

Ao visitarmos o Porto da Palha nos mostraram a bateira de madeira que conduziu a imagem de Nossa Senhora dos Avieiros pelo rio Tejo no II Cruzeiro Religioso realizado em 09/06/2014. Esta bateira vai passar por uma reforma (restauração) e que eles vão contratar (por meios próprios) um pescador da região que sabe ainda as técnicas de construção e conhece as madeiras utilizadas para recuperá-la.

Identidade Avieira:

Quais as características e particularidades dos Avieiros? Eles nos responderam que são pessoas acolhedoras que vivem do trabalho, respeitam o trabalho dos outros e que são amados pelos vizinhos, inclusive os que não vivem do rio Tejo. Para o casal de pescadores a “família Avieira é muito acolhedora, respeita o trabalho dos outros e quer ser respeitada”.

Guilhermina nos explicou que não mede esforços para manter a cultura Avieira, da qual tanto se orgulha.

Tejo um rio, uma cultura

O que significa o Tejo para eles. José com emoção respondeu: “ Não há palavras para descrever”, ao que Guilhermina concluiu o pensamento do camarada, “vivemos dele e vemos a sua beleza”. E complementou: “ O Tejo é uma riqueza, além de dar a sobrevivência é maravilhoso”. A emoção transmitida por Guilhermina e José Eduardo, nos fez recordar um poema de um dos escritores, ícone da literatura portuguesa Fernando Pessoa²³:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia [...].

José Eduardo também comentou sobre dificuldades de sobrevivência com o Tejo, o vento sul, parte os barcos e avança sobre a terra, semelhante ao mar. (a analogia ao mar foi feita por nós, e por ele confirmada). O tema relacionado às dificuldades de convivência com o Tejo.

23 Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos - Poema XX”. Heterónimo de Fernando Pessoa.

Avieiros : homens e mulheres na pesca artesanal

José Eduardo concorda com o ditado de Escaroupim “um pescador sem mulher não é nada”. Um ditado que representa uma elaboração retórica, especialmente no que concerne à violência doméstica.

No caso específico deles, constatamos a cooperação e integração entre os dois, durante a preparação do almoço ao qual nos convidaram e que cozinham ali diante de nós. Ele trouxe o peixe, ela inseriu o pescado na panela para cozinhar. No processo, ele sugeriu um pouco mais de tempero e ao fim trouxe um molho de hortelã miúda que deu um sabor todo especial a iguaria. Não esqueceremos jamais o sabor daquela comida feita num clima de tanto acolhimento.

Avieiros e pluriatividades

O pai de Guilhermina pescava e caçava. Sobre o tema, ela nos contou de uma lembrança que guarda com carinho. Não lembra a idade que tinha. Era bem pequena, “estava no barco com a mãe e o pai, ele viu uma lebre, pediu para ficarem bem quietas, pegou a espingarda que levava sempre junto a si, no barco, entrou no mato e logo voltou com a lebre. Esta caça, vendeu em Salvaterra e “ com o dinheiro comprou o que necessitavam, ingredientes que não vem do rio nem de suas margens”.

Atualmente não se pode caçar, porque a legislação prever a proteção das espécies, a limitação da atividade e há taxas e imposto para quem a realiza. Por isso quando se faz é muito caro, geralmente com aves e animais de cativeiro. Para José este “ tipo de caça não tem graça, pois as aves criadas em cativeiro nem sabem voar”.

Guilhermina comentou sobre sua proximidade com Lurdes Vestia e João Serrano, pesquisadores vinculados ao Projeto de Candidatura a Patrimônio Imaterial Nacional fomentada pelo Instituto Politécnico de Santarém. Explicou que os primeiros contatos, as primeiras reuniões, foram arregimentadas pelo Dr. João Serrano, sempre no Instituto Politécnico de Santarém. Por outro lado, Lurdes Vestia é por ela considerada a “embaixadora dos Avieiros” um trabalho realizado a partir de uma verdadeira “paixão aos Avieiros”,

Por fim, eles falaram da criação e da plantação, ou seja, nas pluriatividades por eles desenvolvidas. Galinhas e plantio do milho, atividade agrícola desenvolvido em sua propriedade desde as margens do rio Tejo até as proximidades da zona urbana de Azambuja, são ajudas para sobrevivência, porque só

pode-se pescar 1/2 ano de Janeiro a Junho. Os meses de julho a dezembro, são períodos de reprodução das espécies. Para eles o rio Tejo não é o mesmo, mas ainda se vive bem dele, ou seja, dos recursos naturais proporcionado pelo rio.

Para se concluir:

A experiência de pesquisa vivenciada com os Avieiros nos possibilitou conhecer uma parcela da história, da cultura e do trabalho, destas pessoas que lutaram muito para estabelecer se estabelecer as margens do rio Tejo, para isso, desenvolveram uma cultura de resistência. Atualmente, diversas intervenções governamentais tem fragilizado a sobrevivência deste modo de vida, entre elas a legislação na qual se exige a destruição do barco antigo ao adquirir um barco novo, o que tem redundado na quase extinção dos barcos de madeira substituídos pelos barcos de fibras.

Importante conquista em 2016 a inscrição (salvaguarda urgente) das «Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo» (Caneiras, Santarém) no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial²⁴.

A necessidade de construção de novas habitações, necessárias e mais confortáveis, no entanto, não deveria impedir a preservação da memória, tem-se destruído por completo um patrimônio material, a exemplo do que aconteceu em Vila Franca de Xira. A intervenção governamental criticada pelos Avieiros, por não manter, conforme combinado duas casas para se constituírem em Museu Avieiro nesta localidade.

Dos pescadores, constatou-se a vida dura apesar da beleza e encantamento com o rio Tejo, uma vida repleta de dificuldades cotidianas como ilustra Guilhermina que para estudar tinha que caminhar 4 km a pé, até uma escola em Reguengo, localidade onde há a estação de trem, mais próxima a Valada, Escaroupim. Guilhermina sempre esteve vinculada a cultura avieira, diferentemente de José, que apesar de inicialmente trabalhar na agricultura, logo se adaptou ao rio Tejo. Hoje, ele é um autêntico Avieiro. Um Avieiro a 100%, conforme observa sua companheira Guilhermina.

As margens do Tejo, não haviam escolas e por isso ainda há algumas mulheres não alfabetizadas, só entrevistamos uma.

24 Disponível em <http://legislacaoportuguesa.com/anuncio-n-o-1212016-diario-da-republica-n-o-862016-serie-ii-de-2016-05-04/> acesso em 10/05/2016.

Os pescadores e pescadoras Avieiros são licenciados pela Capitania dos Portos, portanto, reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Em decorrência, cumprem as leis tributárias e que toda a produção pesqueira comercializada e registrada por meio da nota fiscal. Nossa entrevista foi realizada durante o recesso da pesca, por causa disso não os acompanhamos na pescaria.

A pesquisa abre espaço para outras reflexões, a preservação desta cultura imaterial, a preservação também do patrimônio cultural, a perseverança e resistência de uma população contra um governo ditatorial e contra as leis de mercado.

Estão juntos nesta luta diferentes atores sociais, pescadores, pesquisadores, instituições que dialogam com as temáticas que envolvem a sustentabilidade, entre elas o turismo e a educação.

Sobre a violência de gênero, o movimento feminista tem denunciado a violência contra a mulher, tem exercido pressão na definição de políticas públicas, no sentido de conscientizar que se trata de um problema social, mesmo que seja vivenciado no espaço privado, no caso dos Avieiros a casa era o barco, então de certa forma, ainda mais visível à comunidade.

Hoje o tema é verbalizado, há conscientização de que as mulheres são sujeitos de direitos, consciência advinda por meio dos movimentos sociais feministas e por valores advindo dos princípios dos Direitos Humanos.

A violência sobre mulheres foi visibilizada a partir do movimento feminista e os relatos de experiências de mulheres envolvidas no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Referências

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos**. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2011.

CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial: Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal”, in J. Pedro e M. P. Grossi (orgs.), Masculino, feminino, plural. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. **Gênero e Pesca Artesanal**. Recife: LICEU, 2012.

LOPES, Aurélio e SERRANO, João Monteiro. **A Reconstrução do Sagrado: Religião Popular nos Avieiros da Borsa D'Água**. Lisboa: Editora Âncora, 2009

NUNES, Francisco Oneto. Sob o signo da entropia: notas de antropologia marítima. **Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo**, 1: 7-14, 2013.

_____. A Antropologia Marítima Portuguesa: Expressões e Ausências, in **Tudo num Barco. Património Marítimo e Cultura Popular**, catálogo da Exposição coordenada por Márcia Carvalho no Museu Marítimo de Ílhavo - 23 de Outubro de 2010 a 30 de Janeiro de 2011.

_____. (org.) **Culturas Marítimas em Portugal**. Lisboa: Editora Âncora, 2008.

_____. **Vieira de Leiria: A História, o Trabalho, a Cultura**. Vieira de Leiria: Edição Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 1993.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta. **Patrimônios e Identidades. Ficções Contemporâneas**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 2006.

REDOL, Alves. **Avieiros**. 7ª Edição. Lisboa: Gráfica Europam LTDA, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu** no.16 Campinas 2001.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SERRANO, João Monteiro. **ACTAS I: 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira**. Lisboa: Âncora, 2010. VÉSTIA, Maria de Lurdes e RAFAEL, Emídio. **Avieiros: Dores e Maleitas**. Lisboa, Editora Âncora, 2014.

_____. **Mulheres Avieiras: Porta-vozes da Memória de um Povo**. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2014.

_____. Crônicas do Tejo: as identidades Ribeirinhas. **Cadernos Culturais** N° 07. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2013.

SOBRAL, José Manuel. **Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional.** Lisboa:
Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

O TRABALHO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO À CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS¹ EM MANAUS: DESAFIOS NA INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE HABITAÇÃO.

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: mirellalauschner@yahoo.com.br

Jakeline Cruz da Silva
*SEMMASDH – Secretaria Municipal da Mulher Assistência
Social e Direitos Humanos.*
Email: jakeline_c_s@hotmail.com

Iraildes Caldas Torres
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: iraildes.caldas@gmail.com

Michelle Rabelo de Souza
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: luzvida_1977@hotmail.com

Resumo: Visa-se com este estudo analisar os desafios vivenciados pela equipe técnica do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência – SPCPE na Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, na interlocução com a Política Pública de Habitação em Manaus - AM, enfatizando o trabalho desenvolvido para a concessão do benefício Auxílio Aluguel e o encaminhamento ao acesso do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O referido estudo tem como base a pesquisa de campo relacionada com as interpretações bibliográficas através da perspectiva qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, tendo como amostra

1 Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergências – SPCPE.

03 assistentes sociais e 01 Gerente do SPCPE, que atuam com as famílias oriundas de área de risco de Manaus. Como resultado desta pesquisa identificamos que 70% das famílias atendidas pelo SPCPE são oriundas da zona leste de Manaus, 46,24% conseguiram ser inscrita em Programa Habitacional – PMCMV da Prefeitura Municipal de Manaus, bem como 100% dos entrevistados ressaltam a importância da equipe técnica para o desenvolvimento do trabalho no SPCPE.

Palavras-chave: trabalho, política pública, habitação, Manaus.

I. Introdução

É perceptível que a problemática habitacional no Brasil é antiga e representa um dos principais problemas vivenciados pelas camadas populares da sociedade brasileira, atualmente o Brasil possui um *déficit* habitacional de mais de 90.000 mil unidades, a questão habitacional é debatida a muitos anos, porém só tomou forma e proporção para o Estado a partir da década de 30 e 40, mas o mesmo só realmente passou a desenvolver ações efetivas voltadas a atender a classe popular na década de 60 e posteriormente só veio a oportunizar a devida atenção a esta questão nos anos 2000.

Silva (1989) aponta que no Brasil a questão habitacional só passou a ser realmente abordada enquanto política pública quando o capitalismo foi atingido, o que levou os detentores do poder a cobrar do Estado providências que levasse a mudanças na problemática vivenciada para que esta não trouxesse prejuízo aos mesmos. Vale ressaltar que a falta de moradia não afetava apenas a população de baixa renda, mas todas as classes sociais. Desta forma em 1964 foi instituído o Sistema Financeiro da Habitação, criando o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como objetivo promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente para as famílias de baixa renda, conforme Gonçalves (S/A) destaca. Com o passar dos anos e com a perda de poder e autonomia por parte do BNH, o mesmo foi sendo extinto e a habitação ficou mais uma vez sem ações que suprissem a necessidade da população o que favorecia ainda mais o capital, de acordo com Silva (1989).

Apesar de todas as alterações ocorridas ao longo da história da política habitacional no Brasil, a década de 1990 conta com uma série de programas voltados para atender a população que necessitava da política habitacional, porém sem avanços e mudanças realmente significativa. Contudo nos anos 2000 há um avanço na política habitacional de forma significativa, avanço este que trouxe a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida que proporciona a população de baixa renda a possibilidade de uma moradia digna por meio da Política Nacional de Habitação este direito não contempla apenas uma parcela da população, mas a toda que dela necessitar, pois o déficit habitacional existente no Brasil é um reflexo do desenvolvimento desordenado das cidades.

A cidade é um direito de todos, diz Lefebvre (2001), mas esse direito não é dado gratuitamente, tem que ser buscado, reivindicado. A cidade é um espaço contraditório de interesses antagônicos, sendo, pois, nesse palco de luta de

classes que o conflito se instala e que os direitos são reivindicados. É com o advento da Zona Franca, em Manaus – AM, que a estrutura da cidade se modifica consideravelmente e o espaço urbano adquire outra forma com o crescimento populacional, decorrente do processo migratório que se intensificou nesse período com a formação de inúmeros bairros originados de ocupações irregulares, já que o poder público local não garantiu moradia à essa população migrante. Ocorre, então, um novo e dramático processo: as cidades passaram a reproduzir as injustiças e desigualdades não só no âmbito da precariedade da moradia, mas também em relação a outros serviços sociais. Torres (2011, p. 223), afirma que “o processo de abertura do capital industrial, sob os imperativos da Zona Franca de Manaus, desencadeou um período de crescimento populacional desordenado”.

Com o deslocamento cada vez mais crescente em Manaus as zonas Norte e Leste da cidade passaram a absorver, principalmente com as ocupações nas margens de igarapés na década de 70, a parcela da população que não conseguia morar de forma digna na cidade. As mulheres são os sujeitos mais impactados pela falta de moradia, especialmente as chefes de família, e aquelas que não foram absorvidas pelas fábricas. Diante de todo processo histórico vivido em nosso país podemos afirmar que pouco via-se políticas públicas de habitação voltada ao atendimento das mulheres, tendo em vista a frequente dominação do homem sobre a mulher, reflexo do patriarcado, as mesmas acabavam sendo esquecidas pelo Estado. Porém ao longo das lutas travadas pelos movimentos sociais em prol da mudança no quadro que se configurava no país, os mesmos foram conquistando vitórias que trouxeram inúmeras mudanças nesse processo.

Desta forma o presente artigo se propõe a analisar os desafios vivenciados pela equipe técnica do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência – SPCPE na Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, na interlocução com a Política Pública de Habitação em Manaus - AM, enfatizando o trabalho desenvolvido para a concessão do benefício Auxílio Aluguel e o encaminhamento ao acesso do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O referido estudo tem como base a pesquisa de campo relacionada com as interpretações bibliográficas através da perspectiva qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, tendo como amostra 03 assistentes sociais e 01 Gerente do SPCPE, que atuam com as famílias oriundas de área de risco de Manaus.

II. O trabalho técnico no Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergências em Manaus: desafios na interlocução com a Política Pública de Habitação.

O trabalho é uma atividade intrínseca ao homem desde a gênese de sua existência, entretanto, as mudanças societárias e históricas pelas quais o ser humano passou, conformaram essa atividade, sob significado diverso daquele que lhe era atribuído quando nos primórdios da humanidade.

De acordo com Antunes (2010) uma inovação trazida pelo toyotismo, é os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), onde os trabalhadores são estimulados a discutir seu próprio trabalho e criar novas soluções para aumentar sua própria produtividade, explorando assim, não somente a força braçal mais também, o trabalho intelectual do trabalhador, buscando formas ainda de cooptá-lo a cooperar com o capital. Para o referido autor os conceitos introduzidos pelo toyotismo intensificaram a exploração do trabalhador, que agora deverá ser “polivalente”, “multifuncional”, e executar diversas tarefas ao mesmo tempo, além de ter de adaptar-se para desempenhar quaisquer outras, conforme a necessidade da produção diária.

Outrossim, o assistente social enquanto trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, conforme advoga Iamamoto (2014), não está isento das transformações pelas quais passará o mundo do trabalho conformando o novo perfil do trabalhador que se adequa ao requerido pelo capital, gerando mesmo dentro da categoria profissional dois pólos opostos, um formado por trabalhadores que contam com alguma proteção e outros sujeitos aos contratos de trabalho terceirizados, temporários e precários. J.C.S, 29 anos, assistente social do SPCPE afirma que

Nosso trabalho não era muito valorizado no serviço quando iniciamos, porém com o desenvolvimento das atividades foram identificando o quão importante para a articulação intersetorial, porém ainda nos deparamos com condições precárias de trabalho e enfrentamos dificuldades diárias para que a população tenha acesso as políticas públicas” (Entrevista, 2015).

Ao longo dos anos as políticas públicas no Brasil passaram por mudanças, que trouxeram alterações significativas para a sociedade civil. As lutas travadas pela sociedade civil buscavam a garantia e efetivação dos direitos sociais que

por vezes eram esquecidos, deixados para segundo plano ou até mesmo violados. Para Iamamoto (2010), o serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana

“[...] processos esses aprendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas” (p. 77).

Iamamoto (2010) destaca que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores não podem ser desconsideradas na formulação das políticas sociais. Ao longo dos anos as políticas sociais no Brasil passaram por mudanças o que trouxeram a garantia dos direitos sociais para a os cidadãos brasileiros, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005) é dever do Estado prover os mínimos necessários a toda a população que se encontre em situação de vulnerabilidade social e/ou tenha seus direitos violados respeitando as diferenças territoriais, culturais e outras, como é preconizado pela mesma

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, e provisão dessa proteção².

Conforme dados do IBGE (2010) Manaus possui atualmente 1.802.014 habitantes na área urbana e deste total, 922.272 de mulheres residentes na cidade, vivendo em sua maioria em situação subumana. Muitos dos equipamentos sociais não são implantados em suas comunidades. Do número total de habitantes da cidade 17.326 sobrevivem com renda de até ¼ de salário

2 Material disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>, acessado em 10 de janeiro de 2016.

mínimo mensal³ e 2.668 pessoas com mais de 30 salários mínimos mensais, o que revela a disparidade social e econômica existente entre as classes sociais em nossa cidade.

De acordo com Gomes (2011), o *déficit* habitacional do Amazonas é o maior do país, chegando a um total de 25,4%. Dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus tinha um *déficit* de 68.483 em 2009. Se há um *déficit* de habitação no Amazonas reconhecido oficialmente, como mostram esses dados do Ministério das Cidades deve-se ao fato de que o próprio poder público não garantiu moradia aos migrantes que se deslocaram para Manaus no auge da Zona Franca. D. I. L, 52 anos, Gerente do SPCPE afirma que

Recebemos constantemente, ao longo dos anos, no SPCPE famílias oriundas de vários locais, muitas delas afirmavam terem vindo para Manaus em busca de melhores condições de vida, porém não tinham onde ficar e iam morar em sua maioria em locais impróprios para habitação. Esta falta de controle e de garantia de moradia para a população de baixa renda fez com que o benefício do auxílio aluguel sofresse um inchaço. Por várias vezes tentamos articular com a SUHAB⁴ para que essas famílias tivessem acesso ao PMCMV, contudo sem sucesso, poucas famílias que estão nesse auxílio tem inscrição no referido órgão o que dificulta muito nossa atuação enquanto interlocução com a Política Pública de Habitação. Com a chegada das assistentes sociais identificamos um trabalho diferenciado na nossa atuação e a interlocução com a Política Pública de Habitação começou a acontecer tendo em vista que elas iniciaram um trabalho voltado a orientação e encaminhamento das famílias para os órgãos competentes, bem como um contato mais próximo com a SUHAB para acompanhamento do processo das famílias que possuem inscrição no mesmo (Entrevista, 2015).

3 No Brasil conforme dados do IBGE (2010) 279.967 pessoas vivem com renda maior que 1/2 ou até 1 salário mínimo, 276.130 com mais de 1 ou até 2 salários mínimos, 88.255 com mais de 2 ou até 3 salários mínimos, 70.009 com mais de 3 ou até 5 salários mínimos, 51.459 na faixa de 5 a 10 salários mínimos, 9.134 na faixa de 10 a 15 salários mínimos, 8.070 na faixa de 15 a 20 salários mínimos, 4.076 na faixa de 20 a 30 salários mínimos.

4 Superintendência de Habitação do Amazonas.

Os deslocamentos trouxeram consigo o aprofundamento da problemática social da cidade, fato que levou famílias inteiras a ocupar espaços impróprios para a moradia nas calhas dos igarapés, nos terrenos baldios e nas encostas de barrancos, submetidas ao alto risco de vida e às precárias condições de habitabilidade. Some-se a isto, o fato de que o deslocamento direcionou uma boa parte da população ao mercado informal de trabalho em virtude de seu baixo grau de escolaridade e ausência de qualificação profissional. Dias (2007) ressalta que além da falta de moradia outros serviços sociais são deixados de lado pelo poder público em relação à população migrante, e esse fator tem ocasionado, desde a década de 70, o aumento no número de ocupações, de palafitas e criação de periferias sem as mínimas condições de infraestrutura.

M.C.X.G.S.L, 34 anos, assistente social do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência fala que,

Antes da chegada da equipe técnica que existe hoje no SPCPE não havia um trabalho técnico operativo sistematizado, pois os registros não eram realizados de forma contínua, os usuários não recebiam as devidas orientações e encaminhamentos o que ocasionou um inchaço de beneficiários no Auxílio Aluguel⁵. Enfrentamos sempre dificuldades em nosso trabalho, pois o discurso dos beneficiários é de que o Auxílio Aluguel seria até eles ganharem uma casa, o que não procede uma vez que a Lei que institui o mesmo deixa claro o tempo de permanência no referido benefício de no máximo 1 ano e 6 meses, levando a equipe técnica a desconstruir para construir a identidade do serviço. Buscamos também atuar de forma articulada com as demais políticas públicas (Entrevista, 2015).

Em relação ao trabalho do assistente social, Iamamoto (2012) ressalta que o Estado é o maior empregador desses profissionais, entretanto, tem se absterido de prestar os serviços sociais à população, afetando sobremaneira o trabalho do profissional, que fica sujeito as condições de trabalho precarizadas, e as oportunidades no setor público crescentemente ficam mais escassas, consoante com o que assevera Iamamoto (2012, p. 126)

5 Benefício de caráter eventual a ser concedido a famílias vítimas de enchentes, desmoronamentos, remoção de situação de risco ou por força de obras públicas, que estejam desabrigadas, desalojadas ou em situação de vulnerabilidade temporária.

Nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais [há] um crescimento de parcerias do Estado com organizações não-governamentais. (...) Trata-se de uma das formas de terceirização dos serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos.

É por meio do trabalho do assistente social que as políticas públicas são criadas, avaliadas e executadas, mas no SPCPE identificamos o quanto faz-se necessário este trabalho técnico para que a articulação e interlocução com a Política Habitacional ocorra de forma a garantir os direitos sociais da população menos favorecida. Esta política tem em suas condicionalidades o atendimento prioritário as Mulheres Chefes de Família e elas veem nas ações do SPCPE a luz no fundo do túnel para o seu desenvolvimento social. A casa própria, por meio do PMCMV, é tudo para elas e sua esperança é a obtenção desta conquista por intermédio da interlocução e articulação com a política de habitação. I.G.S., 44 anos, assistente social do SPCPE relata que

A interlocução e articulação com a política habitacional não existia a contento antes da chegada da equipe técnica no SPCPE, hoje percebemos no olhar das mulheres que atendemos a esperança e confiança no trabalho que desenvolvemos (Entrevista, 2015).

Percebe-se que a dificuldade na articulação e interlocução com a política habitacional e do trabalho em rede com as outras instituições e órgãos envolvidos no processo de atendimento às famílias em situação de desastre ocasiona uma limitação na garantia dos direitos aos usuários do SPCPE, trazendo consequências ao desenvolvimento do trabalho da equipe que luta diariamente em prol da garantia dos direitos sociais da população que sofreram algum tipo de sinistro, bem como na efetivação das orientações existentes no caderno de orientações técnicas de 2015, que direciona a composição da equipe mínima do serviço de calamidade pública e emergência.

IV. Considerações Finais

O estudo revela que inúmeros são os desafios vivenciados pela equipe que atua no Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência em Manaus – AM para interlocução e articulação com a política habitacional, visto que não

havia uma equipe técnica específica para o serviço, que existe desde 2007, o que ocasionou um inchaço de beneficiários no Auxílio Aluguel e sem os encaminhamentos, acompanhamentos e articulação intersetorial com as demais políticas públicas com garantam os direitos sociais.

Para as assistentes sociais, entrevistadas, o Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência em Manaus – AM é visto como um campo novo de atuação para os profissionais do serviço social, impactando decisivamente no atendimento as famílias vítimas de algum tipo de sinistro e/ou calamidade pública. Assim como na busca pelo encaminhamento e garantia de efetivação da moradia própria aos beneficiários do referido serviço, em sua maioria mulheres chefes de família. Para o Gerente do SPCPE a composição da equipe trouxe um respaldo técnico para o serviço e oportunizou as famílias um serviço ainda mais qualificado.

De acordo com as entrevistas realizadas percebemos que ainda há muito a ser vencido no trabalho da equipe no SPCPE, mas identificamos que as profissionais que atuam neste serviço já avançaram muito desde sua entrada no referido Serviço em 2014. É perceptível que há necessidade de ampliação da equipe técnica do Serviço e que as orientações existentes no Caderno de Orientações Técnicas de 2015 sejam executadas.

Ainda foi possível identificar que desde a entrada da equipe técnica no SPCPE das 865 famílias beneficiárias do serviço 70% são oriundas da zona leste de Manaus, 46,24% conseguiram ser inscrita em Programa Habitacional – PMCMV da Prefeitura Municipal de Manaus, bem como 100% dos entrevistados ressaltam a importância da equipe técnica para o desenvolvimento do trabalho no SPCPE.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Beatriz. Déficit habitacional do AM é o maior do Brasil, aponta pesquisa. Manaus, 2011. Disponível em: <<http://na.d24am.com/noticias/economia/deficit-habitacional-do-amazonas-e-o-maior-do-brasil-aponta-pesquisa/38379>>. Acesso dia 30 de novembro de 2011.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação.** In: **Curso de Formação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.** Brasília: s/d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Traduzido por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEI Nº 1666, de 25 de abril de 2012. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2012/167/1666/lei-ordinaria-n-1666-2012-institui-o-auxilio-aluguel-beneficio-de-carater-eventual-a-ser-concedido-a-familias-vitimas-de-enchentes-desmoronamentos-remocao-de-situacao-de-risco-ou-ainda-por-forca-de-obras-publicas>>, acessado em 10 de Janeiro de 2016.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

TORRES, Iraildes Caldas. **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

AS POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE: A PARTICIPAÇÃO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO PROGRAMA CREDIAMIGO

Mirella de Lucena Mota
mirelladelucena@gmail.com

Tarcísio Regis de Souza Bastos
tarcisio-regis1@hotmail.com

Leonardo Soares da Silva
leonardoss@bnb.gov.br

André de Souza Melo
andredesouzam@gmail.com

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia.
Universidade Federal de Pernambuco
umbelinalagioia@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações microempreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento. Configura-se como um estudo exploratório, que busca contribuir com a discussão que aprofunda a relação do campo de estudos de microcrédito com o campo de estudos sobre as questões de gênero, com uma metodologia que une as análises qualitativa e quantitativa, a partir da revisão da literatura feita nas bases CAPES, Scielo e Ideas.Repec, utilizando os descritores “empreendedorismo”, “mulheres” e “microcrédito” e da análise dos dados do Programa Crediamigo, provindos da base de dados do Banco Nordeste, a fim de traçar um perfil das mulheres cadastradas no Programa apenas no ano de 2016, a partir de uma amostra aleatória de 198 beneficiárias/os. Como resultados, constatamos que

o conceito de empoderamento, embora venha sido apresentado de forma indiscriminada em alguns discursos, pode indicar algumas possibilidades de participação das mulheres numa perspectiva relacional que valoriza o trabalho coletivo e solidário, assim como pressupõe a luta feminista. Também comprovamos a crescente participação das mulheres enquanto beneficiárias do Programa Crediamigo, o que pode apontar impactos positivos dessa política na vida das mulheres.

Palavras-chave: microcrédito, empoderamento, empreendedorismo, Crediamigo, mulheres.

Introdução

Num contexto de relações sociais desiguais de gênero, marcado no âmbito do mercado de trabalho, predominantemente, por diferenças nas relações de trabalho e de oportunidades de acesso a crédito, percebemos que nos últimos anos vêm ocorrendo um aumento da participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro.

Historicamente, as mulheres vivenciam as relações na esfera do trabalho de forma desigual em relação aos homens, e, diante de um contexto de trabalho precário nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, dadas as novas configurações do modo de produção capitalista, o mundo do trabalho apresenta alterações que podem ser sinteticamente expressas como precarização nas suas condições de execução e como flexibilização no que se refere à relação entre as classes sociais, como forma de adequação às condições da crise estrutural do capital. (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Com a reestruturação produtiva ocorreram grandes mudanças nos processos de produção, tendo como base o paradigma da flexibilidade, que rompe com o modelo fordista/taylorista, no qual se fazia imprescindível o caráter especialista de determinada fase da produção ou do manuseio de certa máquina, de cada trabalhador/a. Neste modelo acontece o movimento contrário, desespecializa-se o/a trabalhador/a, ao mesmo tempo em que se faz necessário sua polivalência (ANTUNES, 2008).

Assim, surgem novas formas de precarização do trabalho, como a informalidade. Para Antunes (2008), dentre outras características, a sociabilidade neoliberal é caracterizada pela competitividade, trabalho voluntário e colaboração social, como as mais distintas formas de trabalho precarizado, e o empreendedorismo não está alheio a esta dinâmica.

De acordo com Helena Hirata (2009), as mulheres representam uma categoria singular dentre os grupos sociais atingidos pelo trabalho precário, a partir dos lugares que ocupam no conjunto dos trabalhadores assalariados. Assim, devem receber atenção singular os estudos que se preocupam a problematizar tais especificidades. Estes estudos têm recebido atenção especial nas pesquisas francesas.

No que diz respeito ao Brasil, sendo este um país marcado por contextos de vulnerabilidade e exclusão social, o fenômeno da pobreza fez surgir à necessidade de políticas públicas de intervenções econômicas e sociais no modelo de transferência de renda e de acesso a crédito, como os Programas de Microcrédito.

Podemos entender o microcrédito como uma forma de tecnologia social, investidora no capital social, que é capaz de ultrapassar o caráter pontual da ação de um/a microempreendedor/a alcançando também toda a comunidade, pelo fato de gerar não somente renda, mas também relações de trabalho e de sociabilidade. (PUTNAM, 2000).

O Programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, conhecido como Programa Crediamigo, surgiu em 1998 como uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, e faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, para incentivar a inclusão produtiva da população pobre.

Segundo Géssika Silva (2007), o governo federal brasileiro tem se preocupado em estabelecer políticas públicas que priorizem as particularidades do trabalho das mulheres, incentivando a participação destas em ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, no sentido de alcançar a autonomia econômica e financeira das mulheres. Assim, além de se caracterizar como política pública de superação da pobreza e da exclusão social, o microcrédito busca também a promoção da igualdade de gênero e de raça.

Alguns estudos tem se preocupado e apontado a importância de estudar a temática de gênero no microcrédito, como por exemplo: a nível internacional, Fredrik Graflund (2013), Jamal Islan, Haradhan Mohajan e Rajib Datta (2012), Quibria (2012), Joaquim Fernandes (2010) e a nível nacional, Ana Freitas, Rosa Ribeiro, Railan Barbosa e Paulo Patricio (2009), Géssika Carvalho (2013), Vivian Albuquerque, Giovana Salvaro e Dimas Estevam (2014).

Portanto, este trabalho objetiva analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações empreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento das mesmas.

Metodologia

O estudo em questão, trata-se de um estudo exploratório, que une a análise qualitativa com a quantitativa, por entendermos que esses tipos de análise não são excludentes e sim complementares.

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, primeiramente buscamos na revisão de literatura analisar como as categorias “empreendedorismo”, “mulheres” e “microcrédito” se relacionam e se apresentam na literatura produzida nos últimos cinco anos, mas não exclusivamente nesse período, tendo em vista alguns trabalhos anteriores que apresentavam recorrência de citações e que, por isso, também foram inseridos na revisão. Para tanto, foi feita a revisão de

dissertações e teses, bem como por periódicos no Portal da CAPES e nas bases Scielo e Ideas.Repec.

Priorizamos a utilização de textos mais atuais com a finalidade de compreender e analisar o estado da arte na temática. É importante demarcar que, no Brasil, os trabalhos sobre Microcrédito, no que diz respeito ao aprofundamento das questões que envolvem discussões de gênero, ainda são recentes.

Para a análise quantitativa utilizamos dados do Programa Crediamigo provindos da base de dados do Banco Nordeste, a fim de traçar um perfil das mulheres cadastradas no Programa apenas no ano de 2016, a partir de uma amostra aleatória de 198 beneficiárias/os do Programa, entre os meses de janeiro a abril. Este recorte temporal foi escolhido por ser o mais atual e também pela necessidade de delimitação da amostra dos dados, que se apresentam em quantidade expressiva. O lócus da pesquisa se debruça sobre alguns municípios da Região Metropolitana de Recife, são eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu, Itamaracá, Olinda e Paulista.

Resultados e Discussão

A participação das mulheres no Empreendedorismo Brasileiro

Yara Bulgacov, Denise de Camargo, Sieglind da Cunha, Maria Lucia Meza, Regina Souza e Suzana Tolfo (2010), ao se debruçarem sobre a análise da crescente participação das mulheres na atividade empreendedora refletem que o simples fato deste aumento ser visível, não nos diz em que condições esse trabalho é desempenhado. Assim, destacam a importância de analisar o empreendedorismo feminino frente às transformações no mundo do trabalho. É necessário, portanto, entender que a ação empreendedora por si só não garante o trabalho decente, remunerado de forma adequada e com garantias seguras de liberdade, equidade e possibilidade de emancipação por parte das mulheres.

As autoras retomam os estudos de Claudia Nogueira (2004), que destaca que a feminização no mundo do trabalho será positiva se conseguirmos avançar na perspectiva da emancipação das mulheres ao passo que ocorra a diminuição dos mecanismos de dominação patriarcal no espaço doméstico; e será negativa se tais transformações acarretarem o aumento do trabalho precário das mulheres.

Essas transformações se referem, por exemplo, no contexto brasileiro, ao maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, ao menor número de filhos e às mudanças nas estruturas familiares, bem como novos valores que são atribuídos aos lugares ocupados por mulheres na sociedade, e ainda, como ressalta Helena Hirata em entrevista concedida a Patrícia Mariuzzo (2006), referem-se às consequências positivas do processo de globalização, este, porém, ao mesmo tempo em que produz novas relações sociais, cria também novas formas de precarização do trabalho das mulheres.

Vale destacar que o empreendedorismo é uma prática que vem sido recorrente nos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, e decorre, dentre outros fatores, da necessidade de saída da condição de pobreza por parte da população. Assim, mesmo que destaquemos algumas mudanças que conferem às mulheres novos lugares na sociedade e posições de provedoras familiares, é importante atentarmos que esses valores e posições são localizados regionalmente, diferindo conforme as características e peculiaridades culturais, sociais e econômicas de distintas comunidades.

Ainda segundo Yara Bulgacov et al (2010), fatores socioculturais persistem em oposição aos avanços na inclusão socioproductiva das mulheres, pois estes fatores continuam atribuindo às mesmas a responsabilidade sobre o cuidado com os filhos, à família e às atividades domésticas.

Assim, as mulheres seguem vivenciando um contexto de precarização, que também reverbera na vida das mulheres empreendedoras, na medida em que a crescente participação destas na sociedade brasileira reflete a flexibilidade do mercado e seus efeitos nas relações sociais, pois é na ação empreendedora que elas buscam a satisfação das necessidades básicas de produção e reprodução da vida, de manutenção da família ou de complementação da renda familiar.

Nitin Bhatt e Shui-Yan Tang (2002), destacam em seu trabalho a importância do microcrédito para as mulheres e sua independência, além de citar que as mulheres não enxergam os programas de microcrédito apenas como uma fonte de renda para consumo, mas também como uma forma de manter as crianças de suas famílias.

Para além das necessidades econômicas, existem também estudos que apontam motivações de outras ordens para o crescente aumento das mulheres na ação empreendedora. Cibele Martins, Luciana Crnkovic, Nadia Pizzinatto e Emerson Maccari (2010), por exemplo, entendem que o crescimento da participação das mulheres no empreendedorismo se refere a uma busca por realização pessoal e crescimento profissional, representando esta ação empreendedora

uma opção de vida mais promissora, que requer uma maior e intensa dedicação, envolvendo diretamente aspectos de organização de tempo, de disposição e empenho pessoal. Essas autoras acreditam que com a maior inserção das mulheres será possível alcançar o equilíbrio entre homens e mulheres na cena empreendedora, incluindo-se nesta o cenário favorável de desenvolvimento das pequenas empresas.

E é nesta perspectiva específica, no âmbito das pequenas empresas, que se remetem os Programas de Microcrédito, foco do nosso estudo.

O Microcrédito como política pública que contribui com o empoderamento das mulheres

Nathália Moreira (2016) considera que muitos estudos têm se preocupado em pensar como as microfinanças podem contribuir para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e, neste sentido, alguns estudos sobre microcrédito, como os de Mario Monzoni Neto (2006), Joaquim Fernandes (2010) e Petra de Kruijf (2014), têm destacado em suas pesquisas a importância e influência do microcrédito, enquanto instrumento de política pública de geração de emprego e renda, na contribuição para o empoderamento das mulheres.

O termo empoderamento passou a ser usado amplamente nas pesquisas que envolvem mulheres como forma de dar visibilidade à necessidade de desenvolvimento pessoal e econômico das mesmas, no entanto não existe um conceito único sobre empoderamento, sendo difícil defini-lo. (KRUIJF, 2014).

Cecília Sardenberg (2006), preocupada em conceituar “empoderamento” a partir da perspectiva feminista, ressalta que o termo surgiu primeiramente no ativismo feminista e em movimentos de base para depois ser transformado em objeto de preocupação teórica, nesse sentido a autora, fundamentada nos estudos de Aithal (1999) e Allen (2005) ressalta que ocorreram dois caminhos diversos: um de apropriação pelas academias, a partir da perspectiva feminista sobre “poder” e outro movimento de tomada do termo pelos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo seus direcionamentos mais radicais, passando a ser visto com desconfiança por algumas feministas.

Cecília Sardenberg (2006) analisa que essa desconfiança tem fundamento, tendo em vista o uso indiscriminado do termo. Para muitas agências de fomento, instituições e órgãos estatais o empoderamento das mulheres é visto como uma forma de alcançar o desenvolvimento, a democracia e diminuir a pobreza, porém não como um fim em si mesmo; e já na perspectiva feminista, além

da preocupação com a superação das desigualdades sociais, como a pobreza, falar de empoderamento é um processo mais amplo de busca pela autonomia e emancipação das mulheres, ele implica no questionamento da ordem patriarcal e no fim da opressão de gênero.

Outro ponto a sofrer divergências é o fato de que, em alguns estudos sobre desenvolvimento, têm-se priorizado análises individuais, num direcionamento mais cognitivo, que acabam por reiterar posições neoliberais e descontextualizam as sujeitas dos âmbitos sociopolítico, histórico e solidário (LEON, 2001), quando, contrariamente, a luta feminista enfatiza o poder da luta coletiva das mulheres, e nessa perspectiva, o empoderamento deve incluir tanto mudanças individuais como coletivas. (SARDENBERG, 2006).

Destarte, é importante tornar visível as ações que se comprometam e promovam o empoderamento em respeito a essa lógica ampliada, numa perspectiva realmente transformadora da vida das mulheres. Como as ações de microcrédito, especialmente na América Latina, tem ganhado potencialidade e despertado o debate do empoderamento, é necessário refletir com qual noção de empoderamento estas ações tem se comprometido nas políticas públicas brasileiras.

O microcrédito surgiu como uma forma de democratização do acesso ao crédito, a partir de uma experiência exitosa que ocorreu em Bangladesh, conhecida por *Grameen Bank*, e ganhou difusão no Brasil, ainda segundo Natália Moreira (2016), na década de 1970. Nessa mesma década as discussões sobre gênero e pobreza começaram a ser inseridas nas agendas políticas das organizações internacionais e nas academias do país, e foi na década de 1990 que o microcrédito ganhou maior amplitude nas políticas públicas brasileiras.

Em de 25 de abril de 2005 foi promulgada a Lei nº 11.110, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Este tem por objetivo fornecer e garantir o incentivo da geração de trabalho e renda para os/as microempreendedores/as populares.

Como exemplo de Microcrédito Produtivo Orientado, foi criado em 1998, pelo Banco do Nordeste, o Programa Crediamigo, com o objetivo de conceder crédito a microempreendedores/as de baixa renda na região do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Suas ações, além do fornecimento de crédito, incluem a capacitação gerencial para os/as tomadores/as de crédito, utilizando-se de uma metodologia de trabalho com grupos solidários. O Crediamigo foi pensado como política de diminuição das desigualdades sociais e de renda, num contexto onde a concessão de microcrédito se concentrava na região sudeste. (OLIVEIRA, ANDRADE E GONÇALVES, 2010).

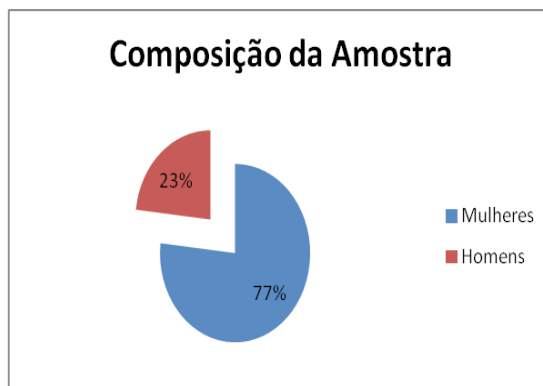
Nesse sentido, buscamos refletir, a seguir, como se dá a participação das mulheres, em relação à dos homens, no Programa Crediamigo em alguns municípios da Região Metropolitana de Recife.

A participação das mulheres no Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife

Como relatado anteriormente no campo da metodologia, a pesquisa buscou abordar aspectos relativos ao Programa Crediamigo, que valorizem a importância do Programa para as questões do empoderamento das mulheres. Para isto, foi observada uma amostra de 198 pessoas que estão constituindo a carteira ativa de clientes do Programa, através de seus cadastros atualizados com base no ano de 2016.

Através dos dados, pode-se perceber que ao menos na amostra escolhida, existe uma grande concentração de mulheres no Programa, como fica perceptível no gráfico 1.

Gráfico 1 – Composição da amostra



Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

De acordo com exposto acima, decidiu-se concentrar a análise prioritariamente nas mulheres para atingir os objetivos do trabalho, mas poderão ser feitas algumas comparações acerca de variáveis que demonstrem a importância do Crediamigo para as mulheres.

Em relação a variável idade, foi constatado que as beneficiárias da amostra estão compreendidas entre 18 e 74 anos, com uma média de idade de aproximadamente 42 anos. Esse perfil é bastante similar ao encontrado na estratificação

sobre os homens, em que se tem como valor mínimo 20 anos e máxima de 73 anos, tendo assim uma média de 45 anos.

Em relação à distribuição espacial da amostra, na tabela 1 se observa que existe uma participação maior das mulheres que residem nos municípios de Paulista e de Igarassu, sendo que a média de idade das mulheres destes municípios é similar à apresentada na amostra total de mulheres.

Tabela 1 – Distribuição espacial das mulheres da amostra

Município	Número de clientes por município	Idade média dos clientes
Abreu e Lima	15	43
Araçoiaba	5	30
Igarassu	35	42
Itamaracá	10	36
Olinda	5	50
Paulista	82	43
Total / Média Geral	152	42

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Sobre a natureza dos contratos de crédito (tabela 2), pode-se perceber que basicamente existiram duas categorias diferentes na amostra, são elas: renovação de crédito (esta se dá quando o cliente já possuía contrato prévio) e o 1º empréstimo (para pessoas que não faziam parte do Programa em outros ciclos). De acordo com os dados obtidos para a pesquisa, os homens possui um percentual maior de contratos de renovação de crédito, mas, tanto em números absolutos como em números relativos (percentual), as mulheres têm buscado mais os benefícios do Programa através do primeiro empréstimo.

Tabela 2 – Natureza dos contratos de Microcrédito

	Mulheres	Homens
Renovação	87,5%	93,5%
1º Empréstimo	12,5%	6,5%

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Em relação aos valores recebidos pelo Programa, pode-se perceber que embora a amostra apresente grande representatividade de mulheres ativas, foi constatado que, em média, as mulheres pegam empréstimos menores do

que os homens. Os valores médios são de R\$ 1900,00 para as mulheres e de R\$ 2500,00 para os homens, esses valores demonstram uma grande diferença quando se compara os sexos, mas vale ressaltar que essa diferença não é explicada por nenhum posicionamento ou requisito do banco sobre os empréstimos, o fato é que as mulheres solicitam em média valores menores do que os homens para financiamento de suas atividades produtivas.

Outro aspecto diz respeito à inadimplência dos contratos de crédito em Programas de microcrédito como o Programa Crediamigo, a qual, em geral, é baixa, pois, por se tratar de crédito produtivo orientado, os/as clientes cumprem os requisitos acordados em contrato. Na amostra observada, pode-se perceber que as mulheres apresentam uma taxa menor de inadimplência que os homens, ou seja, elas apresentaram um índice de apenas 2% de não pagamento do crédito solicitado, enquanto os homens apresentaram uma inadimplência de 6,5%, mais do que o triplo que as mulheres.

É prudente dizer que uma operação de crédito concedido às mulheres possui uma capacidade de recuperação maior, em outras palavras, a instituição que concede o crédito, possui menos chance de prejuízo.

Conclusões

A análise dos dados demonstrou que efetivamente está ocorrendo uma maior participação das mulheres em ações de microcrédito, como o exemplo do Programa Crediamigo.

No mesmo sentido a revisão de literatura explicitou o contexto de realização dessa participação, num cenário ainda bastante desigual que ressalta a importância da transversalização das questões de gênero nas políticas públicas.

Uma característica a ser ressaltada é o fato da metodologia do Programa Crediamigo se dar pela operacionalização de grupos solidários, que se corresponsabilizam pelas ações dos/as microempreendedores/as envolvidos. Tal metodologia, a nosso ver, apresenta um comprometimento com a transformação social, representando a perspectiva de empoderamento a qual valoriza as ações coletivas na sociedade. Não deixa de ser um desafio, principalmente no contexto atual de crise, analisar os impactos dessas políticas e perceber se as mesmas vêm sendo operadas no sentido de contribuir com o empoderamento das mulheres e não apenas no sentido estritamente desenvolvimentista.

É de extrema importância problematizar e aprofundar o contexto de exercício das atividades dessas microempreendedoras, ressaltando-se a relevância de

estudos que visibilizem os avanços e desafios dessas políticas de microcrédito na vida das mulheres, bem como a contribuição efetiva na diminuição das desigualdades entre os gêneros.

Agradecimentos

Agradecemos ao Banco do Nordeste do Brasil por disponibilizar o banco de dados.

Referências

AITHAL, Vathsala. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice". Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromso, 1999. Disponível em:< http://home.arcor.de/aithal/pdf/Aithal_Vathsala.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

ALBUQUERQUE, Vivian Cristina Caetano da Silva; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM; Dimas de Oliveira. Características socioeconômicas do acesso por mulheres ao Microcrédito em uma instituição de crédito no sul de Santa Catarina, no período de 2002-2012. In: **IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. Santa Catarina, 2014. Disponível em:< <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/viewFile/1543/1465>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

ALLEN, Amy. Feminist Perspectives on Power. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

BHATT, Nitin; TANG, Shui-Yan. Determinants of repayment in microcredit: Evidence from programs in the United States. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 2, p. 360-376, 2002.

BULGACOV, Yara Lucia; CAMARGO, Denise de; CUNHA, Sieglind Kind da, MEZA, Maria Lucia; SOUZA, Regina Márcia; TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 28, n. 63, p. 337-349, 2010.

CARVALHO, Géssika Cecília. Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 1, n. 1, p. 38-50, 2013.

FERNANDES, Joaquim Alarico Araújo. **A importância do género no desenvolvimento das actividades do microcrédito: caso português**. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; RIBEIRO, Rosa Cristina Lima; BARBOSA, Railan Teixeira; PATRÍCIO, Paulo Eduardo Andrade. O Potencial Empreendedor de Empreendedores Informais Clientes de Programas de Microcrédito: Uma Avaliação sob as Perspectivas de Capital Humano e Gênero. In: **XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/ESO/2009_ESO1769.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

GRAFLUND, Fredrik. The impact of Microcredit on Women's Empowerment - A case study of Microcredit in the Tangail district, Bangladesh, **Minor Field Study Series**, n. 225, 2013.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

ISLAM, Jamal; MOHAJAN, Haradhan; DATTA, Rajib. Aspects of microfinance system of Grameen Bank of Bangladesh. **International Journal of Economics and Research**, v3i4, 76-96, 2012.

KRUIJF, Petra de. **Empoderamento, gênero e microcrédito - A Política de Microcrédito na Região Metropolitana de Recife**. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Leiden, 2014.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, no. 13, 2001, p. 94-106.

MARIUZZO, Patrícia. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 5, dic. 2006.

MARTINS, Cibele; CRNKOVIC, Luciana Helena; PIZZINATTO, Nadia; MACCARI, Emerson Antonio. Empreendedorismo feminino: características e perfil de gestão em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 288-302, 2010.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito:** uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). 2006. 195 f. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres:** o caso do Banco Popular Crédito Solidário. 2016. 110 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **Feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Thiago; ANDRADE, Magali GONÇALVES, Andersonn. **A teoria do tripé Schumpeteriano e o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico uma análise do Crediamigo.** In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone.** New York: Simon and Schuster, 2000.

QUIBRIA, M. G. Microcredit and Poverty Alleviation: Can microcredit close the deal?. In: UNU World Intitute for Development Economics Research. **Working Paper**, n. 2012/78, 2012.

SARDENBERG, Cecília MB. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres-Projeto TEMPO, Salvador, Bahia**, 2006.

SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. **Espírito empreendedor feminino:** relações de gênero, informalidade e microcrédito no Grande Recife. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES À LUZ DO DEBATE SOBRE MULHERES E CIÊNCIA

Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas¹
patylazzaron@gmail.com

Orientadora Prof^a Dra^a Iole Macedo Vanin²
Universidade Federal da Bahia
iolevanin2007@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre mulheres no mercado de trabalho à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência. Para tanto, o artigo apresenta, em um primeiro momento, dados quantitativos oriundos de uma pesquisa do IBGE, a qual apresenta informações sobre trabalho com enfoque nas relações de gênero. Tais dados evidenciam que as mulheres, apesar de terem direitos legais (iguais aos dos homens) “assegurados” teoricamente, na prática ainda estão em condição de subordinação. Em um segundo momento, a condição das mulheres no mercado de trabalho vai ao encontro de pensadoras feministas que abordam mulheres e ciência. Tais teóricas, por um lado, expõem essa realidade e apresentam razões para isso e, por outro lado, evidenciam que as teorias feministas trouxeram importantes contribuições à ciência, o que tem, de fato, transformado a própria ciência. Palavras-chave: Mulheres, Ciência, Trabalho.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – e-mail: *patylazzaron@gmail.com*;

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – e-mail: *iolevanin2007@gmail.com*

Introdução

Devido às lutas dos movimentos feministas no decorrer dos séculos XIX e XX e até os dias atuais, muitos direitos foram conquistados, como, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho com os mesmos direitos legais que os homens.

A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei. Hoje, as mulheres não podem ser discriminadas, tendo os mesmos direitos legais em qualquer área, incluindo o meio acadêmico e o meio profissional.

Mas, será que assim se dá? As mulheres têm, de fato, os mesmos direitos que os homens no mercado de trabalho?

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres, de um modo geral, ainda recebem menos que os homens. Além disso, elas têm uma escolaridade maior do que homens na mesma faixa salarial, ou seja, precisam evidenciar um currículo com mais qualificações para alcançar determinados cargos.

No que tange a cargos de chefia, apesar de ter havido um aumento no número de mulheres ocupando tais cargos, elas ainda são minoria e o salário delas ainda é menor do que o dos homens. Além disso, cabe questionar: Que tipo de cargos de chefia as mulheres ocupam? Qual o perfil destas mulheres? Quais os desafios que enfrentam?

Para refletir sobre essas questões e acerca da relação mulheres e trabalho e mulheres em cargos de chefia, faz-se necessário também refletir sobre mulheres e ciência: Que lugar ocupam as mulheres na ciência? Que conhecimento elas produzem? Como as mulheres têm transformado a ciência e a construção do conhecimento, áreas estas, desde suas origens, androcêntricas e sexistas?

Pesquisas que colocam em evidência essa desigualdade são de grande valia para se pensar sua desconstrução, para transformar o cenário que se apresenta.

Esse artigo tem por objetivo analisar a posição de subordinação que as mulheres, de modo geral, ainda ocupam no mercado de trabalho à luz de referenciais teóricos que apresentam reflexões sobre mulheres e ciência.

Para tanto, são analisados dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente o Relatório “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, publicado pelo IBGE em 2014, comparando os Censos de 2000 e 2010, à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência.

Mulheres no Mercado de Trabalho: dados quantitativos do IBGE

Segundo o Relatório “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, publicado pelo IBGE em 2014, o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou nos últimos dez anos no Brasil. Contudo, o percentual de mulheres empregadas é menor do que de homens. A taxa de trabalhadoras aumentou de 50% (2000) para 54,6% (2010), e a taxa de homens trabalhadores passou de 79,7% (2000) para 75,7% (2010). Assim, o percentual de mulheres trabalhando ainda é de apenas pouco mais de 50% do total da população feminina.

Segundo dados do Censo de 2010, destaca-se que esse percentual é ainda menor no Nordeste, onde apenas 48,2% das mulheres estão no mercado de trabalho. Salienta-se ainda que, do total de mulheres no mercado de trabalho, 13,1% trabalham sem carteira assinada, 5,1% são trabalhadoras domésticas com carteira assinada, 10% são trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e 17,3% trabalham por conta própria.

Analisando a escolaridade, é possível notar outra discrepância na comparação entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A quantidade de mulheres empregadas que têm nível de instrução de Ensino Médio, Superior incompleto ou Superior Completo é maior do que o número de homens empregados com a mesma escolaridade, ou seja, as mulheres precisam se qualificar mais do que os homens para atingir postos de trabalho equivalentes.

O Relatório destaca ainda a desigualdade em relação à raça: percebe-se uma elevada participação no mercado de trabalho das mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%) quando comparadas com as mulheres brancas (28,2%). Estas disparidades estão presentes também no caso do nível de instrução de ensino superior, que se mostram mais favoráveis às mulheres brancas trabalhadoras (26,0%) em relação às mulheres pretas ou pardas trabalhadoras (11,2%).

O Relatório aponta que um fator responsável pelas desigualdades de acesso das mulheres remonta aos papéis tradicionalmente associados a elas no que se refere aos cuidados a membros da família e aos afazeres domésticos.

Isso vem ao encontro dos dados referentes à relação entre a ocupação das mulheres e a existência de filhos pequenos, por condição de frequência à creche. O nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creche (65,4%) é bem superior ao daquelas cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas algum filho frequenta creche (40,3%).

Segundo o Relatório do IBGE, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não implica um processo natural que promove uma redefinição de papéis na sociedade. Nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; no entanto, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase exclusivamente feminina.

No que tange aos rendimentos, notamos que o número de pessoas de 16 anos ou mais sem rendimentos é maior entre mulheres do que homens, e essa quantidade aumenta nas regiões Norte e Nordeste e também em relação às raças categorizadas como pretas ou pardas.

Em 2000, a proporção de pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo era 19,8%, sendo ligeiramente maior entre as mulheres (20,8%). Em 2010, essas proporções se elevaram para 29,8% e 33,7%, respectivamente. Vale ressaltar que os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade, visto que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da Região Nordeste têm rendimento de até 1 salário mínimo, assim como 59,3% das mulheres nas áreas rurais desta região.

Em 2010, o rendimento médio mensal, de todas as fontes, dos homens de 10 anos de idade ou mais foi de R\$ 1.587,00, enquanto o rendimento médio das mulheres nessa faixa etária foi de R\$ 1.074.

O Relatório destaca que, no primeiro eixo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (BRASIL, 2013c), ficou estabelecido como uma das metas “a redução da taxa de desigualdade de rendimento entre mulheres e homens”. Comparando a razão entre o rendimento médio das mulheres e o rendimento médio dos homens entre 2000 e 2010, constata-se uma pequena redução na desigualdade entre ambos. Entretanto, nas Regiões Norte e Nordeste, a desigualdade de rendimentos por sexo aumentou.

Notamos, portanto, que os direitos legais que são garantidos às mulheres ainda não são efetivos na prática. Apesar de diversos avanços, a posição de subordinação das mulheres tem persistido ao longo dos séculos.

A fim de refletirmos sobre essa condição, faz-se necessário fazermos isso à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência.

Mulheres na Ciência: Mais do que Aventureiras, Transformadoras da Ciência

De acordo com Lopes (1998), aos homens que se destacam na ciência confere-se o atributo de heróis, às mulheres confere-se o atributo de aventureiras.

No entanto, apesar dessa condição de subordinação, as mulheres vem ascendendo na carreira científica e tem transformado a ciência.

Löwy afirma que “não devemos esquecer que a ciência é um empreendimento de caráter cumulativo e que seu passado – no qual as mulheres foram excluídas – continua pesando sobre seu presente.” (2000, p. 24) Ela advoga que os porta-vozes da ciência são geralmente do sexo masculino.

Na tentativa de mudar essa realidade, a autora aborda a escolha de mulheres cientistas entre a assimilação – quando as mulheres procuram tornar-se “um homem de ciências” – que permite o acesso a vantagens, mas ao preço da auto-mutilação ou a manutenção da condição de marginalidade que as mulheres têm na ciência.

Também Bandeira (2008) afirma que, para serem aceitas na carreira científica, algumas mulheres procuram assemelhar-se aos homens.

Segundo Velho & León (1998), apesar de certo crescimento da presença das mulheres na ciência desde os anos 70, ainda há muitos desafios a serem superados. Segundo dados da época, a taxa de evasão de mulheres da pós-graduação era maior do que a dos homens. Além disso, havia uma tendência à estagnação, sem aumento de mulheres na pós-graduação.

As autoras ratificam que as mulheres continuavam a ser cronicamente subrepresentadas na carreira científica e quanto mais elevado o nível na carreira acadêmica, menor é a participação de mulheres.

Outro aspecto que Velho & León (1998) destacam é que a presença das mulheres na carreira científica se dá em maior número nas disciplinas tradicionalmente “femininas”, consideradas de menor status.

Bandeira (2008) ratifica esse aspecto, afirmando que um desafio a ser superado consiste no fato de que ocorrem processos de socialização diferenciados para meninos e para meninas. As mulheres são normalmente direcionadas para as atividades ditas “femininas”.

Esse ponto nos chama a atenção para o fato de que para mudar/ transformar a condição de subordinação das mulheres na ciência, são necessárias transformações nesses processos de socialização.

Velho & León (1998) realizaram entrevistas com docentes da Unicamp e destacaram que várias entrevistadas apontaram que sentem discriminação na busca por cargos administrativos.

A importância atribuída pelos homens aos cargos administrativos dentro da Unicamp merece ser melhor explorada, mas certamente ela tem suas raízes no fato que tais cargos relacionam-se com as

estruturas de poder internas, na medida em que têm papel privilegiado nas decisões relativas às várias políticas universitárias, tais como critérios de avaliação de desempenho e alocação de recursos. (VELHO & LEÓN, 1998, p. 332)

Uma entrevistada aponta como fator que contribui para menor velocidade na progressão na carreira a carga familiar que, para as mulheres, pesa mais.

Para as mulheres progredirem na carreira, alcançarem cargos de chefia, é necessária a superação de diversos desafios, entre os quais, a carga familiar. Além disso, uma visão sem preconceitos em relação às mulheres que, historicamente, são consideradas inferiores, com menos capacidade, menos aptidão para competitividade.

Silva (1998) advoga que a construção de um mundo no qual as mulheres não são subordinadas requer o reconhecimento de que existe subordinação de gênero e o desenvolvimento de uma visão de mundo em que isso seja possível.

Nesse sentido, pesquisas como a desenvolvida nesse artigo são de vital importância. Passados quase duas décadas desde que Silva escreveu o acima, ainda há muitos desafios a serem superados no sentido de se alcançar a equidade em todos os campos da vida, incluindo a ciência.

Para tal superação, primeiramente, faz-se necessário expor a condição de subordinação, que, encontra-se maquiada sob a ilusão dos direitos iguais “garantidos” legalmente e sob a ideia que as mulheres estão tão presentes no mercado de trabalho quanto os homens.

Melo & Oliveira (2006) advogam que, sob aparente neutralidade, tem-se igualado os que não são iguais no acesso às carreiras científicas e tecnológicas. Analisando a produção científica nacional, elas verificaram que embora o número de mulheres envolvidas na produção científica tenha aumentado, o sexo feminino permanece marcado pelo estereótipo do papel dos “cuidados” e escolhem áreas ligadas à educação, saúde e assistência social.

O sistema científico e tecnológico sob a aparente neutralidade da ciência ignora que mulheres e homens têm trajetórias diferenciadas e sob esse paradigma iguala os que não são iguais no acesso às carreiras científicas e tecnológicas. Urge mudar esse comportamento e apresentar os dados do desempenho científico e tecnológico sob a perspectiva de gênero para que os novos papéis possam emergir na sociedade. (MELO & OLIVEIRA, 2006, p. 328)

As autoras ratificam a relevância de estudos e pesquisas que desmistifiquem a imagem partida feminina e que evidencie que a ciência não é lugar exclusivo de homens, mas de quem tem talento para desempenhar estas funções, seja homem ou mulher.

Cabe destacar também que, como Silva afirma, “nem todas as mulheres são iguais”. (1998, p. 15) Não se pode colocar as mulheres como um grupo homogêneo, com interesses, perspectivas e experiências similares. Ela argumenta a favor de se contextualizar mulheres.

A teórica explica que a subordinação da mulher no mundo do trabalho é reflexo dessa desigualdade na sociedade: “o gênero na academia é extensão do gênero na sociedade”. (SILVA, 1998, p. 19) Advoga que instituições sociais como sindicatos e grupos políticos podem contribuir para mudanças nos padrões de relações de gênero.

Nesse sentido, cabe destacar que os feminismos, como movimentos políticos, e seu projeto intelectual e acadêmico, as teorias feministas trouxeram diversas contribuições para a ciência.

Como abordado nesse texto, historicamente, o conhecimento científico tem sido considerado de domínio masculino. Bandeira (2008) ratifica que as mulheres têm se destacado na pesquisa na área das Ciências Humanas. Segundo ela,

A centralidade da crítica está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre os homens e mulheres, assim como nas suas expressões e significados no mundo simbólico. (BANDEIRA, 2008, p. 209)

Ela destaca que não há uma crítica geral do pensamento feminista. Mas há diversas correntes teóricas que compreendem por que e como as mulheres ocupam uma posição ou condição de subordinação na sociedade. Fala de um bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, em condições de subordinação e lutam para mudar/transformar essa situação.

Bandeira (2008) salienta que a crítica feminista teve como desafio contrapor-se aos eixos e modelos epistemológicos hegemônicos e seus conceitos e métodos para não reproduzir as categorias do sistema de dominação científica.

A crítica feminista argumenta que há três grandes eixos no processo de exclusão feminina da ciência: a dominação masculina que naturaliza a

inferioridade feminina; a divisão sexual do trabalho e a condição monolítica, atemporal e excludente da ciência. Para a crítica feminista, o universalismo deve ser criticado, pois categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros de poder.

Citando Fox Keller (2006), Bandeira afirma que “a entrada de mulheres na ciência em grande número tornou possível que uma percepção feminina do mundo encontrasse lugar na ciência.” (2008, p. 220) Elas reagiram à ordem patriarcal e questionaram se a ciência tem um sexo. Esse rompimento nega perspectivas essencialistas e binárias, traz novos paradigmas à construção do conhecimento e constrói novos campos de saber e de poder.

A autora advoga que a categoria analítica de gênero vem sendo um instrumento de análise crítica, sendo uma categoria transversal, cuja presença se faz importante em qualquer projeto de conhecimento científico, institucional e sociopolítico.

Ainda que não tenham alcançado a igualdade plena, Keller (2006) afirma que o feminismo mudou a posição das mulheres na ciência. O aumento no número de mulheres na ciência se deve, em grande parte, à pressão política exercida por grupos de mulheres. Argumenta que o verdadeiro agente da mudança foi o movimento social.

Segundo Keller (2006), a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, abriu novos espaços cognitivos.

A presença feminina em posições de liderança e autoridade na ciência contribuiu para erodir o sentido de rótulos tradicionais de gênero. Mesmo assim, Keller conclui dizendo que gostaria de poder dizer mais, ou seja, ainda muito mais conquistas a serem realizadas.

Considerações

Historicamente, as mulheres têm estado em condição de subordinação na ciência. No entanto, é preciso destacar que elas estão derrubando barreiras e lutando contra essa posição. De uma condição de ausência e de invisibilidade na ciência, passaram a se destacar ainda que em menor número do que os homens e, muitas vezes, estando restritas a determinadas áreas de conhecimento, como, por exemplo, as ciências humanas.

Como evidenciado acima, dentre os motivos para a subordinação das mulheres, podemos destacar processos de socialização que têm produzido e

reproduzido preconceitos e tem mantido, por séculos, ideias tais como que as mulheres são subordinadas por serem inferiores e menos aptas.

Na tentativa de transformar essa realidade, algumas mulheres que se destacam na ciência procuram se assemelhar aos homens. Evidencia-se que, para ascender na carreira científica, as mulheres precisam produzir muito mais trabalho do que os homens. Precisam “provar” mais sua capacidade e competência do que os homens.

Outro aspecto é que se tem igualado os que não são iguais. Por exemplo, tem-se ignorado que às mulheres a carga familiar ainda é mais pesada que aos homens.

Por fim, cabe destacar que os feminismos trouxeram (e continuam trazendo) importantes contribuições à ciência e que ainda trarão muito mais. Indo de encontro a modelos hegemônicos, contrapondo-se ao conhecimento androcêntrico, os feminismos e a presença cada vez maior das mulheres na ciência têm ampliado horizontes, trazido novas formas de olhar o mundo e de construir os conhecimentos, têm transformado a ciência.

É vital ter em mente que o conhecimento também é uma forma de poder. Que as mulheres continuem ascendendo cada vez mais na ciência, superando os obstáculos e transformando a realidade.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas* 16(1), 2008.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano nacional de políticas para as mulheres 2013-2015*. Brasília, DF, 2013.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), 2006.

LOPES, Margaret. Aventureiras nas Ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), (1998).

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu* (15), 2000.

MELO, Hildete Pereira & OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu* (27), 2006.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-Construindo Gênero em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu* (10), 1998.

VELHO, Léa & LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu* (10), 1998.

SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES VIVENCIADAS POR ENFERMEIRAS NA PRÁTICA DE CUIDADOS A MULHERES ENVOLVIDAS COM DROGAS EM CONTEXTO DE MATERNIDADE

Patrícia Keirelly de Oliveira Araújo

Andreia Silva Rodrigues

Lara Barreto Caldas

Celestina Carvalho da Silva

Jeane Freitas de Oliveira
Universidade Federal da Bahia
patriciakeirelly@outlook.com

Resumo: O consumo e o tráfico de drogas pela população feminina vêm aumentando em todo mundo. A presença de mulheres envolvidas com drogas nos serviços de saúde gera desafios para as profissionais, que também ficam vulneráveis a distintos agravos que afetam sua saúde física, psíquica e atuação laboral. Traçou-se como objetivo: identificar situações de vulnerabilidades para enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres usuárias de drogas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com enfermeiras numa maternidade pública de Salvador-Ba, no período de fevereiro a junho de 2015. Foram aplicadas as técnicas de observação de campo e entrevista semiestruturada. Foram analisadas 15 entrevistas e todo conteúdo do diário de campo. Através da análise dos dados obtidos emergiram as seguintes categorias: 1) Concepção das enfermeiras sobre o envolvimento das mulheres na problemática das drogas: subordinação feminina, associação de consumo de drogas e IST; 2) Demandas de atendimento na unidade: o acompanhante e as reações das mulheres usuárias de drogas. Constatou-se que, no atendimento a essas mulheres, existem dificuldades relatadas por grande parte

das profissionais, evidenciando-se diversas situações de vulnerabilidades associadas ao conhecimento das enfermeiras, aos recursos humanos, físicos e materiais institucionais. Na prática dessas enfermeiras existem importantes elementos de vulnerabilidades no seu ambiente laboral, o que dar visibilidade a necessidade dos serviços de saúde, através de ações e planejamento, promoverem medidas estruturais e organizacionais em relação às condições de trabalho seguras a fim de prevenir acometimentos à saúde das enfermeiras. Palavras-chave: Vulnerabilidade, Enfermeiras, Cuidados de Enfermagem

Introdução

Na atualidade, o consumo e o tráfico de drogas pela população feminina vêm aumentando em todo mundo. Além de consumir e/ou participar do tráfico de drogas, as mulheres têm outras formas de envolvimento com a problemática das drogas que acarretam situações de vulnerabilidades. A presença de mulheres envolvidas com drogas nos serviços de saúde, de todos os níveis, gera desafios para as/os profissionais, que também ficam vulneráveis a distintos agravos que afetam sua saúde física, psíquica e atuação laboral.

O estudo das dimensões da vulnerabilidade na área da saúde é relativamente recente e está relacionado à tentativa de superação das práticas preventivas apoiadas na ideia de risco. Isso se deve, especialmente, ao surgimento da epidemia do HIV/AIDS, que levou pesquisadores/as e profissionais da saúde a repensar a definição de risco e a adentrar nas discussões sobre a vulnerabilidade. Assim, a partir de 1980, vêm se intensificando os estudos que levam em conta a vulnerabilidade como quadro conceitual.

De acordo com Ayres (2011), a vulnerabilidade diz a respeito à chance de exposição das pessoas ao adoecimento, como resultante de um conjunto de aspectos que ainda que se refiram imediatamente ao indivíduo, o recoloca na perspectiva de dupla-face, ou seja, o indivíduo e sua relação com o coletivo. E conforme o autor, a análise de vulnerabilidade se dá de forma ampla, envolvendo aspectos de ordem individual, social e programática.

Dessa forma, o conceito de vulnerabilidade pode ser empregado para entender as implicações que as enfermeiras enfrentam no cuidado a mulheres envolvidas com as drogas.

De um modo geral, discute-se a vulnerabilidade de indivíduos e/ou grupos populacionais para determinado agravo social e/ou enfermidade, sendo escassa a discussão sobre vulnerabilidades de profissionais na sua prática diária. Contudo, há de se considerar que no cotidiano laboral, profissionais de saúde podem se deparar com questões de ordem individual, social e programática que podem gerar situações de vulnerabilidade para si e para a clientela.

Nesse sentido, traçou-se como objetivo: caracterizar situações de vulnerabilidades para enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres envolvidas com drogas, em uma maternidade pública de Salvador - BA .

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvida com enfermeiras em atuação numa maternidade pública de Salvador-BA.

Conforme descreve Minayo (2010), a abordagem qualitativa possibilita uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

A pesquisa foi realizada em uma maternidade pública na cidade de Salvador, estado da Bahia, pertencente à Rede Estadual de Saúde. A referida instituição é destinada a prestar atendimento a população feminina, mais especificamente a mulheres grávidas.

A pesquisa tem aprovação do Comitê de ética em pesquisas com parecer de número 940.418 emitido em 28/01/2015.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: ter experiência de pelo menos seis meses na assistência à saúde da mulher em maternidade e estar lotada na maternidade, prestando cuidados as mulheres. Adotou-se como critérios de exclusão: ausências nas atividades laborais durante o período de coleta de dados por motivos de férias, licença prêmio ou médica.

O grupo social estudado até o momento está composto por 15 enfermeiras, concentradas na faixa etária de 32 a 48 anos e tempo de atuação na profissão de 1 ano e seis meses há 15 anos, e envolvida na assistência nos turnos diurno e noturno.

Em relação à atuação profissional, nove informaram ter outro vínculo e cinco responderam que não, o que coloca em evidência a possibilidade de maior exposição a desgaste biopsíquico em relação àquelas que trabalham em apenas um emprego. Quanto à participação em algum curso da área de drogas e saúde, apenas três realizaram o que pode representar um importante ponto de vulnerabilidade.

A produção dos dados ocorreu no período de fevereiro a dezembro de 2015, por meio das técnicas de observação de campo e entrevista semiestruturada.

A observação de campo com registro em diário de campo foi realizada seguindo roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram realizadas na unidade, em dia e horário previamente agendados com as participantes.

Os dados foram organizados seguindo as etapas da Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2011), e analisados adotando a definição de vulnerabilidade como referencial teórico.

Diante dos princípios éticos que envolvem a pesquisa, a elaboração desse estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas presentes na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Resultados

Práticas institucionais como elementos de vulnerabilidade

De acordo com os dados obtidos e analisados, alguns elementos de vulnerabilidade para as enfermeiras na prática de cuidado a mulheres envolvidas com drogas na maternidade dizem respeito às práticas institucionais associadas à: demanda de atendimento da unidade e aos recursos humanos disponíveis.

Na observação de campo, foi registrado grande fluxo de mulheres com situações diversas para atendimento e, paralelo a esse fluxo, existia um subdimensionamento de pessoal para atender toda demanda, ocasionando dobra de serviço para algumas profissionais com pressão psicológica e cobranças.

A frequência dessa situação era comum. Durante a observação de campo percebeu-se que as enfermeiras estavam bastante ocupadas, com várias demandas e pouco profissionais para atender todas elas.

Visivelmente a alta demanda da maternidade atrelada à baixa quantidade de recursos humanos causava stress para as enfermeiras. Os relatos a seguir revelam esses fatos:

“É um excesso de trabalho, é uma demanda muito grande, exposição muito grande, porque praticamente todos os dias tem uma exposição” (E11).

“Quando eu estou com uma mulher, que é identificada como usuária, é como eu te falei, tem sempre um cuidado redobrado” (E3).

Durante o período de observação de campo, na escala de serviço, era apenas uma enfermeira para cada ala da unidade, ou uma enfermeira para até quatro setores, o que resultava apenas em quatro enfermeiras na assistência para cada plantão. Inevitavelmente esse quantitativo de profissionais afeta a

assistência e constitui elemento de vulnerabilidade programática para as enfermeiras. Alguns trechos das entrevistas evidenciam essa situação:

“Um enfermeiro fica em três setores diferente. Três não, as vezes fica até em quatro, porque fica a CCR, a admissão e a CCR são dois setores diferentes, a admissão, a CRR, o centro cirúrgico e o setor obstétrico” (E12).

Ficou evidente que um elemento importante de vulnerabilidade programática repousa também na sobrecarga de trabalho, pois enquanto ocorre o desvio de função, as enfermeiras acabam deixando de executar suas atividades voltadas aos cuidados das pacientes, conforme os trechos a seguir:

“Eu sou enfermeiro e tenho que ficar atendendo o telefone, então você tem que se telefonista, você tem que ver a questão da manutenção, de manter 24h a unidade” (E14).

“É a manutenção que reclama, é o vigilante que reclama todo mundo cai em cima da enfermagem Ou então fale ali com a enfermeira, resolva ali com a enfermeira, e é tudo a enfermeira (E10)”.

De acordo com os relatos das entrevistadas, qualquer pessoa tem acesso à admissão e há registro da ocorrência de tentativas de agressão física aos profissionais e destruição física da unidade por acompanhantes que estavam sob efeito de substâncias psicoativas. Os seguranças não protegem o profissional, mas sim o patrimônio.

Esta realidade ocasiona insegurança e exposição das profissionais a atos de violência e, conseqüentemente, interfere na saúde das mesmas. Existe relato de que uma enfermeira já foi agredida por uma paciente usuária de drogas, sendo ameaçada de morte, e decorrente a isso foi afastada alguns dias do trabalho, e esses fatos revelam mais um fator de vulnerabilidades com essas enfermeiras.

“A gente se sente vulnerável porque aqui todo mundo quer entrar, aqui todo mundo quer fazer a casa da mãe Joana, nós, enquanto profissionais, nos sentimos muito expostos. Aqui, qualquer pessoa entra na área de admissão, já tivemos casos de marido de mulher entrar armado, de quebrar a porta de vidro, dizer que vai bater em

todo mundo, e os seguranças são do patrimônio, ele não protege o profissional (E14)”.

“Ela me agrediu verbalmente no corredor. Começou a me xingar, a gritar, vários xingamentos, coisas de baixo escalão, os meus colegas viram ,ficaram com medo, então durante esses dias eu fiquei coagida, acabei saindo escoltada, assim, o segurança me levou até o carro (E12)”.

Dessa forma, a relação do trabalho com os riscos, vulnerabilidades e incapacidades, presentes na maternidade investigada, é reconhecida pelas enfermeiras entrevistadas como decorrência de uma diversidade de situações e relações no decorrer do seu desenvolvimento de praticas de cuidados a mulheres envolvidas com drogas, onde foi possível perceber através dos seus relatos que as enfermeiras se encontram em situações de vulnerabilidade individual e programática.

Vulnerabilidades a partir das Reações das mulheres/ou acompanhantes envolvidas com drogas.

Nesta categoria são apresentadas questões referentes às reações das mulheres/ou acompanhantes decorrente das drogas, que possivelmente pode ser um grande problema na prática de cuidados dessas enfermeiras a mulheres envolvidas com drogas, que gera constante insegurança e medo nos funcionários da maternidade. Os fatores para tais sentimentos foram: despreparo para lidar com reações decorrentes da abstinência e/ou do consumo de drogas pelas mulheres e/ou por seus acompanhantes no período de internação.

Comportamentos de agressividades por parte das mulheres e/ou do acompanhante que muitas das vezes é seu companheiro, e supostamente usuários de drogas dentro da unidade foram referidos pelas entrevistadas como ocorrência frequente, sendo que para as enfermeiras a lei do acompanhante é um problema que vem acarretando situações de vulnerabilidade, e por vezes incomodadas com essa lei, pois mesmo sabendo da importância em alguns casos, à lei empodera alguns acompanhantes indesejados pelos profissionais e principalmente pelas mulheres, conforme trechos das entrevistas a seguir:

“A equipe de enfermagem fica temerosa, porque já teve até um caso de uma enfermeira de também ser ameaçada, e aí foi terrível. A gente teve que nesse dia dar folga a ela ficamos com medo (E04)”.

“Ah, sempre sentimos vulneráveis! Porque aqui já teve momentos de ter chefe de tráfico acompanhado mulheres. Você ver que ficam homens e mulheres aqui a noite toda (E05)”.

Diante dos relatos das enfermeiras, percebe-se que as mesmas no atendimento e cuidados realizados com as mulheres envolvidas com drogas, acarretam situações que as deixam no seu ambiente de trabalho apreensiva, insegura, expostas a determinados agravos, e cada vez mais sujeitas a vulnerabilidades, principalmente no que tange as três dimensões no contexto da maternidade investigada.

Discussão

As enfermeiras ao prestarem cuidados a mulheres envolvidas com drogas estão expostas a situações que as deixam apreensivas, inseguras, sujeitas a determinados agravos, o que culmina em suas vulnerabilidades, tanto individuais e sociais, quanto programáticas e profissionais no contexto da maternidade investigada.

Foram identificadas conjunturas que induzem a situações de vulnerabilidades das enfermeiras nas práticas institucionais no cuidado a mulheres envolvidas com drogas. Demandas na maternidade, déficits de profissionais, sobrecargas de trabalho, falta de estrutura e capacitações para lidar com essa clientela constituem elementos de vulnerabilidade programática para as enfermeiras na prática de cuidados a mulheres usuárias de drogas. Esses elementos geram medo, insegurança para as profissionais que são ressaltados pela estrutura física e organizacional da unidade.

Conforme Ayres (2003), a vulnerabilidade programática engloba o acesso e a forma de organização dos serviços de saúde aos recursos sociais de que as pessoas necessitam para não se exporem aos agravos, proteger-se de danos, buscando recursos de saúde disponibilizados de modo efetivo e democrático, e os dados revelaram que as enfermeiras estão sujeitas em suas práticas de cuidados a essas modalidades.

Os dados evidenciaram que as enfermeiras apresentam situações de vulnerabilidades bastante elevadas, questões essas que estão diretamente associadas ao fortalecimento e/ou desgaste, dentre as quais a forma como se processam as relações técnicas e sociais no trabalho, incluindo como ocorre a sua linha de mando, além de outras que podem interferir no processo de adoecimento. De certa forma a vulnerabilidade enfatiza aos diferentes graus e naturezas de suscetibilidades, que expõem indivíduos e coletividades ao adoecimento, considerando as particularidades de cada situação, dentro de um conjunto de aspectos individuais, sociais e programáticos, situando as pessoas frente à relação com o problema e com os recursos para enfrentar esse problema (AYRES, et al., 2004).

De acordo com os achados sobre as demandas de atendimento das enfermeiras no cuidado a mulher usuária de droga na unidade, fica evidente que a enfermeira é vulnerável principalmente no que se refere ao grande fluxo de pacientes com situações mais diversas para atendimento, déficit de pessoal para atender toda demanda, ocasionando algumas vezes dobra de serviço, demandas da unidade, déficits de profissionais enfermeiras para lidar com situações de enfrentamento no seu ambiente de trabalho, ocasionando por vezes o estresse dessas profissionais e esses fatores demarcam situações de vulnerabilidade individual e programática.

Paiva, Ayres e Buchala (2012), afirmam que a abordagem para sistemas da vulnerabilidade programática ocupa-se da implementação de direitos por meios de programa em saúde. Ela engloba o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de programas de saúde, incluindo quais assuntos são priorizados e por que razões nos diferentes estágios de trabalho.

De acordo com Pereira (2002), vários são os aspectos do trabalho de enfermagem que podem fazer das enfermeiras e equipe de enfermagem em geral vulneráveis. Agrupando os agentes estressores podemos identificar vários sub-grupos, englobando: a organização do trabalho, onde estão presentes conflitos e ambiguidades de papéis, falta de participação de decisões, longas jornadas de trabalho, rodízio de horários, número insuficiente de pessoal, recursos escassos, sobrecarga de trabalho, mudança constante das regras, excesso de burocracia, excesso de horas

No que refere ao estresse das profissionais, vale enfatizar que, quando relacionado ao trabalho, este resulta de várias situações em que a pessoa percebe este ambiente como ameaçador às suas necessidades de realização pessoal e profissional, prejudicando sua interação com suas funções e com o ambiente

de trabalho, na medida em que este ambiente contém demandas excessivas a ela, ou que ela não contenha recursos adequados para enfrentar tais situações (MARTINS et, al 2000).

O despreparo das profissionais foi visto como um importante elemento de vulnerabilidade para as enfermeiras no cuidado a mulher usuária de drogas, pois as mesmas dizia não saber como lidar com essas mulheres por não ter tido um preparo específico para atender pessoas que são usuários de drogas, soma dos fatores que sobrecarregam as profissionais e a prejudica por gerar maior grau de vulnerabilidade a lesões físicas e danos psíquicos e por movê-las às realizações de seu trabalho de maneira mais mecânica, sem que seja possível desenvolver competências, habilidades e conhecimentos no efetuar de suas práticas ocasionando vulnerabilidades para estas profissionais.

Para Branco (2013), o despreparo dos profissionais para atender pessoas que são usuárias de drogas, é compreensível na medida em que a formação dos profissionais de saúde, nos cursos de graduação está voltada para atendimento hospitalar, sobretudo aos problemas clínicos.

Assim, torna-se imperativa a necessidade de construir outros espaços de atenção, ampliar e melhorar os cursos de formação e capacitação. Sabe-se, também, que trabalhar nessa área é complexo, pois se trabalha com a subjetividade, sendo necessário adquirir conhecimento específico.

É importante pensar na necessidade de reformular e estruturar novos serviços, modificar as práticas profissionais e o próprio processo de cuidar, pois mesmo diante das dificuldades encontradas, a equipe de enfermagem assume responsabilidades na atenção as mulheres usuárias de álcool e outras drogas.

Em um estudo de Souza (2013), realizado em Salvador-BA com mulheres atendidas num CAPSad, um dos principais desafios para tratar o problema na assistência a usuárias de drogas, está na necessidade de aperfeiçoar e motivar os profissionais que trabalham prestando assistência aos usuários e seus familiares.

No que se refere à sobrecarga de trabalho das enfermeiras, foi possível identificar que na maternidade investigada existe uma grande demanda para as enfermeiras, ocorrendo por vezes desvios de função, sendo este mais um fator de vulnerabilidade programática para estas profissionais. E de acordo com Bezela (2013), os trabalhadores de enfermagem são submetidos a diferentes cargas de trabalho que geram processos de desgaste e comprometem tanto a qualidade de vida no trabalho de enfermagem, quanto à qualidade da assistência prestada.

No contexto da segurança profissional dentro da maternidade, percebe-se através dos discursos das participantes a importância de um apoio para a segurança dos profissionais, pois de acordo com a fala das enfermeiras, elas não se sentem protegidas dentro da unidade, sendo imprescindível no trabalho e excelente apoio para o enfrentamento das vulnerabilidades, diante de alguma situação de risco de violência, agressividade no ambiente de trabalho.

Vale ressaltar também, que o sentimento de impotência foi um relevante problema para as enfermeiras para lidar com as mulheres envolvidas com drogas, o que pode provocar sofrimento no trabalhador de enfermagem ao fazer questionamentos sobre o que poderia ou o que deixou de fazer para recuperar ou manter a vida do cliente que estava sob seus cuidados.

De acordo com Almeida et, al (2009), a prática do trabalho do enfermeiro a responsabilidade pelo gerenciamento do serviço e da assistência, implica em um esforço mental no que se refere ao planejamento das ações, observação e gerenciamento do ambiente, funcionários, maquinários e equipamentos, e ainda a assistência ao paciente, no planejamento do seu cuidado, em todos os seus âmbitos.

A lei do acompanhante que no dia 7 de abril de 2005, entrou em vigor a Lei 11.108 que garante as parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e setor privado (BRASIL, 2005), também foi visto com um elemento muito importante de vulnerabilidade para essas enfermeiras, pois as mesmas se sentem incomodadas com essa lei, pois, apesar de considerarem importante em alguns casos o acompanhante, às vezes, a lei empodera acompanhantes indesejados pelos profissionais, a exemplo de acompanhantes usuários de drogas, que ocasiona situações de medo, agressividade, e apreensão no ambiente de trabalho.

De acordo com Santos e outros (2012), apesar dos benefícios dessa prática e a legislação vigente apoiarem o parto com acompanhante, o que se observa no cotidiano das maternidades é o despreparo dos profissionais em lidar com a figura do acompanhante/pai como alguém participando do processo do parto e nascimento.

Dessa forma, o modo como a vulnerabilidade se manifesta no cotidiano de cuidado de enfermagem a mulheres usuárias de drogas, consiste em um fenômeno de grande relevância na ciência da enfermagem, pois percebe que as situações vivenciadas pelas enfermeiras ao prestarem o cuidado a essas mulheres, as colocam expostas há muitas situações de risco, medo, incapacidades e principalmente a vulnerabilidade profissional no seu cotidiano.

Considerações Finais

Sendo assim, conclui-se que as práticas institucionais as enfermeiras acerca de mulheres que usam drogas, assim como déficit de recursos humanos, físicos e falta de ações de saúde institucionais constituem situações de vulnerabilidades para as enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres que usam drogas, no contexto da maternidade investigada.

Dessa forma, as ações em saúde tem como ponto de partida determinantes sociais do processo de saúde/doença como fatores que vulnerabilizam as pessoas, assim no contexto da maternidade investigada é necessário implementação de capacitação dessas profissionais em relação à temática das drogas, de acordo com suas necessidades específicas, através de educação permanente em saúde para saberem lidar com essas dimensões minimizando suas dificuldades e atuando de maneira mais segura na redução de danos e aumento de estratégias de prevenção.

Também é imperativa a necessidade por parte dos gestores de saúde articulação e estruturação de redes de apoio, para os profissionais direcionarem essas mulheres usuárias de drogas para o cuidado humanizado e integrado, pois mesmo diante das dificuldades encontradas, a equipe de enfermagem assume responsabilidades na atenção as mulheres usuárias de álcool e outras drogas.

Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Sujeito, **intersubjetividade e práticas de saúde. Ciência e Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, n. 1, v.6, p.63-72, 2001.

Araújo, Anne Jacob de Souza. **Vulnerabilidades de gestantes envolvidas com álcool e outras drogas** / Anne Jacob de Souza Araújo. – Salvador, 2014.89 f.

BERARDINELLI, Lina Márcia Miguéis et al. **Cronicidade e Vulnerabilidade em saúde de grupos populacionais: Implicações para o Cuidado**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, out/dez 2010.

BRANCO, Fernanda Matos Fernandes Castelo de, SOBRINHO, Lorena Beatriz de Jesus, SOUSA, Lucinalva Maria de, et al. **Atuação da equipe de enfermagem na atenção ao usuário de crack, álcool e outras droga**. Health Sc Inst. 2013;31(2):161.

BARCHFONTEINE, Christian de Paul de; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Bioética, Vulnerabilidade e Saúde**. Aparecida: Ideias & Letras, Centro Universitário São Camilo; 2007.

GIRONDI, Juliana Balbinot Reis, BACKES, Marli Terezinha Stein, ARGENTA, Maritê InêZ, MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein, SANTOS, Sílvia Maria de Azevedo dos. **Risco, vulnerabilidade e incapacidade: reflexões com um grupo de enfermeiras**. Revista eletrônica de enfermagem, 2010;12(1):20-7.

Nichiata LYI, Bertolozzi MR, Takahashi RF, Fracolli LA. **A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem**. Rev Lat Am Enfermagem. 2008; 16(5):923-8.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; MACCALLUM, Cecília Anne; COSTA, Heloniza Oliveira Gonçalves. **Representações sociais de agentes comunitários de saúde acerca do consumo de drogas**. Revista da Escola de Enfermagem da USP vol.44 no.3, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Jeane Freitas; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila Motta Leal. **Ainterferência do contexto assistencial na visibilidade do consumo de drogas por mulheres**. RevLatino-am enferm. v. 15, n. 2. mar/abr. 2007.

PAIVA, Vera, AYRES, José Ricardo, BUCHALLA, Cassia Maria. **Vulnerabilidades e Direitos Humanos- Prevenção e Promoção da saúde: da doença a cidadania**. Livro I/Curitiba: Juruá, 2012.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSad de Salvador - BA**. [Dissertação de mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. 123f. Salvador, 2013.

SOUZA, Juliana Nery de; BERTOLOZZI, Maria Rita. **A vulnerabilidade à tuberculose em trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário**. Revista Latino Americana de Enfermagem, vol. 15, num. 2, março- abril, 2007, Universidade de São Paulo, Brasil.

SANTOS, José Luís Guedes; VIEIRA, MarianA; ASSUITI, Luciana Ferreira Cardoso; GOMES, Doris, MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein ; SANTOS, Silva Maria de

Azevedo dos. **Risco e vulnerabilidade nas práticas dos profissionais de saúde.** Rev Gaúcha Enfermagem Porto Alegre (RS) 2012 jun;33(2):205-212.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; HATAMOTO, Clarice Tsuguico; CARDOSO, Marcelo Moraes. **Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho em profissionais do Programa de Saúde da Família.** Bol. psicol v.58 n.129 São Paulo dez. 2008.

VAL, Luciane Ferreira do; NICHATA, Lucia Yasuko Izumi. **A integralidade e a vulnerabilidade programática às DST/HIV/AIDS na Atenção Básica.** Rev Esc Enferm USP 2014

PARA ALÉM DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DAS MULHERES DOCENTES DA UFS E DA UP: UM ESTUDO INTERCULTURAL DE GÊNERO

Suzana Mary de Andrade Nunes¹

*Faculdade Estácio de Sergipe e Secretaria do Estado da Educação – SEED ;
suzanamary@hotmail.com*

Resumo: Esta comunicação apresenta uma análise crítica e intercultural do trabalho docente na educação superior de Portugal e do Brasil, mais especificamente, das mulheres que ocupam o cargo de docência na Universidade do Porto e da Universidade Federal de Sergipe. Para tanto, realiza-se uma investigação com abordagem Qualitativa, a partir do recolhimento de narrativas biográficas de Histórias de Vida, a fim de apontar semelhanças e diferenças entre as realidades analisadas. Privilegia-se o espaço institucional no campo educacional, uma vez que a coleta dos dados delimita à docentes atuantes do programas de Pós-graduação em Educação no sentido de pontuar percursos de formação/qualificação profissional, os desafios e conquistas das mulheres, através da inserção e ascensão no mercado de trabalho em contextos diferenciados e de reconhecimento social no mundo globalizado.

Palavras Chave: trabalho docente, narrativas biográficas, mulheres, Universidade do Porto, Universidade Federal de Sergipe.

¹ Membro do Comitê e do Grupo de Estudos do CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero

Introdução

Esta comunicação é um recorte da tese de Doutorado defendida em 2014 pela Universidade Federal de Sergipe, na qual teve entre as etapas de execução a realização de um Estudo de Caso sobre o trabalho docente na Universidade do Porto em Portugal como Projeto do Estágio de Doutorado Sandwich. Assim, na abrangência das da investigação recorreu-se a técnica e metodologia de Histórias de Vida por meio do recolhimento das narrativas biográficas de mulheres docentes da UFS e da UP, a fim de trazer uma compreensão acerca do trabalho docente da educação superior, mais especificamente, do programa de pós-graduação de ambas instituições, bem como, apresentar diferenças e semelhanças entre as instituições estudadas diante das singularidades histórico-sociais que (re) produzem as culturas.

Pretende-se nesta comunicação construir um perfil das trabalhadoras docentes da UFS e da UP no sentido de apontar relações entre as escolhas realizadas no processo de formação/qualificação profissional, inserção e ascensão na carreira profissional com as mudanças econômicas, sociais e políticas da sociedade portuguesa e brasileira, que, por sua vez, repercutiram, incisivamente, no cenário populacional da educação superior, a partir da década de 80 do século XX. Este período é marcado por intensas mudanças no cenário globalizado no que tange ao unilateralismo capitalista; o fortalecimento do modelo econômico neoliberalista; a atuação dos movimentos de reivindicação social e a política consensualista intervencionista de Estado.

Nas décadas de 80, 90 do século XX, sujeitos são atraídos a realizarem cursos de graduação e pós-graduação por diversas e diferentes motivações: ascensão econômica social e política; complementaridade dos estudos já iniciados; atenção às exigências das instâncias privadas e públicas de mão de obra qualificada; realização e reconhecimento pessoal e profissional, dentre outras.

As mulheres instigadas pelo ativismo ou por ideologias propagadas por correntes feministas em consenso com os interesses neoliberais e de Estado disseminadas na sociedade procuram as instituições de educação superior também para obtenção de melhores salários e na expectativa de torná-los mais equânimes aos salários dos homens; ocuparem espaços absorvidos pela mão de obra masculina em mesmas condições de desempenho de funções e cargos de prestígio disponibilizados nas instituições públicas e privadas.

O processo investigativo levou em consideração a visão de interculturalidade no sentido da construção identitária em que o poder e resistência norteiam

as análises, reflexões e compreensão do fenômeno associado ao olhar investido por traços de subjetividade sob o anteparo da visão política de identificação coletiva apreendido no processo de formação, qualificação pessoal e profissional em um dado contexto social.

A aproximação com outras culturas adensa a construção de uma identidade híbrida em suporte com forças ambivalentes de contextualização política oriundas de marcadores contextuais, geracionais e sociais. Estes aspectos, em conexão, sinalizam para particularidades comparativas, na qual simboliza o olhar crítico entre realidades diferentes, de modo que se evidenciem avanços, retrocessos e ausências das estruturas transicionais e de (re) produção cultural, privilegiando a evidência de semelhanças e de diferentes pontos de vista.

Para o desenvolvimento temático, a comunicação foi dividida em duas sessões: a primeira intitulada “Teoria e prática feminista, um campo de consensos e exceção do estado democrático”. Nesta sessão apresenta o olhar dos estudos de gênero sobre a realidade investigada, a fim de apontar desafios e conquistas das mulheres no mundo do trabalho e, por sua vez, trazer a compreensão acerca do enfrentamento frente à reprodução da cultura patriarcal ora maquiada por traços de inovação. Na segunda sessão apresenta-se as narrativas biográficas das docentes da UFS e da UP no sentido de destacar as semelhanças e diferenças do percurso de formação e qualificação dessas mulheres, efeito das políticas públicas implementadas pelos dois países em ressonância com a (inter)culturalidade globalizada e local. Essa sessão é intitulada “Narrativas das mulheres docente brasileiras e portuguesas sob o olhar intercultural de gênero”.

Literatura feminista no campo de consenso e exceção do estado democrático

A crise econômica desde 2008 enseja uma mudança nas práticas políticas de austeridade dos gastos públicos, após uma onda de financiamento para estimular o consumo da população como bandeira de promoção ao bem-estar vigente pelo estado democrático, em conjunção, com a incorporação de direitos sociais e trabalhistas e a intervenção do estado sobre o sistema econômico para atender os interesses de circulação de capital.

A educação superior das universidades públicas passa por novas adaptações expressas pela implementação legal de medidas previstas nos estatutos das instituições. Tanto o ensino como as pesquisas nas universidades se redefinem, de modo que aderem à política de atendimento às demandas do

mercado de trabalho e a política de financiamento com exigência de produção e publicação em revistas de impacto de língua inglesa em detrimento de uma visão reflexiva de produção criativa e crítica do conhecimento. Bauman (2014) assinala que a educação superior enfrenta a crise mais profunda e radical de uma história rica em crises. O autor retoma Giroux para destacar o reverso da política de democratização em consenso com o modelo neoliberalista, da qual as universidades tornam-se instrumentos de mitificação do sistema de livre mercado ““[...] é o único mecanismo que garante a liberdade humana e sustenta a democracia ela própria consequência do já entranhado “déficit educacional” e da onipresente cultura do analfabetismo social e político que o sustenta [...]” (BAUMAN, 2014, p. 169)

A UP nas últimas duas décadas tem passado por um processo de intensas mudanças efeito da política consensualista com os interesses econômicos desde a unilateralidade do capitalismo na Europa. Nesse sentido, ressalta-se a Declaração de Bolonha com a política de competitividade e de adaptação às necessidades do mercado econômico de produção, eficiência e lucratividade das universidades que compõem os estados membros da União Europeia. A educação superior portuguesa alinha-se, de modo que a graduação e pós-graduação passam por reformulação nos cursos e na grade curricular e pedagógica.

Amaral (2011) analisa acerca da política organizacional e afirma “a teoria da dependência de recursos assume que as organizações têm alguma flexibilidade e que seus agentes tomam decisões dentro do contexto interno da instituição para lidar com o ambiente (...)” (AMARAL, 2001, p. 276). Diante do exposto, as faculdades da UP é detentora de uma flexível autonomia de gestão financeira através da incorporação do setor privado veiculado as diretrizes políticas do estado português por meio da política de financiamento do FCT de acordo com o plano de relações com o ocidente europeu e a definição de globalização associado ao sistema neoliberal. É possível a visualização do quadro de recursos humanos da UP com relativa estabilidade entre homens e mulheres entre o período de 2007 a 2010, se bem que os dados de 2013 apontem uma redução no quadro de trabalhadores/as que refletem a política de austeridade portuguesa, bem como a introdução da economia privada com metas expressa de eficiência, rapidez e lucratividade.

Entende-se, portanto, que a inserção das mulheres-docentes como trabalhadoras acadêmicas é reflexo de um processo de transformação e ruptura dos paradigmas políticos e sociais que se encaminha(ra)m desde as extremidades para o centro. Emerge o florescimento de “novas” representações sociais de

ordem discursiva e prática: o **discurso político** compreendido como uma narrativa intencional – implícita e explícita – coercitiva e de poder, bem como, o trabalho feminino compreendido a partir do pensamento de uma herança de desafios em que as mulheres se inserem nas academias e conquistam o **empoderamento**, sob o argumento da segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas **mentalités** (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional. (FRASER, 2010, p. 13).

Pesquisas realizadas no início do século XXI comprovam que as mulheres adentraram em instituições educacionais e já são consideradas em termos quantitativos mais instruídas e mais diplomadas do que os homens “[...] praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países: ponto de convergência entre países de capitalismo avançado (Norte) e países semi-industrializados (Sul). Assiste-se ao desenvolvimento de um polo composto por mulheres executivas e profissionais com diplomas de nível superior. Esse polo, que se constituiu, sobretudo, a partir dos anos noventa representa ainda uma porcentagem muito reduzida, mas em desenvolvimento.” (HIRATA, 2010, p. 46).

A UFS, nas duas últimas décadas, passa por um processo de ampliação física e de reordenação do projeto pedagógico e curricular nos cursos de Bacharelado e Licenciaturas em atenção à política federal expansionista da Educação Superior². Com isso, surge a necessidade de abrir editais para concursos de docência de âmbito nacional, de modo que a instituição passa acolher docentes com experiência de outras regiões do país, sobretudo, de instituições das regiões sul e sudeste consagradas pelo investimento na pesquisa e pelo repasse de verbas que a viabilizaram-na. Com isso, homens e mulheres qualificados ainda desempregados ou em empregos de menor reconhecimento social e profissional se submetem às normas de editais e concorrem para ocupação do quadro docente em cursos de graduação e, posteriormente, alinhando-se às pesquisas dos cursos de pós-graduação na instituição, através de políticas de financiamento fomentada pelos órgãos federais de financiamento FAPITEC, CAPES e CNPQ.

As políticas redemocratizantes implementadas, mais especificamente, na década de 80 do século XX são resultado de um conjunto de reivindicações

2 Os estudos apontam que a década de 80 e 90 do século XX foi um período marcado pelo sucateamento das universidades públicas; após a primeira década do século XXI é implementada a política de ampliação das universidades com a finalidade de atrair a população para educação superior pública e privada.

impressas pela luta e conquista dos movimentos sociais em conformidade com os interesses econômicos frente à instabilidade econômica, a reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho/a (CRUZ, 2012, p.13). Neste sentido, apontam para o modelo econômico neoliberal e a promoção de mudanças comportamentais, atitudes, valores e mentalidades da sociedade, de modo que atinjam, proficuamente, a vida dos sujeitos que passam a sentir-se contemplados ao acesso à educação superior, à inserção do mercado de trabalho e, por conseguinte, a ascensão social, política e econômica por meio do processo de formação e qualificação profissional legitimado pelas instituições de educação superior.

Nasce, conjuntamente, às condições econômicas e a política de governo dos dois países iniciativas para o fortalecimento da democratização do espaço educacional em que pese à inserção de novos grupos nas instituições educacionais, anteriormente, impossibilitados a adentrarem nesse universo institucional, criando demandas e ofertas destinadas a categorias de gênero, etnias, geracional, religioso, entre outros. Com isso, as instituições sofrem intercorrências entre a sua funcionalidade no atendimento das demandas e os objetivos institucionais em ofertar à população condições que venham assegurar, na prática, o que os discursos exaltam como um dever do estado a ser prestado para população. Esta posição ora defendida ora criticada, historicamente, por intelectuais e educadores entra em confronto com o pensamento da sociedade, uma vez que as universidades têm sofrido revezes ideológicos ao longo da história, efeito das mudanças ocorridas no cenário político-econômico.

Narrativas das mulheres docente brasileiras e portuguesas sob o olhar intercultural de gênero

O recolhimento das narrativas biográficas das mulheres docentes, nessa comunicação, passou por critério de seleção temática, de modo que houve uma redução da amostra que constituiu a obra original. Nesse sentido, a amostragem é composta de três mulheres docentes da UFS e da UP – integrantes no quadro ativo e efetivo destas universidades analisadas na categoria de carreira regulamentada institucionalmente; membro no programa de pós-graduação com projetos de pesquisa em execução pelas agências de financiamentos dos países de origem.

Essa sessão trata do processo de formação e qualificação da docência da educação superior sob a perspectiva das mudanças ocorridas nos cenários

sociais, econômicos e políticos, a fim de apontar a introdução do capital econômico na educação superior, maculando os princípios de imparcialidade e de imunidade às influências externas na transmissão e produção do conhecimento em prol de interesses de relevância social. Assim, as narrativas biográficas das mulheres docentes da UFS e da UP destacam a intrigante condição de produtor do conhecimento sob as exigências do mercado neoliberal.

Magalhães (2004) assinala que a educação superior passa por um processo de redefinição de contornos pós-instauração da política de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em consonância ao pensamento político do mundo globalizado. Para tanto, a adequação às exigências que vão se configurando na composição da geopolítica do ocidente europeu e americano com as suas diferenças e semelhanças a acessibilidade ao mercado de trabalho de uma mão de obra qualificada “Portugal está a começar a lidar com problemas derivados do desemprego de graduados do ensino superior, mas sem ter ainda a percentagem de graduados que pode ser identificada nos países mais desenvolvidos na União Europeia” (MAGALHÃES, 2004, p. 223).

As narrativas biográficas das docentes da UFS e da UP pontuam que seus pais não tinham o ensino superior e que elas foram as primeiras mulheres da família a terem acesso à educação superior e possuírem a titulação de Doutorado, além disso, são pioneiras na carreira acadêmica, uma vez que não teriam um modelo familiar ou próximo para se espelharem.

As evidências das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas neste período devem, contudo, serem cruzadas, nessa comunicação, devido a opção metodológica em delimitar o recolhimento e a análise das narrativas das docentes das áreas humanas, segundo pesquisas realizadas³, tanto os números como as informações apontam como um reduto, ainda, feminino, enquanto as áreas das exatas e tecnológicas permanece consagrado, majoritariamente, masculino.

O processo investigativo evidencia a presença, eminente, da figura feminina branca na faculdade da UP, enquanto no departamento da UFS as desigualdades passam por um processo de reconfiguração com a insurgência de novos

3 Mulher, Política e Educação – SBC - Sociedade Brasileira de Computação. (BORIN, J.F. Mulheres na Computação: iniciativas internacionais. Veja como o mundo está mobilizado em trazer as mulheres para a Computação. vol. 2, nº1 – abril 2009/SBC Horizontes/14).

A publicação do New York Times de 8 de março de 2011 especifica um quadro de evasão das mulheres nas áreas da matemática, das engenharias, após a década de 80 do século XX (período em que se evidenciou uma demanda grande de mulheres nestes cursos), ao passo que aponta que as mulheres que adentram nestas áreas têm características interessantes e diferentes aos homens.

critérios de segregação e homogeneização no que diz respeito as escolhas de cursos após a implementação da política de cotas, se bem que haja uma correspondência entre a demanda das classes abastadas e das menos abastadas, efeito de uma política educacional de base que escamoteia a meritocracia e que legitima o legado liberal de igualdade de oportunidades, posto as diferentes condições de recursos. Em consequência, a formação e qualificação profissional insiste na continuidade do processo de ofertas sectárias daquelas/es que ascenderam profissionalmente como docentes da educação superior. A narrativa da docente 3 da UP reitera o posto:

Pronto, eu por oito anos trabalhei como educadora e resolvi fazer faculdade, que foi o primeiro ano que existiu este curso em Portugal e que existiu também no Porto, portanto, eu sou desta primeira turma, 1986, e o estudo na faculdade nesta altura era um bacharelado e, portanto, esta era a forma de se ter um curso superior e no final desta Licenciatura eu sou convidada para trabalhar na UP, nesta faculdade. Portanto, é um contexto muito particular português, muito particular no campo da formação de professores e de profissionais em que o corpo docente não é suficiente para assegurar o trabalho e, por isso, eu entro numa condição de professora convidada e a título, absolutamente, sazonal, eu entro na qualidade de assistente e durante já não sei exatamente quantos anos, o meu trabalho efetivo é como assistente. (Docente 3 da UP).

As narrativas sinalizam para ausência de um planejamento com objetivos claros e estratégias de procedimentos para atingir um determinado fim. Este aspecto reflete uma geração que se ressentia das intensas mudanças ocorridas em um período histórico definido como ausência de uma inscrição simbólica. Conforme narrativa da Docente da UP ela se encontra em uma categoria da carreira docente controversa a função que ela exerce e a legislação do estatuto da carreira docente, uma vez que Portugal passou por um processo de regulação no ano de 2012, na qual todos os docentes universitários deveriam ter a titulação de doutoramento conferido à categoria de ‘docente associado’ logo da sua contratação como efetivo da UP. Até esta data, a UP não tinha, claramente, um único mecanismo de inserção no quadro de docência.

Portugal, após 25 de abril de 1974 vivencia um período ‘pós-revolução’ tendo a educação superior um instrumento para promover o processo de

democratização, assim, as políticas públicas implementam a ampliação de curso(s) e faculdades.

As narrativas das docentes da UP sinalizam para uma tradição acadêmica em que o mestre encaminha os discípulos, posto que os concursos como prêmio meritocrático não era um único mecanismo institucional para inserção e ascensão na carreira docente.

E um percurso diversificado, na medida em que eu entrei como assistente nesta casa (UP) em 1986, vinha de uma outra universidade, onde tinha estado dois anos e meio e não tinha uma experiência em todo aspecto gratificante, em alguns aspectos, sim, mas noutros, não. [...]. E, portanto, Eu entrei aqui, através de um colega que havia sido convidado a implantar um curso na faculdade. Ele me desafiou a entrar, e eu entrei, já tinha terminado meu mestrado, não aqui, na Inglaterra, e, depois, fiz o Doutorado em Inglaterra (Docente 1 da UP)

Com isso, pode se afirmar, que neste período específico, a inovação seria o encaminhamento de mulheres para desempenhar funções, anteriormente, endereçadas aos homens, ainda, seguindo mecanismos conservadores na admissão do quadro docente em instituições de educação superior como narra a docente 1 seguida pela narrativa da docente 1 da UP “Eu entrei no momento em que uma maioria era masculina, presenciei esta mudança, silenciosa, mais ou menos, porque não foi debatida e não foi recusada: elas têm melhores classificações, elas têm melhores qualificações, elas têm bons currículos e, elas entram, e entraram pelos concursos.” (Docente 1 da UP).

A Docente 2 relata como foi sua inserção na UP em 1988:

Eu trabalho, aqui, na universidade desde 1988, foi na altura que eu acabei o curso. Faço parte daquela geração de pessoas que acabavam a Licenciatura e entravam, quase, imediatamente, para docência, primeiro como monitora e, depois, enfim, ia progredindo na carreira. Portanto, na altura, a carreira iniciava com assistente de estagiário, o que significa que as pessoas entravam após a Licenciatura; hoje em dia, como sabe, é completamente diferente a carreira faz-se após o Doutorado. [...], quando eu concorri para associada no departamento do curso que eu me graduei, não

passei, concorri, depois, para este curso e fiquei no quadro como professora associada e fiz agregação, e quem sabe um dia, agora por diante, não depende de mim, a partir de séries de concursos e de vagas para galgar professora catedrática, [...] (Docente 2 da UP).

As docentes da UFS, após constituição de 1988, só puderam ser inseridas no quadro efetivo da UFS, através de concursos públicos a nível nacional⁴. Contudo, a partir das narrativas das docentes 1 e 2, apreendem-se mecanismos subjetivos favoráveis ou não a admissão da/o trabalhador/a docente em instituição de educação superior em território nacional, uma vez que outras prioridades são adicionadas aos critérios de avaliação para admissão profissional e vigência do contrato de trabalho. A docente 1 afirma não ter passado no concurso destinado a preencher duas vagas; ela passou em terceiro lugar, mas, por motivos institucionais abre a terceira vaga e ela é convidada para assumir o cargo; enquanto a docente 2 narra que passou no concurso em segundo lugar em um concurso destinado a preencher uma vaga e, por isso, não foi convocada assumir o cargo. Contudo, em um curto espaço de tempo, foi aberto um novo edital para um novo concurso para preencher outra vaga. A docente reivindica o direito de segunda colocação no concurso e recorre às instâncias jurídicas, uma vez que institucionalmente era-lhe negado o direito legal de ter passado no segundo lugar.

Assim, narram as Docentes 1 e 2 da UFS:

Eu fiz concurso para uma vaga em Recife para ser professora lá, mas eu passei em terceiro lugar e só tinha duas vagas aí não deu. O colega de Pernambuco tinha contatos com a UFS e ele viu que, aqui, tinha um edital aberto para concurso e ele me comunicou “Olha! Abriu um edital na universidade de Aracaju!” e eu me inscrevi pela internet. Fiz o concurso e passei, quando eu estava de mala arrumada surgiu outra vaga para Recife e eu podia assumir o terceiro lugar e o meu colega me avisou para eu assumir a vaga, mas eu disse “não, eu vou para Aracaju” e eu preferi por Aracaju. (DOCENTE 1 – UFS).

4 No capítulo VII da Administração Pública art. 37 item II da carta constitucional prevê “o cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego...”.

Então, eu fiz o concurso para universidade, eu passei no segundo lugar com diferença de quatro décimos do primeiro colocado. Aquilo para mim foi uma vitória porque eu dissertei os vinte pontos que foi sorteado, e aí começou uma parte difícil da minha vida profissional, que foi este concurso. Eu passei em segundo lugar, a primeira colocada foi chamada; somente tinha uma vaga. E depois foi aberto outro concurso, enquanto não podia porque eu não tinha sido chamada e aí começou um processo jurídico meu contra a universidade porque fizeram mil safadezas comigo; arrancaram a página do livro do protocolo para dizer, exatamente, que eu não tinha me apresentado e eu não tinha como provar. Eu entrei com o recurso no departamento, mas no departamento eu perdi; o pedido era para não ter um novo concurso e eu perdi. Entrei no Centro e no Centro eu ganhei. [...], eu ganhei para o Cônsul/CONEP e eu fui chamada para assumir; eu assumi e foi um período muito tenso que cada hora eu vinha para aqui montar as minhas aulas e tudo, só por um mês. Um mês depois, o Reitor recebeu uma convocação da Justiça mandando que eu me retirasse e eu precisei assinar a minha demissão da universidade. [...]. enfim, foi para o Supremo Tribunal... Eu digo que eu sou a professora concursada mais garantida, eu sou concursada e sofri estas coisas e aí veio o parecer de Setúbal Pertence depois de cinco anos que eu fui afastada e eu voltei à universidade em 5 de abril de 1995 (DOCENTE 2 – UFS).

A Narrativa da Docente 2 da UFS aponta para aspectos que desabonam as condutas profissionais, embora se compreenda que reflete atitudes dos sujeitos humanos em sociedade em que enseja, segundo Bauman (2001; 2014) uma ‘cegueira moral’ voltada para os interesses individuais em detrimento do coletivo não somente apreendido na sociedade brasileira, mas que tem sido objeto de estudo, análise e crítica de estudiosos sobre o assunto. A ausência de um projeto de estado privilegiando a visão coletiva naufraga no tempo e no espaço designada de modernidade líquida, por conseguinte, a falta de credibilidade nas instituições brasileiras torna fragilizada a noção de bem coletivo na manutenção de regras que normatizam a sociedade em prol aos interesses individuais e de um determinado grupo na vigência do poder.

Conclusão

Destaca-se a relevância do tema abordado nesta comunicação ao passo que sugere para realização de futuros estudos sobre a docência da educação superior, sob o olhar da interculturalidade de Gênero, uma vez que aspectos da globalização sinalizam para semelhanças e diferenças no que tange ao modus-operandi das universidades reflexo da cultura que norteia as mentalidades e comportamentos dos sujeitos acadêmicos. Além disso, posto em foco as questões de gênero dentro de uma política neoliberalista, é possível se perceber versões antagônicas e contraditórias que ensejam crises internas oriundas das políticas de governo e aos interesses neoliberalistas que no primeiro momento apontam para conquistas feministas, embora maquiada por preconceitos e discriminação que levam a desigualdade social por parte das mulheres.

Tanto a literatura de Gênero em interface com a realidade apresentam, concomitantemente, um estado de exceção e direito no tocante a inserção das mulheres nas instituições de educação superior tangenciada por uma política de controle do estado brasileiro e português, reforçada pela cultura patriarcal que norteiam as mentalidades e comportamentos da sociedade que mediante uma visão naturalizada das escolhas e oportunidades não percebem que destinos são traçados para que sujeitos femininos se perpetuem em funções inferiores aos homens, por conseguinte, a aquisição de salários e reconhecimento meritocrático desiguais.

Agradecimento

Finaliza-se, agradeço AA minha orientadora Maria Helena Santana Cruz e as docentes da UFS e da UP, em especial, Helena Araújo da UP, que disponibilizaram suas narrativas biográficas, bem como a agência de política de financiamento da CAPES que financiou o Estágio de Doutorado Sandwich, em Portugal, no qual resultou a efetivação de mais um estudo sobre o trabalho docente na educação superior na UFS e na UP .

Referências Bibliográficas

AMARAL, A. **Tendências recentes dos sistemas de avaliação do ensino superior na Europa**. Sisifo: universidade de Lisboa, 2010, vol. 12, p. 51-62.

ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BAUMAN, Zigmunt. **Cegueira Moral: A Perda Da Sensibilidade Na Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2001.

FRASER, N. "Que é crítico na teoria crítica". Drucila Cornell (org.). In: **Feminismo como crítica à Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

_____. Feminist Politics in the Age of Recognition: A Two-Dimensional Approach to Gender Justice. In: *Studies in Social Justice*, V. 1, nº 1, 2007, p. 23-35.

_____. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. In: **Mediações**, Londrina, v.14, nº 2, jul/dez 2009, p. 11-33.

SGUISSARDI, Valdemar. "A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva". MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). In.: **Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-51.

_____. **Universidade Brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. Reforma da Educação Superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo impacto social. DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (orgs.). In.: **Políticas e Gestão da Educação Superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiania: alternativa, 2003, p. 53-80.

TEIXEIRA, P; NEAVE, G. **Alberto Amaral um Cientista**: entre a Academia e a Ágora. UP, 2011.

BIANCHETTI, L. Desafios e Dilemas da Gestão e da Avaliação da Pós-graduação. BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI V (orgs.). In.: **Dilemas da Pós-Graduação**: gestão e avaliação. Campinas: Autores Associado, 2009, p. 2 – 12.

A MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor: Sylvia Oliveira Chagas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
profa_chagas@hotmail.com;

Co-autor: Joelma dos Santos Lima
Universidade Federal de Sergipe
joelmaslima65@gmail.com

Co-autor: Tatiane Aragão Silva
Faculdade Pio X
tatiaragao2010@gmail.com.

Houve avanço na contratação da mão de obra feminina no mercado de trabalho, mediante este progresso as mulheres passaram por diversos fatores, os quais muitas delas vivenciaram e ainda vivenciam. Elas começaram a se envolver no período neolítico, com as definições de papéis, tendo a função reprodutora e cuidadora, enquanto o homem com a função de autoridade do lar. Apesar desses posicionamentos, conforme foram passados os séculos, a mulher deixa de ser apenas aquela responsável pelo papel de reproduzir e cuidar. Foram em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho principalmente na construção civil para suprir as necessidades familiares. Infelizmente neste período houve guerras comprometendo diretamente o sexo masculino onde a construção civil e outras empresas diminuíram a mão de obra do sexo relatado anteriormente. Com a carência da mão de obra masculina a construção civil e outras empresas promovendo de forma irredutível à contratação da mulher no mercado trabalho, as quais substituíam seus maridos que estavam mortos ou impossibilitados após a guerra, exercendo seus trabalhos em funções diversas para sustentar a familiar. Sabemos que as mesmas enfrentaram dificuldades, ao entrarem no mercado de trabalho tendo que trabalhar mais e receber menos que os homens, pois elas eram vistas como sexo frágil. Realmente a mulher por ter conseguido superar com eficácia estes

desafios no ambiente de trabalho, exigem discussão a fim de minimizarem preconceito e desigualdade entre os gêneros. Visto que as iniciativas das lutas feministas surgiram propósitos de quebrar estes paradigmas existentes perante a sociedade que apesar do pensarem que a mulher é apenas um sexo frágil, estão equivocados quando na verdade elas tem capacidade e competência comprovadas em estatísticas nas pesquisas que elas podem e devem assumir qualquer cargo considerado antes pelo sexo oposto. As pesquisas revelam também que elas são capazes de desempenharem seu papel no âmbito familiar dando o máximo e buscando constantemente o crescimento tecnológico, financeiro. Este estudo de casos tem como objetivo: Elevar o alto estima das mulheres no seu espaço, tanto familiar quanto no ambiente de trabalho. Demonstrar que elas podem realizar os seus sonhos bastam querer e buscar os requisitos necessários para o tal. Saber que é fundamental se profissionalizar e colocar em prática na vida cotidiana.

Construção Civil; Mercado de Trabalho; Mulher.

Introdução

A frequência das mulheres no mercado de trabalho tem crescido significativamente nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1970.

Mostraremos o percurso metodológico da investigação. Dando maior prioridade aos anos de 1970, período da reestruturação produtiva no contexto brasileiro.

Voltamos ao passado na história do trabalho feminino para evidenciar os aspectos de mudanças e de permanências em relação ao trabalho das mulheres,

Também com a temática; descrevemos o cenário o qual as mulheres tiveram que se submeter para poder chegar até onde conquistaram, bem como, as principais características referentes a esta mão de obra feminina, tais como, a idade, a escolaridade e o número de filhos entre outros.

No decorrer do presente trabalho trataremos à discussão sobre algumas considerações de como se expressam as relações de gênero na construção civil, dando ênfase de como a constituição social do masculino e do feminino tem influência sobre a atuação dos profissionais deste setor, principalmente, sobre o desempenho das atividades das mulheres.

Na seção seguinte, discorreremos sobre a categoria trabalho sob uma perspectiva de gênero.

Tratamos sobre as expressões da divisão sexual do trabalho na construção civil. Destacamos como as trabalhadoras conciliam as suas funções nas esferas produtivas e reprodutivas. Levantando, ainda, algumas questões sobre a participação das mulheres no sindicato de sua categoria e sobre o assédio sexual.

A pesquisa evidencia a divisão sexual existente no trabalho, na construção civil repercutindo diretamente no ingresso e no seu permanecer no trabalho nessa área e em vários setores.

Parte histórica (aspecto geral)

Desde o período neolítico (em 8.000 a 4.000 anos atrás), começaram as definições de papéis, havendo uma divisão comportamental e social. A partir daí as mulheres começam a ter a função reprodutora e cuidadora, já o homem com a função de autoridade do lar. (chefe da família).

Com a consolidação capitalista no século XIX, o avanço da tecnologia e crescimento maquinário, ocorreu mudanças em relação ao trabalho feminino

com o aumento da produção, as mulheres começaram a ocupar cargos antes ocupados pelo sexo masculino, porém tendo seus salários inferiores. A remuneração das mulheres era muito inferior aos dos homens, apesar de fazerem o mesmo serviço. Em prol desse questionamento, surgem no século XIX lutas feministas, por melhores condições de trabalho, reivindicações trabalhistas, igualdade na jornada de trabalho e direito ao voto.

Apesar das mulheres conseguirem entrar nas profissões de formação intelectual ainda no século XX, profissões em cargos de chefia e militares ainda era restrito as mulheres.

No Brasil no período da república as mulheres como da população já faziam serviços, porém não eram valorizados sendo apenas responsáveis pela manutenção doméstica familiar.

Na indústria sua participação ainda era significativa, contudo nas regiões que sofreram influência no processo de modernização como São Paulo em 1920, na área têxtil, a atuação feminina era superior à masculina, já no Rio de Janeiro as mulheres tinham espaços em todas as áreas industriais.

Em 1920 a 1930, ocorreram muitos avanços nas indústrias no Brasil, porém em 1970, a mulher começou a ingressar ao mercado de trabalho de forma acentuada. Mas ainda com atividades relacionadas aos serviços hospitalares como enfermeiras e atendentes e também em outras áreas como professora, serviços domésticos, comerciaria e uma pequena parcela na indústria e agricultura.

Na década de 60, a sociedade colocava o homem como aquele que sustentava e dava conforto à família, porém a mulher era educado com o objetivo de reprodução e cuidados domésticos, não era função da mulher trabalhar. Quando uma mulher trabalhava para ajudar no sustento da casa, somente como preparadora de alimentos ou doces, para encomendas, bordados e outros trabalhos manuais menos privilegiados, apesar de serem trabalhos mal vistos pela sociedade.

A partir da revolução industrial, apareceu o desenvolvimento tecnológico, o crescimento da maquinaria, as Guerras Mundiais e a revolução feminina na década de 70 foi que as mulheres começaram a serem requisitadas em face da escassez da mão de obra masculina, onde os quais se encontravam impossibilitados de assumirem seus antigos cargos, assim as mulheres começam a assumir os postos de seus maridos ou procuravam outro trabalho fora do ambiente doméstico para sustentar os filhos. Oferecendo a elas uma grande oportunidade no espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

Com essa escassez, serviços não tão pesados poderiam ser feitos pelas mulheres, deixando de exercer funções de poucos privilégios, obtendo mais valorização em seus trabalhos executados.

Mesmo nos dias atuais existem mulheres que exercem apenas a função do lar, enquanto o homem é responsável pelas tarefas domésticas e criação de filhos. Ocorreu que através do tempo, houve uma troca de valores onde as mulheres assumem cargos superiores, antes ocupados apenas pelos homens.

Além das mulheres terem conseguido esta inversão de valores de cargos superiores em áreas privadas, públicas, jurídicas e até mesmo executivas, as mulheres hoje assumem outros cargos antes ocupados para a população masculina como: mecânico, cobrador de ônibus, taxista e outras profissões que cobram força e resistência física. Apesar dessa inversão a igualdade no mercado de trabalho ainda continua em processo, em face de desigualdade social e o preconceito de ser um sexo frágil.

Em face da questão do diferencial no mercado de trabalho para as mulheres em relação ao homem, iremos mostrar que com o tempo a mulher apesar de aparentar ser um sexo frágil, consegue exercer qualquer função no mercado de trabalho desde um ajudante de pedreiro a uma grande executiva.

No fim da década de 70, movimentos sindicais e feministas trazem mudanças sociais em relação às ocupações das mulheres. Com a desigualdade de classes surge a união dos sexos por melhores condições de vida e a luta sindical pelos direitos da mulher.

Em 1980, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde nasce a bandeira das mulheres ganhando mais força nos movimentos. Ainda na mesma década surge a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora em prol da democratização das relações de gênero e igualdade jurídica.

Com a instituição da Constituição Brasileira de 1988, surge o marco jurídico que promove a transformação social e superação nos paradigmas jurídica perante o homem e a mulher, desaparecendo parcialmente a ideologia da sustentação masculina.

Mediante essa ruptura surge um novo conjunto de valores, sendo eles ainda em processo de consolidação, os quais são produzidos mediante ao novo direito.

Contudo as normas de proteção às mulheres não reverteram à situação, as quais estabeleceram limites, onde a mão de obra feminina é um problema, no qual faz uma afronta à igualdade, fomentando para os homens concorrência desleal, assim promovendo uma ameaça a autoridade masculina.

Para Louro, (1992, p. 414), “As condições de igualdade deveriam alterar – se, no entanto, a partir do casamento, justamente pela inauguração de um novo estado, o estado conjugal”.

Já na década de 90, o homem deixa de ser chefe de família e a mulher é considerada tão capaz quanto o homem. Nessa década a mulher também conseguiu mais participação no mercado de trabalho, aumento de responsabilidade no comando e viu seu poder aquisitivo e escolaridade reduzirem a desvantagem em comparação aos homens.

Atualmente as mulheres estão com o perfil totalmente diferente do início do século, onde além de assumirem cargos importantes em seus trabalhos, executam seus trabalhos domésticos e de educadora de seus filhos. Porém o crescimento e participação da mulher estão constantes, apesar de existirem ainda preconceitos.

Observando sobre o comportamento das forças feministas no Brasil, lutas essas que ainda estão em processo, ocorreram sempre ganhos e perdas, onde se misturam com os tradicionais e contraditórios requisitos do mercado de trabalho.

Contudo as mulheres hoje vêm tomando um grande espaço na liderança de alguns cargos e antes o que era função masculina de sustentar a casa tornou uma participação feminina.

A inserção da mulher no mercado de trabalho exige uma indispensável discussão a respeito do preconceito e da desigualdade entre os gêneros. As lutas feministas vieram com o âmbito de mostrar que apesar de pensarem que a mulher é um sexo frágil, ela pode assumir qualquer cargo que antes era apenas para homens e ainda consegue fazer seu papel de mãe, esposa e companheira.

Conforme pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, em algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, percebem – se que a porcentagem da igualdade era desfavorável comparado aos homens.

Apesar do aumento nas regiões metropolitanas ainda é baixo o nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho.

Com a questão da desigualdade muitas mulheres não contribuem para previdência, sendo que os homens não recolhem um terço, apesar de receberem bem mais que as mulheres. Existem casos de mulheres que trabalham 40 horas semanais e receberem apenas 960,80 por mês, um valor bem inferior ao que corresponde a 71,3%, conforme o IBGE, referente aos salários dos homens.

O mercado de acordo com o IBGE, indicadores mostram que em 2008, que a mulher tem menos condições que os homens, contudo estatísticas não feitas na escolaridade, onde assumem posição de destaque.

A mulher na construção civil

Com a necessidade de suprir a demanda no mercado superaquecido na construção civil, o trabalho feminino assume tarefas antes masculinas destacando-se ao perfeccionismo.

Ao ingressar cada vez no mercado na construção, as mulheres, estão sendo impulsionadas pela escassez da mão de obra masculina e pela crescente demanda das indústrias e das construções civis. Hoje são serventes, carpinteiras, ajudantes de obra, pedreiras, técnica de segurança e engenheira. Com naturalidade se misturam aos homens, realizando tarefas com a mesma eficiência de outro trabalhador.

Conforme o analista de Recursos Humanos (RH) da MIP Edificações Fabricio Antônio Bicalho. No atual cenário econômico na construção civil, percebe-se as escassezes de mão de obra masculina e em contrapartida veem uma ascensão das mulheres nesses diversos setores.

Já Câmara Brasileira da Indústria da construção (CBIC), em pesquisa em 2010, constatou a presença de mais de 200 mil mulheres trabalhadoras de carteira assinada no país, quase o dobro de 2006.

Para Marcio Afonso Pereiras, “as mulheres são atenciosas, detalhistas, cuidadosas ao manusear os equipamentos e se adaptaram bem nesse mercado, que era exclusivamente masculino!”

Em Minas Gerais a Cidade da Solda e Betim, a qual é administrada pela instituição Social Ramacrisna, desde 2005, já formou 23 mulheres através dos cursos de soldagem e maçarico, com foco em atender o mercado de trabalho.

Segundo, Marcos Vinicius da Silva, “instrutor de processos de soldagem de Betim. “A procura das mulheres pelo curso de soldagem cresceu e a participação feminina nas salas de aula que fica em torno de 40% a 50%”.

Segundo fonte do Ministério do Trabalho e Emprego em 2011, 1,41 milhões de mulheres ingressaram no mercado formal pela primeira vez, já em 2010, foram 1,32 milhões sido contestadas, conforme Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para a Relação Anual de Informação Social (RAIS) da TEM em 2002, o mercado de trabalho contava com 11.418.562 mulheres trabalhando, já em 2011, passou para 19.206.197 em face da demanda das mulheres na Construção Civil.

Porém nada começou assim de uma hora para outra, com o interesse das mulheres no mercado de trabalho começa desde os anos 70, com as mudanças qualitativas, as mulheres começaram a adquirir posto de trabalho que só eram exercidos por homens, porém além de ser um privilégio, além do alto crescimento, muitos continuaram na informalidade.

Construção civil: um espaço para as mulheres?

O conceito de sexo está atrelado a Conforme Rachel (2013) mediante a tantas construções, era muito comum as mulheres serem solicitadas, somente para fazer a limpeza do ambiente, enquanto os homens faziam o serviço que era considerado só para o sexo masculino.

Para a redução dos gastos nas obras e tendo em vista a falta de mão de obra que se apresentava ao setor, os empresários resolveram contratar a mulheres para executar várias atividades, porém recebendo um salário inferior.

No tocante à presença feminina na construção civil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2011, mostra que, no Brasil, o número de trabalhadoras neste setor cresceu 65% em uma década. Em 2000, eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas pelo setor. Em 2008, esse número subiu para 137. No primeiro bimestre do ano de 2010, o total de 258 mulheres conseguiu emprego na construção civil, ocupando 5,9% das vagas geradas no setor nesse período nas áreas Indústria; Construção; Comércio; Serviços prestados; Administração Pública; Serviços Domésticos; entre Outros Serviços.

Para as mulheres, este setor produtivo constitui-se um desafio, no entanto, o trabalho feminino na construção civil significa uma possibilidade de autonomia e reconhecimento social por tratar-se de exercer uma atividade remunerada e exterior ao âmbito doméstico.

Em geral as mulheres fazem os trabalhos que são considerados mais leves, enquanto para os homens ficam com os trabalhos mais pesados e que exigem mais esforço.

Para as empresas ao contratar a mão de obra feminina surtiu um ponto positivo que é o de inclusão e minimizando assim o preconceito a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Rachel (2013), tal fato acaba por definir os trabalhos a serem desenvolvidos pelas trabalhadoras limitando, além disso, a contratação delas pelas construtoras acaba por gerar um marketing positivo para tais empresas

frente à sociedade, pois a inclusão das trabalhadoras em um segmento constituído em sua maior parte por homens propicia uma ideia de inclusão social e de combate ao preconceito em relação ao trabalho feminino.

Metodologia

Para a produção científica utilizou-se também do método dialético, em razão de que, o estudo foi desenvolvido com maleabilidade, não se restringindo a conceitos fixos, rígidos.

Para mais, parte-se o presente trabalho da avaliação qualitativa, vez que faz a análise de acordo com o estudo de referência teórica, não elencando coleta de dados. Quanto ao método de procedimento utilizou-se o histórico.

A técnica de pesquisa adotada foi a indireta e direta com a coleta da pesquisa partiu-se da busca bibliográfica em livros publicados de doutrinadores que tratam do tema em estudo, como também pesquisas de conteúdos da internet, revistas especializadas, artigos científicos, leis e jurisprudências, o que constitui um vasto material, essência para a análise do tema abordado. E direta na pesquisa de campo.

No desenvolver da pesquisa de campo, emergiram discursos associando homens e mulheres a trabalhos diferenciados, a partir da concepção que os sujeitos da investigação têm em relação às características inerentes a cada um dos sexos. O presente trabalho científico utilizou-se dos métodos de abordagem dedutivo com análise de discurso, o dialético e o qualitativo.

Considerações finais

Os estudos apresentaram alguns aspectos positivos e negativos referentes aos gêneros em seu ambiente de trabalho.

Podemos perceber que antigamente os trabalhos que eram designados somente aos homens passaram também a serem atribuídos às mulheres.

Com a entrada das mulheres nesse espaço houve um aumento na produção, pois perceberam que os serviços eram feitos com mais zelo e cuidado em relação aos serviços do outro sexo.

Para as mulheres, ingressar neste mercado de trabalho tão competitivo tornaram-se mais valorizadas e muito mais orgulhosas por estarem exercendo uma atividade que era atribuída somente aos homens.

O trabalho na construção civil viabilizou o acesso destas trabalhadoras aos bens e aos serviços que antes eram inalcançáveis para elas, onde muitas construíram sua independência financeira visando o seu bem estar, realizando-se profissionalmente e buscando com dignidade o sustento familiar.

Vimos também o preconceito existente entre os gêneros, já que muitos não aceitam que as mulheres exerçam essas atividades, pois acham que elas não têm capacidade para tal.

Citamos que o trabalho feminino é marcado pela divisão sexual do trabalho. A constituição social do que é ser homem e do que é ser mulher influencia, diretamente, na diferenciação das atividades delegadas aos trabalhadores e às trabalhadoras nos canteiros. Normalmente às mulheres são direcionados aos trabalhos mais leves como, por exemplo, a colocação e rejuntamento da cerâmica e a limpeza. Já os homens são requisitados para trabalhos que necessitam de mais força física e coragem.

O assédio sexual também foi um fato observado durante este estudo. Observamos que os homens que possuem cargos hierárquicos no trabalho buscam obter vantagem ou favorecimento sexual.

Por fim, compreendemos que na construção civil ou em qualquer espaço culturalmente designado aos homens, a presença das mulheres provoca conflitos? Todavia podemos assim dizer, que os canteiros de obras são lugares para atuação das mulheres, assim, percebendo que mudanças precisam acontecer de forma digna. Serão necessárias mudanças nas práticas e valores dos atores sociais, quais serão repensados.

Referências

ABRAMO, Laís. **A situação da mulher latino-americana no mercado de trabalho no contexto da reestruturação.** In: Revista Proposta. São Paulo, n. 88/89 p. 76-93, Março/Agosto de 2001.

BLAY, Eva Alterman. (Org.) **Igualdade de oportunidade para as mulheres: um caminho em construção.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, Jussara; OLIVEIRA, Simone. **Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade**

nos Espaços de Trabalho. In: A Danação do Trabalho: relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997.

BRUMER, Anita. **Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho**. Paris: Université de Paris X, 1987.

_____. **Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Brasil, 1985 a 1995. In: Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. GT População e Gênero Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998 a.

_____. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995** / São Paulo: FCC/DPE, 1998b.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher - aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século**. São Paulo: LTR, 2000.

_____. **Direito do Trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática**. 1ª Edição. São Paulo: LTR, 2007.

CUNHA, M. A. **Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade**. In: Revista Nete, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 149, 2004.

_____. **Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino**. In: Serviço Social em Revista, V.4, N.2, Jan/Jun. 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. **O trabalho das mulheres**. Tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

_____. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero**. 1º Módulo do Curso Regional Centro-Oeste de

Formação de Educadores e Educadoras em Concepção e Prática Sindical e em Metodologias – Brasília (DF), 06 a 12 de agosto de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais – 2009 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27)**. Rio de Janeiro: 1990.

_____. **Síntese de indicadores sociais – 2009 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27)**. Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas – boletim especial –Dia Internacional da Mulher)**. Rio de Janeiro: 2012.

LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero**. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, p. 53-67, 1992.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Promoção de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho**. Brasília: 2009.

_____. **Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Trabalho**. Brasília: 2011.

PULEO, Alicia H. **Filosofia, gênero y pensamiento crítico**. Série Filosofia. España: Universidad de Valladolid, 1999.

_____. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro**. In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia da(orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p 13-34, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982**. Rio de Janeiro: In: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Orgs.). Uma Questão de gênero. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, R. V.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “Teto de Vidro”.** In: Seminários de Pesquisa, 2006.

SCOTT, Joan W. **O gênero como uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, n.2, 1990.

_____. **Género: una categoría útil para los estudios históricos?** In: LAMAS, M. (Org.). El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. Cidade do México: PUEG, p. 265-302, 1997.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

TÉSIO, PATRÍCIA RINA. **A evolução da engenharia civil no Brasil.** SÃO PAULO. Graduação do Curso de Engenharia Civil da Universidade Anhembí Morumbi. 2007

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Tânia Lúcia Farias Dias¹

Fernanda Camila Fonseca Silva dos Santos²

Desde crianças as mulheres aprendem a “se comportar como meninas”, brincam com bonecas para treinar a maternidade, assim como com panelinhas, vassourinhas e demais brinquedos que remetem a atividades reprodutivas, para que, ao crescerem, tenham desenvolvido tais capacidades a elas (pré)designadas. Uma pesquisa realizada pela Organização não Governamental Plan International Brasil em 2014, teve como título “Por ser menina”, e mostrou que desde a infância as crianças do sexo feminino gastam mais tempo com atividades domésticas que crianças do sexo masculino.

Nesse sentido, considerando os estudos de Cisne (2012), o que leva as mulheres a acreditarem serem mais aptas para determinados trabalhos é a educação sexista à qual são submetidas. Segundo a autora, o maior argumento de que a divisão sexual do trabalho não se baseia em preceitos naturais é de que determinada atividade pode ser considerada como masculina em uma sociedade e feminina em outra. É tal naturalização das atividades que determina o que é natural de cada sexo, o que, conforme a autora, torna-se imprescindível no que diz respeito à manutenção da subordinação da mulher no mundo do trabalho. Cisne (2012, p.113) afirma que “a análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados”.

1 Pós graduanda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco; taniafdias@gmail.com

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco; fnsffernanda@gmail.com

Assim, desde a infância as mulheres são socializadas de modo a saberem os lugares que devem (e podem) ocupar enquanto mulher. Entretanto, todos os padrões e comportamentos dados como da natureza feminina, não passam de intencionais construções sociais que moldam, guiam e condicionam o desenvolvimento das mulheres acerca de sua subjetividade, com o intuito de que se comportem ou se sintam de determinada maneira.

A partir das chamadas relações sociais de sexo, as mulheres aprendem que ser mulher implica em ser pessoa cuidadosa e bondosa com os demais; que pertence ao âmbito doméstico e que a sua maior conquista será o casamento e a construção de uma família. Através dessa socialização que reproduz tal ideologia sexista, as mulheres tornam-se responsáveis pelo trabalho doméstico e ligadas ao cuidado, visto que são trabalhos relacionados a características socialmente atribuídas à natureza das mulheres. Conceitua-se, trabalho doméstico, como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela- trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.256).

Diante do exposto, é importante perceber que a divisão sexual do trabalho não ocorre baseada em diferenças biológicas de homens e mulheres, e sim em fatores construídos social e culturalmente que determinam padrões de comportamento aos sexos, assim como “inclinações” para a escolha de determinada profissão ou a predominância de um sexo nas mesmas são fatores não meramente biológicos, mas de relações sociais de sexo previamente repassadas.

Com a chamada primeira onda do feminismo, fortalecido na virada do século XIX para o século XX, entre as pautas, requisitava-se o direito ao voto, aos estudos e sobre o próprio corpo, além da inserção da mulher no mercado de trabalho. Embora tais lutas estivessem direcionadas a apenas um grupo restrito de mulheres: brancas, heterossexuais e de classe média, uma vez que a luta tinha- e continua tendo- um recorte de cor e classe. As mulheres das classes trabalhadoras, segundo Saffioti (2013), sempre estiveram ligadas a atividades produtivas, como em campos, manufaturas, minas etc., embora tais atividades tenham sido consideradas inferiores às dos homens e anteriores ao casamento, depois deste, o dever da mulher voltava-se ao marido e aos filhos.

Vale ressaltar, também, a importância do casamento não apenas na vida de mulheres da classe trabalhadora, mas também nas inseridas em todas as camadas sociais, independentemente de suas especificidades (seja de raça ou localização geográfica, por exemplo). Tal ideologia mantém-se persistente até

os dias atuais, uma vez que ainda hoje, de acordo com o que afirma Cours-Salles (2009), a profissão das mulheres só é considerada quando solteiras, a partir do momento em que se casam passam a ser classificadas partindo da profissão dos seus companheiros.

Enquanto ao homem o status é dado através do “patrimônio”, ou seja, da propriedade de bens, às mulheres lhes é atribuído status através do “matrimônio”, do casamento. Tal imposição às mulheres em relação ao casamento remete à ideia de que:

as formas sociais “casal” ou “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexualização do social (KERGOAT, 2009, p.72).

E, para além de relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal, estas relações são experienciadas a partir de uma lógica e imposição heterossexual, mostrando, mais uma vez, como o sistema capitalista, a fim de obter lucro, controla o corpo e, principalmente, a sexualidade feminina.

Com a Primeira Guerra Mundial, houve a necessidade de uma maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, assim como as mulheres foram ocupando lugares nas fábricas e em demais empregos (formais ou informais). Entretanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho apesar de poder ser vista como uma conquista do movimento feminista, não conseguiu dar fim à desigualdade institucionalizada, baseada em diferenças de sexo até os dias atuais. Para Kergoat (2010, p.94), ainda, “simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho”.

Mesmo tendo um grau de instrução maior que os colegas de trabalho homens na mesma função que eles, as mulheres não recebem salários iguais, além de que continuam responsáveis pelas atividades domésticas, exercendo uma chamada dupla jornada de trabalho, ou contratam outras mulheres, na maioria das vezes pobres e negras. Hirata e Zarifian afirmam, ainda, que:

Quando as mulheres começam a entrar massivamente no assalariamento, é sob um status duplo: como assalariadas e como

portadoras das condições gerais – temporais- do assalariamento. De outro lado, a produção do viver, por interpelar a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres além das fronteiras das esferas de vida nas quais os homens estão estabelecidos e exerceram sua dominação. Para as mulheres, os limites temporais se dobram e multiplicam entre trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre as esferas da vida- privada, assalariada, política- que regem oficialmente a sociedade moderna. (Hirata e Zarifian 2009, p. 251).

Nesse sentido, em nome desta bondade e instinto de cuidar, as mulheres são responsabilizadas pela não remuneração das atividades domésticas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho.

Existe uma grande disparidade no que se refere à distribuição das atividades domésticas entre homens e mulheres. Observando dados da França e do Brasil, diante de todo o avanço do movimento feminista, pode ser percebido que houve não uma diminuição nas desigualdades entre as atividades domésticas realizadas por homens e mulheres, mas uma diminuição no tempo em que as mulheres dedicam aos chamados afazeres domésticos.

Na França, entendendo como tempo gasto com atividades domésticas: “mulheres ativas ocupadas: 3h13 em 1986 e 3h06 em 1999; mulheres inativas: 4h26 e 3h50.[...] Quanto aos homens [...], o tempo gasto em atividades domésticas é praticamente estável entre 1986 e 1999: cerca de uma hora para os homens que exercem profissão e uma hora e meia para os outros” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009. p.259 APUD Dumontier e Pan KéShon, 1999).

No Brasil, segundo dados do IBGE (2012), as mulheres gastam cerca de 35 horas semanais com o chamado trabalho principal e 22 horas semanais com atividades domésticas, totalizando 57 horas de trabalho por semana. Por sua vez, os homens, dedicam cerca de 42 horas ao trabalho principal e 10 horas ao trabalho doméstico, totalizando 52 horas semanais.

Apesar de aparentemente não se apresentar tanta desigualdade à soma do tempo de trabalho entre homens e mulheres, torna-se pertinente ressaltar que o trabalho, no modo de produção capitalista, por si só, já é de exploração do trabalhador quando ele não recebe o equivalente às horas de serviços prestados. Quando se trata de trabalho doméstico, este que é exercido apenas pelo “amor” e “vocação” e às mulheres é conferido, expõe-se seu caráter

duplamente exploratório, “as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e isso atende diretamente aos interesses dominantes” (CISNE, 2014, p. 26).

Se tratando da dupla jornada de trabalho, existem casos em que as mulheres não realizam a jornada doméstica, entretanto, mesmo quando o trabalho doméstico não é designado à chamada “dona da casa”, as atividades ficam a cargo de outras mulheres, que executam as atividades relacionadas ao lar, e, no entanto, se encontram em condições de exploração e subalternidade, recebendo pequenos salários para a realização de tais atividades, que, por serem considerados trabalhos femininos, são providos de um “desvalor” perante a sociedade, assim como afirma Cisne:

essa dupla jornada de trabalho, a sobrecarga e a exploração, de maneira geral, são somente imputadas às mulheres das classes subalternas. As mulheres pertencentes à classe dominante, mesmo que exerçam atividades extradomiciliares, não realizam trabalho doméstico- que é executado por outras mulheres remuneradas e muitas vezes exploradas pela própria “patroa” (CISNE, 2012, p.122).

Alguns autores afirmam que estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo denominada de acumulação flexível. Tal forma de acumulação requer modificações no mundo do trabalho que refletem na flexibilização e precarização do trabalho, junto à necessidade de trabalhadores polivalentes e a um desemprego estrutural, próprio ao modo de produção no qual estamos inseridos.

Sobre a chamada flexibilização, Hirata afirma:

a divisão sexual é pré-condição para a flexibilidade do trabalho. (...) a flexibilidade é sexuada. A flexibilidade interna (polivalência, rotação de tarefas, integração e trabalho em equipe) concerne fundamentalmente à mão-de-obra masculina. (...) a flexibilidade externa é obtida, principalmente pelo recurso à mão-de-obra feminina (empregos precários, trabalho de tempo parcial, horários flexíveis, anulação do tempo de trabalho). Assim, a flexibilidade aumenta as desigualdades entre homens e mulheres quanto a condições de trabalho e emprego (HIRATA, 2007, p. 104).

Decorrente do interesse do modo de produção capitalista em manter a submissão e exploração das mulheres, este, conta com diversas instituições que servem como forma de apoio, contribuindo para o processo de manutenção de tais desigualdades.

O Estado, como instrumento da burguesia, tem grande importância no que se refere à manutenção da estrutura responsável pela opressão e exploração das mulheres, uma vez que ele tem o “dever” de defender os interesses do capital. De acordo com o que afirma Cisne (2012), caso as mulheres deixassem de fazer comida, lavar roupa, cuidar da casa e das crianças, o Estado teria a obrigação em fornecer os meios necessários para a reprodução da classe trabalhadora.

Sendo assim, partindo do pressuposto das Forças Armadas como instrumento do Estado, o presente trabalho se propõe a analisar a reprodução da lógica capitalista da divisão sexual do trabalho dentro desta importante instituição no Brasil.

No Brasil, de acordo com Leal e França (2014), com a Constituição de 1988 ocorre-se um direcionamento do país para um Regime Democrático de Direito. Nessa conjuntura emergem grupos e movimentos de mulheres que aderiram a perspectivas feministas relacionadas à inserção das mulheres em amplos espaços da sociedade, sem que houvesse discriminação. Nesse sentido, Almeida (2008) afirma que a entrada das mulheres na Marinha deve ser observada levando-se em consideração a conjuntura na qual o país se encontrava após o domínio militar, no cenário político nacional e o fortalecimento de novos atores da sociedade civil, entre eles, o movimento feminista.

Diante de tal perspectiva de ampliação de direitos, foi em 1980 que a Marinha foi a primeira das três Forças Armadas³ a admitir a entrada de mulheres em suas fileiras. Segundo afirmam Leal e França (2014), o corpo auxiliar feminino foi criado pelo Almirante de Esquadra Maximiano da Fonseca, para exercer funções administrativas: atividades mais simples e de baixo prestígio. Tal designação das mulheres para atividades não valorizadas principalmente dentro do contexto das Forças Armadas fez com que a participação das mulheres se desse de maneira tímida e limitada, apenas no intuito de liberar os homens de atividades “menos” importantes.

3 De acordo com Almeida (2008), apesar da Marinha ter sido a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres, a Polícia Militar (Força auxiliar) de São Paulo já havia permitido o ingresso de mulheres desde 1970, sendo muitas dessas as integrantes da primeira turma de mulheres da Marinha.

Após a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, de acordo com D'Araújo (2004), em 1988, as mulheres passam a trabalhar no corpo de engenheiros, intendentes, quadros médicos de cirurgões-dentistas e saúde, e no mesmo ano, o Corpo Auxiliar Feminino de Reserva é extinto, possibilitando às mulheres uma maior participação através da atuação em missões em navios e em tripulações de helicópteros.

Almeida (2008) afirma que na história do Brasil, desde o período colonial – ainda que silenciadas e esquecidas pela história – existiam mulheres que lutavam em postos de combate por diversos motivos, como proteção aos filhos, amor à pátria ou busca de liberdade. Assim, de acordo com D'Araújo (2004), antes de 1980, encontramos nomes como Maria Quitéria de Jesus, a primeira mulher praça que lutou pela independência do Brasil; Ana Vieira da Silva, que guerreou durante a Segunda Guerra Mundial; ou Jovita Alves Feitosa que lutou na Guerra do Paraguai. No período da Segunda Guerra, também, tivemos a presença de mulheres como enfermeiras. Entretanto, a integração de fato das mulheres nas Forças Armadas se inicia nos anos de 1980, na Marinha, ocorrendo posteriormente na Aeronáutica e no Exército.

Na Aeronáutica, segundo D'Araújo (2004), dois anos após a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da Marinha é criado o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, com primeira turma de mulheres para graduação em 2ºs Tenentes, 3ºs Sargentos e Cabos. Santos (2009) atribui a criação desse corpo à necessidade de suprir as demandas nas áreas técnicas e administrativas (assim como na Marinha). No ano de 1996 ocorre o ingresso de mulheres na primeira turma de 17 cadetes na Academia da Força Aérea nos quadros de Intendência, área administrativa e financeira da Força Aérea Brasileira (FAB). Em 1999, se forma a primeira turma de oficiais mulheres formadas em Academia Militar no Brasil, fazendo da Aeronáutica a primeira das forças a possibilitar às mulheres uma formação, em igualdade com os homens, em curso de formação de oficial de carreira, com possibilidade de atingir o generalato.

Por serem as primeiras, assim como afirma Santos (2009), as mulheres encontraram muitas dificuldades e preconceitos, uma vez que estavam ocupando um espaço que jamais havia sido ocupado anteriormente por mulheres no Brasil.

O Exército foi a última instituição a permitir a entrada de mulheres. Em 1992, ocorre o ingresso da primeira turma, composta por 29 mulheres, na Escola de Administração do Exército (EsAeX), na qual saíram formadas como 1º Tenente, também no intuito de suprir necessidades em áreas técnicas e

administrativas. Ainda no Exército, de acordo com D'Araújo (2004), em 1997 foi iniciada a primeira turma de mulheres no Instituto Militar de Engenharia; e em 2001 a criação do Curso de Formação de Sargentos de Saúde (como auxiliar de enfermagem). Como militar temporário, em 1996 é instituído o Serviço Militar Feminino (voluntário) para mulheres médicas, dentistas, veterinárias, farmacêuticas e enfermeiras de nível superior. Em 1998, ocorre a Instituição do Estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior em Direito, Contabilidade, Administração, Análise de Sistemas, Engenharia, Arquitetura e Jornalismo e a Instituição do Serviço Militar Feminino Voluntário, para auxiliares e técnicos em enfermagem. Em 1988 ocorre a implantação de projeto-piloto para prestação do Serviço Militar Voluntário na função de “Atiradoras”, entretanto, o projeto foi desativado em 2002.

Embora no Brasil as mulheres só tenham se inserido nas Forças Armadas a partir dos anos 80, de acordo com o que afirma Santos (2009), no decorrer da década de 70 as mulheres já haviam se integrado às Forças Armadas em outros países.

Conforme afirma Almeida (2008), a integração das mulheres na Marinha teve diversos condicionantes que se estendem além do simples pioneirismo da força. A admissão das mulheres se deu no intuito de substituir os homens em atividades burocráticas e administrativas em terra, para o setor operativo dos navios. E tal necessidade de substituir os homens, de acordo com a autora, adequava-se ao momento de conquistas de direitos e igualdade que pregava a nova Constituição, contribuindo para melhorar a imagem negativa direcionada às Forças Armadas após o período militar.

De acordo com as autoras Mathias e Adão (2013), durante o período, também, haveria ocorrido um desinteresse de homens das elites para a carreira militar como consequência do desgaste da imagem da instituição militar durante a ditadura, que estes passaram a interessar-se mais por atividades relacionadas à revolução tecnológica.

“O desgaste da imagem dos militares perante a sociedade civil após anos de poder político, [a inserção da] mulher contribuiu também para a modernização e humanização da imagem negativa da instituição perante a sociedade” (ALMEIDA, 2008, p.42). Se às mulheres são atribuídas características como delicadeza, sentimentalismo, cuidado, entre outras, a entrada de indivíduos com tais atributos em uma organização que conquistara imagem de severidade, firmeza e violência, contribuiria para a melhoria da imagem de tal instituição, ao mesmo tempo em que a “humanizaria”.

A autora afirma, ainda, que apesar da integração das mulheres na caserna⁴ ter se dado como uma conquista de lutas do movimento feminista no intuito de garantir a igualdade entre homens e mulheres, a conquista de tal “novo” ambiente de trabalho não se configura como tão novo assim. A Marinha se encontrava em um período de grande demanda para atendimentos em enfermagem devido à inauguração do Hospital Naval Marcílio Dias.

Se considerarmos enfermagem como uma profissão culturalmente direcionada a mulheres, não seria diferente no âmbito das Forças Armadas, no qual as militares que ingressaram na força foram encaminhadas à atuação de tais atividades. Assim, pode ser observado que as mulheres, apesar de terem ingressado em um novo espaço sócio ocupacional, continuaram exercendo atividades que a elas já eram direcionadas fora dele. Não apenas a enfermagem, mas atividades ligadas ao cuidado ou a questões burocráticas no geral.

Apesar de tal integração das mulheres, só ocorriam em circunstâncias excepcionais, assim como afirma Mathias e Adão (2013), através da ausência das mulheres nos quartéis, local no qual se forma o “ethos” militar. As autoras acrescentam ainda, que mesmo após a entrada formal das mulheres nas Forças Armadas, não podiam ser combatentes, só participando das batalhas quando travestidas de homens. “Sua única função era a de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira seja como secretária, funções sempre menores do que aquele que comanda, seja o escritório ou o hospital “ (MATHIAS; ADÃO, 2013, p.152).

É importante entender que assim como nas demais instituições da sociedade, os membros integrantes das Forças Armadas também foram socializados sob a perspectiva do que é ser mulher e ser homem em nossa sociedade (como mencionado no capítulo anterior). Nesse sentido, assim como afirma Almeida (2008), são baseadas nessas ideias que as mulheres são excluídas do âmbito militar (se não para a execução de atividades burocráticas ou ligadas ao cuidado), uma vez que não seriam capazes de aguentar as “condições árduas e adversas da vida no mar” (ALMEIDA, 2008, p.38).

Assim, é importante relacionar a definição de um militar do sexo masculino, ou seja, a associação do trabalho militar como trabalho de homem, à manutenção e perpetuação de desigualdades e estereótipos que definem o que é “ser mulher e ser homem”. Tais pressupostos, que se baseiam em aparatos de feminilidade e masculinidade, também já mencionados anteriormente, protagonizam a divisão sexual do trabalho.

4 Sinônimo de quartel.

É como consequência dessa definição de militar-homem- que as mulheres são excluídas dos setores operativos e a elas se atribuem atividades menos importantes e dotadas de menor valor e prestígio social. Se, na lógica padrão da divisão sexual do trabalho, os homens saem para trabalhar e as mulheres estariam em casa cuidando dos afazeres domésticos e das crianças, no âmbito militar, enquanto as mulheres estão nos quartéis, ocupando-se de atividades burocráticas, administrativas ou ligadas ao cuidado, os homens estão participando de atividades operativas e se preparando para a guerra.

As Forças Armadas também se apresentam como um espaço de dominação masculina, principalmente levando em consideração o longo período de tempo em que se configurou como um lugar totalmente voltado para os homens e a forma como a inserção da mulher se deu, a partir da década de oitenta e de maneira bastante limitada. De acordo com D'ARAÚJO (2004), tradicionalmente se atribuiu ao militar, atividades consideradas de risco, perigosas, treinamentos intensivos, além da separação da família por tempo indeterminado.

Nessa perspectiva, se às mulheres são atribuídas características naturais como delicadeza, sensibilidade, fragilidade, além do dever natural em cuidar dos filhos e do marido, o surgimento de uma mulher militar põe em contradição características ditas da natureza feminina, como as necessárias para execuções das atividades de um profissional militar. Nesse sentido, as restrições e dificuldades das mulheres em tais instituições (e na sociedade de maneira geral) são justificadas através dos antigos e conhecidos argumentos naturais para as desigualdades.

Ainda de acordo com a autora, como consequência da frequência com que os militares eram (e continuam sendo) movimentados, as “esposas” se limitavam (e limitam-se até hoje) às atividades domésticas, não tendo condições de se inserir no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a relação da mulher nas Forças Armadas se limitou durante muito tempo ao papel de “esposas”.

A imagem da mulher para os militares sempre esteve atrelada a funções de dona de casa, mãe e esposa, pois durante muito tempo a relação que a mesma teve com a vida militar foi a de quem cuida do lar e da família, dessa forma, podendo assegurar o apoio necessário ao marido no desempenho da carreira (SANTOS, 2009, p. 10).

É importante perceber que tal realidade, quando observada sob a perspectiva das “esposas” dos militares, se configura como um problema maior. A elas

lhes é negado o próprio direito de trabalhar, uma vez que socializadas como mulheres de militares, aprendem que devem priorizar o cuidado com a família e filhos, sendo o trabalho do marido dotado de maior valor que o delas (assim como já abordado no capítulo anterior). Nesse sentido, muitas dessas mulheres deixam de trabalhar para poderem acompanhar os maridos e dedicar-se ao lar e aos filhos.

Sobre a mulher enquanto militar, características demandadas nas Forças Armadas como disponibilidade de trabalhar ou ser convocado para o quartel a qualquer hora do dia; os serviços obrigatórios que fazem com que o militar trabalhe em feriados, finais de semana e demais horários que costumam destinar-se ao convívio familiar; convocação para viagens; movimentação inesperada; entre outros, dificultam seu trabalho (ALMEIDA, 2008), uma vez que, por serem mulheres, a elas também são atribuídas a dupla jornada de trabalho.

Nesse sentido, no que se refere à profissão militar para as mulheres, existem dificuldades e necessidade de avanços ainda nos dias atuais, uma vez que o imaginário da população ainda se configura como tradicional, atribuindo ao militar, características que não se adéquam ao “perfil” das mulheres (LEAL; FRANÇA, 2014).

As mulheres não deixaram de sofrer discriminação no meio militar, fato esse comprovado pela própria oferta reduzida de vagas, em relação aos homens, nos concursos para exercício na carreira, principalmente para cargos de liderança, e consequentemente um quadro pessoal muito inferior ao dos homens, muito embora a dívida histórica e o débito do passado tenham sido reduzidos (LEAL; FRANÇA, 2014, p. 258).

Mesmo que a legislação tenha possibilitado um maior acesso a armas ou postos, o preconceito, “está igualmente presente na forma como a mulher é vista tanto por seus pares na caserna quanto por seu círculo social e até mesmo por si própria” (MATHIAS; ADÃO, 2013, p.152)

Assim, o âmbito militar continua sendo reflexo de uma sociedade sexista e patriarcal, e, sendo assim, se configura como um espaço de dominação masculina. De forma que, conforme Santos (2009), não deva ser considerada a integração das mulheres nas Forças Armadas como um novo campo de atuação, uma vez que continua baseando-se na chamada divisão sexual do trabalho que atribui atividades previamente definidas para ambos os sexos.

Atualmente, no Brasil, as mulheres constituem apenas 5% dos militares das Forças Armadas. Nos últimos cinco anos ocorreram maiores conquistas no que se refere à participação das mulheres na Marinha (embora ainda continue sendo limitada), e mesmo ao integrar quadros combatentes, às mulheres continuam sendo designadas atividades não ligadas diretamente ao combate, o que faz com que não tenham possibilidade de alcançar patentes de comando, mantendo sempre uma relação de dependência aos homens (MATHIAS; ADÃO, 2013).

Em síntese, a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário (...) abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural (MATHIAS; ADÃO, 2013, p.164)

Nesse sentido, mesmo após os 35 anos da entrada das mulheres nas fileiras da Marinha, pode se observar que o espaço continua se configurando como masculino, sendo inseridas além de maneira escassa e direcionadas para atividades burocráticas e relacionadas ao cuidado, reproduzem, portanto, a divisão sexual do trabalho, impedindo as mulheres de alcançarem atividades de prestígio social e econômico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. R. D. Batalhas culturais de gênero: A dinâmica das Relações de Poder no Campo Militar Naval. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Fluminense. 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto dos militares: Lei federal nº 6880, de 9 de dezembro de 1980. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm>. Acesso em: 21/11/2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

CISNE, M. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

COURS-SALIES, P. Categorias socioprofissionais. In: HIRATA, Helena. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 30 – 34.

D'ARAÚJO, M. C. Mulheres homossexuais e forças armadas no Brasil. In CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256– 261.

HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007.

HIRATA, H. e ZARIFIAN, P. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251- -256.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat>>. Acesso em: 03/10/2015.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. IN: 11º Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS): “Pensar o intrincamento dos sistemas de dominação: gênero, classe e raça”, Bordeaux, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf> > Acesso em: 28/09/2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67- 75.

LEAL, A. dos S.; FRANÇA, M. H. de O. Ensaio da inserção da mulher militar no Brasil. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito, n.2, p. 252-264, 2014. Disponível em:< <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/20368/11797>>. Acesso em: 18/11/2015.

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. O Mulheres e Vida Militar. In: Cadernos Adenauer XIV, nº3, 2013. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/11289-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 22/11/2015.

Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. Plan Internacional Brasil. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf>. Acesso em: 30/09/15.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. 3º edição, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, L. R. dos. A Participação das Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Um debate contemporâneo. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileiras de Estudos de Defesa (ABED), 2009, Marília- SP. Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Marília, 2009.

DIFERENCIAIS DE GÊNERO NO II LEVANTAMENTO NACIONAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos¹

Maria Helena Santana Cruz²

Resumo: O estudo em questão com base na abordagem de gênero diz respeito ao uso de psicotrópicos no Brasil. Seu desenvolvimento realizou-se em duas etapas, a primeira foi executada por meio de estatísticas sobre diferenças de gênero contidas no II Levantamento Nacional de Álcool e outras Drogas (LENAD) do ano de 2012. No segundo momento foram expostas as análises dos dados sobre os padrões de uso e dependência de álcool, tabaco e drogas ilícitas pela população brasileira, avaliando os fatores de risco e/ou proteção que desencadeiam o abuso ou dependência dessas substâncias. Além disso, procurou-se relacionar o fator do uso ou abuso de drogas com os aspectos de cuidado a saúde, violência, qualidade de vida e políticas públicas de prevenção ao uso de drogas.

Palavras-chave: Drogas; Gênero; Mercado de trabalho.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, thalyta.rayanna@hotmail.com

2 Professora dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Educação da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS), helenacruz@uol.com.br

Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define droga como, “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento”. O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, pontua que “as drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas drogas psicotrópicas, e dividem-se em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras”.

O objetivo da análise foi caracterizar o perfil dos(as) usuários(as) de substâncias psicoativas e como os(as) mesmos(as) tem se relacionado com esse uso. Foram consideradas relevantes as categorias: sexo, idade, classe social, inserção no mercado de trabalho, drogas de uso, entre outras.

Os dados apontam em algumas diferenças entre a população feminina e masculina com relação ao uso de substâncias psicoativas, como também diferencia o público adulto do público adolescente. Alguns dados também serão apresentados em comparação com o I levantamento realizado em 2006, para dessa forma, compreender as distinções e semelhanças que ocorreram com o passar de seis anos.

O foco principal da análise são as substâncias lícitas, o álcool e ilícitas, considerando que,

“[...]Em relação ao uso de substâncias psicoativas, as drogas que mais preocupam são o álcool e o crack. Embora o cigarro ainda seja a substância que mais mata os brasileiros, o seu consumo está em declínio, por uma série de políticas públicas corajosas. O álcool por sua vez é a droga que mais gera violência familiar e urbana, e que contribui com cerca de 10% para a toda a carga de doença no Brasil [...]” (UNIFESP, 2014, p.6).

Oliveira & Paiva (2007, p. 628) descrevem que existem indícios de que o consumo de drogas inclui “elementos relacionados à pessoa usuária, ao contexto social e cultural no qual a pessoa está inserida e faz o uso de drogas e, também, à substância em si”. Conforme as autoras supracitadas, a interação desses elementos é “complexa e o desequilíbrio entre eles pode resultar no estado de dependência”.

[...] Desta forma, uma pessoa pode apenas experimentar de uma ou várias drogas e não mais usá-las ou só usá-las esporadicamente de forma social, ou ainda tornar-se usuária compulsiva de uma ou mais. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 628).

Na análise a seguir não foram considerados os dados referentes ao consumo do cigarro.

Metodologia

O estudo em questão se baseou em estatísticas apresentadas pelo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) (2014), que realizou uma pesquisa em todo território nacional para conhecer especificidades do público usuário de drogas lícitas e ilícitas. Os dados foram subdividido por regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), o universo foi composto pela população de 14 anos ou mais de idade. Foram realizadas 4200 entrevistas. Sergipe participou com a amostra recolhida de 3 municípios. A metodologia utilizada na pesquisa nas duas etapas da pesquisa.

Apresentação dos dados

Os dados deste trabalho tomam como fonte as próprias tabelas disponibilizadas pelo documento do II LENAD.

Gênero/Sexo:

Tabela 1: Gênero dos Participantes.

Gênero do Respondente	Ano do Estudo	
	2006	2012
Masculino	47,9%	47,9%
Feminino	52,1%	52,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD).

Observa-se uma pequena diferença variação de 4,1% entre os consumidores do sexo masculino e feminino. Contudo, 50% dos respondentes foram mulheres, tanto na amostra recolhida em 2006 como em 2012. Esta situação pode contribuir para retardar a busca de tratamento para agravos decorrentes do consumo da substância ao tempo que predispõe a usuária a situações de violências.

[...] Portanto, constitui uma situação de vulnerabilidade para mulher determinada por construções sócio-culturais que estabelecem as identidades feminina e masculina. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 628).

A inserção da mulher neste contexto, desmistificação do conhecimento do senso comum de que uso de álcool e drogas está associado apenas ao sexo masculino. O conceito de gênero contribui para desconstruir representações naturalizadas. De acordo com Scott o conceito de gênero,

“[...]é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.[...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determinado diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1989, p. 7).

As estatísticas revelam aspectos diferenciados dos perfis dos(as) usuárias.

Escolaridade:

Tabela 2: Grau de Instrução dos Participantes.

Escolaridade	Ano do Estudo	
	2006	2012
Até Primário Incompleto	23,3%	26,1%
Primário Completo	10,8%	5,2%
Ginásio Incompleto	19,6%	15,3%
Ginásio Completo	8,8%	9,3%
Ens Médio Incompleto	9,7%	9,4%
Ens Médio Completo	18,4%	20,5%
Ens Superior Incompleto	4,9%	5,7%
Ens Superior Completo	4,5%	8,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

A maior proporção de usuáries(as) de drogas sejam elas lícitas ou ilícitas cursa o primário incompleto, ginásio incompleto e ensino médio completo. (O

ensino primário, ou fundamental corresponde ao primeiro estágio da educação, normalmente é iniciado aos seis anos de idade). Nesse aspecto ao relacionar o tema da pesquisa com o grau de instrução revela que 26,1% dos(as) participantes assinalaram o primário incompleto. Este é um dado alarmante, significando que crianças e/ou pré-adolescentes estão iniciando cada vez mais cedo o consumo de substâncias psicoativas sejam elas o álcool ou algum tipo de droga; revela ainda a defasagem entre série e idade, como também a evasão escolar, problema não superado em nosso país. Esse dado é seguido de 20,5% correspondente ao Ensino Médio Completo, que cresceu entre 2006 e 2012; logo após 15,3% que corresponde ao ginásio incompleto revelando que deve um declínio entre os dois anos pesquisados. Apenas 5,7% e 8,5% dos(as) participantes estavam cursando o nível superior ou haviam concluído o mesmo.

Estado Civil:

Tabela 3: Estado Civil dos Participantes.

Estado Civil	Ano do Estudo	
	2006	2012
Solteiro(a)	33,5%	31,7%
Casado(a) ou morando junto(a)	55,4%	57,2%
Viúvo(a)	5,4%	5,6%
Desquitado(a) ou Divorciado(a)	2,2%	2,3%
Separado(a)	3,5%	3,2%
Total	100.0%	100.0%

Fonte: II LENAD.

Em relação ao estado civil dos participantes mais de 50% é casado(a) ou mora junto(a); a variação entre os outros estados civis não revela grandes mudanças percentuais. Oliveira & Paiva (2007, p. 627) referem-se a estudos de âmbito nacionais e internacionais que versam sobre o consumo de drogas pelo público feminino revelam a tendência, "entre as usuárias de drogas, de manter relacionamentos afetivos e sexuais com homens, também, usuários de drogas". Tradicionalmente, o cuidado e a educação dos filhos é uma função feminina.

[...] Quando a mulher é uma usuária de drogas e negligência este comportamento, ela passa a ser taxada, pela sociedade, como egoísta e irresponsável para com os filhos, se constituindo numa preocupação social. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 230)

Inserção no mercado formal de trabalho:

Tabela 4: Proporção de Respondentes com carteira assinada.

Pessoas com carteira assinada	Ano do Estudo	
	2006	2012
Sim	22,6%	48,1%
Não	77,4%	51,9%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

No que diz respeito ao mercado de trabalho em 2006 mais da metade da população encontrava-se à margem do mercado de trabalho formal (sem carteira assinada e garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas no ano de 2006), porém em 2012 esse número foi reduzido significativamente.

Classe socioeconômica:

Tabela 5: Classe Socioeconômica do Respondente.

Classe Sócio-Econômica	Ano do Estudo	
	2006	2012
A	2,8%	4,7%
B	15,4%	29,9%
C	34,0%	45,2%
D	39,0%	16,0%
E	8,7%	4,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

Um item importante foi à análise da classe socioeconômica dos respondentes. Mudanças são observadas nos anos de 2006 e 2012 com o aumento da classe A no consumo de drogas e (repito sejam elas lícitas ou ilícitas, dado não mensurado), um aumento ainda maior da classe B e C no consumo de substâncias classificadas no estudo e uma diminuição significativa da classe D seguida da classe E.

Segundo o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a distribuição entre as classes sociais é subdividida de acordo com o valor da renda mensal, conforme descrito abaixo:

Classe A: Acima de R\$9.745,00
Classe B: de R\$7.475,00 a R\$9.745,00
Classe C: de R\$1.734 a R\$7.475,00
Classe D: de R\$1.085,00 a R\$1.734,00
Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.085,00

*Ajustado pela POF

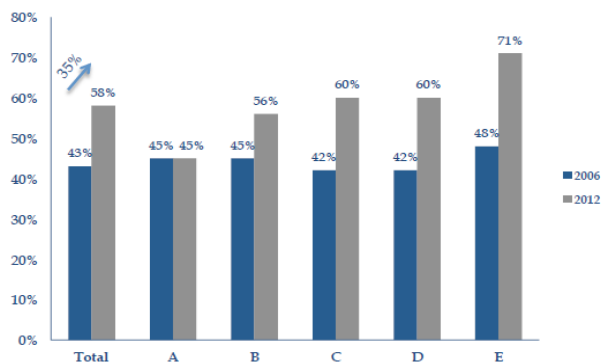
**Atualizado a preços de julho de 2011

É importante considerar que nos últimos anos houve um aumento da classe C, mobilidade social que pode ser estagnada por conta da atual crise econômica e consequentemente os desempregos dela decorrentes, como podemos presenciar nos noticiários. A Agência Brasil/Portal Brasil publicou em 2012, ano da pesquisa, que a classe C já era a maioria da população do país, provocado pelo salto no perfil da renda no ano de 2011 (a média era que vinte e sete milhões de pessoas haviam deixado as classes D e E), outro salto seria a saída de aproximadamente duzentos e trinta mil pessoas da classe C para entrar nas classes A e B. Ainda de acordo o portal pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a melhoria da renda estaria aliada a programas sociais implantados pelo Governo Federal.

Prevalência de binge por classe social:

O binge é considerado para homens beber cinco doses ou mais, e para mulheres quatro doses ou mais em um intervalo de até 2 horas, em uma mesma situação.

Gráfico 2: Prevalência de binge em 2006 e 2012 por classe social.



Fonte: II LENAD.

Nesse ângulo percebe-se que o consumo de álcool, no caso denominado binge prevalece de forma mais alta na população da classe E, havendo uma intensificação desse comportamento no decorrer dos anos (35% do total). Na classe A esse percentual se manteve estável, o mesmo não correndo com as classes B, C e D.

Faixa etária:

Tabela 6: Idade dos Participantes.

Idade	Ano do Estudo	
	2006	2012
14 a 17 anos	10,4%	9,4%
18 a 29 anos	29,2%	26,3%
30 a 39 anos	19,4%	20,1%
40 a 49 anos	16,9%	16,9%
50 anos ou mais	24,1%	27,4%
Total	100,0%	100,0%

Quanto à idade os maiores índices encontram-se na faixa etária de 50 anos ou mais no ano de 2012, em seguida com poucas diferenças o público entre 18 a 29 anos, que em 2006 foi maior que em 2012, em algumas faixas de idade ocorre uma pequena diminuição da porcentagem entre os anos pesquisados.

Região:

Tabela 7: Região de residência dos Participantes.

Região do País	ANO DO ESTUDO	
	2006	2012
Norte	8,0%	7,4%
Nordeste	26,7%	27,2%
Sudeste	44,0%	43,2%
Sul	15,1%	14,9%
Centro-Oeste	6,2%	7,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

A região nordeste, onde esta situado o estado de Sergipe, território que participou da pesquisa com a coleta realizada em 3 municípios, revela um percentual de 27, 2% de participantes.

Consumo de álcool na população adulta (18 anos ou mais)

Tabela 10: Regularidade de consumo de álcool, população adulta não abstêmia, por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Regularidade de consumo de bebidas alcoólicas		Total
		Pelo menos 1 vez por semana	Menos de 1 vez por semana	
2006	Homens	54%	46%	100%
	Mulheres	27%	73%	100%
	Total	42%	58%	100%
2012	Homens	63%	37%	100%
	Mulheres	38%	62%	100%
	Total	53%	47%	100%

Fonte: II LENAD.

Sobre a regularidade do consumo de álcool pela população adulta observa-se que pelo menos uma vez por semana mais da metade dos participantes assumem ter consumido bebidas alcoólicas. Há também um aumento do número de mulheres entre os anos pesquisados que consomem esse tipo de substância, por meio do consumo considerado “beber socialmente”. A vulnerabilidade das mulheres estrutura-se como um determinado agravo de saúde e envolve, principalmente, aspectos comportamentais, mas também cognitivos.

Idade de experimentação do álcool:

No Brasil a legislação não permite a venda de bebidas alcoólicas para a população menor de 18 anos de idade, com base na Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015, a emenda que altera o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais, tornando crime a venda, o fornecimento, como também servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente.

O álcool é considerado uma droga lícita no país, mas conforme pode-se observar na tabela que versa sobre a idade em que se começou a beber regularmente, assim como a tabela que mostra a idade da primeira experimentação, os dados revelam que apesar da grande maioria experimentar ou assumir o uso regular a partir da maioridade é possível observar que ainda na adolescência é que existe o primeiro contato e consumo com o álcool. Observa-se no dia a dia que uma das bebidas mais utilizadas é a cerveja, consumida de forma recreativa, em festas e shows, e esse controle sobre a venda e consumo, no caso a fiscalização, não ocorre como demanda a lei. Muitas vezes a primeira experimentação ainda ocorre dentro do ambiente familiar, ou em grupos de amigos que considera comum principalmente para o público masculino adotar o consumo de bebidas alcoólicas como algo comum ao sexo, com base ainda na argumentação do significado de sexo enquanto “categoria que demarca as diferenças entre o significado de ser fêmea e de ser macho [...]” (CRUZ, 2014, p. 10).

Tabela 11: Idade de experimentação de álcool, população adulta não abstêmia, por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Idade que experimentou bebidas alcoólicas				Total
		Até 11 anos	12 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou mais	
2006	Homens	5%	11%	41%	43%	100%
	Mulheres	1%	7%	28%	64%	100%
	Total	40%	9%	35%	52%	100%
2012	Homens	5%	19%	41%	35%	100%
	Mulheres	4%	13%	32%	51%	100%
	Total	50%	17%	37%	42%	100%

Fonte: II LENAD.

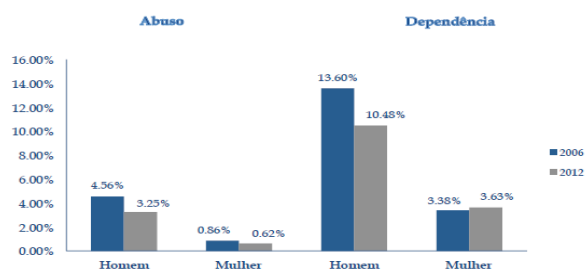
Tabela 12: Idade que começou a beber regularmente, população adulta não abstêmia por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Idade que começou a beber regularmente			Total
		Até 15 anos	16 a 17 anos	18 ou mais	
2006	Homens	10%	19%	71%	100%
	Mulheres	6%	12%	82%	100%
	Total	80%	160%	76%	1000%
2012	Homens	16%	18%	65%	100%
	Mulheres	10%	15%	75%	100%
	Total	140%	170%	69%	1000%

Fonte: II LENAD.

Prevalência de abuso e dependência de álcool:

Gráfico 4: Prevalência de Abuso e Dependência de Álcool de acordo com o DSM-IV por gênero em 2006 e 2012.



Fonte: II LENAD.

Dentre os Critérios para a formação do diagnóstico de abuso/dependência de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM), onde a partir desse manual é possível listar diferentes categorias e critérios para diagnosticar

o abuso/dependência. Nota-se que o grau de abuso é menor do que o grau de dependência. Apesar do grau de dependência ter sido reduzido entre o público masculino ainda é um critério relevante, pois a dependência acarreta fatores negativos tanto para a saúde como para outros aspectos da vida social. Já o público feminino apresenta-se com menos de 4% em relação a dependência dessa substância com uma pequena taxa de elevação em 2012.

Consumo de Substâncias Ilícitas pela população brasileira:

Conforme descrito no documento do II LENAD “[...]A maconha é a substância ilícita mais consumida no mundo[...]” (UNIFESP, 2014, p. 54). A droga não se expressa só em substâncias ilícitas, mas também o consumo de drogas medicamentosas. Entre os(as) adolescentes o consumo da maconha na vida chega a 4,3% entre adolescentes, os Tranquilizantes 2,5%, e a cocaína 2,3%. Entre os adultos, o uso de tranquilizantes 9,6% lidera entre os índices das outras drogas, a maconha é a segunda droga mais utilizada com 6,8%, a cocaína com 3,8% e os solventes com 2,2%.

Conforme a tabela 31, existe diversos tipos de drogas e variadas formas de uso. Vale ressaltar que drogas podem ser substâncias naturais ou sintéticas que alteram o funcionamento da nossa mente ou corpo. E podem ser classificadas em conformidade com os efeitos farmacológicos que desempenham sobre o organismo e são denominadas do tipo: estimulantes, depressoras, perturbadoras ou alucinógenas. O Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas define:

As drogas depressoras do sistema nervoso central – álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, inalantes e opiáceos - fazem com que o cérebro funcione lentamente, reduzindo a atividade motora, a ansiedade, a atenção, a concentração, a capacidade de memorização e a capacidade intelectual.

As estimulantes do sistema nervoso central - anfetaminas, cocaína e tabaco-, por outro lado, aceleram a atividade de determinados sistemas neuronais, trazendo como consequências um estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos.

As drogas perturbadoras do sistema nervoso central – maconha, alucinógenos, LSD, êxtase e anticolinérgicos – produzem uma série de distorções qualitativas no funcionamento do cérebro, como

delírios, alucinações e alteração na senso-percepção. Por essa razão, são também chamadas de alucinógenos. Uma terceira denominação para esse tipo de droga é psicotomiméticos, devido ao fato de serem conhecidas como psicose as doenças mentais nas quais esses fenômenos ocorrem de modo espontâneo.

Consumo na vida e no último ano de maconha, cocaína aspirada e cocaína fumada entre adultos e adolescentes:

Os gráficos a seguir versam sobre o consumo de maconha, cocaína aspirada, cocaína fumada (crack e oxi), na vida e no último ano, retratando o número de pessoas que utilizaram essas substâncias, diversificando entre adolescentes e adultos, porém os dados não revelam quando foi iniciado o uso na vida, nem se os(as) participantes declararam realizar consumo do abuso ou mesmo dependência, além de não trazer a diferenciação entre o público feminino e masculino.

O consumo da maconha é o mais alto tanto entre adolescentes e adultos.

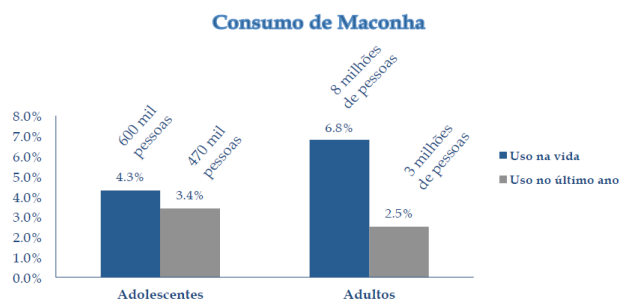


Gráfico 8: Consumo na vida e no último ano de cocaína aspirada entre adultos e adolescentes, 2012.

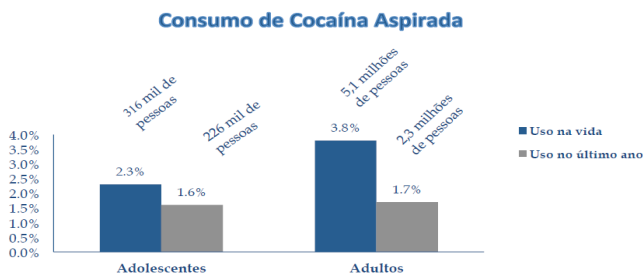
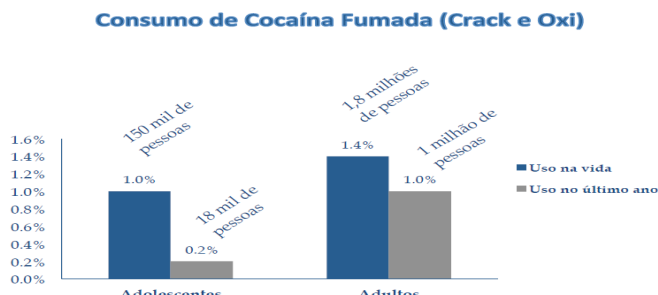


Gráfico 9: Consumo na vida e no último ano de cocaína fumada (Crack e Oxi) em adultos e adolescentes, 2012.



Fonte: II LENAD.

Prevalência de ocorrência de doenças físicas:

Em adolescentes as doenças mais comuns relatadas foram: alergias, ansiedade, enxaqueca, problemas de ouvido, doenças infecciosas (pneumonia, infecção urinária, intestinal etc), bronquite, asma, problemas de pele, problemas nos ossos, músculos ou juntas, depressão, pressão alta, entre outros. Em adultos: pressão alta, ansiedade, enxaqueca, alergias, problemas nos ossos, músculos ou juntas, depressão, doenças infecciosas (Pneumonia, Infecção Urinária, Intestinal etc), problemas de ouvido, e outros em uma mesma escala, diabetes, catarata, problemas de intestino, problemas de pele, problemas de intestino, úlcera no estômago, problemas de bexiga, problemas de fígado, artrite e etc.

A algumas pesquisas relacionam doenças ao consumo de drogas: alcoolismo, alergias, ataque cardíaco, arritmia, demência, depressão, derrame, desidratação, distúrbios generalizados de ansiedade, doença hepática alcoólica, doenças pulmonares, câncer de pulmão, cirrose, estresse e ansiedade, insuficiência renal, hipertensão, hipertensão pulmonar, pancreatite, psicose, reações alérgicas, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, doença arterial coronariana, transtorno bipolar, transtorno-obsessivo-compulsivo, transtorno de personalidade, transtornos do sono.

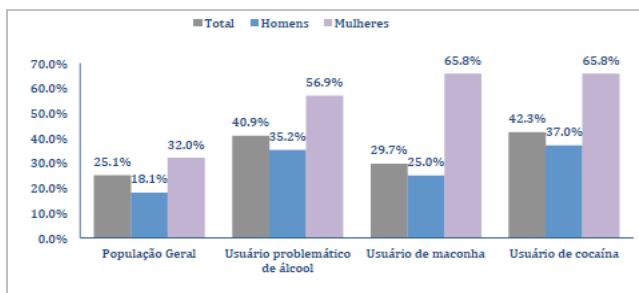
Prevalência de doenças físicas que foram tratadas:

No que tange sobre a prevalência de doenças físicas que foram tratadas e se diferencia da tabela anterior nos resultados que demonstravam a prevalência de doenças físicas. Entre os(as) adolescentes 100% dos cuidados saúde foram

recorridos para tratar Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e artrite, em segundo lugar o tratamento para doenças infecciosas (pneumonia, infecção urinária, intestinal, etc), problemas de pele, seguida de problemas no fígado e intestino, bronquite e ataque cardíaco, úlcera de estômago, asma, alergias, problemas de ouvido, dentre tantas outras. Algumas dessas doenças podem estar relacionadas ao consumo, abuso e dependência de drogas. Nos adultos algumas proporções se repetem ou são semelhantes, mas aparecem nesse contexto à busca por tratamento de problemas reprodutivos (não conseguir ou ter dificuldade em ter filhos), câncer, diabetes, derrame, epilepsia, etc.

Prevalência de indivíduos com indicadores de depressão:

Gráfico 10: Prevalência de indivíduos com indicadores para depressão entre a população geral, com abuso e/ou dependência de álcool (DSM-IV), consumidores de maconha (uso no último ano) e consumidores de cocaína (uso no último ano), por gênero.



Fonte: II LENAD.

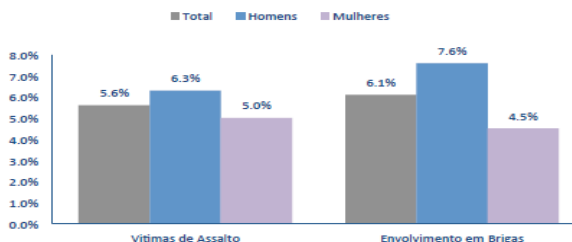
A amostra sobre a prevalência de indivíduos com indicadores de depressão entre a população geral revela que 65,8 % das mulheres entre as consumidoras de maconha e cocaína são as mais atingidas, no índice sobre álcool a mulher também lidera nas proporções que indicam essa doença, o que significa que os riscos são bem diferentes se comparado ao público masculino, que tem índices inferiores, deve-se levar em consideração que em virtude das diferenças de gênero os papéis sociais atribuídos a mulher são diferentes dos atribuídos aos homens. Vale destacar aqui o significado da masculinidade contemporânea:

A masculinidade – situada nas relações de gênero – pode ser entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha numa determinada cultura (Gomes, Nascimento, & Rebello, 2009, p. 1152). Ou ainda,

conforme propõe Connel (1995, p. 189), “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (LIMA, 2012, p. 281).

Prevalência de vítimas de assalto e de envolvimento em brigas com agressão física:

Gráfico 12: Prevalência de vítimas de assaltos e de envolvimento em brigas com agressão física no último ano por gênero.

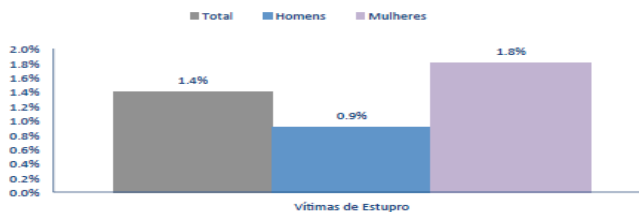


Fonte: II LENAD.

Apesar de não serem grandes índices, o número de homens envolvidos em brigas chega a 7,6% enquanto que as mulheres tiveram um envolvimento de 4,5%, porém não se sabe em que circunstância ocorreu a briga e nem se na ocasião esse indivíduo estava sob o efeito de substâncias psicoativas.

Prevalência de vítimas de estupro:

Gráfico 13: Prevalência de vítimas de estupro no Brasil por gênero.

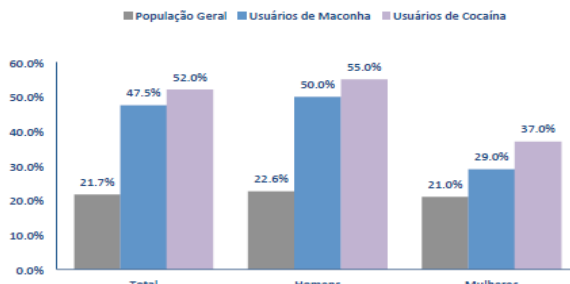


Fonte: II LENAD.

As mulheres ainda são o maior grupo vítimas de violência sexual no Brasil, mas é preciso pontuar que os homens também não estão isentos dessas ocorrências.

Frequência de ocorrência de atos violentos na infância:

Gráfico 14: Frequência de ocorrência de pelo menos 1 evento violento na infância entre a população geral, entre usuários de maconha (uso no último ano) e usuários de cocaína (uso no último ano) por gênero.



Fonte: II LENAD.

Opinião sobre as políticas públicas:

No quesito sobre o aumento dos impostos sobre as bebidas alcoólicas mais de 50% dos adultos e adolescentes opinaram que deveriam ser aumentado o valor dos encargos sobre essa substância. O mesmo ocorreu sobre o aumento da idade mínima para a venda. Foi interessante analisar que mesmo sendo consumidor dessa droga a maioria dos(as) entrevistados(as) por exemplo, se posicionaram a favor de regras que endureçam as penalidades para quem bebe e dirige. Da mesma forma, consideram que deveria haver mais investimentos na política de prevenção e restrição da venda desse produto.

Para concluir

Oliveira & Paiva (2007) reforçam o argumento apresentado nesse estudo ao confirmar que, “homens” e “mulheres” não constituem grupos homogêneos, tornando-se, assim, relevante estudos que investiguem as especificidades individuais e de grupos com o objetivo de atender as demandas relacionadas ao consumo de drogas propiciando uma assistência igualitária. Demarca-se a necessidade de novos estudos sobre a temática, que contemplem questões de gênero, no sentido de ampliar as possibilidades de intervenção e, consequentemente, de redução de vulnerabilidade, particularmente das mulheres. Sem dúvidas, este configura um enorme desafio para profissionais da saúde, pela particularidade do trabalho que desenvolve no cotidiano, através do contato

direto com indivíduos e o seu ciclo social de convívio, representado pelas famílias e comunidades. Emerge a necessidade de se compreender a totalidade das situações que envolvem o cotidiano dos pesquisados para o enfrentamento do problema.

Referências

CRUZ, M. H. S. Conceito de gênero e as desigualdades sociais. Capítulo 1, p. 10. In: DIAS, A. F. **Formação de professores para uma educação não discriminatória**. Aracaju. Infographics. 2014. 52 p.

DROGAS. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/drogas/#id2>> Acesso em 14 de julho de 2015.

II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014.

LIMA, E. H. de. **Gênero, masculinidades, juventudes e uso de drogas**: contribuições teóricas para a elaboração de estratégias em educação em saúde. Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2012.

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>> Acesso em 13 de Julho de 2015.

OLIVEIRA, J. F. de; PAIVA, M. S. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero**. Esc. Anna Nery vol.11 no.4 Rio de Janeiro Dec. 2007.

Portal Brasil. Classe C já é maioria da população do País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/03/classe-c-passou-a-ser-maioria-da-populacao-brasileira-em-2011>> Acesso em 13 de julho de 2015.

SCOTT, J. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

Tabela dos valores nominais do salário mínimo. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm> Acesso em 10 de julho de 2015.

SERIA O REVANCHE DAS “BRUXAS”? DIVISÃO DE TRABALHO NA SAÚDE E ASSISTÊNCIA À MULHER NO PARTO

Wanessa Oliveira Silva

Bárbara Régia Oliveira de Araújo

Yara Lima da Costa

Karla Mychelle Cezario de Lima
Universidade Federal de Alagoas
wanessa.os@hotmail.com

Resumo: Este artigo teve como objetivo efetuar uma análise sobre as relações de trabalho que envolvem a assistência ao parto, a partir da discussão que relaciona o atual modelo obstétrico com a divisão de trabalho na saúde. Constatamos, a partir do percurso teórico e histórico, que o saber-fazer das parteiras expulsas violentamente pela medicina mercantilizada, aportada pela Igreja no século XIX, tem sido intensamente retomado ao centro do debate obstétrico, a partir de profissionais que sintetizam a retomada do parto normal para a saúde da mulher e a utilização científica e atualizada dessas práticas. Tais apropriações não são feitas, entretanto, sem constantes conflitos por parte dos profissionais historicamente privilegiados pelo padrão de dominação-exploração.

Parteiras, Trabalho, Saúde.

Introdução

Considerada expressão de um modelo de produção de saúde mercantilizado e objetificador do corpo das mulheres, a assistência ao parto tem sido alvo de crescentes críticas, devidamente evidenciadas diante da dificuldade do Brasil com a redução da mortalidade materna, ao número injustificável de casos de morbidade e internações em Unidade de Terapia Intensiva, e as cada vez mais recorrentes denúncias de violência contra as mulheres durante o trabalho de parto (Venturi, 2010). Notadamente as reflexões denominam o modelo de saúde como tecnocrático e hospitalocêntrico.

O que chamamos de tecnocracia no atendimento médico às gestantes partiu de uma espécie de ‘acumulação primitiva’ no trabalho da saúde, mediado por uma série de determinações sociais e econômicas que instrumentalizam o corpo feminino, ora como produto, ora como “máquina” necessária à reprodução do sistema capitalista. Essa relação simbiótica entre Patriarcado e Capitalismo é mais precisamente descrita pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1987), ao definir a relação como dúbia vinculação entre dominação-exploração que englobam, necessariamente, a estrutura de classes, o machismo e o racismo.

Nossos estudos se propuseram a verificar como a subsunção do corpo feminino ao treinamento e prática do médico durante a hospitalização recorreu a uma opressão contra trabalhadoras tradicionais – as parteiras- e consequente pulverização de saberes relacionados a assistência. Consideradas bruxas, essas mulheres foram violentamente expulsas e expostas a situações de marginalização, embora suas atuações criminalizadas não tenham sido completamente prescindidas. Recorrendo a uma perspectiva histórico-estrutural, analisamos como as lutas por melhorias na assistência à saúde da mulher – reivindicadas por movimentos feministas e de saúde – também sintetizaram no retorno da assistência ao parto normal, que agora sintetizavam com a chegada das “parteiras modernas”: obstetrizes, enfermeiras obstétricas e parteiras tradicionais – as últimas capacitadas pelo Estado com o intuito de cortar os custos nos espaços distantes das capitais.

Assim, temos como objetivo identificar a compreensão das relações sociais envolvidas entre esses distintos profissionais da obstetrícia e suas técnicas empregadas na assistência ao parto durante esse processo- agora respaldado pelo discurso científico - que busca retomar a centralidade da parturição com menos intervenções de tecnológicas.

Quais os espaços de atuação das enfermeiras obstétricas, obstetrizes e parteiras no cenário da assistência atual, diante do complexo médico-industrial?

Como as medidas de reinserção dessas profissionais tem impactado nas rotinas de trabalho e na modificação dessas técnicas de parturição? Em que medida tem sido apontada a melhoria na qualidade da assistência obstétrica?

Resultados e Discussões

A história aponta que problemas de saúde sempre fizeram parte da vida dos indivíduos e a assistência a esses problemas sempre foi uma tarefa atribuída aos indivíduos reconhecidos por esta capacidade específica de lidar com a atividade do “cuidado com o outro” (Pires, 1998). Nas sociedades tribais e indígenas da antiguidade - quando a subsistência era garantida através do trabalho de pesca, caça e agricultura, e o modo de produção era comunal – sacerdotes, pajés e feiticeiros eram reconhecidos por seus dotes especiais. Após aprenderem a atuar no ofício da cura, e obterem reconhecimento do grupo, eles passam a deter todo o controle do processo de trabalho: diagnóstico, preparação de medicamento e aplicação. Nesse período, o parto era tido como um fenômeno natural que não precisaria de cuidados especializados. Pires (1998) acrescenta que, apenas em casos de dificuldade, a mulher era atendida por pessoas próximas e, portanto, não se caracterizava como trabalho especializado, mas “parte das atividades que as pessoas fazem por si mesmas ou nas relações de troca e auxílio mútuo entre os membros do grupo” (PIRES, 1998, p.82).

Ao longo do tempo, mulheres que frequentemente passaram a auxiliar as outras no parto começaram a ser reconhecidas enquanto “parteiras”. Assim, até a primeira metade do século XVIII, o parto em si estava longe de ser um evento médico, classificando a primeira fase da obstetrícia identificada por Chazan (2004): a pré-profissional. Apenas em casos onde mãe ou filho não sobreviveriam, eram chamados os ‘cirurgiões-barbeiros’. Com seus instrumentos cortantes, a intervenção era sempre drástica: retalhavam o feto ou a mulher para a sobrevivência de um dos dois.

Proveniente da palavra latina derivada do verbo *obstare* – que significa “ficar ao lado” – a obstetrícia enquanto ofício entrou em sua fase de profissionalização na segunda metade do século XVIII, quando começa o processo de hospitalização e, assim, as parteiras são submetidas a uma série de opressões e investidas de escanteamento por parte dos então médicos que começavam a se formar.

Assim, vemos que o parto hospitalar nem sempre foi uma realidade. Tampouco os demais cuidados com a saúde dentro desses espaços. Segundo

Pires (1998), o local prioritário para atendimento de saúde ainda era o domicílio do paciente ou de agentes de saúde que começavam a se especializar enquanto profissão. Hospitais e enfermarias do século XVII estavam acoplados a igrejas e funcionavam para atendimento espiritual dos pobres tendo, eventualmente, a presença dos “físicos”. A modificação da finalidade dos hospitais só ocorre com a decadência do regime feudal e início da sociedade capitalista, quando os hospitais se tornam locais oficiais para formação médica e centralização dos cuidados com saúde.

Assim, ainda na idade média, Pires (1998) remonta que a assistência em saúde vai se especializando em ramos de conhecimentos, mas as principais divisões se encontram entre as práticas de leigos e de religiosos. Os religiosos da saúde atuavam com assistência física e espiritual, em alas específicas da igreja que cuidavam da saúde de pobres e indigentes; vale ressaltar que também na saúde os trabalhos intelectualizados eram mais valorizados do que as práticas manuais. Assim, os chamados “físicos” – que desempenhavam atividade de clínicos gerais – eram formados em mosteiros. Com base religiosa e metafísica, hegemonizava-se a produção de conhecimento, abarcando desde a ordem social aos processos de saúde e doença, antes praticados por trabalhadores tradicionais.

Além do mais, foi a medicina que, ao desenvolver ciências como anatomia, biologia e psiquiatria, passaram a fundamentar justificativas – através da diferenças corporais – para as relações de poder do homem sobre o corpo das mulheres (Rohden, 2001)

Esse período complexo de hospitalização reorganizava a divisão de trabalho. Se a primeira e segunda categoria era formada, respectivamente, por religiosos e físicos, a terceira categoria era formada por homens de ofício, indivíduos leigos que se profissionalizavam como dentistas, cirurgiões, cirurgiões barbeiros, além dos boticários. Os profissionais exerciam atividades praticamente artesanais e detinham todo o controle do processo de trabalho.

Como não cabia ao Estado a centralização do poder político, era a Igreja com seu assistencialismo e ideologia cristã que se destacavam pela manutenção da ordem social, privilegiando já àquela época a atividade intelectual a subordinar a atividade manual. A medicina clínica era considerada trabalho intelectual e estava hierarquicamente superior ao trabalho dos cirurgiões e cirurgiões barbeiros. As faculdades que começavam a se formar nesses hospitais de igreja possuíam como distinção a responsabilidade de não só formarem os futuros profissionais, como também de ditar as regras para o exercício de todos os outros.

Formados nas universidades e detentores do saber científico, os clínicos não se encontram em número suficiente para deter a totalidade dos serviços assistenciais na saúde, tendo de reconhecer as qualificações de outros ofícios em saúde para atuar em parte dessa totalidade do trabalho. Embora haja um processo de delegação de atividades dentro desses espaços, a especialização não possui um caráter tão subordinado aos clínicos na divisão social do trabalho, a não ser quando atuam em lugares de trabalho coletivo, como hospitais ou ambulatorios, o que ainda era uma realidade minoritária.

Então, começa a se desenvolver a maquinarias. Grandes grupos de trabalhadoras e trabalhadores migravam do campo para a cidade, passando a depender de unidades coletivas de atendimento. Os hospitais públicos começavam a ser instalados para atenção à saúde de trabalhadores. Em condições precárias e lotadas de enfermos provenientes das condições de trabalho, as unidades instituíram também o serviço da maternidade, com o objetivo inicial de servirem de “escolas” para estudantes (Garcia, 2013).

No Brasil, Maia (2010) afirma que os primeiros hospitais surgiram em situação precária, no século XVIII. Também vinculados à igreja, eram as chamadas unidades filantrópicas Santa Casa de Misericórdia.. Antes delas, o cuidado coletivo à saúde se restringia aos leprosários, herança do Brasil-Colônia no século XVI. A saúde só passou a se tornar uma preocupação quando as péssimas condições de vida dos trabalhadores, já no século XIX, passaram a comprometer a economia nacional.

O movimento de expulsão de trabalhadores tradicionais da saúde só foi “oficialmente” documentado, segundo alguns autores, a partir da elaboração do Relatório Flexner, em 1909. Segundo Waitzkin (1980), o documento tornou-se linha divisória entre o charlatanismo e uma medicina baseada nos estudos de laboratório, o que requereria um conhecimento com base em um ‘paradigma científico-racionalista’. É preciso esclarecer: o que se considerava ‘charlatanismo’ não só compreendia as intervenções baseadas em mitos, como incluía as práticas naturais de curandeiros tradicionais. Algumas práticas foram refutadas e outras apreendidas, no entanto, todos os trabalhadores tradicionais foram expulsos e considerados “desqualificados”, “fraudulentos”. Essa exclusão de trabalhadores e de saberes foi uma orientação acatada ampla, conveniente e acriticamente pelas instituições filantrópicas e pelos médicos que então se formavam. Entretanto, no que diz respeito ao parto, essa expulsão se deu ainda no século XIX.

Pires (1998) situa que as parteiras - que, como os práticos, se formavam pela rotina e pela relação mestre-aprendiz - continuavam cuidando das mulheres e

dos doentes, conquanto eram consideradas sábias pelo povo de suas comunidades. A centralização hospitalar, associada a igreja e às elites médicas, vinha com a necessidade de que os profissionais que lá se formavam tivessem corpos disponíveis para seus aprendizados. Assim, eram as mulheres as cooptadas dentro das unidades hospitalares para servirem de “cobaías de aprendizagem” de estudantes, de modo que o papel social das parteiras e seus instrumentos simples de trabalho passaram a ser escanteadas, e denominadas como “bruxas”, por uma igreja e pela elite que então estavam intrinsecamente ligadas e já entendiam as parteiras como concorrentes nesse tipo específico de assistência (MAIA, 2010; DINIZ, 2005).

Assim, no século XIX, durante essa maior centralização dos cuidados de saúde para os hospitais, foram criadas as maternidades. Maia (2010) relembra que, dentro do espaço hospitalar, apenas homens - especificamente da nobreza - poderiam executar atividades médicas. Nesse mesmo período, os médicos passaram a reivindicar o controle dos partos e sua institucionalização nas recém-criadas maternidades, que funcionavam como uma espécie de ‘escola’ para a prática da medicina. A consolidação do parto como atividade médica se deu através da criação de instrumentos próprios, como fórceps, pelvímeter, sondas, agulhas, tesouras, ganchos e cefalotribos. A maioria desses equipamentos eram mais utilizados com o intuito de justificar a superioridade em relação às parteiras, que apenas usavam as mãos e instrumentos simples.

Segundo Maia (2010), a prática intervencionista culminava com uma desqualificação das tradicionais e, por sua vez, o desaparecimento de todo um saber-fazer, onde várias manobras para facilitar o parto foram relegadas ao esquecimento. Por fim, Estado, Igreja e elite médica forçavam ainda mais a expulsão através do discurso de que as parteiras eram sujas, proibindo-lhes na base da força da lei, da religião e da repressão ao uso de qualquer instrumento.

De acordo Thébaud (2002), ainda que a ideologia dominante garantisse “maior segurança e controle” no parto dentro das maternidades, a falta de higiene e o manuseio irracional de equipamentos só provocava o aumento da mortalidade materna e néo-natal. As mulheres continuavam querendo parir em casa, com exceção das mulheres em situação de miserabilidade – que, ou não tinham opção, ou viam no uso do espaço da maternidade uma chance de serem assistidas pelo Estado.

Além do mais, como não podiam prescindir completamente do saber tradicional, os médicos cooptavam as parteiras para dentro das maternidades, onde agora desempenhariam funções de colaboração. Se antes a divisão do trabalho

era moldada pelo encaminhamento do processo do parto, agora homens criavam escolas onde as enfermeiras precisavam frequentar para, então, se tornarem assistentes. Segundo Chazan (2004), o fator oportunidade era determinante aos novos médicos: a atividade gerava rendas satisfatórias e era, ainda, uma porta de entrada para que os residentes iniciassem a clínica médica. Retirar fetos dos corpos das mulheres era, afinal de contas, o modo encontrado para se aprender a fazer a medicina. Na segunda metade do século 20, as parteiras já se tornavam ‘assistentes de parto’ e o trabalho coletivo na saúde já se estabilizava.

O parto hospitalar serviu, por fim, ao que se buscou: restringiu a competição com parteiras, fez crescer o controle médico sobre pacientes, estabeleceu o treinamento para novos médicos e, por fim, gerou a especialização na área.

A divisão de trabalho inicial – com médicos, residentes e assistentes – passou a ser complexificada e, a partir da expansão mundial do capital, se tornou imperativa na mercantilização dos serviços da saúde, até torná-lo uma representação em menor escala de toda a complexidade do atual sistema capitalista (WAITZKIN, 1980). Dentro dos hospitais, a fragmentação de funções fortalecia os sistemas de hierarquias, onde os médicos – transformados em cirurgiões ou clínicos – passavam a exercer funções de gerência de atividades.

Pires (1998) reforça, ainda, que dentre as divisões dos trabalhadores de saúde, os bioquímicos, formam-se em uma dúbia categoria que reestrutura, de um lado, a saúde, e do outro, a indústria farmacêutica. Essa divisão pode nos trazer algumas questões sobre as influências da indústria de medicamentos em todo o processo de medicalização da vida e na relação que Maia (2010) identifica como complexo médico-industrial.

Quanto à influência da indústria farmacêutica, o marco retratado por Diniz (2005) foi a descoberta do éter como anestesia, o que ocorreu entre o fim do século XIX e início do século XX, impulsionando a hospitalização e o paradigma unifatorial das doenças (WAITZKIN, 1980). Tal paradigma apregoa que as doenças são causadas por um fator específico, ignorando as circunstâncias sociais que por vezes determinam tantas patologias.

Segundo Waitzkin (1980), ao tempo em que cresce a acumulação de riqueza no mercado da saúde, o paradigma unifatorial¹ das doenças, a qual ela se serve, vai se revelando cada vez mais sobrecarregado e ineficaz. Rozenfeld (1989)

1 Segundo Waitzkin, o paradigma unifatorial é aquele em que as doenças são consideradas consequências da disfunção orgânica do indivíduo – e não como um problema social ou fruto das condições de trabalho, conforme defende Engels.

afirma que a acumulação capitalista permitiu um desenvolvimento científico e tecnológico para a produção de avanços nas ciências químicas e na fisiologia, o que não resultou em uma melhoria de saúde de uma maneira geral na Europa. Apenas no século XX, a concentração de recursos financeiros e tecnológicos foi responsável pela construção de tanques de fermentação para fabricação de antibióticos. De todo modo, segundo a autora, as condições sanitárias mostram que os padrões de doenças e de mortes prosseguem dependendo apenas de modo parcial às descobertas e empregos de tecnologia, constituindo o que a autora considera o ‘paradoxo capitalista’: a ampla possibilidade de saúde e vida longa coexistindo com a predominância absurda de doenças e mortes por causas evitáveis.

Bolaño (s/d) declara que todo o movimento de mercantilização consistiu na elaboração de unidades coletivas de tratamento, com divisão de trabalho entre médicos e paramédicos, ou seja, verdadeiras empresas capitalistas de atenção à saúde, denotando a apropriação do modelo de divisão fabril na ‘indústria’ de serviços de saúde. Para o autor, o modelo hegemônico de produção de conhecimento em saúde como elemento que organiza o trabalho neste setor segue também a mesma lógica das especialidades e da fragmentação.

Pires retrata que, no Brasil do século XIX, ainda havia poucos médicos e a divisão de trabalho formulada pelo modelo europeu era estruturada de modo semelhante a esses países, com físicos e clínicos e atividades de enfermeiras profissionais praticadas nas Santas Casas. A maioria dos trabalhadores da saúde, no entanto, era formada por práticos e aprendizes, ora vindos dos outros países, ora formados no próprio Brasil por meio de familiares e tradição oral.

O principal local de atendimento ainda era os domicílios. No século XVIII, os hospitais que surgiam serviam para atendimentos militares e lazaretos para doentes de hanseníase. A instituição da medicina como profissão se dá após a criação das Academias Médico Cirúrgicas, cujo papel é, além de formar médicos, controlar o trabalho e estabelecer normas e regras para a atividade de outros profissionais de saúde. Assim, as profissionais que antes eram independentes, autônomos, se tornam controlados pelos médicos.

A retomada de certa autoria se dá apenas de maneira dispersa nas diferentes profissões. A enfermagem, por exemplo, só tem sua formação independente a partir de 1923, com a criação da escola Ana Neri. Pouco antes disso, em 1920, as parteiras se integram à profissão da enfermagem, que já incorpora também outros assistentes manuais subalternos a este sistema de hierarquias.

Desde a faculdade estudantes associam o modelo de humanização a um ‘retrocesso’ e não concebem que, existindo as “inovadoras” ocitocina ou analgesia, elas não sejam empregadas. Por fim, a total falta de hábito de uma educação continuada retira dos médicos a responsabilidade de atualizar os conhecimentos. Resulta então que a medicina obstétrica, após décadas de prática e ensino de uma obstetrícia cirúrgica e medicalizante, termina por formar cada vez mais novos médicos que já não assistem mais parto normal por um motivo anterior à desmotivação: porque simplesmente não sabem como fazê-lo. Em 2001, o Ministério da Saúde já reconhecia essa situação:

Após anos desta prática, instituiu-se uma cultura pró-cesárea na população em geral e entre os médicos. Como consequência, parte importante dos obstetras não se encontra suficientemente motivada, e até mesmo capacitada, para o acompanhamento ao parto normal. Por sua vez, em uma relação médico-paciente assimétrica, as mulheres têm dificuldade em participar da decisão do tipo de parto, sentido-se menos capacitadas para escolher e fazer valer seus desejos frente às “questões técnicas” levantadas pelos médicos (MS, 2001, p. 19).

Por outro lado, o desenho do complexo médico-hospitalar industrial estimula, conforme reforça Waitzkin, a cultura de *valorização da doença*. Ao que observamos na dissmeinação de conhecimentos obstétricos, essa valorização é repleta de distinções entre o que torna-se produtivo ou não, o que está mais voltado ao consumo de tecnologias ou não.

Já no que diz respeito ao modo de organização do trabalho, a obstetrícia, enquanto setor de ‘aprendizado’ passava a ser lócus privilegiado para a difusão do modelo tecnocrático. Ao realizar um estudo sobre o modelo obstétrico do século XIX, a antropóloga Emily Martin (2006) pôs-se a inspecionar documentos médicos e constatou que os textos escritos à época referiam-se ao corpo feminino, em suas mais diversas fases, a uma produção fabril. Neste ponto, a mulher tem posição dupla: ora é a máquina que auxilia involuntariamente no processo de ‘produção’, ora é justamente o equipamento danificado que atrapalha o nascimento dos bebês perfeitos. Era a justificativa ideal para que os médicos intervissem a fim de ‘consertar’ o equipamento e estabelecer normalidade ao processo.

Não se trata de metáforas, apenas. A ‘ciência’ enraizava à época a formalização de um processo de trabalho. O modelo tecnocrático se firmava na organização do trabalho voltado ao atendimento por produção: o corpo visto como máquina; o médico como mecânico. Com o parcelamento das especialidades, o homem também passa a ser fragmentado em órgãos, o que se mistura a um modelo positivista de compreensão das patologias. Aplicado à gestante, a mulher é eliminada como sujeito, e o corpo inteiro, no caso da obstetrícia, reduzido a uma parte: o útero. As influências emocionais e de opressão pelo ambiente - que, hoje, sabidamente são conhecidas como determinantes para a fluidez do parto -, eram (e são) absolutamente desconsideradas. As práticas de rotina são padronizadas, e a assistência hospitalar a partos é, por fim, moldada segundo a organização de trabalho de uma linha de montagem taylorista, cujas categorias de tempo e movimento passam moldar a organização do trabalho e a serem patologizadas.

Além do mais, os velhos procedimentos que provocam iatrogenias, são considerados: o constante deslocamento da mulher em espaços distintos da maternidade, segundo as fases do processo de parturição; o intenso aparato tecnológico e fármaco-químico; a obrigatoriedade de que ela se deite, aumentando as dores e a dificuldade de parir mas favorecendo a visualização e o controle do médico; e, por fim, o ‘efeito cascata’ que culmina um parto vaginal traumático pelo excesso de intervenções, ou uma cesariana (Maia, 2010)

No entanto, a ineficiência dessas políticas públicas e privadas pôde ser reconhecida pelo próprio Ministério da Saúde. Em 2011, com 53% dos nascimentos provenientes de cirurgias abdominais, cerca de 90% na rede privada, a intensa lotação de maternidades, o consumo excessivo de medicamentos para mulheres e bebês no nascimento, fizeram o então ministro reconhecer as cesarianas como uma “epidemia” (BRASIL, 2009).

Diante do problema, a estratégia Rede Cegonha decidiu interceder com mais uma ação: fortalecer a inserção de enfermeiras obstétricas e obstetrizes – em outros países identificadas como “midwives”- no cenário do parto, para uma melhoria na qualidade assistencial. A ação foi fundamentada por estudos da revista científica *The Lancet*, que apontaram a centralidade dessas profissionais nos 21 países com melhores índices de saúde materna (Fiocruz, 2015)

Atualmente, os profissionais habilitados pelo Ministério da Saúde brasileiro para realizar assistência de parto normal são os obstetras, as enfermeiras obstetras, e as parteiras tradicionais. Se no século XIX as parteiras foram escanteadas pelo parto médico, no século XX volta à cena outro tipo de assistência ao parto:

agora efetuado por enfermeiras obstétricas. A obstetrícia é, portanto a especialidade forçada a abrir guarda do monopólio ‘técnico’ médico, já que, em partos normais sem complicações, pode ser exercida por outra categoria de trabalhadores da saúde. Se antes da medicina, eram as parteiras que detinham a ‘arte de partejar’, atualmente o espaço é reivindicado pelas enfermeiras obstétricas ou obstetrizes.

A noção do parto humanizado, ao apregoar menos intervenções e maior liberdade da mulher, torna-se um espaço mais propício à enfermagem do que à medicina. Aliada à queda da fecundidade feminina, o mercado diminuiu consideravelmente, o que, de um lado, fez aumentar a competição e, do outro, fez diminuir o interesse médico por esse tipo de especialidade (MAIA, 2010).

Ainda assim, são constantes as investidas médicas no sentido de deter o monopólio dos nascimentos. Para Fernandes, as casas de parto são exemplos latentes da disputa. No Brasil, os Centros de Parto Normal foram instituídos – no papel - em 1999, e direção e atuação neles caberia aos enfermeiros obstetras. Até o momento, a implantação física de um Centro é extremamente problemática em decorrência do amplo poder da elite médica junto ao Estado e às próprias instâncias privadas.

Embora haja exceções, Fernandes retrata que grande parte dos médicos até admite a enfermagem como um trabalho integrante na assistência ao parto. Mas apenas integrante. A partir do momento em que a categoria tem autonomia para realizar procedimentos, termina por ‘invadir’ um espaço médico. Instituídas as Casas de Parto, os conselhos de medicina voltaram-se agressivamente contra a atividade dos enfermeiros-obstetras na assistência ao parto normal. O posicionamento da elite médica como crentes na perspectiva de que o trabalho na saúde dispõe de uma hierarquia e de que são os ‘líderes’ da equipe de saúde.

Considerações Finais

As lutas por melhorias na assistência às mulheres no parto evidenciam como elemento necessário a reinserção das profissionais que pratiquem a parturição com todas as práticas individuais que esse momento comporta à saúde da mulher. Atualmente representadas por enfermeiras obstétricas e obstetrizes, essa categoria se encontra na linha de frente de um antagonismo proveniente do sistema capitalista e patriarcal, que tem uma corporação médica reprodutora.

Assim, identificamos que determinações sociais e econômicas contingenciam diretamente o modelo de atendimento ao parto e a relação entre

profissionais que atuam nesse cenário, ao tempo em que interferem no avanço do modelo de nascimento “humanizado” reivindicado ideologicamente por movimentos sociais e, posteriormente, pelo Estado. As modificações técnicas determinadas pelas práticas diferenciadas entre as categorias profissionais não podem dissociadas dessas mediações, muito embora a reprodução de condutas misóginas, violentas e voltadas à produtividade também se verifiquem de uma maneira generalizada.

No entanto, percebe-se que as transformações têm sido postas em realidade, ao tempo em que própria realidade evidencia mais a insustentabilidade do sistema de saúde mercantilizado. Mais do que nunca, a reunião das mobilizações feministas e das categorias vinculadas à obstetrícia precisam ser articuladas para que o atendimento às mulheres tenha transformação qualitativa dentro do contexto do gênero e das necessidades humanas, diretamente contrárias à produção de saúde determinada pela produtividade e precariedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos para a Atenção Humanizada ao Parto**. Secretaria do Estado da Saúde do MS. 2009 Disponível em <http://migre.me/tJ0GC> Acesso em 12 de julho de 2014

CHAZAN, L. K. **A história da obstetrícia e a patologização da gravidez** [artigo com- pleto]. In: XI Encontro Regional de História; 2004; Rio de Janeiro. Democracia e Conflito. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004

DINIZ, CSG. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3): 627-637, 2005

FERNANDES, Patrícia Jacques. **Ato Médico: Versões, Visões e Reações de uma Polêmica Contemporânea das Profissões da Área de Saúde no Brasil**. Dissertação de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

FIOCRUZ. **Nascer no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>> Acesso em 2 de maio de 2015.

MAIA, Mônica B. **Humanização do Parto: Política Pública, comportamento organizacional e *ethos* profissional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Tradução: Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 384 p.

OCKÉ-REIS, C. O.; ANDREAZZI, M. F. S.; SILVEIRA, F. G. **O mercado de planos de saúde no Brasil: uma criação do Estado?** Disponível em: <http://migre.me/tj1W3>
Acesso em: 2 de março de 2015.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 19, supl. 2, p. 201-212, 2003.

WAITZKIN, Howard. **Uma visão marxista do atendimento médico. Tradução: Rubens Turkienicz. Revisão: Geraldo Lucchesi**. São Paulo: Editora Avante, 1980.
Traduzido do original "A Marxist View of Medical Care", *Annals of Internal Medicine*, 89: 264-278, 1978.